UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Bríscia Oliveira Prates Rigoni

Vitória, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A GÊNESE NEOLIBERAL DA IFAC: PROFISSIONALIZAÇÃO, LEGITIMIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCon – UFES) como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof. Dr. Robson Zuccolotto e coorientação da Profa. Dra. Angélica Vasconcelos.

Bríscia Oliveira Prates Rigoni

Vitória, 2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Rigoni, Bríscia Oliveira Prates, 1985-
R565g A gênese neoliberal da IFAC : profissionalização, legitimidade e memória institucional / Bríscia Oliveira Prates Rigoni. - 2025.
278 p. : il.

Orientador: Robson Zuccolotto.
Coorientadora: Angélica Vasconcelos.
Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. International Federation of Accountants (IFAC). 2. Neoliberalismo. 3. Profissionalização. 4. Silenciamento e poder. 5. Narrativa historiográfica crítica. I. Zuccolotto, Robson. II. Vasconcelos, Angélica. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

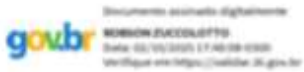
CDU: 657

BRÍSCIA OLIVEIRA PRATES RIGONI

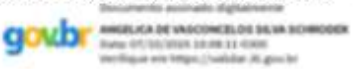
A GÊNESE NEOLIBERAL DA IFAC: PROFISSIONALIZAÇÃO, LEGITIMIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCon/UFES), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a) em Ciências Contábeis.

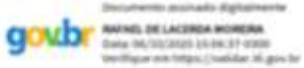
Aprovado em 29 de setembro de 2025.



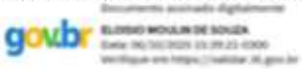
Prof. Dr. Robson Zuccolotto
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador



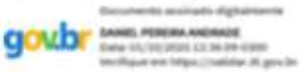
Prof.ª Dr.ª Angelica Vasconcelos
Leibniz University Hannover – Coorientadora



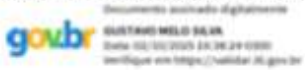
Prof. Dr. Rafael de Lacerda Moreira
Universidade Federal do Espírito Santo - Membro Interno



Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo - Membro Interno



Prof. Dr. Daniel Pereira Andrade
Fundação Getúlio Vargas - Membro externo



Prof. Dr. Gustavo Melo Silva
Universidade Federal de São João Del - Rey - Membro externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora pela proteção e por colocar pessoas incríveis em minha jornada, sem as quais essa tese não teria sido possível.

Aos meus pais, Joel e Elza, por me ensinarem todos os dias os caminhos da fé, do trabalho justo, honesto e do fundamental papel da educação na formação de uma pessoa. Eu cresci ouvindo “estude minha filha”. Eles que amorosamente me educaram, me apoiaram em todos os meus projetos, que estiveram ao meu lado quando a vida me pôs à prova. Vocês são meu porto seguro, são o abraço que recarrega a minha essência de ser e viver. Amo vocês, muito obrigada. Não seria possível expressar por meio de palavras tudo o que sinto em mim.

Ao meu filho Eduardo, por quem eu seria capaz de fazer o que sei e o que não sei. Obrigada pela escuta afetuosa sobre os desafios, descobertas, angústias e alegrias ao longo de toda a jornada do doutorado. Você me faz querer ser cada dia melhor, obrigada.

À minha cachorrinha Mariola, que com sua alegria traz leveza a todos os meus dias. Aos meus cachorrinhos Todynho, Kate e Pipoca que me deixaram ao longo desse caminho. Vocês me ensinaram muito sobre resiliência e amor.

À Rosimeire Gonzaga, minha orientadora do mestrado, com quem iniciei a caminhada do doutorado. Obrigada pelo apoio em tudo, inclusive quando precisamos encerrar nosso vínculo. Você sempre foi generosa em partilhar o que sabe, acolhedora e amiga que muito me incentivou a iniciar a jornada do doutorado.

Ao meu orientador Robson Zuccolotto, que me inspirou e incentivou a expandir minha visão e conhecimentos. Suas perguntas provocadoras, as leituras indicadas, as conversas estimulantes, as análises perspicazes contribuíram de forma fundamental para esse trabalho e para quem sou hoje. Obrigada por aceitar o desafio de me orientar e por partilhar comigo o seu tempo e conhecimento. Obrigada pela sua amizade.

À minha coorientadora Angélica Vasconcelos, você sempre foi um modelo de força, dedicação e competência profissional. Tive o prazer de conhecê-la quando fui sua aluna na graduação, e ao longo desses 14 anos você sempre esteve presente em minha jornada acadêmica. Deu-me conselhos quando entrei no mestrado e aceitou esse grande desafio de me orientar no doutorado. A sua sensibilidade de perceber quando eu estava perdida e segurar a minha mão, de me dar um norte para seguir sem desanimar, foram fundamentais nessa caminhada. Você foi um farol que iluminou muitas noites escuras. Obrigada por atribuir sentido à minha caminhada acadêmica, pois agora sei que a história é o meu caminho. Obrigada pela sua amizade de longa data.

A jornada acadêmica muitas vezes é hostil e esgota a saúde mental dos acadêmicos. Mas comigo não foi assim, seja no mestrado ou doutorado. Deus, sempre amoroso comigo, cercou-me de pessoas generosas para partilhar conhecimento e que se tornaram amigos de jornada. Com Rosimeire, Robson e Angélica foi assim: transcendemos os "muros" da universidade por meio do laço da amizade, que para mim é mais valioso do que qualquer título.

À minha prima Renata, companheira de angústias acadêmicas e desafios do doutorado. Eu nunca serei capaz de agradecer tudo que você já fez por mim. Obrigada pela escuta acolhedora, paciente e amorosa. Obrigada pelo abraço carinhoso que sempre me assegurou que tudo ia ficar bem, mesmo que não soubéssemos nem quando, nem como. Nós, as netas do Sr. Joaquim e da Dona Hilça, sabemos o peso e a profundidade de nossas raízes.

Ao meu amigo Duarte, sempre presente em minha vida, com quem partilho alegrias, projetos, conversas estimulantes que saem da superficialidade dos acontecimentos e se aprofundam em compreender o significado do que não é dito, de ouvir e entender as entrelinhas. Obrigada por se fazer presente em todos os momentos.

Ao meu amigo Joarez pela amizade, pelas longas conversas, pelos livros partilhados, por me acolher na sua família. Também pela generosidade na correção gramatical de meus textos. Obrigada por segurar bem forte a minha mão quando tudo desmoronava à minha volta.

Às minhas amigas Kelly, Lívia, Antônia, Nádia, Amandda, Jussara e Fernanda, obrigada pela compreensão da minha ausência, pelo apoio durante o doutorado, por ouvirem minhas angústias, por escolherem ser minhas amigas. Obrigada pelas incontáveis vezes que vocês me fizeram sorrir. Obrigada por ficarem ao meu lado quando tudo desabou e por me oferecerem um amor-cuidado que somente uma amizade feminina pode proporcionar. Obrigada por enxugarem cada lágrima com afeto e delicadeza de alma. Obrigada por serem minhas amigas: a vida não teria o mesmo significado sem a amizade de vocês.

Aos meus amigos Brunela, Thiago, Layara, Jorge, Gláucia e Márcio por todos os momentos de leveza partilhados. Pelo incentivo e pela compreensão quando os estudos e a tese me afastaram do convívio e dos nossos encontros divertidos. Obrigada por serem minha família em Colatina.

Também aos colegas do IFES Campus Aracruz, em especial ao Diretor Geral e meu amigo Leandro, e aos colegas da Diretoria de Administração, em especial ao Cleiton e Layza. O apoio de vocês foi fundamental nessa caminhada. Obrigada pela imensa ajuda, em especial nesse último ano da escrita da tese.

RESUMO

Este trabalho partiu da inquietação de como os processos históricos, as redes de atores e os discursos mobilizados nos anos que antecederam 1977 contribuíram para a criação da *International Federation of Accountants* (IFAC) como expressão de uma nova racionalidade neoliberal no campo contábil internacional. Na tentativa de responder a esse questionamento, objetivou identificar como as origens da formação da IFAC estão associadas à disseminação do neoliberalismo nas instituições contábeis. O debate foi ancorado na discussão teórica sobre: o neoliberalismo e suas origens, a partir da ótica de Peck (2010) e Slobodian (2021); as teorias da profissionalização, interpretadas como projetos estratégicos de mobilização coletiva, conforme Larson (1977), Macdonald (1984, 1995), Walker (1991, 1995, 2004); e sobre como a história é produzida e a memória institucional construída a partir do exercício de poder que silencia os conflitos, à luz da discussão de Trouillot (1995). A abordagem metodológica utilizada ancorou-se na epistemologia da *Nouvelle Histoire* (Bloch, 2002; Burke, 2012), com o objetivo de produzir uma contranarrativa sobre a gênese da IFAC. Para tanto, valeu-se dos conceitos da micro-história para analisar as conexões existentes entre os indivíduos daquele ambiente, as relações de poder presentes e como todos esses elementos se articularam concretamente, buscando revelar as tensões e contradições do processo de governança contábil global, frequentemente ocultadas por uma narrativa neutra e tecnicista. Os resultados revelaram os conflitos de interesse que permearam a formação dessa organização, bem como a presença de interesses privados, principalmente das grandes firmas de auditoria, que capturaram o espaço normativo da contabilidade para produzir um consenso favorável a seus próprios objetivos. Desse modo, foi possível demonstrar como a criação da IFAC foi produto da racionalidade neoliberal, a qual, por meio dessa instituição, buscou converter as normativas da contabilidade aos interesses do mercado internacional. Também se evidenciou como essa racionalidade foi reproduzida de forma acrítica por uma narrativa histórica que silenciou assimetrias e jogos de interesses, disseminando o processo como apolítico, neutro e técnico, inclusive atribuindo essas características à própria contabilidade. Assim, demonstrou-se como a crítica histórica pode desmascarar o que parece natural e universal, revelando como certas instituições se tornam centros de poder por meio do silenciamento de alternativas e das relações assimétricas que organizam a sociedade na atualidade.

Palavras-Chave: *International Federation of Accountants* (IFAC). Neoliberalismo. Profissionalização. Silenciamento e Poder. Narrativa Historiográfica Crítica.

ABSTRACT

This study originated from concern about how historical processes, actor networks, and discourses mobilised in the years before 1977 contributed to the creation of the International Federation of Accountants (IFAC) as an expression of a new neoliberal rationality in the international accounting field. To address this question, the research aimed to identify how the origins of IFAC's formation are linked to the spread of neoliberalism within accounting institutions. The theoretical framework was based on discussions of neoliberalism and its origins, from the perspectives of Peck (2010) and Slobodian (2021); theories of professionalisation as strategic projects of collective mobilisation, as proposed by Larson (1977), Macdonald (1984, 1995), and Walker (1991, 1995, 2004); and on how history is produced and institutional memory constructed through the exercise of power that silences conflicts, based on Trouillot's (1995) perspective. The methodological approach was grounded in the epistemology of the Nouvelle Histoire (Bloch, 2002; Burke, 2012), aiming to construct a counter-narrative about IFAC's genesis. For this purpose, it drew on concepts from microhistory to analyse the connections among individuals in that context, the power relations at play, and how all these elements were concretely articulated, seeking to reveal the tensions and contradictions of the global accounting governance process, often hidden by a neutral and technicist narrative. The results revealed the conflicts of interest surrounding the formation of this organisation, as well as the presence of private interests, mainly those of the large auditing firms, which captured the normative space of accounting to produce a consensus that served their own agendas. Thus, it was possible to demonstrate how the creation of IFAC was a product of neoliberal rationality, which, through this institution, sought to align accounting standards with international market interests. It also became evident how this rationality was reproduced uncritically by a historical narrative that silenced asymmetries and power struggles, presenting the process as apolitical, neutral, and technical, even portraying these as intrinsic characteristics of accounting itself. In this way, historical critique proved capable of exposing what appears natural and universal, revealing how certain institutions become centres of power through the silencing of alternatives and the power relations that structure contemporary society.

Keywords: International Federation of Accountants (IFAC); Neoliberalism; Professionalisation; Silencing and Power; Critical Historiographical Narrative.

RESUMEN

Este trabajo partió de la inquietud acerca de cómo los procesos históricos, las redes de actores y los discursos movilizados en los años previos a 1977 contribuyeron a la creación de la *International Federation of Accountants* (IFAC) como expresión de una nueva racionalidad neoliberal en el campo contable internacional. En un intento por responder a esta cuestión, se buscó identificar cómo los orígenes de la formación de la IFAC están asociados a la difusión del neoliberalismo en las instituciones contables. El debate se basó en la discusión teórica sobre: el neoliberalismo y sus orígenes, desde las perspectivas de Peck (2010) y Slobodian (2021); las teorías de la profesionalización interpretadas como proyectos estratégicos de movilización colectiva, según Larson (1977), Macdonald (1984, 1995) y Walker (1991, 1995, 2004); y cómo se produce la historia y se construye la memoria institucional a partir del ejercicio del poder que silencia los conflictos, según la visión de Trouillot (1995). El enfoque metodológico se apoyó en la epistemología de la *Nouvelle Histoire* (Bloch, 2002; Burke, 2012), con el objetivo de construir una contranarrativa sobre la génesis de la IFAC. Para ello, se utilizaron los conceptos de la microhistoria para analizar las conexiones entre los individuos de quel entorno, las relaciones de poder presentes y cómo todos estos elementos se articularon de manera concreta, buscando revelar las tensiones y contradicciones del proceso de gobernanza contable global, frecuentemente ocultadas por una narrativa neutral y tecnicista. Los resultados revelaron los conflictos de interés que marcaron la formación de esta organización, así como la presencia de intereses privados, principalmente de las grandes firmas de auditoría, que capturaron el ámbito normativo de la contabilidad para generar un consenso favorable a sus propios objetivos. De este modo, fue posible demostrar cómo la creación de la IFAC fue producto de la racionalidad neoliberal que, a través de esta institución, buscó alinear las normas contables con los intereses del mercado internacional. También se evidenció cómo esta racionalidad fue reproducida de forma acrítica por una narrativa histórica que silenció las asimetrías y los juegos de poder, difundiendo el proceso como apolítico, neutral y técnico, incluso atribuyendo tales características a la propia contabilidad. Así, se demostró cómo la crítica histórica puede desenmascarar lo que parece natural y universal, revelando cómo ciertas instituciones se convierten en centros de poder mediante el silenciamiento de alternativas y de las relaciones de poder que estructuran la sociedad actual.

Palabras clave: *International Federation of Accountants* (IFAC); Neoliberalismo; Profesionalización; Silenciamiento y Poder; Narrativa Historiográfica Crítica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA	*American Institute of Certified Public Accountants*
AISG	*Accountants International Study Group*
BID	*Inter-American Development Bank*, *Banco Interamericano de Desenvolvimento*
BIRD	*International Bank for Reconstruction and Development*
BM	*Banco Mundial*, *World Bank*
CA	*Chartered Accountant*
CAAF	*Canadian Audit and Accountability Foundation*
CAMC	*Canadian Association of Management Consultants*
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CICA	*Canadian Institute of Chartered Accountants*
CVM.	*Comissão de Valores Mobiliários*
DTG	*Deutsche Treuhand-Gesellschaft*
Eximbank	*Export-Import Bank of the United States*
FAF	*Financial Accounting Foundation*
FASAC	*Financial Accounting Standards Advisory Council*
FASB	*Financial Accounting Standards Board*
FMI	*Fundo Monetário Internacional*
FoF	*Forum of Firms*
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GMBHG	*Gesetz Betreffend Die Gesellschaften Mit Beschränkter Haftung*
IAASB	*International Auditing and Assurance Standards Board*
IAIB	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IAPC	*International Auditing Practices Committee*
IASB	*International Accounting Standards Board*
IASC	*International Accounting Standards Commitee*
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICAEW	*Institute of Chartered Accountants in England and Wales*
ICAI	*Institute of Chartered Accountants in Ireland*
ICAO	*Institute of Chartered Accountants of Ontario*
ICAS	*Institute of Chartered Accountants of Scotland*
ICCAP	*International Co-ordination Committee for the Accountancy Profession*
IDW	*Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland*
IFAC	*International Federation of Accountants*
IFRS	*International Financial Reporting Standards*
IPSAS	*International Public Sector Accounting Standards*
IVSC	*International Valuation Standards Council*
IWP	*International Working Party*
JWP	*Joint Working Party*
KKC	*Klynveld Kraayenhof & Co*
KMG	*Klynveld Main Goerdeler*
KPMG	*Klynveld Peat Marwick Goerdeler*
NIVRA	*Nederlands Instituut van Registeraccountants*
OCDE	*Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico*
OMC	*Organização Mundial do Comércio*
ONU	*Organização das Nações Unidas*
PMM	*Peat, Marwick, Mitchell & Co*

RBC	*Revista Brasileira de Contabilidade*
SEC	*Securities and Exchange Commission*
TAC	*Transnational Auditors Committee*, *Transnational Auditors Committee*
WPK	*Wirtschaftsprüferkammer*

LISTA DE FIGURAS

Figura1: Principais elementos da Transnacionalização Contábil 49
Figura 2: Procedimentos em pesquisa histórica e sua relação com conhecimento baseado e não baseado em fontes.....68
Figura 3: Ciclo de Influência das Big Eight na normatização contábil estadunidense em 1976 110
Figura 4: Contribuições dos membros da IFAC x Forum of Firms x Receitas totais IFAC de 2000 a 2007 e 2012 a 2023Fonte: Com base nas Tabelas 15 e 16. 211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 43
Tabela 2 53
Tabela 3 59
Tabela 4 105
Tabela 5 128
Tabela 6 140
Tabela 7 141
Tabela 8 146
Tabela 9 146
Tabela 10 169
Tabela 11 203
Tabela 12 205
Tabela 13 208
Tabela 14 209
Tabela 15 210
Tabela 16 210

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 10
LISTA DE FIGURAS 12
LISTA DE TABELAS 13
1 INTRODUÇÃO 16
1.1 A Questão de Investigação e a Hipótese de Leitura 18
1.2 Neoliberalismo e Contabilidade: Bases Teóricas e Perspectivas Críticas 18
1.3 Fronteiras Profissionais e Poder Global: A Profissionalização Contábil e a Gênese da IFAC 20
1.4 Silêncios que Falam: A IFAC e a Construção de um Passado Contábil Global 22
1.5 A Governança Global, a IFAC e o Neoliberalismo: Uma Lacuna na Literatura 23
1.6 Objetivo do Estudo 25
1.7 Abordagem Metodológica 26
1.8 Contribuições e Relevância da Pesquisa 28
1.9 Estrutura do Trabalho 29
2 REFERENCIAL TEÓRICO 30
2.1 Neoliberalismo: Origens, Transformações e Impactos Institucionais 30
2.2 Teorias da Profissionalização: Projetos Estratégicos e Mobilização Coletiva 41
2.3 A Produção da História e a Construção da Memória Institucional 50
2.4 Referencial Teórico: Breve Síntese 58
3 METODOLOGIA 61
3.1 Escolha Epistemológica 61
3.2 Micro-história 65
3.3 A Narrativa Historiográfica e sua Construção 67
3.4 Delimitação Espacial, Temporal e Indivíduos 71
3.5 Fontes 73
4 INVESTIGANDO A GÊNESE DA IFAC: ACHADOS E INTERPRETAÇÕES 79
4.1 Panorama dos antecedentes da *International Federation of Accountants* 79
4.2 Entre crises, disputas e reformas: o caminho para formação da IFAC (1967-1977) 91
4.3 O Relatório *Metcalf*: Bastidores do Poder nas Instituições Contábeis Globais 99
4.4 IWP: O Primeiro Esboço de uma Ordem Contábil Global 116
4.5 Entre Inclusão e Resistência: ao Disputa pelo Papel da ICCAP na Formação da IFAC 125
4.6 A Constituição da *International Federation of Accountants* (IFAC) 139
4.6.1 Membros Fundadores 139

4.6.2 Entre Autoridade e Interesse: O Perfil dos Membros Fundadores 145
4.6.3 O Brasil na Fundação da IFAC: Representatividade ou Estratégia? 149
4.6.4 A Materialização da IFAC: Estrutura, Liderança e Prioridades Iniciais 159
4.7 Arquitetos da Governança Contábil Global: os Articuladores da IFAC e a Consolidação da Lógica Neoliberal 174
4.7.1 Reinhard Goerdeler: o Primeiro Presidente da IFAC 175
4.7.2 Gordon Cowperthwaite: o Primeiro Vice-Presidente da IFAC 178
4.7.3 Hilário Franco: O Contador Brasileiro na Construção dos Alicerces da IFAC 181
4.7.4 A IFAC e seus Articuladores: Entre a Regulação Privada e a Expansão Neoliberal 186
4.8 O Poder Invisível: Como as Grandes Firmas de Auditoria Modelaram a IFAC 191
5 CONCLUSÃO 216
REFERÊNCIAS 226
Fontes de Arquivo 226
Fontes Secundárias 237
APÊNDICES 248
Apêndice 1 248
Apêndice 2 253
Apêndice 3 271
Apêndice 4 273

1 INTRODUÇÃO

> Soweit es um die externen Ziele geht, steht die Harmonisierung der Grundsätze für die Rechnungslegung der Unternehmen und ihre Prüfung durch die Abschlußprüfer im Vordergrund; nur auf diese Weise kann der wachsenden finanziellen und wirtschaftlichen Verflechtung der nationalen Wirtschaftssysteme in der Welt Rechnung getragen werden.
> (Goerdeler, 1977, p. 41)

> Hier ist auf folgenden entscheidenden Punkt hinzuweisen: die angelsächsische Bezeichnung "accountancy profession" ist deshalb eine weitergehende, weil dort darunter auch solche Berufsangehörigen zu zählen sind, die in Unternehmen und öffentlicher Verwaltung Aufgaben des Finanz- und Rechnungswesens wahrnehmen.
> (Goerdeler, 1977, p. 41)

> Die Verbindung zur Wirtschaft ist für eine erfolgreiche Arbeit des Berufs, der in der Wirtschaft Dienstleistungen erbringt, unerläßlich.
> (Goerdeler, 1977, p. 45)

As citações em epígrafe são de autoria de Reinhard Goerdeler, primeiro presidente da *International Federation of Accountants* (IFAC). Elas destacam elementos centrais do discurso que marcou a fundação da organização em 1977: a busca por uma harmonização internacional das normas contábeis, a valorização da auditoria, a aproximação com o setor econômico e a adoção de uma concepção abrangente da chamada "*accountancy profession*". Embora expressas em linguagem técnica, essas formulações sugerem a emergência de uma nova orientação institucional e discursiva para o campo contábil.

A escolha dessas passagens como epígrafes não é acidental: elas servem como ponto de partida para questionar os significados, os interesses e as circunstâncias que moldaram a criação da IFAC. Que concepção de profissão contábil estava em disputa naquele momento? Quais foram os princípios orientadores dessa nova entidade internacional? E, sobretudo, como essas formulações dialogavam com as transformações mais amplas na ordem econômica e política mundial?

A fundação da IFAC, em 1977, insere-se num contexto histórico marcado pela intensificação da globalização econômica e pela reconfiguração das relações entre Estado, mercado e profissões reguladas. Nesse cenário, o campo contábil não se manteve à margem: ao contrário, foi atravessado por disputas em torno de sua função social, de seus modelos de

regulação e de sua inserção nas estruturas de poder global. A constituição de uma organização internacional, de caráter privado, voltada à coordenação da profissão em escala mundial, deve ser compreendida como parte de um esforço mais amplo de produzir um campo contábil integrado à lógica de governança transnacional, orientado pela eficiência, pela autorregulação e pela padronização normativa, elementos que, à época, ganhavam crescente centralidade nos debates econômicos e institucionais.

Este trabalho parte, portanto, da hipótese de que a criação da IFAC não resultou apenas de dinâmicas internas à profissão contábil, nem tampouco da consolidação de consensos técnicos, mas esteve profundamente vinculada à incorporação de valores, práticas e discursos compatíveis com um novo modelo de organização social e econômica em ascensão no período. Tal perspectiva exige um deslocamento analítico: em vez de tomar a IFAC como uma instituição consolidada e naturalmente legitimada no campo contábil global, propõe-se interrogar os processos históricos que possibilitaram a sua constituição como entidade normativa de alcance internacional.

Com o tempo, a IFAC passou a ser reconhecida como produtora de padrões considerados de "alta qualidade", como as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), hoje promovidas por organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essas normas são frequentemente associadas a ideais de transparência, *accountability* e combate à corrupção, sem que se questione criticamente quem é a instituição que as emite, quais interesses representa e que tipo de racionalidade promove. Ao invés disso, a IFAC tende a ser tratada na literatura como expressão de um consenso técnico, reforçando a imagem altruísta da profissão contábil como promotora do bem público.

Ao recuperar os discursos fundadores da IFAC e examinar os agentes e redes envolvidas na sua gênese, este estudo busca compreender como a contabilidade foi mobilizada como tecnologia de governança global e como esse projeto se construiu sob o signo da neutralidade, ocultando disputas e interesses que marcaram sua constituição.

Ao concentrar-se no período que antecede e culmina na fundação da IFAC, com ênfase nos anos que precederam o congresso internacional de 1977, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada da história e do papel desempenhado por essa organização na constituição do campo contábil global. A análise desse momento fundacional permite lançar luz sobre os mecanismos pelos quais determinadas ideias, valores e redes institucionais se articularam à difusão de uma racionalidade neoliberal no seio das instituições contábeis.

Compreender essa gênese é essencial para avaliar as implicações mais amplas das normas e práticas internacionais na formulação de políticas públicas e na governança econômica transnacional.

1.1 A Questão de Investigação e a Hipótese de Leitura

Com base nessa problematização inicial, delineiam-se a questão de investigação e a hipótese que orientam este estudo. A fundação da IFAC, em 1977, é frequentemente apresentada na literatura como uma resposta natural à crescente internacionalização dos mercados e à necessidade de harmonização técnica das práticas contábeis (Loft et al., 2006; Oulasvirta, 2014; Krishnan, 2021). Contudo, essa narrativa tende a obscurecer as disputas, os interesses e os processos históricos que possibilitaram a constituição da IFAC como instância normativa de alcance global (Ellwood & Newberry, 2007; Chiapello, 2017).

Neste contexto, a questão central que orienta esta investigação é: **como os processos históricos, as redes de atores e os discursos mobilizados nos anos que antecederam 1977 contribuíram para a criação da IFAC como expressão de uma nova racionalidade neoliberal no campo contábil internacional?**

A hipótese que sustenta este trabalho é a de que a fundação da IFAC não resultou apenas de uma evolução técnica ou de dinâmicas internas à profissão contábil, mas esteve profundamente enraizada nas transformações políticas e econômicas que marcaram o período. A criação da organização refletiu a incorporação de valores e práticas compatíveis com a lógica neoliberal emergente, tais como a promoção da autorregulação profissional, a ênfase na eficiência e na padronização, e a integração da contabilidade como instrumento de governança econômica transnacional.

Ao interrogar a gênese da IFAC sob esta perspectiva, busca-se revelar como determinados atores e redes institucionais foram capazes de inscrever interesses particulares e concepções específicas da profissão contábil em discursos que se apresentaram, e continuam a ser percebidos, como neutros e universais.

1.2 Neoliberalismo e Contabilidade: Bases Teóricas e Perspectivas Críticas

O neoliberalismo deve ser analisado criticamente para que se compreenda como ele se manifesta ao longo do tempo e em diferentes conjunturas históricas, sem se limitar a avaliar sua conformidade ou desvios em processos de implementação. Segundo Peck (2010), é necessário

um esforço crítico voltado para uma análise qualitativa das circunstâncias e redes que possibilitaram a atuação desse projeto ideológico e político na reformulação das instituições.

Nesta linha de análise, Chiapello (2017) observa que a referência ao neoliberalismo se tornou inevitável no pensamento crítico contemporâneo, uma vez que as discussões sobre o tema são majoritariamente conduzidas por aqueles que buscam questioná-lo. Assim, é natural que pesquisas críticas na contabilidade adotem o conceito de neoliberalismo como parte de suas narrativas interpretativas.

A partir desse horizonte crítico, Jones (1995) destaca que pesquisadores contábeis devem dedicar atenção ao conjunto de regras sociais nas quais se elaboram, justificam e disseminam as narrativas contábeis. Hopper et al. (1987) reforçam esta perspectiva ao defenderem que o conhecimento da conjuntura organizacional é essencial para compreender as expressões distintas que moldam argumentos e relações no âmbito contábil. Para esses autores, estudos ancorados nesse enfoque conseguem capturar de maneira rica como práticas contábeis são compreendidas, utilizadas e reproduzidas no universo social.

Esta compreensão encontra respaldo na reflexão de Burchell et al. (1980), segundo a qual a contabilidade teve um papel central na emergência do Estado moderno, sendo empregada em políticas públicas, no controle de preços, na estabilização econômica e no planejamento de recursos nacionais. Ainda segundo Jones (1995), o processo de contabilização molda a visão organizacional acerca do que é considerado relevante, produzindo uma concepção particular de realidade social. Assim, a contabilidade ultrapassa o status de mera técnica ou rotina de cálculo, configurando-se como um sistema de gestão social racional e influente, inserido profundamente no tecido social (Burchell et al., 1980).

Nesse quadro, Dardot e Laval (2016) destacam o papel das normas contábeis na consolidação da cultura empresarial no âmbito do Estado. Para esses autores, práticas de mensuração e incentivos, ancoradas na racionalidade econômica, operam como mecanismos de governamentalidade, moldando comportamentos sociais e orientando a ação pública. De acordo com essa perspectiva, o neoliberalismo não objetivou a retirada do Estado, mas sim a sua transformação: buscou converter a ação pública para que ela se submetesse às regras de concorrência e da eficácia características do setor privado (Peck, 2010; Dardot & Laval, 2016; Slobodian, 2021).

Dessa forma, o neoliberalismo não se restringiria aos aspectos econômicos do capitalismo, mas penetraria profundamente em diversas esferas da sociedade, influenciando tanto o Estado quanto a vida privada, por meio da mentalidade contábil que valoriza a

competição em todos os domínios da existência social (Dardot & Laval, 2016). Nesse sentido, Chiapello (2007) afirma que quando o neoliberalismo é concebido como uma maneira de coordenar a vida em sociedade, espera-se que as políticas públicas se tornem mais fracas. Isso ocorre porque o neoliberalismo influencia as formas de condução das condutas que são historicamente transformadas, independente das circunstâncias. Por essa razão a autora considera relevante que estudos contábeis enfatizem a mudança histórica que a governança neoliberal representa.

Contudo, Chiapello (2017) destaca que a investigação contábil relacionada ao neoliberalismo tem feito poucas incursões para desvendar as convenções subjacentes às técnicas contábeis. A autora enfatiza a necessidade de ampliar esse conhecimento, argumentando que a definição e escolha de uma convenção contábil são eventos políticos e não meramente técnicos. Ela ressalta a importância de estudos que foquem nos efeitos da implementação de técnicas específicas, considerando a diversidade dos atores envolvidos nesse processo. Por sua vez, Bigoni et al. (2024) afirmam existir um espaço ainda não preenchido sobre as circunstâncias históricas que envolvem a contabilidade e tipos contemporâneos de neoliberalismo.

1.3 Fronteiras Profissionais e Poder Global: A Profissionalização Contábil e a Gênese da IFAC

O processo de profissionalização, na visão de Larson (1977) representa uma estratégia deliberada de mobilização coletiva, orientada para conquistar legitimidade social, controlar nichos de mercado e institucionalizar estruturas formais. Autores como Larson (1977), Macdonald (1984; 1995) e Walker (1991; 1995; 2004) demonstram que o projeto profissional contábil se desenvolveu historicamente através de estratégias de fechamento social, utilizando argumentos como a defesa do interesse público e a padronização técnica para camuflar seu o verdadeiro objetivo: proteger vantagens de mercado e consolidar status privilegiado na estrutura social.

A literatura sociológica permite compreender que os caminhos adotados para elevar uma ocupação ao status de "profissão reconhecida" seguiu trajetórias distintas nos países centrais e periféricos do capitalismo (Larson, 1977; Macdonald, 1995). Nos primeiros, pode ser observada maior autonomia nos processos de regulamentação, tendo sido conquistada gradualmente pelos grupos atuantes em prol da profissionalização. Nos segundos, pode ser observada maior intervenção estatal no processo de reconhecimento profissional, além de serem frequentemente

utilizados modelos estrangeiros de profissionalização, que não se adequam às realidades sociais locais.

Para Macdonald (1995), em ambos os casos, mecanismos de exclusão baseados em características sociais foram empregados, contribuindo para o estabelecimento de fronteiras profissionais que usurpavam dos excluídos o direito de acessar benefícios sociais, perpetuando privilégios de grupos dominantes sob o discurso de neutralidade técnica. Os estudos históricos de Millerson (1964), Macdonald (1984), Macdonald e Ritzer (1988) e Walker (1991; 1995; 2004) revelam como as organizações contábeis nacionais utilizaram estratégias de fechamento social para estabelecer fronteiras profissionais e consolidar privilégios.

Essa mesma lógica de exclusão, originalmente desenvolvida em contextos nacionais específicos, foi posteriormente reconfigurada e ampliada para o cenário internacional. Para Harrington e Seabrooke (2020) as últimas décadas testemunharam a expansão da profissão contábil para um alcance mundial, impulsionada pela globalização dos mercados, expansão das multinacionais e demanda por padrões harmonizados. Porém os autores advertem que nesse processo "atual" de reconfiguração da atuação da profissão contábil não representa uma ruptura com os mecanismos históricos de fechamento social.

Harrington e Seabrooke (2020) argumentam que a transnacionalização da profissão contábil representa uma evolução do projeto profissional para escala global, na qual as estratégias tradicionais de profissionalização são repensadas, porém os objetivos de controle de mercado e mobilidade social são mantidos. Neste novo cenário, o domínio das normas internacionais emerge como novo capital, simbólico e valorizado no mercado multinacional, fundamentado no discurso apolítico da expertise técnica, configurando mecanismos de fechamento social reconfigurados para uma escala global.

A lente teórica da sociologia das profissões permite compreender a gênese da IFAC como expressão de uma nova racionalidade no campo contábil internacional, na qual mecanismos de fechamento social, historicamente empregados em contextos nacionais, foram adaptados ao cenário mundial. A profissionalização contábil em escala global, representada pela criação da IFAC em 1977, pode assim ser interpretada como consequência de processos históricos, redes de atores e discursos que, sob a aparência de harmonização técnica e interesse público, reproduziram estratégias de exclusão e monopolização em dimensão internacional.

1.4 Silêncios que Falam: A IFAC e a Construção de um Passado Contábil Global

A história não se apresenta como um registro transparente do passado, mas como um produto complexo de relações de poder que orientam o que é digno de ser lembrado e documentado, consequentemente, essa arquitetura de produção do conhecimento também determina o que deve ser silenciado (Trouillot, 1995). Na investigação sobre a gênese da IFAC como expressão de uma racionalidade neoliberal emergente no campo contábil internacional, torna-se relevante compreender não apenas o que os arquivos institucionais revelam, mas também, e talvez principalmente, o que eles ocultam.

Trouillot (1995) oferece um marco teórico indispensável para essa empreitada. Como observado por Carby (1995), a contribuição do trabalho de Trouillot ultrapassa os limites disciplinares convencionais, oferecendo ferramentas críticas para examinar a interseção entre poder e produção histórica. Esta abordagem permite problematizar os elementos da formação institucional da IFAC e contribuem para compreensão dos discursos que a legitimaram.

A relevância do trabalho de Trouillot (1995) para esta tese reside precisamente em sua análise dos quatro momentos em que os silêncios penetram na produção histórica: na criação das fontes, na montagem dos arquivos, na elaboração das narrativas e na construção retrospectiva da significância histórica. Ao identificar estes pontos de silenciamento, Trouillot (1995) revela o entrelaçamento profundo entre historicidade e poder, que permeia não apenas os arquivos institucionais da contabilidade internacional, mas também os processos mediante os quais o passado da profissão contábil é autenticado, ratificado e organizado como campo de saber.

Esta perspectiva teórica oferece ferramentas analíticas relevantes para examinar como a IFAC emergiu em 1977 como parte de um movimento mais amplo de transformação nas instituições globais, alinhado com a ascensão da racionalidade neoliberal. As estratégias propostas por Trouillot (1995) para confrontar as desigualdades de poder no conhecimento histórico nos permitem reposicionar evidências aparentemente escassas, gerando novas narrativas sobre a formação da IFAC. Para Carby (1995) essa abordagem permite dar destaque aos silêncios presentes nos documentos e narrativas oficiais, permitindo que eles "falem por si mesmos", revelando as complexas redes de atores, interesses e discursos que participaram da construção da narrativa do passado.

1.5 A Governança Global, a IFAC e o Neoliberalismo: Uma Lacuna na Literatura

A década de 1970 é apresentada por Harvey (2014) e Slobodian (2021) como um momento particularmente favorável à ascensão da agenda neoliberal. Práticas e políticas econômicas adotadas em diversos países nesse período evidenciam a defesa da privatização, a retração do Estado no âmbito do bem-estar social e a promoção da lógica de mercado como princípio organizador das relações sociais.

Segundo Slobodian (2021), foi também nesse momento da história que defensores das ideias neoliberais passaram a ocupar posições estratégicas em universidades, corporações financeiras, e organismos internacionais, como no BM, no FMI e na Organização Mundial de Comércio (OMC). Para Harvey (2014), a ascensão do neoliberalismo implicou uma transformação radical em estruturas anteriormente consideradas sólidas, como a soberania estatal, ao promover o mercado como o melhor regulador das relações sociais.

Essa reconfiguração exigiu, como observa Slobodian (2021), o domínio de técnicas de gestão e de informação capazes de controlar, conservar, acumular e mover grandes volumes de dados sobre o comércio global. Nesse cenário, a disseminação de tecnologias de informação tornou-se crucial para acompanhar e explicar os movimentos dos mercados globais (Harvey, 2014). Ao analisar esse processo, Slobodian (2021) destaca que o projeto neoliberal atuou para proteger o mercado através da criação de instituições e arranjos legais que sustentassem seu funcionamento.

Essa engrenagem institucional, descrita por Slobodian (2021) como o esforço para “encapsular o mercado”, visa redesenhar o papel do Estado e estruturar normas e entidades voltadas para a proteção da ordem de mercado. Nas palavras de Dardot e Laval (2016), esse processo inaugurou um novo tipo de poder global, no qual o mercado mundial se configura como "um vasto entrelaçamento movediço de coalizões entre entidades privadas e públicas que se valem de todos os meios e os registros (financeiros, diplomáticos, históricos, culturais, linguísticos etc.) para promover os interesses misturados dos poderes estatais e econômicos" (Dardot & Laval, 2016, p. 286).

Neste contexto de surgimento de entidades globais privadas e produção normativa, a contabilidade não permaneceu alheia. Em 1977, no 11º Congresso Mundial de Contadores, foi anunciada a criação da IFAC (IFAC, 2022). Desde então, a organização tem assumido crescente protagonismo na governança financeira internacional (Oulasvirta, 2014). A IFAC tornou-se o órgão normatizador de referência para a profissão contábil, sendo atualmente responsável pela

emissão das IPSAS, destinadas à harmonização dos relatórios financeiros dos governos (Krishnan, 2021).

As IPSAS são frequentemente associadas à melhoria da transparência e da prestação de contas públicas (Otrusinová & Šteker, 2013; Polzer et al., 2021), além de serem promovidas como instrumento eficazes no combate à corrupção (Rossi et al., 2016; Gómez-Villegas et al., 2020; Hamed-Sidhom et al., 2022). Organismos multilaterais como o BM, o FMI e a OCDE apoiam ativamente sua adoção global (Oulasvirta, 2014; Wang & Miraj, 2018; Baskerville & Grossi, 2019; Krishnan, 2021).

Apesar dessa narrativa amplamente favorável, um conjunto de estudos críticos tem problematizado a função desempenhada pelas normas IPSAS. Ellwood e Newberry (2007), por exemplo, argumentam que a contabilidade se converteu num instrumento de disseminação da lógica da competição no âmbito do Estado, moldando comportamentos e estruturas estatais segundo princípios neoliberais. Ainda assim, como aponta Rigoni et al. (2024), o debate acadêmico tem-se concentrado prioritariamente na análise das normas emitidas pela IFAC, sem dedicar atenção sistemática à instituição que as produz.

Em sua revisão, Rigoni et al. (2024) identificaram que a maioria dos trabalhos adota uma perspectiva neutra ou favorável às IPSAS, descrevendo seu processo de adoção ou seus efeitos técnicos, como em Alesani et al. (2012) e Jorge et al. (2016). Por outro lado, os estudos críticos, embora minoritários, chamam a atenção para a influência de princípios neoliberais na redefinição das racionalidades governamentais como em Oulasvirta (2014), Ellwood e Newberry (2007), Wickramasinghe et al. (2021). Essa constatação reforça a necessidade de investigar não apenas os efeitos das normas, mas também os processos históricos e institucionais (Chiapello, 2017) que possibilitaram o surgimento de entidades como a IFAC.

Alguns estudos vêm abordando temas correlatos, como Oulasvirta e Bailey (2016) que examinaram a construção de agendas políticas voltadas à padronização contábil na União Europeia. Por sua vez, Polzer et al. (2021) analisaram a adoção de normas IPSAS em economias emergentes e países de baixa renda. Krishnan (2021) investigou a implementação das IPSAS na Índia, enquanto outros estudos evidenciaram os fatores que levaram nove países europeus a rejeitar a adoção plena dessas normas (Polzer et al., 2021).

Para aprofundar o conhecimento sobre a produção acadêmica referente à IFAC, realizou-se uma pesquisa na base Scopus utilizando o termo "*International Federation of Accountants*", que resultou em 148 artigos. Após análise dos títulos e resumos, constatou-se

que apenas um estudo, o de Loft et al. (2006), dedicou-se diretamente a avaliar a IFAC como organização.

Loft et al. (2006) analisaram as mudanças nas estruturas de governança e responsabilidade dentro da IFAC, destacando como essas alterações moldaram os compromissos de interesse público da organização e evidenciaram a sua consolidação como entidade normatizadora internacional, com posição relevante na infraestrutura financeira global. Os autores observaram, contudo, que a influência crescente da IFAC na governança global ainda carece de estudos mais aprofundados.

A estrutura de financiamento da IFAC, composta pelas contribuições de seus membros e pelo Fórum de Empresas — do qual participam as quatro grandes firmas de auditoria global — reforça a necessidade de uma análise crítica sobre os interesses representados pela organização (Oulasvirta, 2014). De modo semelhante, Ellwood e Newberry (2007) questionaram a suposta neutralidade das IPSAS, argumentando que, ao promoverem uma lógica técnica de melhoria da informação contábil, essas normas coadunam com uma agenda política de matriz neoliberal.

As autoras chamam atenção para a necessidade de investigações que considerem tanto os efeitos das reformas no setor público quanto o papel e as implicações dos organismos normatizadores. Wickramasinghe et al. (2021) reforçam essa perspectiva ao sugerirem que as tecnologias de neoliberalização demandam pesquisas que explorem "se" e "como" o neoliberalismo produz formas específicas de governança nos diversos contextos sociais. Nesse sentido, Peck (2010) adverte que o neoliberalismo deve ser compreendido não como sistema autônomo, mas como projeto político intencional voltado à transformação institucional.

Apesar dessas importantes contribuições, verifica-se uma lacuna na literatura: enquanto estudos anteriores analisaram as normas emitidas pela IFAC e seus impactos, poucos se dedicaram a investigar as próprias origens da IFAC e como sua formação inicial pode ter contribuído para a disseminação dos princípios neoliberais no campo contábil. Esta pesquisa propõe-se a preencher essa lacuna, interrogando a constituição da IFAC no contexto das transformações político-econômicas da década de 1970.

1.6 Objetivo do Estudo

Esta pesquisa propõe-se a analisar as circunstâncias históricas e sociais que oportunizaram a criação de uma organização privada que, embora não possua poder formal para emitir normas de cunho obrigatório, tornou-se componente integral da governança financeira internacional

após o anúncio de sua fundação no 11º Congresso Mundial de Contadores em 1977 (Oulasvirta, 2014; Oulasvirta & Bailey, 2016).

O objetivo geral da tese é identificar como as origens da formação da IFAC estão associadas à disseminação do neoliberalismo nas instituições contábeis.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

i. Compreender as circunstâncias históricas e sociais que oportunizaram a criação da IFAC em 1977;

ii. Investigar a relação entre atores envolvidos na articulação que levou a criação da IFAC e suas conexões com a disseminação de princípios neoliberais.

Este trabalho propõe-se, portanto, a examinar a gênese histórica da IFAC, identificar os agentes e redes institucionais que impulsionaram sua formação e analisar a corrente de pensamento predominante entre esses atores. Como enfatiza Slobodian (2021), compreender o neoliberalismo exige enxergá-lo como um projeto político construído a partir de um quadro intelectual comum entre seus defensores. Adotando essa perspectiva, esta pesquisa busca iluminar as conexões entre a emergência de uma governança contábil transnacional e a difusão das racionalidades neoliberais no campo institucional.

1.7 Abordagem Metodológica

A construção desta tese fundamenta-se na epistemologia da *Nouvelle Histoire*, proposta inicialmente pelos Annales na França (Burke, 2012; Arruda, 2014). Em oposição à abordagem tradicional da história, centrada na narração linear de eventos, a Nova História propõe uma "historiografia do problema", abrangendo todas as dimensões da experiência humana e promovendo a colaboração interdisciplinar (Bloch, 2002; Burke, 2012). Os historiadores da contabilidade alinhados à Nova História são capazes de apresentar contranarrativas que reescrevem as versões tradicionais da história contábil (Funnell, 1998; Silva, 2016).

Nesta perspectiva, a história não é concebida como um mero acúmulo sequencial de fatos, mas como uma construção crítica dos acontecimentos vivenciados pela humanidade (Arruda, 2007). Este trabalho adota essa concepção crítica para analisar a gênese da IFAC, deslocando o foco de investigação das normas emitidas para a formação histórica da própria organização. Em consonância com este posicionamento, a lente analítica proposta pela micro-história foi utilizada como ferramenta metodológica de análise.

A micro-história, como desdobramento da Nova História, parte do princípio de que as transformações históricas não devem ser compreendidas unicamente por uma perspectiva

macroestrutural, e propõe analisar a partir de uma escala reduzida como esses processos se manifestam, são apropriados ou contestados (Levi, 2001; Burke, 2012). Essa leitura da história busca dar visibilidade aos detalhes inesperados e às contradições que os relatos clássicos muitas vezes deixam de lado, reconhecendo que o passado é marcado por incertezas e múltiplas possibilidades (Levi, 2001). Para o citado autor, ao explorar casos bem definidos com base em fontes heterogêneas e na reconstrução atenta das circunstâncias sociais, torna-se possível identificar a pluralidade de experiências e de racionalidades que estruturam o tecido da história.

Assim, a pesquisa visa iluminar os antecedentes sociais e políticos que permitiram a constituição da IFAC no final da década de 1970, bem como suas conexões com a disseminação do neoliberalismo como racionalidade organizadora global. A aplicação da perspectiva micro-histórica ao caso da fundação da IFAC busca evitar tanto o reducionismo estruturalista quanto a adoção de narrativas lineares e progressistas, privilegiando a análise das articulações concretas entre agência, poder e circunstâncias históricas. Essa abordagem permite evidenciar as tensões e contradições que permeiam o processo de institucionalização da governança contábil global, aspectos que outras tradições historiográficas tendem a negligenciar.

Inspirando-se em autores como Chiapello (2017) e Slobodian (2021), que propõem investigações sensíveis às articulações entre tecnologias de poder, programas de governo e racionalidades políticas, a análise adotará uma abordagem crítico-interpretativa, construída por meio da narrativa historiográfica[1]. Este posicionamento metodológico é enriquecido pela contribuição da micro-história, voltada a captar as lógicas institucionais e ideológicas em ação no momento fundacional da IFAC. Assim, a partir de um episódio específico e aparentemente técnico, a criação de uma federação profissional internacional, objetiva-se vislumbrar as dinâmicas mais amplas de transformação do campo contábil no cenário internacional. Dessa forma, pretende-se evidenciar se a IFAC foi concebida como uma organização alinhada ao projeto de governança neoliberal e como essa orientação influenciou a produção normativa e a modelagem de subjetividades em escala global.

Com base nesta abordagem epistemológica e na estratégica metodológica a ser detalhada adiante, esta tese busca preencher uma lacuna significativa na literatura contábil crítica ao investigar os antecedentes históricos da IFAC e suas possíveis conexões com a

[1] Narrativa historiográfica refere-se ao método pelo qual os historiadores constroem e apresentam o conhecimento histórico. Constitui uma forma específica de explicação metodologicamente estruturada (Topolsky (1976) que por meio da análise crítica de vestígios transformados em evidências demonstra como a história opera (Bloch, 2002). Nesse sentido, o reconhecimento da pluralidade de perspectivas históricas, característica da *Nouvelle Histoire*, fortalece o rigor disciplinar ao assumir que toda construção historiográfica é uma narrativa situada, fundamentada em evidências e submetida ao escrutínio crítico da comunidade acadêmica (Bloch, 2002; Burke, 2012).

disseminação de racionalidades neoliberais. Ao deslocar o foco da análise das normas para as instituições que as produzem, o estudo pretende contribuir teoricamente para a compreensão do poder como elemento estruturante da tecnicalidade contábil (Dardot & Laval, 2016; Slobodian, 2021). Em termos aplicados, propõe-se a oferecer novos instrumentos analíticos para a compreensão das relações entre contabilidade, governança global e neoliberalismo. Metodologicamente, adota uma perspectiva crítico-interpretativa ancorada na narrativa historiográfica, sob a perspectiva micro-historiográfica, rompendo com leituras naturalizadas e lineares da história contábil.

1.8 Contribuições e Relevância da Pesquisa

A escolha da perspectiva crítico-interpretativa para a análise da gênese da IFAC busca mitigar a prevalência de abordagens hegemônicas que tendem a excluir visões alternativas (Arruda, 2007, 2014). Ao deslocar o foco da investigação das normas para a instituição que as emite, esta tese propõe um novo olhar sobre a produção normativa no campo contábil, incorporando temas ainda pouco explorados, como o neoliberalismo (Dardot & Laval, 2016) e a formação de instituições globais privadas (Slobodian, 2021).

Do ponto de vista aplicado, a pesquisa propõe analisar os mecanismos e dispositivos utilizados na disseminação da governança neoliberal global, examinando como esses fatores influenciaram a constituição da IFAC e, por consequência, as práticas institucionais da contabilidade. Metodologicamente, adota-se uma abordagem crítico-interpretativa ancorada na micro-história para construção da narrativa historiográfica, que permite reconstruir os processos históricos e revelar disputas e interesses que moldaram a configuração contemporânea do campo contábil.

Ao focar no período de gênese da IFAC, desde o final da década de 1960 até sua fundação em 1977, o estudo busca compreender como ideias neoliberais foram incorporadas nas estruturas institucionais da contabilidade internacional. Este recorte temporal é fundamental para capturar as articulações entre o pensamento neoliberal emergente e a reorganização dos espaços de regulação contábil (Camfferman & Zeff, 2006; Slobodian, 2021).

A relevância teórica da pesquisa reside em trazer para o debate contábil reflexões críticas já consolidadas na sociologia, ciência política e história (Peck, 2010; Harvey, 2014; Dardot & Laval, 2016; Brown, 2019; Laval, 2020; Slobodian, 2021), nas quais o poder é compreendido como elemento central das práticas técnico-normativas. Tal perspectiva enfatiza

a tecnicalidade contábil não como neutra (Chiapello, 2017), mas como dispositivo de poder que influencia a formação de subjetividades e a condução das sociedades.

Finalmente, ao evidenciar as conexões entre práticas contábeis, instituições internacionais e a difusão do pensamento neoliberal, esta tese pretende contribuir para o aprofundamento da crítica histórica à constituição do campo contábil global e oferecer novos caminhos para a reflexão sobre o papel da contabilidade na governança contemporânea.

1.9 Estrutura do Trabalho

Esta tese está organizada em quatro capítulos, além desta introdução, que dialogam entre si para construir uma análise crítica e historicamente situada da formação da IFAC.

O Capítulo 2 desenvolve o referencial teórico, estruturado em três eixos complementares: o neoliberalismo como racionalidade política e econômica; os processos de profissionalização e mobilização coletiva na contabilidade; e a construção da memória histórica a partir de silenciamentos e disputas narrativas. O Capítulo 3 apresenta os fundamentos metodológicos da pesquisa, ancorados na tradição da *Nouvelle Histoire*, com ênfase na micro-história e na análise documental para construção da narrativa historiográfica.

No Capítulo 4, realiza-se a análise do processo de gênese da IFAC, destacando os atores, os discursos e os contextos que conformaram sua institucionalização. Por fim, o Capítulo 5 reúne as conclusões do estudo, suas contribuições e limitações, além de sugerir caminhos para investigações futuras que possam expandir ou aprofundar as questões levantadas por este trabalho, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da historiografia contábil crítica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O que sustenta a ordem global não é apenas o mercado ou os fluxos de capitais, mas também as práticas invisíveis que constroem consensos, definem regras e moldam subjetividades. Este Referencial Teórico propõe uma travessia crítica pelas origens e transformações do neoliberalismo, compreendendo-o como um projeto intencional de reconfiguração social que atravessou instituições e práticas cotidianas. A primeira seção está fundamentada principalmente nos trabalhos de Peck (2010) e Slobodian (2021), e objetiva descontruir a imagem de um neoliberalismo homogêneo e espontâneo para revelar sua face construída, recalibrada e encapsulada, sustentada por redes de atores, instituições supranacionais e normas travestidas de neutralidade técnica.

A segunda seção oferece base teórica para deslocar o olhar sobre a gênese da IFAC, com intuito de iluminar a constituição de um projeto profissional transnacional articulado a interesses globais. Neste movimento, o projeto profissional da contabilidade tornou-se inseparável da lógica neoliberal, transformando o contador não apenas em técnico, mas em operador de uma nova racionalidade de mercado. O leitor é, assim, convidado a enxergar o nascimento da IFAC como ato político e intencional, como um dos muitos dispositivos de poder que sustentam a arquitetura contemporânea da governança global.

A terceira seção discorre sobre os processos de construção da memória histórica, destacando como interesses particulares atuam para moldar o que é digno de ser demarcado no curso da história, e os que intencionalmente são ignorados e atribuídos como “lixo” da memória histórica. Nesse sentido, a contribuição de Trouillot (1995) é central ao evidenciar que a história é moldada por relações de poder que produzem silêncios, demarcando os elementos que merecem ser lembrados e a demarcação dos eventos que deverão permanecer ocultos. Ao incorporar essa perspectiva, torna-se possível problematizar as narrativas oficiais de fundação e expansão de organismos profissionais transnacionais, revelando como discursos de neutralidade e universalidade frequentemente ocultam conflitos, assimetrias e projetos de dominação simbólica.

2.1 Neoliberalismo: Origens, Transformações e Impactos Institucionais

Ao abordar o neoliberalismo, suas origens e transformações ao logo da história, faz-se necessário determinar sob qual perspectiva analítica do neoliberalismo esta tese construirá sua narrativa. Nesse sentido, o neoliberalismo será apresentado e interpretado sob uma perspectiva histórica e institucional alinhada aos trabalhos de Peck (2010) e Slobodian (2021), cujos textos

enfatizam as dinâmicas históricas e as estruturas institucionais que moldaram o neoliberalismo como um projeto político e econômico. Diferentemente, a abordagem filosófica de Dardot e Laval (2016) interpreta o neoliberalismo como uma racionalidade que molda subjetividades e práticas sociais, algo que não será o foco desta tese.

Os trabalhos de Peck (2010) e Slobodian (2021), apesar da abordagem ao neoliberalismo possuir foco diferente, podem ser considerados complementares, uma vez que Peck (2010) apresenta o neoliberalismo como um projeto construído e recalibrado ao longo dos anos, tendo por fundamento o mercado. Slobodian (2021) por sua vez, analisa como o neoliberalismo criou mecanismos para proteção do mercado, para o "encapsulamento" dele, visando resguardá-lo do alcance das práticas democráticas. Para os autores o neoliberalismo não pode ser reduzido a mero projeto de desregulamentação, mas um esforço dedicado a moldar estruturas globais com intuito de favorecer o mercado e proteger o capital.

Os citados autores, ao olharem o neoliberalismo por ângulos diferentes, porém não contraditórios, contribuem para o objetivo dessa tese tendo em vista o foco da análise realizada por cada um. Peck (2010) ilumina as formas específicas, incoerentes e locais de implementação do neoliberalismo, ele o avalia numa perspectiva micro, com uma lente próxima suficientemente para dar cor e cara, carne e osso, a esse movimento. Assim, a análise de Peck (2010) ao dar foco aos *think tanks* e redes acadêmicas como mediadores de ideias neoliberais traz à tona a perspectiva analítica dos atores, dando ênfase em como pessoas contribuíram para o projeto neoliberal construído de maneira iterativa, adaptativa e contraditória, tentando, por vezes, encontrar soluções para crises que ele próprio deu origem.

Por sua vez, Slobodian (2021) fornece uma visão macro de agentes globais, pois ao apresentar a história da criação da OMC demonstrou como organizações internacionais, contribuíram para institucionalizar práticas neoliberais em nível global voltadas à proteção do mercado global ante as incertezas e pressões democráticas nacionais. Porém, ambos os autores convergem ao demonstrarem como as crises econômicas funcionaram como verdadeiros catalizadores para o avanço neoliberal. Portanto, as abordagens de Peck (2010) e Slobodian (2021) revelam tanto a complexidade quanto a resiliência desse projeto, que continua a se adaptar e a sobreviver em meio a crises e contradições. Assim, a perspectiva analítica fornecida pelos citados autores contribuirá para uma compreensão multifacetada do neoliberalismo com características históricas, sociais e econômicas.

Peck (2010) denomina o neoliberalismo como um fundamentalismo de mercado fundado na crença ideológica de que o mercado é o mecanismo eficiente e justo para organizar

a vida em sociedade. Segundo ele, esse foi um produto de muitas mãos, muitas das quais ainda permanecem ocultas. Isso porque o neoliberalismo foi formatado ao longo de mais de meio século, porém, foi durante a crise econômica das décadas de 1970 e 1980 que a lógica do mercado como pressuposto de ordenação da sociedade ganhou força. Em suma, para entender o neoliberalismo, é crucial examinar sua história para uma compreensão mais profunda de suas raízes e implicações.

A lógica liberal que prevalecia no final do século XIX baseava-se na liberdade do comércio, no direito natural, na preservação da propriedade privada e no equilíbrio do mercado. Porém, tal visão não era unânime e havia divergências e tensões entre os defensores do liberalismo. Em um polo estavam os chamados reformistas sociais que defendiam a ideia do bem comum e no outro os partidários da liberdade individual de maneira absoluta. Tais divergências se acentuaram ao longo dos anos e a crise do liberalismo alongou-se de 1880 até 1930. As tensões preexistentes e as que surgiram no período entre a primeira e a segunda guerras mundiais são o pano de fundo da conjuntura social e política do surgimento do neoliberalismo (Dardot & Laval, 2016).

O movimento de repensar o liberalismo e suas crenças sobre o modo de organização da sociedade permeou o debate teórico nas sociedades industriais no cenário da primeira guerra Mundial (Corbanezi, 2021), uma vez que a guerra alterou a organização política e econômica europeias. Slobodian (2021) destaca que uma das consequências da primeira guerra mundial foi a redução no poder e influência de grandes impérios como Áustria, Hungria e Império Otomano tendo em vista as perdas territoriais e populacionais sofridas. O autor afirma que a guerra provocou enfraquecimento do sistema colonial europeu pois os acordos internacionais estabelecidos após a primeira grande guerra fizeram como que as colônias da Alemanha e do Império Otomano na África e no Pacífico Sul fossem divididas entre os vencedores da guerra. Para Slobodian (2021), o fim dos impérios globais foi crucial para que o neoliberalismo despontasse como movimento racionalmente elaborado, e os efeitos da primeira guerra contribuíram para a germinação desse pensamento.

A redução no poder dos impérios trouxe à tona o debate sobre a ideia de nação durante a década de 1920. Nesse período também ocorre o amadurecimento de uma visão mundial, por meio de debates empreendidos em torno da ‘economia mundial’ e do nascimento de uma ‘sociedade internacional’, temas e termos inéditos para época (Gorman, 2012). A Primeira Guerra Mundial revelou que o progresso não era garantido e que a economia poderia regredir. De acordo com Slobodian (2021) as medidas adotadas durante a guerra, como o racionamento

e a alocação de recursos em detrimento das forças de mercado, juntamente com a nacionalização de propriedades e a supressão de segredos empresariais, questionaram a visão sacra da propriedade e do capitalismo. Para o autor a guerra é vista como um evento que causou uma ruptura significativa no discurso neoliberal.

Assim, a perspectiva liberal do período pós-guerra favoreceu a política fundada no voto, na alocação de recursos e no predomínio da nação, ao invés da economia. A generalização do sufrágio universal, ainda que unicamente do voto masculino na Europa e na América do Norte, deu espaço para a ideia da democracia (Slobodian, 2021). Esse fato dificultou os ajustes nos ambientes internos, no universo particular dos domínios, pois o peso suportado pelas populações adquiriu força com a inauguração de mecanismos democráticos (Eichengren, 2000). Slobodian (2021) acrescenta que a assinatura de tratados de paz como meio de solução à guerra difundiu a crença de que a nação era o lugar adequado para organização das questões humanas.

Esse panorama não foi entendido como promissor pelos neoliberais, que buscaram meios de reconstituir a adequada harmonia entre o governo e o universo privado e dos contratos. Dedicaram-se, portanto, a estudos e empreendimentos que elevassem a propriedade privada a um novo patamar, de modo que o capital fosse capaz de superar os limites das fronteiras sem que houvesse riscos a sua expropriação, devendo ser protegido e ocupando lugar central na condução das sociedades. Mas para que isso fosse possível, tendo em vista o surgimento dessa nova ordem global, era necessário que instituições supranacionais e 'neutras' conduzissem o debate entre as nações (Slobodian, 2021).

A Câmara de Comércio Internacional e a Liga das Nações foram instituições com maior proeminência nesse período e, no ano de 1927, promoveram a Conferência Econômica Mundial, reunião pioneira a debater a economia em uma perspectiva global. A conferência adotou postura contrária ao movimento econômico empreendido no pós-guerra por meio do debate dos limites comerciais mundiais, e cunhou a expressão "barreiras tarifárias à livre circulação". Tal fato, somado ao isolamento adotado nesse momento pelos Estados Unidos, fez com que a Liga das Nações tomasse frente na proposição de estratégias voltadas a governança global da economia. Esse desenvolvimento de fórmulas econômicas de escopo mundial, segundo Slobodian (2021), contou com o comprometimento de Ludwig von Mises, Gottfried Haberler, Wilhelm Röpke, Lionel Robbins e Friedrich A. Hayek.

As relações entre pessoas e suas iniciativas para criar instituições foram destacadas por Slobodian (2021) e isso foi considerado por Abal (2021) como um importante avanço na discussão sobre o neoliberalismo, pois ele deu visibilidade ao papel desempenhado por figuras

da Escola de Genebra e por Friedrich A. Hayek. Slobodian (2021) mostra como essas pessoas se afastaram de um foco estritamente econômico, movendo o projeto neoliberal para a concepção de instituições e normas, proporcionando um ordenamento jurídico que protegesse o mercado. Na visão dos neoliberais da escola de Genebra, e de Friedrich A. Hayek, os governos e cidadãos poderiam prejudicar o mercado e seu funcionamento, especialmente por meio de decisões democráticas (Abal, 2021).

Peck (2010) descreve a história da neoliberalização como um processo dinâmico e incoerente de governança de mercado, que foi politicamente apoiado por seus defensores e socialmente construído ao longo do tempo. Esse processo não foi linear, nem tampouco predeterminado, tendo sido continuamente adaptado, ajustado e reconstruído ao longo do tempo. Nesse sentido, Slobodian (2021) destaca que apresentar as origens do neoliberalismo impõe demonstrar as raízes das relações existentes entre algumas de suas figurais mais influentes, uma vez que essa corrente de pensamento possui estreitos laços que foram construídos na Câmara de Comércio de Viena, local de trabalho de Ludwig von Mises a partir de 1909 durante um período de vinte e cinco anos. Nesse mesmo local Friedrich A. Hayek iniciou sua vida laboral no ano de 1921, trabalhando juntamente com Ludwig von Mises durante um ano e meio em questões relacionadas ao Tratado de Paz de *Saint Germain*.

Desta forma, pode-se dizer que o escritório de Ludwig von Mises foi local de encontro daqueles que no futuro representariam a frente neoliberal. De acordo com Slobodian (2021) a sala de Ludwig von Mises na Câmara de Comércio de Viena foi um local para geração e desenvolvimento intelectual internacional fora do ambiente acadêmico. Os debates e seminários ocorridos nesse local podem ser apontados como movimento embrionário da Sociedade *Mont-Pèlerin*, organização neoliberal que surgiria em 1947.

Apesar de sua origem ser na década de 1920, foi durante a crise global dos anos 1930 que as ideias neoliberais se desenvolvem, pois, o ambiente político e social após a primeira guerra mundial produziu dúvidas em relação à solidez da teoria econômica fundada na completa liberdade dos atores do mercado. Nesse universo, a economia passou a ser vista e entendida como global (Slobodian, 2021). Nesse movimento de repensar o Estado e seu papel diante da economia de mercado, Slobodian (2021) aponta que no final dos anos 1930, os neoliberais procuraram destacar a diferença entre suas ideias e as da esquerda, que defendiam a visão de que a economia poderia ser planejada e melhorada. No início dessa década, instituições dedicadas ao estudo dos ciclos econômicos representavam a modernidade na gestão do Estado, com foco em métodos econômicos e estatísticos abrangentes para compreender a economia

global. No entanto, a incapacidade desses métodos e cálculos estatísticos em evitar crises econômicas levou os neoliberais, que antes defendiam esses estudos, a mudar o argumento e o foco de seu discurso. Agora, os neoliberais passaram a advogar pela invisibilidade da economia, em contraste com suas posições anteriores.

Apesar de sua origem em planos estatísticos, dedicaram-se não a projetar a economia por meio de modelos teóricos ou cálculos, mas sim a difundir o argumento que a economia não poderia ser vista, portanto, não poderia ser controlada. Nesse enquadramento, dedicaram-se a pregar sobre a necessidade da existência de instituições adequadas para a função de proteger a economia mundial, sem a necessidade de caracterizá-la. Nesse momento os neoliberais abdicam da tentativa de controlar a economia e voltam-se para uma concepção que envolve o Estado, os regulamentos e as organizações em nível mundial. Desse modo, o pensamento neoliberal mostra-se como projeto racional voltado a redesenhar o Estado e suas leis com intuito de amparar a ordem de mercado (Slobodian, 2021).

Além do que foi discutido até agora, Slobodian (2021) argumenta que o neoliberalismo surgiu de um pensamento que buscava transcender a soberania nacional, pois os neoliberais viam as nações como causadoras de instabilidade nos campos econômico e político. O cerne da crítica às nações estava na ideia da soberania do consumidor, um termo introduzido por William H. Hutt em 1931, que promovia a ideia predominante de que a soberania pertencia ao indivíduo e não ao Estado-nação. Para o autor supracitado, Friedrich A. Hayek apropriou-se do conceito ao defender a liberdade do consumidor, mas essa soberania baseada no consumidor só seria possível dentro do arcabouço da federação.

Assim, nas décadas de 1930 e 1940 os neoliberais empreenderam debates em torno da desnacionalização do governo, de modo a desatar adversidades derivadas da soberania popular, do ufanismo econômico e da proletarização (Dardot & Laval, 2016). Nos extensos debates sobre um governo global e federalista, empreendidos por Ludwig von Mises, Friedrich A. Hayek e Lionel C. Robbins, a condução econômica seria dissociada de assuntos culturais e internos, e a economia estaria acima dos governos graças a uma figura pública supranacional (Slobodian, 2021).

Ainda que não desenhada premeditadamente pelo pensamento neoliberal o ordenamento internacional do pós-guerra alinhava-se ao ideal de dupla governança. Segundo Slobodian (2021), o mundo organizou-se no entorno de superestruturas globais monitoradas pelo FMI e BM ambos originados em 1944, assim como pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) assinado em 1947. O autor enfatiza que o BM e o FMI atuavam para manter uma estabilidade

do câmbio por meio da conversão da moeda, com intuito de contribuir para proteção das nações do ágio internacional. O GATT, para tormento dos neoliberais, propunha-se a assegurar o amplo emprego. Essa emancipação política fundada na habilidade de conciliar a política econômica visando a conquista do estado de bem-estar foi o desenho do sistema de *Bretton Woods* (Slobodian, 2021).

Para o autor supracitado o sistema de *Bretton Woods* foi uma mistura de ideias paradoxais, pois combinava princípios neoliberais com medidas que iam diretamente contra o neoliberalismo. Nesse sentido, o autor destaca que a conversão do poder global da Liga das Nações em Organização das Nações Unidas e a adoção por ela da democracia calcada na premissa de um país um voto entre os países participantes, estreou um pensamento diametralmente oposto ao difundido pela ideia de federação dos neoliberais. Além disso, o aumento do foco nos direitos humanos após 1945 pode ser visto como uma adição desfavorável ao sistema de governo global. Diante desse cenário, Dardot e Laval (2016) afirmam que os neoliberais se esforçaram em reprimir as demandas por garantias sociais e econômicas, buscando legitimar um comando global no qual investidores e empresas detivessem os principais direitos, em detrimento do cidadão.

O movimento liberal após as duas grandes guerras mundiais dedicou-se à defesa do capital estrangeiro, mais especificamente, defendiam o direito soberano do investidor estrangeiro na livre movimentação do capital para além das fronteiras. Se concentraram no desenho de instituições e normas que acautelassem o capital. Entendiam o despojamento da propriedade estrangeira e a restrição ao deslocamento do capital como ruptura elementar de direitos. Friedrich A. Hayek acreditava que o enigma e a incompreensibilidade do mercado seriam solucionados caso fosse assegurado como princípio de que as escolhas individuais fossem pautadas na concorrência, desse modo, se tornaria possível a adequada divisão do trabalho[2] e alocação de recursos. Suas ações e pensamentos foram determinantes nos caminhos trilhados pelo neoliberalismo a partir de então (Slobodian, 2021).

Nesse sentido, os neoliberais passaram a enfatizar os direitos dos investidores devido à percepção de que uma das consequências das guerras foi a diminuição dos direitos sobre propriedades privadas. Eles consideravam as expropriações ocorridas na União Soviética após 1917 como símbolo e marco da violação do direito à propriedade. Os neoliberais criticaram veementemente a nacionalização de ativos europeus ocultos pelos Estados Unidos após a

[2] Divisão social do trabalho deve ser entendida como a diferenciação de atividades com atribuições definidas, visando impulsionar e potencializar a produção. Durkheim (2012/1983).).

Segunda Guerra Mundial, bem como a apropriação de ativos alemães pela Suíça. Para eles, esses episódios representavam graves violações do direito à propriedade, enfatizando a necessidade de respeitar o princípio da separação entre soberania e propriedade durante os períodos de guerra. Portanto, os neoliberais defendiam a ideia de que governar um país não significava ter controle sobre os bens localizados dentro de suas fronteiras (Solobodian, 2021).

Nesse panorama, Slobodian (2021) argumenta que no período pós-grandes guerras, tanto a Câmara de Comércio Internacional quanto os neoliberais influentes dentro dela, se voltaram para desenvolver um sistema legal que garantisse a separação entre propriedade e território. De acordo com Slobodian (2021) os neoliberais argumentavam que uma ordem internacional de comércio eficaz deveria reconhecer os direitos dos investidores como sendo superiores, até mesmo aos direitos civis, e, portanto, defendiam restrições à soberania nacional. Inicialmente, essa proposta foi vista como utópica e nostálgica do século XIX. Entretanto, o autor argumenta que o cenário mundial de algumas décadas depois demonstraria o contrário, uma vez que a consumação de acordos bilaterais e a prevalência desse modelo na governança do comércio internacional durante a década de 1990 demonstraram que o outrora sonho neoliberal poderia ser um caminho viável.

As organizações e os tratados bilaterais que se multiplicaram ao longo dos anos 1990 foram frutos, ou derivações, do modelo inaugurado em 1958 quando a Alemanha Ocidental e o Paquistão realizaram um acordo bilateral no qual o país europeu aconselhou o asiático a frear a campanha interna de industrialização e dedicar-se a exportação de alimentos, ou seja, tornar-se um produtor mundial na agricultura. Os acordos bilaterais voltados para investimentos abriram o corredor para passagem dos direitos dos investidores e, junto com esses, conduziram ao plano real a aspiração neoliberal. Esses tratados representaram a sacramentação da tutela jurídica do capitalismo fundamentado no advento dos direitos humanos assumidos como direitos comerciais (Slobodian, 2021).

A elevação dos direitos comerciais ao patamar de direito humano fundamental baseava-se na crença neoliberal que esses direitos eram essenciais para assegurar o adequado funcionamento dos mercados e para o exercício da liberdade individual, conforme discutido por Slobodian (2021). Essa forma de enxergar os direitos comerciais tem estreitas ligações com as soluções utilizadas pelos neoliberais para o enfrentamento das crises que ocorreram entre a década de 1960 e 1970. Para o autor, ao reposicionar os direitos comerciais ao patamar de um direito humano fundamental os neoliberais desejavam proteger e impulsionar a liberdade

econômica como meio adequado para enfrentamento das crises econômicas, ou seja, pelo reforço das ideias neoliberais buscavam proteger o capital.

Nesse sentido Harvey (2014) discute que no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, a economia global enfrentou uma grave crise, e isso levou a ampliação do pensamento neoliberal como resposta. Crises fiscais foram uma realidade global durante esse período, marcada por estagnação econômica e alta inflação. O sistema de taxas de câmbio fixas estabelecido em *Bretton Woods* em 1944 revelou-se inadequado, levando ao abandono dessas taxas em 1971. O crescimento econômico robusto observado nos países capitalistas após 1945 deu lugar a dificuldades econômicas, com países recorrendo ao FMI para enfrentar crises fiscais, como foi o caso da Grã-Bretanha entre 1975 e 1976. Para Harvey (2014) essa conjuntura impulsionou a adoção de políticas neoliberais, caracterizadas pela desregulamentação, privatizações e redução do papel do Estado nas políticas de bem-estar social.

Segundo Peck (2010) as políticas adotadas por Margaret Thatcher não podem ser caracterizadas como mera redução das funções do Estado. Em vez disso, foram estratégias neoliberais voltadas para reestruturar e redefinir o papel do Estado de acordo com a lógica de mercado. O objetivo dessas políticas era alinhar as novas formas de intervenção e regulamentação estatal com princípios de competição e busca por lucro, transformando o Estado em um facilitador das dinâmicas de mercado, ao invés de apenas reduzir sua presença.

O papel do Estado deveria ser reconfigurado para promover e manter estruturas necessárias, e garantidoras, da propriedade privada, dos mercados e comércio livres. Se necessário, o Estado deveria utilizar de sua força, não para intervir, mas sim, para assegurar o adequado funcionamento dos mercados e, em áreas nas quais não houvesse um mercado em funcionamento, como por exemplo nos serviços de saúde, educação e segurança social, o Estado deveria criá-lo e a intervenção deveria ser reduzida a níveis mínimos após o evento de criação (Harvey, 2014).

Segundo Peck (2010), Milton Friedman argumentava, desde os anos 1950, que o projeto neoliberal, que buscava combater formas coletivistas de organização social, não poderia ser alcançado apenas pela recuperação dos fundamentos clássicos do liberalismo. Para Friedman, o neoliberalismo precisava ser construído de forma intencional, pois visava à defesa da liberdade individual, que, segundo ele, não seria garantida pelo simples *laissez-faire*, mas pela promoção da concorrência. Nesse cenário, o Estado teria o papel de guardião das regras da concorrência, estabelecendo as condições adequadas e fiscalizando o seu funcionamento para evitar a formação de monopólios. Além disso, Peck (2010) afirma que Friedman acreditava que

o cidadão deveria ser protegido da interferência estatal, e que a concorrência no mercado livre e privado seria o mecanismo para proteger as pessoas umas das outras.

Assim, desde o início, o neoliberalismo teve como objetivo, em sua essência, primeiro cooptar e depois transformar a lógica de funcionamento do Estado. O pensamento neoliberal foi cuidadosamente articulado como uma crítica às políticas de bem-estar social, tendo sido fomentadas e difundidas através de *think tanks* defensores da ideologia do livre mercado, assim como, pelo mercado financeiro, empresas e pelos veículos de comunicação tradicionais da elite (Peck, 2010). Os problemas macroeconômicos que se prolongaram na década de 1970, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, de acordo com Peck (2010), forneceram o momento histórico propício para o despontamento da ideologia neoliberal. Nessa conjuntura, instituições internacionais como FMI, BM e OMC influenciavam a organização das finanças e do comércio em âmbito global. Defensores do pensamento neoliberal cresceram na relevância política e no reconhecimento acadêmico especialmente após Friederich A. Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976 receberem o prêmio Nobel da economia (Harvey, 2014).

Conforme discutido, o modelo neoliberal avalia o Estado não mais pela sua capacidade de garantir direitos e soberania, mas sim pela adoção de práticas econômicas que favorecem o mercado mundial (Harvey, 2014; Slobodian, 2021). Sob essa perspectiva, Dardort e Laval (2016) afirmam, que, um Estado moderno é visto como responsável se adota as melhores práticas de gestão para garantir estabilidade nas relações comerciais, especialmente para investidores estrangeiros. A divulgação de resultados econômico-financeiros é feita para atender aos interesses financeiros dos investidores. Conforme o entendimento do neoliberalismo contemporâneo discutido até aqui, não deve ser negligenciado o fato de ele possuir uma história e de que essa história entrelaça em seu enredo pessoas, instituições e organizações. Segundo Peck (2010), Harvey (2014), Dardort e Laval (2016) e Slobodian (2021) a atuação dos Estados passou a ser avaliada segundo critérios econômicos em um mercado global conduzido por entidades privadas e instituições internacionais, projetadas para ocupar um lugar acima dos governos nacionais.

Peck (2010) adverte que as reformas baseadas no neoliberalismo não seguiram um caminho uniforme, mas foram iniciativas que fizeram parte de um desenvolvimento contraditório da prática neoliberal. Apesar das incoerências, o autor destaca que o neoliberalismo "falhou para frente" (Peck, 2010, p. 6), ou seja, a estratégia neoliberal foi ajustada por meio da própria intensificação do neoliberalismo. O autor supracitado afirma que as sucessivas propostas neoliberais inovadoras incluíram governança descentralizada, parcerias

público-privadas, gestão por auditoria e diversas outras medidas destinadas a atender os objetivos multifacetados da governança de mercado. Além disso, o autor ressalta que o neoliberalismo impulsionou uma expansão de intervenções regulatórias alinhadas ao mercado.

Essa governança, global e conduzida por entidades não governamentais, atribuiu poder e legitimidade ao movimento de produção de normas internacionais elaboradas por organismos privados ou por um processo público-privado. Nesse universo, a produção das normas contábeis não foi alheia, e no ano de 1973 foi criado o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Commitee* (IASC), que em 2001 converte-se em *International Accounting Standards Board* (IASB), e em 1977 a *International Federation of Accountants* (IFAC). O processo de produção de normas de validade internacional por organismos privados deriva da premissa de que as entidades privadas possuem um modo de funcionamento mais eficiente e dinâmico e, portanto, estariam aptas a elaborar normas para regulação em substituição às leis. Nessa moldura, o Estado age como um agente estratégico que espera que esses organismos não governamentais e globais coordenem o mercado internacional (Dardot & Laval, 2016).

Chiapello e Medjad (2009) discutem a transferência da responsabilidade e do poder pela emissão de normas contábeis atribuído ao IASB a partir de 2002 e, para eles, o IASB é uma instituição privada sobre a qual a União Europeia não tem qualquer tipo de controle institucional. Segundo os autores, as quatro grandes firmas de auditoria do mundo, as chamadas *Big Four*, exercem poder determinante no processo de definição dos padrões contábeis e a influência dessas empresas cresce à medida que se eleva a complexidade das normas. Além disso, os autores afirmam que essas empresas exercem interferência relevante para que o padrão contábil Anglo-Americano seja prevalente no processo de definição de normas globais para a contabilidade.

Chiapello e Medjad (2009) afirmam que grande parte dos integrantes do IASB já trabalhou para alguma das *Big Four* e que essas empresas são as maiores financiadoras dos projetos de definição de normas, além de serem os principais atores responsáveis por garantir a aplicação prática dessas normas. Segundo Loft et al. (2006) as normas contábeis são cada vez mais longas, sofisticadas e utilizam linguagem técnica complexa. Os autores destacam que também na IFAC os envolvidos no processo de definição de normas fazem parte de uma elite contábil global, e em sua maioria, também oriundos das *Big Four*. Loft et al. (2006) destacam que desde a criação da IFAC em 1977 uma pequena elite de contadores passou a regulamentar um universo de mais 2,5 milhões de profissionais contábeis em todo mundo.

Segundo Chiapello (2017), o processo de estabelecimento de convenções contábeis, ou seja, a escolha entre várias alternativas possíveis para padronizar uma técnica contábil, pode ser comparado a um investimento na forma, mais especificamente na norma. A autora argumenta que esse investimento é mais dispendioso inicialmente, mas a longo prazo promove economia de recursos ao reduzir o tempo necessário para fazer escolhas. Essa economia ocorre porque, entre as muitas opções possíveis, uma já foi selecionada e padronizada. No entanto, Chiapello (2017) alerta que esse processo de padronização cria um efeito de "caixa preta", no qual a escolha original não é questionada, apenas aplicada e replicada.

Para Chiapello (2017), a escolha de um sistema de convenções contábeis em vez de outro gera efeitos epistêmicos, pragmáticos e políticos. Os efeitos epistêmicos ocorrem porque as técnicas contábeis visam produzir conhecimento. Os efeitos pragmáticos resultam do uso das normas contábeis para decidir e agir, contribuindo assim para a construção do mundo e das pessoas. Já os efeitos políticos surgem porque essas convenções assumem uma organização específica do mundo. Para Chiapello (2017) a análise das convenções dos sistemas contábeis pode revelar os sistemas de pensamento subjacentes e, no caso do neoliberalismo, isso ajuda a entender como suas ideias e discursos se inseriram nos sistemas contábeis e os efeitos resultantes dessas convenções.

Nesse capítulo foi discutido como os intelectuais liberais promoveram a mudança do esquema liberal capitalista visando resgatá-lo, uma vez que perceberam a insuficiência das prescrições liberais em definir fronteiras para a intervenção governamental. Foi apresentada a genealogia da corrente neoliberal e sua origem anterior ao surgimento da Sociedade *Mont-Pèlerin*, demonstrando como a certidão de nascimento do movimento neoliberal possui raízes na década de 1930. Deste modo, o neoliberalismo não pode ser visto como sucessor do liberalismo, nem tão pouco como sua perversão. O neoliberalismo não defende a ausência do Estado, assim como não se dedica a dar limites ao governo político, ele atua de outro modo ao desenvolver a lógica do mercado como racionalidade coletiva (Slobodian, 2021; Dardot & Laval, 2016).

2.2 Teorias da Profissionalização: Projetos Estratégicos e Mobilização Coletiva

O estudo das profissões representa um campo de investigação produtivo nas ciências sociais, tendo experimentado diversas abordagens teóricas ao longo do tempo. A literatura sociológica tem sistematicamente analisado a formação de organizações profissionais como um processo multidimensional de mobilização coletiva, orientado simultaneamente para três objetivos

estratégicos: a conquista de legitimidade e reconhecimento social, o estabelecimento de mecanismos de controle sobre nichos específicos de mercado e a institucionalização de estruturas formais que garantam sua perenidade (Millerson, 1964; Macdonald, 1984, 1995; Walker, 1991, 1995, 2004).

Para Macdonald e Ritzer (1988), desde as abordagens funcionalistas iniciais até as considerações críticas contemporâneas, fundamentadas em discussões que envolvem poder e mercado, a sociologia das profissões têm dedicado esforço e atenção para entender como certas ocupações atingem status profissional (Macdonald & Ritzer, 1988). Para os citados autores o surgimento de uma profissão não deve ser entendido como um desencadeamento natural do decurso do tempo, mas sim, uma construção política, decorrente de um esforço coletivo, fruto de disputas entre grupos ocupacionais em contextos históricos específicos.

Nesse sentido, ao discutir o conceito de projeto profissional, Larson (1977) afirma que este decorre de um processo histórico no qual determinados grupos ocupacionais buscam realizar a restrição ao acesso de um nicho específico do mercado de trabalho, que até então, poderia ser exercido livremente. Ao estabelecer o monopólio sobre determinada área de atuação objetiva-se legitimar a atuação dos pertencentes ao grupo restrito e construir maior respeitabilidade perante a sociedade. Portanto, a construção do projeto profissional decorre de uma estratégia premeditada de atuação coletiva de forma a converter uma expertise técnica em recompensas financeiras e sociais, tendo em vista a limitação ao exercício de determinado ofício, restringindo o acesso ao conhecimento, de modo a torná-lo como um recurso escasso (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

Desse modo, a articulação do projeto profissional envolve duas dimensões, a econômica e a social, que para Larson (1977), são representadas pela construção do mercado de serviços profissionais (dimensão econômica) e pela ascensão na estrutura social (dimensão social). Para Macdonald (1995) o conhecimento formal e abstrato assume protagonismo como capital simbólico, central nas disputas profissionais. Ele destaca o conhecimento como ativo que deve ser controlado, destacando-o como elemento estratégico, cuja posse e controle permitiria o exercício do poder sobre a definição de problemas, a formulação de soluções e os critérios de avaliação do sucesso.

Contudo Macdonald (1995) acrescenta que a estruturação estratégica do projeto profissional envolve a interação de diversos elementos que ultrapassam os limites do conhecimento formal, abrangendo as instituições profissionais, o Estado e o mercado, configurando um circuito dinâmico que visa estabelecer e perpetuar o monopólio profissional.

Larson (1977) afirma que a estratégia de construção do projeto profissional opera mediante três esferas interligadas: a cognitiva (produção e controle do conhecimento técnico), a normativa (promoção de uma ética profissional voltada ao interesse público) e a avaliativa (estabelecimento de prestígio e autoridade comparativa frente a outras ocupações).

A Tabela 1 resume algumas das estratégias empregadas ao longo do tempo por grupos ocupacionais na construção da profissionalização, tendo por fundamento os estudos sobre esse tema desenvolvidos por Millerson (1964), Macdonald (1984) e Walker (1991, 1995, 2004).

Tabela 1

Estratégias de Profissionalização de Grupos Ocupacionais Destacadas pela Literatura

Estratégia	Descrição	Objetivo Principal
Desenvolvimento de um corpo de conhecimento abstrato	Sistematização de saberes especializados sob controle do grupo profissional.	Reforçar exclusividade e autoridade técnica.
Estabelecimento de instituições formais	Criação de associações, conselhos ou ordens profissionais para representação e regulação interna.	Garantir organização política e normatização da prática.
Controle sobre o treinamento e a certificação	Definição de critérios de acesso, formação e qualificação profissional.	Regular a entrada e assegurar padrões internos.
Obtenção de reconhecimento estatal	Busca por respaldo legal, licenciamento ou regulamentação oficial da profissão.	Legitimar o monopólio do exercício profissional.
Elaboração de códigos de ética	Estabelecimento de normas de conduta e responsabilidade profissional.	Assegurar confiança pública e justificar autonomia.
Construção de uma ideologia profissional	Formulação de narrativas e valores que reforcem o prestígio, a autoridade e o papel social da profissão.	Legitimar a posição do grupo e naturalizar sua dominação simbólica.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Millerson (1964), Macdonald (1984) e Walker (1991, 1995, 2004).

Como pode ser observado na Tabela 1, as estratégias utilizadas por grupos profissionais ao longo do tempo foram diversas e, muitas vezes, aplicadas de forma simultânea, conforme as particularidades de cada caso. Embora não se trate de uma lista exaustiva, os elementos apresentados ilustram que, historicamente, o aumento do reconhecimento social de uma ocupação resultou de arranjos tático-estratégicos intencionais, direcionados à consolidação de um determinado objetivo. Esses arranjos evidenciam que a profissionalização não ocorre de maneira espontânea, mas sim por meio de ações coordenadas que visam estabelecer autoridade, garantir legitimidade e reforçar a posição social do grupo envolvido (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

Contudo, torna-se relevante destacar que, por vezes, os estudos iniciais sobre desenvolvimento das profissões não levaram em consideração o impacto que diferentes culturas exerciam sobre o caminho utilizado pelos indivíduos no desenvolvimento desses grupos ocupacionais (Macdonald, 1995). Para o citado autor, muitas vezes as profissões foram descritas como uma fórmula de aplicabilidade universal, quando em verdade sua aplicabilidade estava restrita ao ambiente anglo-americano.

Nesse sentido o autor adverte que o processo de profissionalização ocorre de maneira desigual em diferentes contextos geopolíticos. Em países pertencentes ao centro do capitalismo, aos quais a narrativa historicamente construída perpetua o título de "desenvolvidos", as profissões, normalmente, emergem através de um processo mais independente e orgânico, no qual esses grupos conquistam gradualmente a autorregulação, ou seja, o direito de estabelecer suas próprias normas e padrões internos (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

Para os citados autores, esse processo independente e orgânico legitima a atuação desses grupos perante a sociedade, que atribui valor e importância para os membros pertencentes ao grupo, conferindo-lhes status privilegiado e aceitação cultural. Na visão de Larson (1977) e Macdonald (1995) a autonomia proporciona que as profissões definam, nesses locais, os limites de sua jurisdição e controlem o acesso ao campo de atuação com menor interferência externa.

Em contraste, nos países periféricos, que por sua vez são caracterizados como países em desenvolvimento, o processo de profissionalização apresenta peculiaridades que demandam maior detalhamento. Nesses locais a profissionalização, frequentemente, segue modelos importados, enfrenta maior intervenção estatal e precisa negociar sua legitimidade em contextos de recursos limitados e desigualdades estruturais mais profundas (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

A utilização de modelos externos de profissionalização provoca uma ruptura no processo de construção da identidade profissional de um determinado local, pois ao invés da profissão ser construída a partir de sua trajetória histórica original, são utilizados modelos transplantados de outros locais, que não consideram características particulares ou culturais, ou quaisquer outras necessidades específicas. Desse modo, o conhecimento técnico importado como "modelo" é implementado sem que seja realizado um processo crítico de avaliação das premissas que fundaram o conceito, não sendo consideradas variáveis como viabilidade do modelo ou aplicabilidade prática (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

Além desses fatores, nos países periféricos pode ser observado maior controle por parte do Estado, que frequentemente, desempenha o papel de regulador e legitimador das profissões.

Nesse contexto a autonomia profissional é limitada, havendo maior controle por parte do Estado em relação à atribuição de funções, controle de acesso e regulamentação das práticas profissionais. Larson (1977) e Macdonald (1995) advertem que a maior participação do Estado no processo não deve ser interpretada como uma ação puramente altruísta que visa atender às necessidades de determinados grupos sociais. Para os autores deve ser reconhecida a existência de uma dinâmica política complexa na qual grupos organizados atuam sistematicamente para influenciar decisões governamentais, seja na esfera legislativa, executiva ou regulatória, buscando direcionar políticas públicas para beneficiar seus interesses específicos.

Nesse sentido, mesmo quando o Estado assume um papel ativo no contexto profissional não se deve ignorar o questionamento sobre quais interesses realmente estão sendo atendidos. As políticas estatais frequentemente refletem, não apenas considerações técnicas ou de bem-estar social, mas também o resultado de pressões organizadas por parte de grupos com maior capacidade de articulação política e acesso aos centros de decisão. Esta perspectiva contribui para revelar que a intervenção estatal, por si só, não garante a promoção do interesse público mais amplo, pois o próprio aparato estatal sofre influências assimétricas que podem privilegiar determinados setores da sociedade em detrimento de outros com menor poder de mobilização e representação (Larson, 1977; Macdonald, 1995).

Ao analisar as formas como grupos sociais buscam maximizar suas vantagens nesse processo de restrição ao acesso de certa ocupação Weber (1922/2015) introduziu o conceito de fechamento social. Esse conceito tornou-se central nos estudos sociológicos dedicados a compreender como estas estruturas são concebidas e quais mecanismos são utilizados para manutenção de uma posição privilegiada ao longo do tempo. O conceito introduzido por Weber foi posteriormente aprofundado pela literatura sociológica. Parkin (1979) expandiu esse conceito ao explicar que o acesso aos recursos e recompensas fica restrito a um grupo de "elegíveis", daqueles considerados qualificados para participar do grupo. Porém essa restrição não deriva necessariamente de elementos como expertise técnica ou capacidades intelectuais, mas frequentemente se origina de mecanismos de exclusão baseados em características sociais ou físicas dos indivíduos.

Assim, atributos como cor, gênero ou classe social são utilizados como estratégia de exclusão, promovendo o fechamento social, que ao estabelecer fronteiras ao exercício profissional usurpa dos excluídos o direito de acessar os benefícios sociais reivindicados como "naturais" dos que fazem parte do grupo dos privilegiados (Larson, 1977; Macdonald, 1995). Nesse contexto, as associações profissionais defendiam suas reivindicações sob o discurso de

atuarem em prol do interesse público como organizações apolíticas fundamentadas na neutralidade técnica, conforme argumentado por Larson (1977). A autora acrescenta que o profissionalismo disseminava a ideologia de "ausência de classe" que, contraditoriamente, teve como efeito a consolidação de privilégios das classes dominantes, pois ao defenderem a superioridade fundamentada no conhecimento técnico, estabeleceram padrões de aprendizado e desempenho que, muito mais do que atender ao interesse público, protegeram privilégios ocupacionais existentes.

A análise de Larson (1977) revela como o profissionalismo, longe de desafiar a estrutura de classes, a oculta e reforça, pois a ideologia profissional contribui para mascarar as relações de classe ao enfatizar o individualismo e o mérito individual. Segundo a autora, a ênfase na educação como via de mobilidade social nega ideologicamente as barreiras estruturais de classe e etnia, promovendo a ilusão de uma sociedade meritocrática, ao mesmo tempo em que constitui uma forma peculiar de mobilidade coletiva que não questiona, mas legitima, a estrutura social existente.

Nessa perspectiva, estudos históricos como os de Millerson (1964), Macdonald (1984) e Walker (1991, 1995, 2004) demonstraram como as organizações contábeis recorreram a justificativas como a defesa do interesse público ou a padronização técnica para sustentar seu monopólio profissional. Milerson (1964) evidenciou que os sistemas de treinamento profissional, voltados à legitimação da expertise técnica, são estruturados com longos períodos de formação e estágio que demandam tempo e extensos recursos financeiros para seu financiamento, privilegiando determinados grupos sociais. Ele também observa que a linguagem técnica especializada, molda-se através de um vocabulário particular, que atua como marcador de pertencimento, estabelecendo fronteiras em relação aos não-especialistas.

Macdonald (1984) ao analisar a profissão contábil na Escócia destacou que os contadores escoceses obtiveram êxito ao estabelecer prestígio social em virtude das ligações que as lideranças desse movimento possuíam com a elite (aristocracia, juristas e elite mercantil). Desta forma, a posição social conquistada pelos membros da profissão contábil foi validada e reconhecida graças às redes de relacionamentos existentes com grupos tradicionalmente respeitáveis da sociedade escocesa.

Walker (1991) evidenciou como argumentos de superioridade técnica e compromisso ético foram mobilizados em processos judiciais e legislativos como instrumentos retóricos para manter a exclusividade da designação "*chartered accountant*" na Escócia. Ele concluiu que o

privilégio da utilização dessa denominação foi mantido tendo em vista a mobilização de capital aliado a alianças estratégicas com o campo jurídico e as conjunturas políticas do período.

Walker (1995) também demonstrou que os eventos históricos que impulsionaram as primeiras organizações de contadores na Escócia e na Inglaterra derivaram de um conflito político no qual os contadores desses lugares perceberam estar sendo desafiados por outros atores no âmbito de sua ocupação. Portanto, o autor conclui que esses casos demonstram que não foi a busca por mobilidade social que fundamentou a atuação desses indivíduos, mas sim a necessidade de defender status econômicos e sociais existentes contra ameaças de atores externos.

Por sua vez, Walker (2004) demonstra que, embora os contadores ingleses frequentemente justificassem suas ações como proteção ao público contra profissionais inescrupulosos, suas verdadeiras motivações revelavam-se mais complexas. O estudo da profissionalização contábil em locais como Londres, Manchester, Sheffield e Liverpool evidenciou que o real objetivo do movimento era a proteção de vantagens de mercado. Os contadores utilizaram uma estratégia de fechamento social que demarcava fronteiras de atuação e estabelecia hierarquias internas, classificando os profissionais contábeis como "superiores" e "inferiores". Este processo permitiu que grupos dominantes dentro da profissão subordinassem grupos considerados inferiores, consolidando e ampliando o status privilegiado na estrutura social e profissional.

Contudo, se os projetos profissionais contábeis emergiram em contextos nacionais específicos, as últimas décadas testemunharam um movimento de expansão das fronteiras da profissão para o âmbito global. Harrington e Seabrooke (2020) analisaram esse fenômeno como parte de uma tendência mais ampla de transnacionalização profissional na qual profissionais atuam além das fronteiras tradicionais do estado-nação. Esses profissionais globais mobilizam sua expertise técnica atuando para além das fronteiras e, muitas vezes, como intermediários entre diferentes sistemas regulatórios, culturais e de mercado.

Para os citados autores a transnacionalização da profissão contábil foi impulsionada por fatores que estão interligados como a globalização dos mercados, a expansão das empresas multinacionais e a demanda por padrões contábeis harmonizados internacionalmente. Conforme discutido sobre o neoliberalismo, esse processo é permeado por lutas, resistências, reformulações e ressignificações. Nesse sentido, Harrington e Seabrooke (2020) afirmam que a expansão profissional para o âmbito internacional não ocorreu de forma homogênea e isenta de resistências. Ela também inclui forças que resistem à mudança dos padrões locais,

construídos a partir das diferentes trajetórias históricas de profissionalização, como em Oulasvirta (2014).

Segundo Harrington e Seabrooke (2020), a transnacionalização da profissão contábil manifesta-se em múltiplas dimensões, que incluem: a harmonização das normas técnicas, a internacionalização das firmas contábeis, governança profissional transnacional e mobilidade profissional. A Figura 01 ilustra o cenário da transnacionalização interligado em seus elementos principais. Nessa esquematização, as linhas sólidas bidirecionais representam as relações diretas com o conceito central, enquanto as linhas tracejadas entre os elementos indicam as interrelações entre as diferentes dimensões, sugerindo como cada aspecto influencia os demais, criando um sistema integrado de transnacionalização contábil.

O círculo superior representa a harmonização de normas técnicas materializada pelos padrões internacionais para apresentação de relatório financeiro no âmbito privado (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e público (IPSAS). O círculo inferior demarca a governança profissional transnacional, materializada em organizações como IFAC e IASB, representando o suporte da transnacionalização, por meio da criação de uma estrutura institucional. A construção de uma figura pública move a harmonização do campo das ideias para a ação, através da concretização de uma estrutura que a promove de forma estratégica.

Esse arranjo operacional exige que sejam realizados acordos de reconhecimento mútuo, entre organismos profissionais, que ao reconhecerem a validade das normas, reiteram a posição de poder do órgão que as emite, na figura esse movimento é representado pela mobilidade profissional. Por fim, a internacionalização das firmas contábeis representa a expansão global de grandes empresas de auditoria, que nesse processo, se constituíram como redes globais de serviços profissionais.

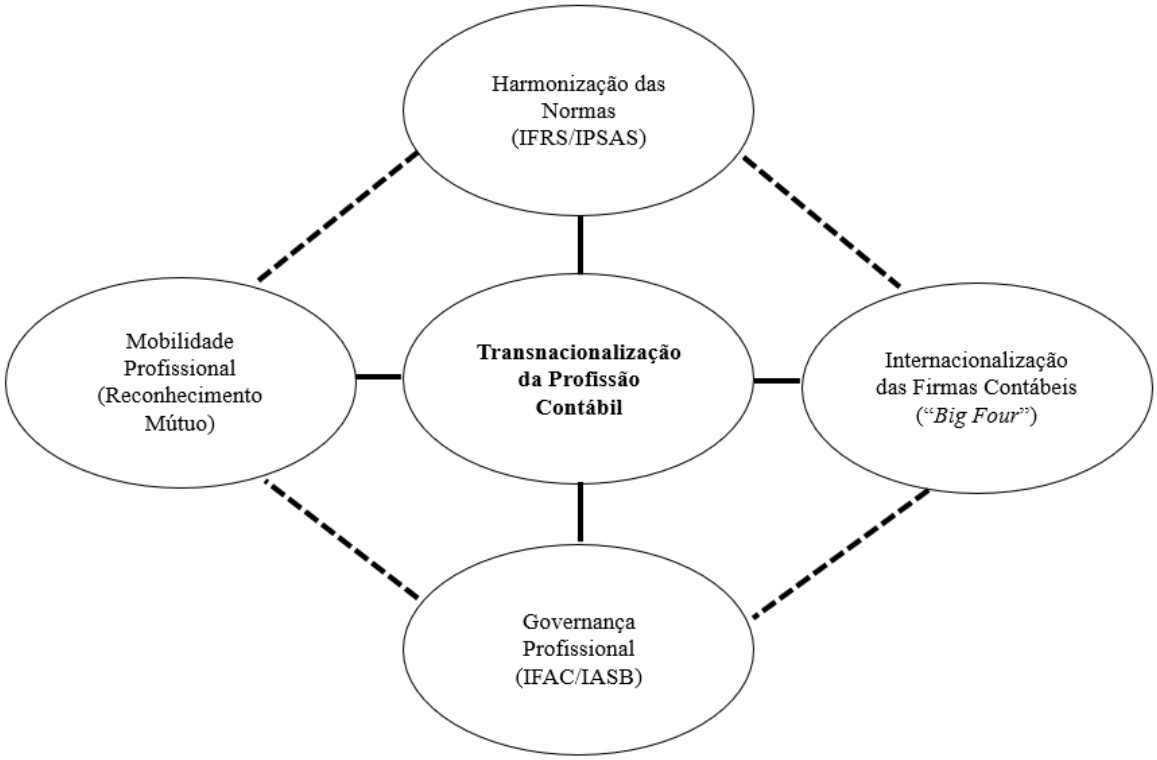


Figura 1Principais elementos da Transnacionalização Contábil
Fonte: Elaborado pela autora com base em Harrington e Seabrooke (2020).

Essa perspectiva sugere uma evolução do projeto profissional contábil para uma nova escala, na qual estratégias de profissionalização são reimaginadas para um contexto globalizante, porém realizando a manutenção do controle de mercado e mobilidade social, conforme observado por estudos como os de Larson (1977) e Macdonald (1995). Nesse sentido, Harrington e Seabrooke (2020) argumentam que essa transnacionalização tem implicações significativas para a autonomia profissional e para as relações de poder dentro da profissão, através do estabelecimento de uma nova hierarquia: o domínio da norma.

No cenário da transnacionalização o domínio das complexas normas internacionais representa um capital simbólico, fundamentado no discurso neutralizante da expertise técnica, que é valorizado no mercado global de serviços profissionais (Harrington & Seabrooke, 2020). Assim, os citados autores sugerem que as circunstâncias atuais da transnacionalização, não ocorrem de forma inclusiva, mas sim representam mecanismos de fechamento social que repetem estratégias de exclusão e monopolização agora reconfiguradas para uma escala global.

O referencial teórico aqui apresentado oferece, portanto, um conjunto integrado de conceitos e perspectivas para a análise dos projetos profissionais em geral e da profissionalização contábil em particular, permitindo compreender tanto suas raízes históricas quanto suas manifestações contemporâneas em um mundo cada vez mais interconectado. Um aspecto particularmente relevante para o alcance dos objetivos dessa tese volta-se para

compreensão dos mecanismos de fechamento social, adaptados ao contexto transnacional, e presentes na gênese da IFAC.

2.3 A Produção da História e a Construção da Memória Institucional

A compreensão crítica dos processos de profissionalização numa perspectiva global exige, ainda, uma reflexão sobre a construção da memória histórica e institucional. Neste sentido, Trouillot (1995) oferece elementos fundamentais. Carby (1995) argumenta que a análise de Trouillot (1995) ultrapassa fronteiras disciplinares convencionais, oferecendo uma perspectiva profunda sobre como o poder opera na construção do conhecimento histórico. Para a autora, a investigação meticulosa realizada por Trouillot (1995) dos quatro momentos em que os silêncios emergem na produção histórica, revela não apenas como os arquivos são formados, mas como todo o processo de legitimação, formalização e ordenamento do passado é permeado por dinâmicas de poder.

Carby (1995) considera a construção teórica do autor valiosa, pois ela não apenas diagnostica o problema dos silenciamentos históricos, mas também fornece ferramentas metodológicas para contestá-los. Para autora essa abordagem permite ressignificar evidências com disponibilidade restrita, reposicionando-as como suporte para narrativas alternativas. A autora também destaca que a reconstrução da narrativa histórica a partir de elementos “ocultos” permite o questionamento do próprio silêncio, proporcionando que ele “fale” e, assim, revele as estruturas de poder que os produziram.

Ao fazer os silêncios falarem, Carby (1995) afirma que não apenas se recupera vozes suprimidas do passado, mas também se constrói alternativas para um futuro mais justo e inclusivo, no qual a produção de conhecimento não reproduz as mesmas estruturas de dominação. Em diálogo com essa perspectiva, a ênfase de Adichie (2009) sobre a relevância de haver um 'equilíbrio de histórias', conceito que ela atribui a Achebe (1989), pode funcionar como um meio de resistência e reparação contra os silenciamentos históricos, oferecendo um caminho prático para desafiar as estruturas de poder que Trouillot (1995) identifica como fundamentais na produção histórica desigual.

Essa preocupação em romper com narrativas únicas e em promover um equilíbrio de histórias foi incorporada por Guedes (2014), que em sua obra ilustrou como releituras intencionais da história, tal como sugerido por Trouillot (1995), podem contribuir para o conhecimento no presente de passados ocultos. Ao debruçar-se sobre as variações nas "qualidades de cor" atribuídas a um mesmo indivíduo ao longo do tempo, Guedes (2014) revela

que os registros paroquiais de batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Sé no Rio de Janeiro colonial não devem ser interpretados apenas como fontes administrativas, pois em verdade, funcionavam como verdadeiras tecnologias de poder. Sua analítica demonstra que os registros não refletiam as hierarquias sociais da época unicamente, mas também contribuíam para produzi-las, moldando e limitando as possibilidades de existência social dos sujeitos.

Retomando essa articulação entre narrativa e poder, Adichie (2009) reforça que a imposição de uma história única está intrinsecamente ligada a relações de dominação. Para a autora, essa prescrição possui uma concepção intrínseca de superioridade quando determina quais histórias são contadas e como serão narradas. Complementarmente, Trouillot (1995) afirma que a história deriva das estruturas de poder, porém o poder não se apresenta com clareza suficiente para dispensar um exame minucioso, pois ele atinge sua expressão máxima quando permanece oculto e o maior desafio consiste, justamente, em revelar suas origens escondidas.

Relevante destacar que Trouillot (1995) realiza uma análise profunda sobre a dupla significação contida no conceito de "história". Ele afirma que esta palavra possui uma duplicidade semântica: em uma de suas dimensões ela se refere aos eventos reais, ao que de fato aconteceu no passado, contudo, sobre outro ponto de vista ela também representa aquilo que é conhecido sobre o passado, ou seja, as narrativas ou representações dos eventos ocorridos. Por esta razão o autor afirma haver em toda narrativa histórica uma separação entre os eventos reais e a forma como esses eventos são contados.

Desse modo Trouillot (1995) chama a atenção para as circunstâncias históricas específicas e como estas se manifestam na narrativa construída para contar a história. A história, na visão de Gaddis (2002), não representa uma simples reunião de fatos, mas uma construção narrativa baseada em decisões sobre o que incluir, excluir, e como organizar os acontecimentos. Para ele, o historiador estrutura o passado em uma sequência que possa ser compreendida e para isso se utiliza de lógica, causalidade e cronologia. Nesse mesmo sentido, Trouillot (1995) reforça que os silêncios não são meras lacunas ocasionais, mas resultados sistemáticos de processos que operam desde a emergência dos eventos até a sua fixação na memória coletiva. A relação existente entre o fato e a narrativa do fato se modifica ao longo do tempo, sendo influenciada pela cultura e dinâmica de poder.

Esta observação possui centralidade no argumento teórico de Trouillot (1995), pois chama atenção para os mecanismos de produção histórica, nesse sentido, a escolha entre o que será digno de ser reconhecido como memória e o que deverá ser silenciado, não pode ser desconectado das estruturas de poder presentes em cada época. A história, portanto, não é

apenas o registro do passado, mas um processo dinâmico e contextual de construção de significado, influenciado pelas condições sociais, políticas e culturais em que é produzida.

Nesse sentido, o autor ressalta a existência de uma questão circular na produção da narrativa histórica que envolve poder e historicidade, isso porque narrar a história constitui um instrumento de poder e, simultaneamente, esse poder decorre de um produto histórico. Assim, Trouillot (1995) rejeita a aceitação passiva da ideia de que a história é escrita pelos vencedores, e exorta ao questionamento sobre como essas figuras alcançaram o poder de terem suas narrativas aceitas como versões “oficiais” da história. Para o autor, a capacidade de ter uma narrativa aceita como "história oficial" não decorre de uma vitória abstrata, mas de processos históricos concretos de acumulação de poder, legitimação e institucionalização.

Segundo a interpretação de Trouillot (1995), o processo histórico real determina quem tem o poder de narrar, e esse poder, então, molda a compreensão dessa mesma historicidade. É um processo circular, porém o retorno se dá em um novo patamar, com maior complexidade, após atravessar contradições e sínteses. Assim, trata-se de uma circularidade que não reitera, mas transforma, pois a história é, em si mesma, um processo contingente, atravessado por disputas e sedimentado em camadas sucessivas de produção e silenciamento. Gaddis (2002) insiste que a história constitui um meio para se pensar criticamente o mundo e para isso estimula que seja utilizada análise contextual. Para ele o conhecimento histórico ajuda a desenvolver a consciência da contingência e da complexidade dos eventos humanos.

Desse modo, os citados autores abordam a natureza complexa e contingente da história a partir de perspectivas que podem ser consideradas complementares. Enquanto Trouillot (1995) foca nas dinâmicas de poder que moldam a produção do conhecimento histórico, Gaddis (2002) aponta para como esse conhecimento pode ser utilizado criticamente. Os dois autores, portanto, abordam aspectos complementares do processo histórico: sua produção e seu uso como ferramenta analítica.

A Tabela 2 sintetiza a concepção de Trouillot (1995) sobre os dois lados da historicidade, ilustrando o envolvimento das pessoas nessa dinâmica, o que ele atribuiu conceitualmente como seres "duplamente históricos", por estarem simultaneamente envolvidos no processo sócio-histórico (historicidade 1) e nas construções narrativas sobre esse processo (historicidade 2). O pensamento de Trouillot (1995) ganha relevância sobretudo pela sua insistência que esses dois lados da historicidade sejam analisados concretamente pois, para o autor, eles se entrelaçam em contextos específicos de produção histórica, revelando os

exercícios diferenciais de poder que tornam certas narrativas possíveis enquanto silenciam outras.

Tabela 2

Historicidade, processo sócio-histórico e construções narrativas

Aspecto	Historicidade 1	Historicidade 2
Definição	A materialidade do processo sócio-histórico	O palco para futuras narrativas históricas
Natureza	Realidade social objetiva dos acontecimentos	Construção narrativa sobre os acontecimentos
Componentes	Ações, eventos, estruturas sociais concretas	Relatos, interpretações, representações
Atores Humanos	- Agentes: ocupantes de posições estruturais - Atores: sujeitos em interface com contextos específicos - Sujeitos: vozes conscientes de sua própria vocalidade	- Narradores: produtores de significado histórico - Intérpretes: dão sentido aos processos vividos - Autoridades: legitimam certas versões da história
Temporalidade	Ocorre no tempo presente de cada momento	Retrospectiva, olha para o passado a partir de um presente
Relação com Poder	Estruturas de poder que determinam posições sociais	Poder de legitimar certas narrativas e silenciar outras
Sobreposição	Os processos sociais já contêm elementos narrativos	As narrativas são elas próprias processos sociais

Fonte: Elaborada pela autora com base em Trouillot (1995).

Nessa perspectiva o autor destaca que os seres humanos desempenham, na história, três papéis (agentes, atores e sujeitos) e demonstra como esses se relacionam com os dois lados da historicidade. Gaddis (2002) corrobora esse argumento ao sustentar que os acontecimentos históricos resultam da combinação de elementos intencionais (a ação humana) e elementos não intencionais (circunstâncias e estruturas). Segundo o autor, a história procura compreender as conexões entre esses acontecimentos, mesmo reconhecendo a impossibilidade de reproduzir integralmente o passado.

A dimensão da participação humana na história como agente, na visão de Trouillot (1995), leva em consideração que as pessoas ocupam alguma posição dentro da estrutura social, representando categorias como classe, gênero ou ocupação (trabalhador, escravo). Sob essa perspectiva, as pessoas existem em relação às estruturas sociais mais amplas que definem as posições por elas ocupadas. O papel das pessoas interpretado como atores envolve a dimensão contextual e contingente da história, pois as pessoas agem em contextos históricos específicos, dotados de particularidades temporais e espaciais. Nesse sentido as pessoas interagem com circunstâncias concretas que são únicas em cada momento histórico. Por fim, a perspectiva da participação humana como sujeito envolve a consciência de si, o reconhecimento de que

integram o contexto social como vozes ativas e conscientes de seu lugar na narrativa. Assim os sujeitos definem os termos sob os quais suas próprias situações podem ser descritas, como será narrado.

Essa perspectiva analítica tem potencial explicativo da dupla composição inseparável da historicidade, sendo composta pelo processo socio material da história vivida, na qual as pessoas são agentes e atores, inseparável das narrativas e significados construídos sobre esse processo, na qual as pessoas são sujeitos. A originalidade do trabalho de Trouillot (1995) manifesta-se no reconhecimento que tais dimensões não são separáveis na prática, elas estão sempre entrelaçadas, representando a condição "duplamente histórica" dos seres humanos. O desafio da produção histórica é justamente compreender como essas dimensões se articulam em contextos específicos, revelando como o poder opera na legitimação de certas narrativas e no silenciamento de outras.

Essa articulação entre experiência vivida e representação histórica foi evidenciada por Guedes (2014) quando destacou exemplos de indivíduos que, ao longo do tempo, deixaram de ser identificados por marcas raciais explícitas, revelando uma capacidade de negociação simbólica e prática. Mais do que simplesmente desaparecer dos registros, a cor tornou-se uma dimensão menos central na representação desses sujeitos, muitas vezes em decorrência de conquistas sociais concretas. Com isso, Guedes (2014) mostrou que, mesmo em um regime profundamente hierarquizado como o escravismo colonial, havia margem para a ação histórica daqueles que se encontravam nas camadas inferiores da estrutura social. Essa possibilidade de agência, ainda que limitada, revela a força da análise histórica crítica proposta tanto por Guedes (2014) quanto por Trouillot (1995), ao revelar as fissuras nos processos de dominação e os modos pelos quais sujeitos subalternos reconfiguravam suas trajetórias.

No plano teórico, Trouillot (1995) se posiciona criticamente em relação a duas visões extremas e opostas da história: a realista e a construtivista. O autor considera a visão realista como mecânica, pois considera a história unicamente como um processo objetivo, que possui existência independente das narrativas que são construídas sobre ela. Por usa vez a perspectiva construtivista é considerada pelo autor como ingênua, pois reduz a história somente a narrativas ou textos, como se a realidade histórica fosse meramente uma elaboração discursiva. Nesse sentido o autor propõe uma abordagem processual não volta unicamente para definir ou categorizar o que a história é mas dedicada a compreender como a história funciona na prática, examinando os processos concretos de produção histórica.

A partir dessa perspectiva, o autor afirma que o entendimento da história parte do esforço de compreendê-la criticamente, a partir das condições nas quais a narrativa histórica é construída, considerando a duplicidade que compõe a historicidade, sem desconsiderar a forma como o poder opera para legitimar determinadas vozes e narrativas enquanto outras são silenciadas. Para Trouillot (1995) esse mecanismo abre espaço para possibilidades de contestação, pois o poder não se dá de modo incontestável, sobretudo em sua capacidade de silenciar. As contradições e fissuras presentes nos processos de poder deixam espaço para narrativas alternativas emergirem e desafiarem versões dominantes da história.

Segundo este autor, a história é sempre o produto de relações de poder que moldam não apenas o que é lembrado, mas também o que é silenciado. Para o autor, o silêncio histórico é produzido ativamente em quatro momentos distintos do processo de produção da história: (i) na criação dos fatos, quando certos eventos e experiências são reconhecidos como dignos de registro enquanto outros são ignorados; (ii) na coleta de fatos, ao se decidir quais registros e documentos serão preservados e arquivados; (iii) na recuperação dos fatos, ao selecionar quais eventos serão mobilizados na construção de narrativas históricas; e (iv) na atribuição de significado retrospectivo, quando interpretações posteriores reconfiguram o valor e o papel de determinados fatos no relato histórico.

A análise de Trouillot (1995) revela como o poder opera em cada etapa, formulando silêncios sistemáticos e estruturais que moldam a compreensão do passado. Assim, o autor identifica que o silêncio opera desde o momento em que um evento é registrado pela primeira vez. O autor esclarece que todo registro é, antes de tudo, seletivo, pois parte de um processo de escolha, e ao escolher reconhecer um fato, outro, necessariamente, será excluído. Para o autor esta seletividade não é neutra e reflete a concentração seletiva do poder de definir o que é registrado como história. Assim, mesmo os fatos aparentemente mais objetivos, como censos, registros paroquiais ou registros contábeis, são produzidos através de decisões sobre o que contar e como contar.

A institucionalização da memória envolve a criação e organização de arquivos, que Trouillot (1995) descreve como um ato ativo de produção do silêncio histórico. Por esta razão o autor não considera os arquivos como repositórios passivos de informação, mas como locais de poder que estabelecem: os elementos substantivos e formais da narrativa; impõem restrições sobre o que pode ser discutido; transmitem autoridade ao estabelecerem regras de credibilidade e ajudam a circunscrever as histórias que devem ser conservadas através de critério de atribuição de relevância. Para o autor este processo envolve múltiplas camadas que incluem os

produtores de informação, as evidências, os temas e os procedimentos para classificar e organizar o conhecimento histórico.

Na construção de Trouillot (1995) o poder do silêncio também está presente na recuperação dos fatos, pois ainda que se presumisse a presença de um elemento neutro que registrasse fielmente todos os acontecimentos, o acesso e a reconstrução dos fatos históricos continuariam marcados por desigualdades. Portanto, este terceiro momento envolve a seleção do que é considerado relevante na recuperação dos fatos para investigação histórica. Por esta razão ele enfatiza que as narrativas históricas têm por suporte entendimentos prévios, que por sua vez, possuem fundamento na distribuição do poder arquivístico. Esta camada de silenciamento determina quais fatos são recuperados e quais permanecem enterrados nos arquivos.

Por fim, o último elemento da presença do poder do silenciamento destacado por Trouillot (1995) envolve a interseção dos silêncios acumulados nas três etapas anteriores ao considerar que eles se articulam e se fortalecem durante a atribuição de significado aos eventos históricos. Nesse momento, o significado retrospectivo é produzido, determinando como o passado será entendido e qual sua relevância para o presente. Por isso, o autor afirma que desenterrar silêncios não representa unicamente a revelação de um dado inédito presente nos arquivos, ou que a eles será acrescentado, mas exige um projeto orientado por uma interpretação, ou seja, um trabalho intencional de releitura histórica. Gaddis (2002) adverte que o historiador opera a partir de um ponto de vista no presente e isso molda sua interpretação dos eventos passados.

Os silenciamentos históricos identificados por Trouillot (1995) podem ser interpretados como manifestações específicas das interdições discursivas teorizadas por Foucault (2004) como: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. O silêncio contido na criação dos fatos (Trouillot, 1995) pode ser correlacionado ao tabu do objeto, pois a análise de Foucault (2004) argumenta que certos objetos não podem ser abordados diretamente, e por isso se tornam tabus. O ritual da circunstância na visão de Foucault (2024) volta-se para os elementos constituídos que autorizam quem tem o poder de fala, indo além, circunscrevendo também quando e como esse poder pode ser exercido.

Essa perspectiva pode ser correlacionada ao segundo momento de silenciamento (coleta e preservação dos fatos), quando a institucionalização da memória é executada por meio da criação e organização de arquivos. Já o terceiro e quarto momentos da natureza do poder no silenciamento debatidos por Trouillot (1995), recuperação dos fatos e atribuição de significado,

podem ser relacionados ao direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Nessa argumentação Foucault (2004) chama atenção para a autoridade reconhecida para falar sobre determinados temas, representando o poder que determinadas figuras possuem em detrimento de outras. A articulação teórica realizada por ambos se dedica à compreensão das operações do poder que determinam o que pode ser dito, quem pode dizê-lo e como esse dizer é estruturado e legitimado.

Desse modo, as visões dos citados autores reconhecem a natureza interpretativa e situada do trabalho historiográfico. Enquanto Trouillot (1995) enfatiza como os silenciamentos históricos são estruturados e como exigem uma releitura intencional para serem revelados, Gaddis (2002) ressalta que essa própria releitura é inevitavelmente influenciada pela compreensão presente do historiador. Por sua vez, quando Trouillot (1995) chama atenção para a importância de dar voz aos silêncios, ele questiona os bloqueios que, como apontou Foucault (2004), influenciam o jeito como a história é contada e compreendida.

Do mesmo modo, quando Trouillot (1995) afirma que o ato de desenterrar silêncios precisa ser orientado por uma interpretação, ele essencialmente propõe uma forma de resistência às interdições discursivas através de um trabalho intencional de releitura que desafia as estruturas de poder embutidas na produção do conhecimento histórico. Assim, as perspectivas discutidas são convergentes para analisar a constituição de organismos profissionais transnacionais e a forma como narrativas oficiais de fundação, expansão e harmonização técnica são construídas. Frequentemente, como observa Trouillot (1995), as tensões, conflitos e assimetrias subjacentes a esses processos são silenciados ou recodificados em discursos de neutralidade, universalidade e interesse público.

Portanto, incorporar a abordagem crítica de Trouillot ao referencial teórico permite uma análise mais rigorosa dos processos de legitimação institucional, compreendendo-os não apenas como respostas a exigências funcionais, mas como construções políticas e narrativas que refletem disputas de poder e projetos estratégicos de dominação simbólica. Ao adotar o arcabouço teórico de Trouillot (1995) como fundamento para analisar a política das representações institucionais da IFAC, este capítulo busca compreender como a memória institucional foi construída, quais aspectos foram privilegiados e quais foram marginalizados ou completamente silenciados. Esta análise crítica da produção histórica e da construção da memória institucional constitui um passo essencial para desvendar como os processos históricos, as redes de atores e os discursos mobilizados nos anos que antecederam 1977

contribuíram para a criação da IFAC como expressão de uma nova racionalidade neoliberal no campo contábil internacional.

2.4 Referencial Teórico: Breve Síntese

O quadro teórico aqui delineado articula três eixos complementares — a lógica histórico-institucional do neoliberalismo, a construção estratégica dos projetos profissionais e a produção crítica da história — que conjuntamente fundamentam a análise a ser desenvolvida na sequência.

Inicialmente foi discutido como os intelectuais liberais procuraram a mudança do esquema liberal capitalista visando resgatá-lo, uma vez que perceberam a insuficiência das prescrições liberais em definir fronteiras para a intervenção governamental. Foi apresentada a genealogia da corrente neoliberal demonstrando que o neoliberalismo não pode ser visto como sucessor do liberalismo, ou como sua perversão (Slobodian, 2021).

Desse modo, destacou-se que o neoliberalismo não defende a ausência do Estado, assim como não se dedica a dar limites ao governo político, ele atua de outro modo ao desenvolver a lógica do mercado como racionalidade coletiva (Slobodian, 2021; Dardot & Laval, 2016). O pensamento neoliberal surgiu como uma crítica articulada às políticas de bem-estar social, propagado estrategicamente por *think tanks* pró-mercado, pelo setor financeiro, corporações e pela mídia tradicional das elites (Peck, 2010).

Apesar das contradições internas, o neoliberalismo avançou por meio da intensificação de seus próprios princípios, promovendo inovações como a governança descentralizada, parcerias público-privadas e auditorias como formas de gestão (Peck, 2010). Essa lógica neoliberal atribuiu legitimidade a organismos não estatais na produção de normas globais, incluindo as contábeis. Sob a premissa de maior eficiência das entidades privadas, o Estado passou a atuar como agente estratégico, delegando a regulação ao mercado (Slobodian, 2021).

Nesse contexto, Chiapello & Medjad (2009) concluíram que o IASB se tornou um organismo relevante na definição de normas contábeis internacionais, fortemente influenciado pelas firmas globais de auditoria (*Big Four*) que exercem poder por meio de financiamento, participação técnica e formação da elite reguladora. Em sua análise sobre a IFAC, Loft et al. (2006) destacaram que a complexidade das normas e a concentração de poder regulatório nas mãos de uma elite contábil global reforçam a hegemonia do modelo anglo-americano e o distanciamento democrático no processo normativo contábil.

O domínio das normas contábeis internacionais configura um capital simbólico sustentado pelo discurso da tecnicalidade reconhecido no contemporâneo mercado global de serviços profissionais como imbuído de elevado valor (Harrington & Seabrooke, 2020). Contudo, os autores avertem que esse processo não é inclusivo, sendo capaz de reproduzir mecanismos de fechamento social e exclusão, conceitos discutidos inicialmente por Larson (1977), Macdonald (1984, 1995), Walker (1991, 1995, 2004), porém agora ampliados em escala global.

Desse modo, a perspectiva teórica da profissionalização permite compreender como esses mecanismos moldam os projetos profissionais, na atual perspectiva da contabilidade impulsionada em âmbito global, revelando tanto suas origens históricas quanto suas dinâmicas atuais. Nesse sentido, destaca-se a importância de analisar os processos de fechamento social que marcaram a formação da IFAC e sua atuação no cenário transnacional.

Ao utilizar a perspectiva analítica de Trouillot (1995) para complementar a discussão empreendida procura-se ampliar a compreensão dos processos de legitimação institucional, ao evidenciar que esses não se limitam a respostas técnicas ou funcionais, mas são resultados de disputas simbólicas e políticas pelo controle das narrativas. Ao utilizar esse arcabouço para analisar a representação institucional da IFAC, busca-se compreender como sua memória foi construída seletivamente, destacando determinados eventos e atores enquanto outros foram marginalizados ou silenciados. A Tabela 3 sintetiza a articulação entre as três dimensões teóricas e o modo como elas informam a abordagem analítica da emergência da IFAC.

Tabela 3

Conexão entre o Referencial Teórico e a Análise da Gênese da IFAC

Seção do Referencial teórico	Conceito-chave	Como prepara a análise da IFAC
Neoliberalismo: origens, transformações e impactos institucionais	Neoliberalismo como projeto global de proteção ao mercado e reconfiguração institucional (Peck, 2010; Slobodian, 2021)	Explica o contexto histórico e a lógica política que favoreceram a criação de entidades transnacionais privadas como a IFAC.
Teorias da profissionalização: projetos estratégicos e mobilização coletiva	Profissionalização como projeto estratégico de fechamento social, legitimação simbólica e expansão de mercados. (Larson,1977; Macdonald, 1984, 1995; Walker, 1991, 1995, 2004)	Fornece a lente para analisar a IFAC como um projeto profissional transnacional, com interesses corporativos e estratégicos ocultos pelo discurso técnico.
A produção da história e a construção da memória institucional	Produção da história como construção de poder e silenciamento de conflitos (Trouillot, 1995)	Dá base para a análise crítica da narrativa oficial da fundação da IFAC, mostrando como a história é selecionada, moldada e legitimada para ocultar tensões e assimetrias.

Fonte: elaborada pela autora.

Essa abordagem crítica permite interpretar a constituição da IFAC como parte de um projeto estratégico vinculado à consolidação de uma racionalidade neoliberal no campo contábil global, revelando como discursos, redes de poder e mecanismos de exclusão operaram para moldar tanto sua legitimidade quanto sua autoridade simbólica. Assim, o referencial teórico adotado oferece ferramentas para compreender a profissionalização contábil em escala transnacional como um processo historicamente situado, marcado por relações assimétricas de poder e por estratégias discursivas de silenciamento e consagração.

3 METODOLOGIA

O delineamento metodológico apresenta os caminhos empreendidos pela pesquisa com intuito de responder a inquietação que a motiva. Nesse sentido, a pergunta que impulsiona a construção dessa tese é: como os processos históricos, as redes de atores e os discursos mobilizados nos anos que antecederam 1977 contribuíram para a criação da IFAC como expressão de uma nova racionalidade neoliberal no campo contábil internacional?

A determinação do ponto de vista a ser adotado para analisar a história é, primeiramente, uma escolha que transcende o objeto de pesquisa e o estado das fontes disponíveis (Bloch, 2002). Para ele, a história não se resume à mera organização de documentos ou apresentação de eventos, mas uma construção interpretativa que depende das perguntas formuladas pelo historiador e da perspectiva adotada para analisar os eventos. Conforme Bloch (2002, p.27) faz-se necessário "saber interrogar" os documentos para obter uma "resposta" satisfatória, e acrescenta: "toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção".

3.1 Escolha Epistemológica

Essa tese vale-se da abordagem epistemológica da *Nouvelle Histoire*, iniciada na França pela Escola dos *Annales* (Arruda, 1998; Silva, 2016). Tal movimento foi considerado por Barros (2010) como umas das influências mais marcantes e duradouras sobre a Historiografia Ocidental. O termo *Annales* tem origem na revista acadêmica *Annales d'Histoire: Economique et Sociale* de 1929, e a difusão desse novo olhar para a historiografia foi liderada inicialmente pelos professores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch (Funnell, 1996; Burke, 2012; Silva, 2016).

Esse grupo emergiu com uma visão diferente da pesquisa histórica. Eles se opuseram à abordagem tradicional centrada apenas em narrativas e eventos. Em vez disso, promoveram o que chamaram de "historiografia do problema" e reconheceram a importância de uma história que abranja todas as facetas da vida humana, não apenas a política. Além disso, enfatizaram a necessidade de colaboração interdisciplinar (Bloch, 2002; Burke, 2012).

Marc Bloch já na primeira metade do século XX, criticou os seguidores da abordagem tradicional ou positivista, argumentando que esse método falhava em considerar a totalidade dos eventos em questão, assim como suas contribuições para a formação de determinados acontecimentos (Bloch, 2002). Para ele, a preocupação em organizar fatos de modo cronológico e lógico estava impregnado de um utilitarismo que reduziria o trabalho histórico àquilo que

fosse útil à ação. Para Bloch (2002, p.155) “em vão o positivismo pretendeu eliminar da ciência a ideia de causa” e assim advogou em prol da visão que o fato histórico é o resultado de uma construção ativa do historiador para transformar a fonte, a evidência, em documento e, posteriormente, organizar esses documentos, em problema.

De acordo com Burke (2001), a nova história expandiu seu escopo para incluir todas as atividades humanas, reconstruindo seus passados e conectando-os entre si. O que antes era visto como imutável agora é considerado uma construção cultural sujeita a mudanças ao longo do tempo e do espaço. Enquanto os historiadores tradicionais se concentram na narração de eventos, a nova história examina estruturas. Para ele a compreensão de eventos é enriquecida pela apresentação de perspectivas opostas, em vez de buscar um consenso absoluto. Burke (2001) argumenta que os historiadores estão percebendo que seu trabalho não simplesmente reproduz o que aconteceu, mas o interpreta a partir de um ponto de vista específico. E acrescenta que os narradores históricos devem encontrar maneiras de evidenciar sua presença na narrativa, não por egoísmo, mas para alertar o leitor de que não são infalíveis ou neutros, e que outras interpretações além das suas são possíveis.

Parker (1999) afirma haver um abismo significativo entre a investigação histórica e a investigação positivista em ciências sociais. Para o autor, os positivistas priorizam variáveis abstratas e matematicamente mensuráveis para explicar fenômenos em termos de causa e efeito, inclinados a moldar elementos que demonstrem estatisticamente suas relações. Por sua vez, os historiadores se concentram na documentação e explicação das circunstâncias, causas e consequências dos eventos de forma abrangente, rejeitando a modelagem formal e a quantificação. Napier (2001) nota que os historiadores da contabilidade têm sido cautelosos em relação à pesquisa positivista, que tende a simplificar o comportamento humano complexo ao explicá-lo e prevê-lo através de um número limitado de fatores.

Para Funnell (2016) o surgimento do movimento que redefiniu a pesquisa em contabilidade sob a ótica do paradigma crítico desafiou a supremacia estabelecida do paradigma positivista. Esse marco foi destacado como uma das características mais significativas da contabilidade acadêmica recente. Muitas das pesquisas que adotam uma abordagem crítica na contabilidade buscam questionar a legitimidade das instituições existentes, explorar as dinâmicas de poder e examinar o papel da contabilidade na validação e sustentação dos discursos capitalistas dominantes. O autor reforça que a substância do trabalho dentro do paradigma alternativo frequentemente depende da qualidade de sua pesquisa histórica, sendo tal movimento é reconhecido como a “nova história da contabilidade”.

O termo "nova história da contabilidade" foi cunhado por Miller et al. (1991) ao observarem a diversificação das abordagens metodológicas e a mudança no papel da história dentro da disciplina contábil. Para os autores, nessa abordagem renovada, o foco se volta para uma variedade de agentes e instituições, as condições que possibilitam mudanças no conhecimento e prática contábil, as forças institucionais que influenciam ações e desfechos, e as lógicas que definem os artefatos e propósitos da contabilidade. Para Miller et al. (1991), essa nova perspectiva histórica está intrinsecamente ligada às transformações na própria disciplina da história e é reconhecida como tendo implicações significativas para o atual desenvolvimento da contabilidade.

De acordo com Silva (2016) as referências utilizadas por Miller et al. (1991) apontam que o texto foi construído sob influência dos *Annales*, mesmo sem haver referência direta a este. Para a autora essa abordagem alternativa para a pesquisa em contabilidade já constava em Burchell et al. (1980). Assim, segundo Silva (2016), a história tradicional da contabilidade é promovida por uma abordagem positivista, enquanto a nova história da contabilidade é influenciada pelos *Annales*.

Carmona et al. (2023) discutem o embate entre os defensores da história tradicional e da nova história da contabilidade quanto aos métodos de coleta, interpretação, análise e escrita histórica. Enquanto a abordagem tradicional preza por uma visão objetiva, a nova história encoraja uma postura interpretativa e crítica. Funnell (1998) ressalta que a narrativa histórica não é neutra nem meramente uma questão de retórica, mas sim uma nova maneira de apresentar os eventos. Napier (2001) argumenta que podemos avaliar as narrativas pela sua capacidade de persuadir quanto à coerência da história contada. Nesse panorama, os novos historiadores da contabilidade buscam contar histórias que situem a contabilidade em seu ambiente, destacando sua influência política e capacidade de moldar relações sociais (Funnell, 1998).

Na perspectiva do autor supracitado, a história da contabilidade vai além da simples narrativa de progresso para atender às demandas da sociedade. Para ele, a contabilidade, ao se apresentar como neutra e objetiva, pode contribuir para suprimir ou excluir perspectivas opostas, apoiando assim o discurso de uma elite dominante, e é por isso que a considera um agente ativo na formação da sociedade. Ele descreve os novos historiadores da contabilidade como produtores de contra narrativas, pois têm o poder de desafiar, contradizer, modificar e reconstruir as versões tradicionais da história da contabilidade.

Ainda sobre as narrativas, Carnegie e Napier (2016) apresentam como atributo comum aos novos historiadores da contabilidade a rejeição à interpretação *Whig*, que analisa a história

como uma evolução linear e progressiva dos eventos. Em outras palavras, a perspectiva *Whig* vê os acontecimentos históricos como uma sequência contínua, sempre avançando do mais primitivo ao mais sofisticado, carregada pela ideia de progresso e evolução (Carnegie e Napier, 2016; Vasconcelos et al., 2022). A interpretação *Whig,* segundo Vasconcelos et al. (2022), geralmente é utilizada quando não há compreensão ou conhecimento suficiente sobre o ambiente das evidências, operações ou técnicas do passado. Os autores sugerem a interdisciplinaridade como uma solução viável para evitar esse tipo de análise, assegurando que a qualidade da historiografia não seja comprometida.

Carnegie e Napier (2016) destacam que, embora os historiadores adeptos da nova história da contabilidade sejam acusados de negligenciar fontes primárias, seus trabalhos ainda se baseiam amplamente em documentos. De acordo com o modelo tradicional de pesquisa histórica os trabalhos devem ater-se ao conteúdo dos documentos oficiais, ou seja, fontes escritas produzidas pelo Estado e mantidas em arquivos governamentais (Burke, 2001). Segundo Burke (2001), essa abordagem privilegia o uso de registros "oficiais", o que pode negligenciar outras perspectivas importantes. Ele argumenta que tais documentos refletem o ponto de vista oficial e, portanto, são insuficientes para entender, por exemplo, o comportamento de rebeldes ou hereges.

Por outro lado, a nova história da contabilidade não se limita a essas fontes oficiais. Dependendo do objeto de pesquisa, os historiadores podem utilizar uma variedade de fontes, incluindo aquelas produzidas pelo povo ou por empresas privadas. Por exemplo, ao estudar a atuação de uma organização como a IFAC, é mais adequado analisar fontes criadas pela própria organização e seus membros para obter uma compreensão mais completa de suas práticas e influências. Utilizar apenas documentos produzidos pelo Estado resultaria em uma narrativa que reflete a percepção estatual, negando voz às próprias organizações privadas e seus atores. Nesse sentido, para obter uma visão mais completa, é fundamental utilizar outros tipos de fontes em conjunto.

Nesse panorama, Carnegie e Napier (2016) afirmam que os historiadores da nova história propõem, na verdade, uma visão ampliada do que pode ser considerado uma fonte. Os autores ressaltam que "documentos como diários, cartas, relatórios internos e até mesmo rabiscos aparentemente ociosos podem representar fontes tão úteis para o historiador da contabilidade quanto os lançamentos em livros contábeis formais" (Carnegie & Napier, 2016, p.28). Segundo Silva (2016), o uso de fontes diversificadas ajuda a prevenir os preconceitos e

limitações inerentes a cada tipo de fonte, sendo essencial para a escrita de uma história abrangente e profunda.

A próxima seção apresenta o conceito de micro-história e como este impacta a construção da narrativa historiográfica, considerando a escolha epistemológica realizada. Em seguida são apresentados as delimitações espaciais, temporais e o conjunto de indivíduos que comporão esse estudo. Por fim, são apresentadas as fontes que serão utilizadas, como elas possuem alinhamento com escolhas metodológicas propostas e seu potencial de contribuição para a construção deste trabalho e alcance de seu objetivo.

3.2 Micro-história

O surgimento da micro-história nos anos 1970 representou um importante contraponto metodológico à predominância da abordagem quantitativa na historiografia (Levi, 2001; Burke, 2012). Essa nova perspectiva propôs uma inversão paradigmática, que segundo Burke (2012), buscou deslocar o foco das macroestruturas para as microestruturas, privilegiando análises microssociais que, através de exemplos "microscópicos", pudessem revelar as profundas e ocultas complexidades das macroestruturas sociais.

De acordo com Burke (2012) as proposições analíticas de Foucault (2017), particularmente em sua obra sobre a microfísica do poder, exemplificam a utilização dessa metodologia. Em suas pesquisas Foucault (2017) incentivou o desenvolvimento de estudos micro analíticos que, ao examinarem as relações de poder presentes em estruturas sociais fundamentais como a família, o indivíduo e a escola, revelassem como atitudes, ações, discursos e processos de aprendizagem cotidianos serviam como chaves interpretativas para compreender a sociedade. Esta abordagem propunha uma visão não "por cima", mas "de dentro," valendo-se das evidências presentes no comportamento de uma pequena parte para compreender o macro comportamento social.

No entanto, Burke (2012) reconhece que a transição de uma análise macroestrutural para estudos em pequena escala não ocorreu sem críticas significativas. Uma das objeções mais frequentes alega que os micro-historiadores, ao enfatizarem o estudo de pessoas comuns ou pequenas comunidades, incorreriam na banalização da disciplina histórica, reduzindo-a a meras "questões de interesse humano" sobre o passado. No entanto, Levi (2001) confronta essa crítica ao esclarecer que a micro-história não se limita uma história local ou pequena, mas representa uma estratégia metodológica. Burke (2001) compartilha dessa perspectiva e reforça a defesa de Levi (2001) ao criticar aqueles que reduzem a micro-história a estudos meramente regionais ou

desprovidos de alcance teórico mais amplo, afirmando que tal crítica falha em apreender a verdadeira natureza intelectual do trabalho dos micro-historiadores. O “caso” escolhido é intencionalmente problemático e revelador. Ele pode ser usado para explorar conflitos entre normas e práticas, ou entre diferentes grupos sociais.

Levi (2001) afirma que a escolha de um exemplo singular como objeto de estudo tem o potencial de problematizar e revelar conflitos existentes entre a regra e a prática em diferentes grupos sociais. Para Burke (2012) esta abordagem investigativa possibilita que observações aparentemente insignificantes, quando isoladas, possam conduzir a conclusões de profunda relevância histórica e social. Nesse sentido, Levi (2001) ressalta que a singularidade do comportamento social desafia a ideia de que as ações humanas são completamente determinadas por estruturas sociais, sugerindo que sempre há espaço para negociação, resistência e agência individual.

A proposta de examinar a história a partir dos "rostos em uma multidão" transcende uma simples reação à hegemonia dos métodos quantitativos na análise histórica (Burke, 2012, p. 72). O autor ressalta que nem todos os historiadores se contentam com objetos de estudo pertencentes ao senso comum. E afirma que nesse impulso investigativo, casos selecionados precisamente por sua excepcionalidade podem revelar mecanismos sociais que não funcionam adequadamente dentro dos parâmetros estabelecidos. Assim, o estudo detalhado de um conflito específico pode evidenciar tensões sociais latentes que, embora sempre presentes, permaneceram invisíveis aos métodos "convencionais" de análise histórica.

Burke (2012) propõe que, ao ampliarmos nossa perspectiva sobre as inconsistências e incoerências presentes nas grandes estruturas sociais e culturais, torna-se possível iluminar a atuação dos indivíduos em espaços circunscritos, metaforicamente comparável a uma planta que busca crescer entre fissuras rochosas. O autor adverte, contudo, que estas mesmas incoerências estruturais nem sempre favorecem a agência individual; por vezes, elas atuam restritivamente, comparáveis à planta que acaba sufocada pela pressão das rochas que a circundam.

Nesse contexto, a micro-história caracteriza-se por uma abordagem que privilegia o exame de cenários reduzidos e situações específicas para, a partir deles, iluminar dinâmicas sociais mais amplas. Em vez de narrativas globais ou totalizantes, esta perspectiva valoriza a análise de episódios concretos, reconhecendo que nos detalhes particulares frequentemente se revelam mecanismos gerais de funcionamento social. O foco recai sobre a interação entre

práticas cotidianas, estratégias individuais e redes de relações locais, sem perder de vista as estruturas de poder e os processos históricos de longa duração que as condicionam (Levi, 2001).

Esta abordagem parte do princípio de que as grandes transformações históricas não podem ser compreendidas apenas a partir de uma ótica macroestrutural; é necessário observar como esses processos se manifestam, são apropriados ou contestados em escalas menores. Privilegia-se a atenção ao inesperado, ao desvio, às tensões e conflitos que os relatos tradicionais tendem a obscurecer, reconhecendo a complexidade e a contingência dos acontecimentos históricos. O estudo intensivo de casos delimitados, com recurso a fontes variadas e à reconstrução minuciosa de contextos sociais, permite perceber a multiplicidade de experiências e racionalidades que coexistem em qualquer processo histórico (Levi, 2001).

Esta perspectiva metodológica é especialmente adequada para a investigação proposta nesta pesquisa, centrada na formação da IFAC em 1977. A fundação da IFAC é tratada aqui como um episódio singular que, ao ser cuidadosamente examinado em seus detalhes institucionais, políticos e sociais, permite lançar luz sobre tendências globais mais amplas, como a ascensão do neoliberalismo e a reconfiguração da governança financeira internacional. O foco na formação da organização (i.e., seus atores, seus discursos, suas estratégias de articulação) proporciona uma via para compreender como racionalidades neoliberais foram incorporadas na construção de instituições transnacionais de autorregulação.

Ao adotar uma perspectiva micro-histórica, a análise evita tanto o reducionismo estruturalista quanto a tentação de narrativas lineares e progressistas, concentrando-se nas articulações concretas entre agência, poder e contexto histórico. O objetivo é captar as lógicas institucionais e ideológicas em ação no momento fundacional da IFAC, mostrando como, a partir de um episódio específico, é possível vislumbrar as dinâmicas mais amplas de transformação do campo contábil no cenário internacional e a consolidação de novos regimes de governança global.

3.3 A Narrativa Historiográfica e sua Construção

Segundo Hoxie (1906) para que seja possível a compreensão do método histórico e sua adequada aplicabilidade na pesquisa científica, essencialmente, deve haver clara identificação do objetivo da investigação científica aliada a compreensão de como o estudo da história pode contribuir para realização desse objetivo. Portanto, para o autor, a questão de pesquisa extraída da literatura impulsiona o pesquisador em direção ao passado, ou seja, à história, não com

intuito de restaurar o passado, mas sim para iluminar o problema que se apresenta diante do pesquisador.

Topolsky (1976) afirma que o conhecimento que será construído no entorno de uma determinada questão de pesquisa partirá tanto das fontes utilizadas pelo pesquisador, mas também do conhecimento não baseado nas fontes que o pesquisador possui. O método do *source criticism*, ou simplesmente a crítica da fonte, parte do entendimento do que constitui uma fonte válida para a pesquisa. Nesse sentido, Topolsky (1976, p. 389) conceitua fonte como "qualquer coisa da qual um historiador possa extrair informações sobre o passado", e, nesse processo de análise e crítica das fontes, a visão geral do pesquisador, composta do seu conhecimento teórico, vivências, de sua visão ontológica e epistemológica, se unem num todo de conhecimento, por meio do qual o historiador elabora o conhecimento. A esse todo, que influencia o olhar do pesquisador, o referido autor conceituou como conhecimento não baseado na fonte.

Uma lista com doze procedimentos considerados imprescindíveis para o alcance do objetivo de uma pesquisa histórica foi elaborada por Topolsky (1976) demonstrando se esses procedimentos sofrem influência do conhecimento baseado nas fontes, do conhecimento não baseado nas fontes ou de ambos, conforme está ilustrado na Figura 2.

Figura 2Procedimentos em pesquisa histórica e sua relação com conhecimento baseado e não baseado em fontes
Nota: Com base em Topolsky (1976), p. 420.

Assim os procedimentos (1) escolha do campo de pesquisa; (2) elaboração do problema de pesquisa; (3) estabelecimento das fontes para esse problema de pesquisa; (4) leitura dos dados baseados em fontes; (8) determinação dos fatos para os quais as fontes não fornecem

informações diretas (necessitam de verificação); (9) explicações causais (que incluem verificações); (10) estabelecimento de regras (que incluem verificações); (11) interpretação sintética (resposta ao problema de pesquisa) e (12) avaliação adequada dos fatos históricos têm por fundamento o conhecimento não baseado em fontes do pesquisador. O (7) estabelecimento dos fatos sobre os quais as fontes fornecem informações diretas são extraídos do conhecimento baseado em fontes. Por fim, (5) o estudo da autenticidade das fontes (crítica externa) e (6) o estudo da confiabilidade das fontes (crítica interna) fundamentam-se simultaneamente no conhecimento baseado em fontes e no conhecimento não baseado em fontes.

O sistema de valores que entrelaça o pesquisador funciona como um filtro a partir do qual ele avalia os fatos como principais ou secundários. Topolsky (1976) conceituou toda essa teia como conhecimento não baseado nas fontes, que servirá de orientação nos caminhos seguidos pelo pesquisador. Segundo ele quanto mais elevado for o conhecimento não baseado em fontes de um pesquisador maior será sua capacidade de ler a fontes, de criar conexões a partir delas. Nesse sentido, Bloch, no começo do século XX, já dizia a respeito da relevância do pesquisador saber interrogar as fontes, pois a capacidade explicativa de uma fonte e o conhecimento daquele que a interroga estão inextricavelmente vinculados (Bloch, 2002). Gaddis (2002) afirma que o historiador, por meio do raciocínio lógico, busca reconstruir os processos que deram origem a uma determinada estrutura, partindo de fontes e eventos reais. No entanto, o autor adverte que, nesse processo, o pesquisador deve se ater estritamente às fontes disponíveis, evitando preencher lacunas com suposições ou esforços imaginativos próprios.

Segundo Gaddis (2002), o historiador deve preocupar-se com a replicabilidade de seu trabalho, detalhando tanto seu processo de análise quanto o estado das fontes e local onde estas podem ser encontradas. Para o autor, a narrativa de um evento inicia-se sempre de um fato, de algo que realmente aconteceu, geralmente baseado em arquivos. Em seguida, esses fatos são interpretados através do ponto de vista individual do pesquisador, que Topolsky (1976) conceituou como conhecimento não baseado em fontes. Para Gaddis (2002) o produto desse processo pode confirmar ou refutar uma ideia inicial, levando aqueles que o encontram a revisarem suas próprias opiniões. Para o autor isso pode criar uma base para o julgamento crítico e até mesmo oferecer uma nova perspectiva da realidade.

Na pesquisa histórica, os pesquisadores não analisam os elementos em termos de hierarquia estabelecida, como por exemplo, determinando quais variáveis são independentes ou dependentes. Gaddis (2002) argumenta que essa abordagem deriva da concepção de que os

fatos históricos são interdependentes e se interconectam ao logo do tempo, tornando sua categorização rígida pouco útil na prática. O autor defende que os historiadores devem evitar explicações reducionistas baseadas em fatores únicos. Em vez disso, devem se concentrar em explicar como um fato levou a outro e como a confluência de diversos fatores contribuiu para que determinado evento ou fenômeno adquirisse o poder ou a relevância percebida na atualidade.

Gaddis (2002) enfatiza que o historiador prioriza o processo de explicação e a construção da narrativa, sem necessariamente buscar criar teorias ou fazer previsões futuras. Ele argumenta que os historiadores geralmente não esperam que suas conclusões sejam universalmente aplicáveis, mas sim relevantes para momentos e lugares específicos. A narrativa, segundo Gaddis (2002), é o método pelo qual o historiador reconstrói o passado, ilustrando-o através de um conjunto específico de eventos.

No entanto, é importante ressaltar que o trabalho historiográfico tem implicações práticas significativas. Ele ilumina o passado de duas maneiras cruciais: primeiro, lança luz sobre eventos e materiais históricos, tornando-os mais compreensíveis; segundo, oferece uma análise detalhada e explicativa dos elementos históricos. Este processo de esclarecimento tem um potencial emancipatório, permitindo que nos libertemos do peso da herança cultural histórica que carregamos (Martins, 2007).

A reflexão historiográfica crítica não apenas esclarece, mas também emancipa. Ela permite questionar e reavaliar o legado histórico herdado, evitando uma aceitação mecânica e acrítica do passado. Assim, o trabalho do historiador proporciona ferramentas para navegar o presente com maior consciência, aliviando o fardo de preconceitos e interpretações históricas não examinadas. Esta abordagem crítica à história capacita para o enfrentamento dos desafios contemporâneos com uma compreensão mais profunda e nuançada das origens e trajetórias coletivas (Martins, 2007).

Alinhado a essa perspectiva, apresenta-se na sequência o recorte espaço-temporal adotado para este estudo, bem como os critérios e procedimentos utilizados para a seleção dos indivíduos relevantes à investigação. Essa delimitação metodológica é crucial para assegurar uma análise rigorosa e bem fundamentada da formação da IFAC nas circunstâncias da governamentalidade neoliberal.

3.4 Delimitação Espacial, Temporal e Indivíduos

Essa tese tem por objetivo identificar como as origens da formação da IFAC estão associadas a disseminação do neoliberalismo nas instituições contábeis. Portanto, está interessada nesse momento histórico que antecede a formação dessa organização, volta-se para a "gestação" da IFAC e os movimentos empreendidos por seus idealizadores que culminaram no anúncio de sua criação no 11º Congresso Mundial de Contadores realizado no ano 1977 na cidade de Munique, Alemanha. Para isso foi definido como primeiro objetivo específico compreender as circunstâncias históricas e sociais que oportunizaram a criação da IFAC em 1977.

Assim a delimitação temporal torna-se necessária para escolha das fontes que serão incluídas ou excluídas durante a realização das análises. Considerando que a IFAC foi anunciada no ano de 1977, os anos da década de 1970 tornam-se essenciais. A afirmação de Slobodian (2021) de que a partir da década de 1970 até 1990 os neoliberais estavam dedicados a refletir sobre a economia global e as instituições apropriadas a seu adequado funcionamento aponta a década de 1970 como um período relevante para esse estudo.

Por sua vez, Camfferman e Zeff (2006) ampliam esse período de interesse quando afirmam que desde o final da década de 1960 houve mobilização dedicada a produzir uma organização global da contabilidade, que congregasse as organizações contábeis existentes. Os autores afirmam ainda que foram esses movimentos que tornaram oportuna a criação da IFAC no ano de 1977. Portanto, tendo por fundamento as afirmações de Slobodian (2021) e Camfferman e Zeff (2006), este trabalho dedicou atenção aos dez anos que antecedem o anúncio da criação da IFAC, de 1967 a 1977.

O segundo objetivo específico proposto foi investigar a relação entre atores envolvidos na articulação que levou a criação da IFAC e suas relações com o neoliberalismo. Segundo Beunza (1996) o estudo das relações sociais é um instrumento para realização da pesquisa historiográfica, e não um fim em si mesmo. A análise das redes sociais a partir de um indivíduo se alinha ao proposto pelos *Annales* na construção de narrativas a partir de uma perspectiva global que leva em consideração uma variedade de fontes, o indivíduo e o ambiente que o envolve, permitindo que seja realizada uma análise multifacetada dos eventos históricos (Beunza, 2009).

A análise das redes sociais não parte de categorias sociais anteriormente determinadas pelo pesquisador, mas utiliza o indivíduo como ponto de partida, e por meio da indução, reconstrói as redes de relações desse indivíduo numa perspectiva que permite conhecer a teia de relações individuais na qual está inserido (Beunza, 1996; 2004; 2009). Assim, a pesquisa

historiográfica que utiliza a análise das redes sociais, de acordo com Beunza (2004), dá evidência ao indivíduo e busca reconstruir o conjunto de interações pessoais desse indivíduo como meio para explicar o seu comportamento. Portanto, a pesquisa não partiu das características de um grupo e tentou encontrar no indivíduo os pontos de convergência desse grupo (Beunza, 2004; 2009).

Ao dar atenção ao indivíduo e as teias de relações que o envolve, Beunza (2004) destaca que a análise das redes sociais oferece a oportunidade de perceber as configurações reais dos atores sociais, as dinâmicas coletivas nas quais eles estavam inseridos, e a forma como essas dinâmicas influenciam os processos de mudança, ou ainda, como atuaram na reprodução de estruturas ou sistemas sociais. O autor explica que esse método é compatível com pesquisas qualitativas e pode ser apresentado de maneira gráfica no qual os indivíduos são representados por pontos e as relações que os interconectam por linhas, formando um emaranhado, ou ainda, uma teia de relações (Beunza, 1996; 2009).

Ao analisar o indivíduo como um elo em uma rede de relações, é possível observar as redes individuais que permeiam as estruturas das organizações, as interações entre os indivíduos e as normas que os orientam (Beunza, 2004). Essa análise, segundo Beunza (2004), permite identificar os sujeitos e as posições que ocupam nas estruturas socioeconômicas ou políticas, além de entender as relações dos agentes sociais nos processos de mudança. Para o autor, a análise das redes sociais se situa em um nível intermediário, pois se posiciona entre o nível macro das estruturas sociais e o nível micro, focado no indivíduo.

A delimitação dos indivíduos envolvidos na criação da IFAC é crucial para conduzir uma investigação que revele as teias de relacionamentos que os envolvem e verifique possíveis conexões com o neoliberalismo. Nesse panorama, o primeiro presidente da IFAC, Reinhard Goerdeler, e o primeiro vice-presidente, Gordon Cowperthwaite, adquirem especial relevância. Partiu-se do pressuposto que essa escolha não foi resultado do acaso ou meramente baseada em critérios curriculares e técnicos, mas sim um evento político deliberado, selecionando figuras alinhadas aos objetivos da instituição.

Bigoni et al. (2024) destacam que a localização do estudo e a facilidade ou dificuldade de acesso aos dados necessários são fatores que influenciam o desenvolvimento das pesquisas no campo da história da contabilidade. Assim, considerando que este estudo foi conduzido no Brasil, em uma universidade brasileira, e que a organização estudada foi registrada na Suíça e atualmente possui sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos, além do fato de que primeiro presidente da IFAC, Reinhard Goerdeler, ter sido um contador alemão, e o primeiro vice-

presidente ser um inglês, radicado no Canadá, optou-se por incluir um contador brasileiro entre os indivíduos investigados.

A inclusão de uma figura brasileira não se fundamentou em mero nacionalismo, mas na relevância histórica do Brasil que integrou o grupo de 51 países fundadores da IFAC (IFAC, 2022). O contador brasileiro escolhido foi Hilário Franco, que não apenas fez parte a comissão brasileira de participantes, mas também liderou dois grupos de trabalhos discutidos durante o 11º Congresso Mundial de Contadores (Forster, 1978). A inclusão de um brasileiro nesta pesquisa permitiu compreender a articulação do neoliberalismo para além dos países que compõem o centro do capitalismo, ou do enquadramento europeu.

Tendo sido delimitados os critérios para escolha das fontes, a sessão seguinte apresenta a principais fontes que foram utilizadas pela pesquisa.

3.5 Fontes

Na visão de Kipping et al. (2013), as abordagens históricas em pesquisas organizacionais enfrentam desafios metodológicos significativos em virtude da natureza fragmentária das fontes históricas. Essas fontes constituem vestígios do passado, não observações sistemáticas recolhidas pelos pesquisadores. Burke (2001) acrescenta que o trabalho dos historiadores não consiste em oferecer um retrato objetivo da realidade, mas sim, uma interpretação crítica baseada em evidências selecionadas e analisadas com rigor. Assim, torna-se indispensável adotar práticas de análise crítica, triangulação de materiais e um movimento hermenêutico de constante reinterpretação das fontes (Kipping et al., 2013). Também se faz mister compreender as razões e significados das ações e dos atores do passado, evitando impor pressupostos e categorias contemporâneos. Conforme Vasconcelos et al. (2022), a interpretação *Whig* deve ser evitada.

Burke (2001) sugere que o trabalho do historiador envolve reavaliar a explicação histórica, pois as tendências culturais e sociais não podem ser examinadas de modo similar aos acontecimentos políticos, pois requer uma perspectiva mais sistêmica. Segundo Burke (2001), os historiadores devem identificar os verdadeiros "agentes" na história e determinar se eles conseguiram resistir às pressões das estruturas sociais, políticas ou culturais. Acrescenta que os historiadores devem questionar se essas estruturas restringem a liberdade de ação dos agentes ou lhes proporcionam uma ampliação de suas escolhas.

Kipping et al. (2013) adverte que os elementos que compõem a análise historiográfica não devem ser entendidos como um conjunto de etapas utilizadas rigorosamente em uma dada

sequência. Ao invés disso, Kipping et al. (2013) elencam elementos que devem constituir a metodologia em um estudo historiográfico: (i) a análise crítica das fontes com intuito de compreender a validade externa e interna; (ii) a triangulação de várias fontes para minimizar distorções e elevar o convencimento na consistência dos resultados da pesquisa; e (iii) um círculo hermenêutico voltado a localizar as fontes tanto em seus momentos históricos quanto em relação a outras fontes. Os autores descrevem a análise de fontes históricas como o uso repetitivo desses elementos através da combinação de evidências e interpretações, de forma indutiva ou dedutiva.

Neste estudo, fontes primárias são entendidas como os documentos contemporâneos aos processos históricos investigados, produzidos por protagonistas ou observadores diretos dos eventos analisados. Dessa forma, textos como os discursos, relatos e artigos escritos por participantes ativos na formação da IFAC, ainda que publicados em coletâneas posteriores, são classificados como fontes primárias, pois expressam testemunhos diretos sobre o contexto e as motivações da época. A análise do artigo de Reinhard Goerdeler, escrito em outubro de 1977, e incluso nos anais do evento, enquadra-se nesse conceito: trata-se de um documento produzido por um agente central do processo histórico, oferecendo um relato interno que ilumina as circunstâncias da fundação da organização.

O corpus documental desta pesquisa compõe-se de fontes diversas: documentais institucionais da IFAC disponíveis em seu sítio oficial (https://www.ifac.org), atas e relatórios de congressos internacionais de contadores, publicações produzidas contemporaneamente aos eventos, revistas profissionais brasileiras e reportagens de jornais da época. A seleção dessas fontes visa assegurar a variedade de perspectivas, permitindo a triangulação das informações e fortalecendo a consistência das interpretações. As obras relativas ao 10º e 11º Congressos Internacionais de Contadores, por exemplo, representam registros documentais diretos dos ambientes de debate e decisão que antecederam e acompanharam a criação da IFAC.

Ao articular essas fontes em uma abordagem micro-histórica e crítico-interpretativa, esta pesquisa busca captar não apenas os fatos formais da criação da IFAC, mas também os discursos, interesses e racionalidades que moldaram sua constituição e a alinharam ao projeto de governança neoliberal emergente. Nesse processo, conforme Trouillot (1995), este trabalho reconhece que toda narrativa histórica é simultaneamente construída pelo que se escolhe contar e pelo que se decide silenciar; sendo esses silenciamentos não ocasionais. Desse modo, esta tese buscou identificar e problematizar os silenciamentos estruturais presentes no período de

gênese da IFAC, revelando tensões, resistências e narrativas alternativas que foram marginalizadas.

Todo conteúdo do sítio oficial da IFAC, assim como os relatórios emitidos pela instituição estão escritos em língua em inglesa e fornecem informações relevantes sobre a narrativa institucional a respeito de sua criação. Dados relativos aos membros fundadores e aos presidentes da entidade foram sistematizados em planilhas eletrônicas (*Excel*) permitindo mapear as redes de atores envolvidos na formação da organização. Essas informações permitiram compreender como a IFAC apresenta sua memória de forma retrospectiva e quais elementos utiliza para construir sua narrativa oficial. Dessa forma, foi possível entender como o poder institucional é utilizado por essa organização para se autoafirmar e se legitimar no cenário contábil global, assim como quais interesses estão presentes e são sistematicamente silenciados pelos elementos e eventos escolhidos para composição de sua narrativa histórica retrospectiva.

Partindo do pressuposto que uma instituição é constituída pela reunião de indivíduos e entidades com propósitos compartilhados, a identificação desses agentes foi identificado como elemento central para compreensão das origens da IFAC. Além disso, foi realizada uma solicitação formal à IFAC, através de ferramenta de contato disponível em seu site, para obtenção de documentos, atas ou relatórios, referentes à reunião oficial de constituição. A IFAC negou o fornecimento desses documentos, o que restringiu a possibilidade de confrontar e validar as informações obtidas através de Brennan (1979), Goerdeler (1977, 1979) e dos dados apresentados pela própria IFAC em seu endereço eletrônico. A negativa ao fornecimento de documentos históricos por parte da organização indica uma intenção de manter, no presente, o possível silenciamento que naturaliza e legitima sua versão oficial dos acontecimentos daquele momento histórico.

A oficialização da IFAC ocorreu no 11º Congresso Internacional de Contadores, realizado em Munique na Alemanha. Por essa razão, os anais desse congresso constituíram uma fonte primária fundamental para a pesquisa. O relatório do evento, publicado em forma de livro pela IdW-Verlag GmbH Düsseldorf em 1978 (em língua alemã), foi coletado na *Informationszentrum Technik und Naturwissenschaften und Universitätsbibliothek*, Hannover. Essa obra, redigida por Karl-Heinz Forster, reúne informações sobre a organização do congresso, eventos preparatórios, o programa oficial, os discursos de abertura e encerramento, a lista de participantes, os líderes de grupos de trabalho e as instituições representadas, além de registros fotográficos.

Essa fonte permitiu compreender como o congresso foi organizado, quais entidades participaram, quantas pessoas estiveram presentes e suas respectivas origens, os temas debatidos, como as autoridades daquela época interpretaram a realização do evento e de que forma a IFAC foi apresentada ao público naquele momento. Ela contribuiu para formação dos Apêndices dessa tese e para o acesso a informações que não estão disponíveis em documentos eletrônicos. Apesar de mencionar a reunião inicial de formação da IFAC, não trouxe cópia da ata dessa reunião, nem indicou quais pessoas a assinaram, tampouco apresentou a cópia da ata de constituição original da IFAC ratificada pelos membros fundadores.

Outra fonte utilizada foi o livro *The Internalization of the Accountancy Profession*, editado por Brennan (1979) e publicado pelo *The Canadian Institute of Chartered Accountants* em inglês. Embora tenha sido publicado dois anos após a criação da IFAC, o livro reúne artigos escritos por contadores diretamente envolvidos no projeto contábil internacional e na formação da organização. Dentre eles, destaca-se o artigo de Reinhard Goerdeler, redigido em 1979, que oferece um testemunho direto sobre a fundação da IFAC e complementa informações não mencionadas em seu discurso no congresso de 1977. Além disso, o livro contém, nos seus apêndices, o Acordo e a Constituição originais da IFAC, bem como o Acordo Revisado e a Constituição do IASC, atualmente IASB, documentos essenciais para análise institucional.

Essa fonte permitiu triangular informações com aquelas publicadas nos anais do 11º Congresso Mundial de Contadores, não apenas sobre a formação da IFAC, mas também trazendo outros elementos da época relacionados à padronização da contabilidade em uma perspectiva mundializada. Além disso, essa obra possibilitou compreender como a fundação da IFAC era apresentada por alguns de seus pioneiros naquele período, bem como revelar os interesses que compunham esse processo de formação. Os acordos de constituição da IFAC e do IASB, contidos nos apêndices dessa obra, contribuíram para compreensão dos interesses divergentes entre essas organizações, permitindo evidenciar as articulações de poder envolvidas e a desconstrução da narrativa que as apresenta como fruto natural da evolução das ideias de seu tempo – confirmando, ao contrário, que se trata de criações intencionais e estrategicamente construídas.

Para compreender o panorama antecedente à criação da IFAC, também foi analisado o livro do 10º Congresso Internacional de Contadores, realizado em Sydney em 1972, publicado na Austrália pela *Associated Pulp & Paper Mills Ltd*. em inglês. Essa obra, adquirida pelo pesquisador, contribuiu para compreensão de como os temas contábeis eram discutidos globalmente antes do congresso de Munique. Observou-se que, nesse evento anterior, os temas

eram abordados sob a perspectiva de diferentes países, demonstrando como, em cada cenário local, determinadas questões eram tratadas ou interpretadas.

Ao comparar esse documento com os anais do congresso de Munique, foi possível notar o abandono dessa metodologia, com a adoção de debates unificados sobre um determinado tema, já revelando a ideia de consensos ou modelos que deveriam orientar a abordagem de determinadas questões. Contudo as análises do congresso de 1972 foram limitadas, pois o relato desse evento não incluiu fotos, discursos de abertura ou encerramento, as organizações e indivíduos participantes, nem o cronograma do evento. Caso tais informações estivessem disponíveis, teria sido possível estabelecer uma comparação detalhada em relação às informações do congresso de 1977.

Com o intuito de diversificar e triangular as fontes, foram examinadas matérias publicadas em jornais brasileiros, disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. A análise desses periódicos, produzidos entre 1970 e 1979, permitiu observar como o processo de internacionalização da profissão contábil e a criação da IFAC foram percebidos no Brasil, país que figura entre os membros fundadores da entidade. A revista n.º 18 do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, publicada em 1978 e dedicada ao 11.º Congresso Internacional de Contadores, também foi utilizada para captar a visão de organizações brasileiras sobre o evento.

A triangulação da perspectiva brasileira com as informações contidas nos anais do congresso de 1972 conduziu à inclusão de dados sobre o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e permitiu evidenciar que essa organização - que representou o Brasil no evento de fundação da IFAC - também buscava estabelecer, em âmbito nacional, uma ideia semelhante de consenso quanto à necessidade de normas padronizadas de auditoria. Esse conjunto de fontes possibilitou revelar que o consenso em construção era, na verdade, retórico, e que estavam presentes elementos de disputa e conflitos de interesse envolvendo o mercado de auditoria.

Esses relatos e críticas, realizados no cenário brasileiro, levaram à inclusão do documento *The accounting establishment: A staff study* produzido pelo *Committee on Government Operations United States Senate,* publicado em 1976. Disponível no *Internet Archive*, esse relatório possui 1.788 páginas, em inglês, e apresenta uma crítica relevante à atuação das empresas de auditoria nos Estados Unidos. Essa fonte contribuiu para compreensão da forma como essas empresas atuavam e exerciam influência tanto sobre entidades da profissão contábil quanto na atuação de seus próprios clientes. Além disso, permitiu estabelecer um contraponto crítico à narrativa de consenso sobre a gênese da IFAC.

Também foram utilizados diversos documentos publicados eletronicamente, os quais permitiram compreender o cenário global e a perspectiva da contabilidade até o período analítico estabelecido na metodologia (1967 – 1977). De forma específica, foram analisados documentos sobre os congressos mundiais realizados desde 1904, cujos relatos demonstram como o tema da auditoria foi ganhando espaço nos debates, bem como a presença das grandes firmas de auditoria como articuladoras de discussões alinhadas a seus próprios interesses. Também por meio de outros documentos publicados eletronicamente, foi possível apresentar a trajetória dos três indivíduos definidos na metodologia e, assim, compreender como construíram suas carreiras profissionais, quais interesses representavam e quais vínculos mantinham.

Entretanto, essas fontes também apresentam limitações, uma vez que, em sua maioria, não constituem relatos produzidos pelos próprios indivíduos estudados, nem se trata de obras biográficas. Com frequência, apresentaram informações fragmentadas, que não permitiram compreender de forma ampla as relações desses indivíduos com outras pessoas ou instituições de seu tempo. Ainda sobre os indivíduos, foi utilizada a obra 50 anos de contabilidade, publicada por Hilário Franco. A comparação desse documento com as demais fontes utilizadas para a compreensão dos indivíduos estudados revelou como as fontes disponíveis podem limitar ou ampliar a compreensão sobre um determinado fenômeno.

4 INVESTIGANDO A GÊNESE DA IFAC: ACHADOS E INTERPRETAÇÕES

Esta seção retoma o propósito central da tese: compreender de que forma a gênese da IFAC se articulou à difusão do ideário neoliberal nas instituições contábeis internacionais. Parte-se da hipótese de que sua criação não apenas transplantou para o plano global os mecanismos clássicos de profissionalização descritos por Millerson (1964), Larson (1977) e Macdonald (1984, 1995), mas também os reconfigurou de modo a consolidar novas hierarquias num campo transnacional. Essa reconfiguração, sustentada por estratégias de fechamento social, operou silenciamentos (Trouillot, 1995) que, sob o verniz de neutralidade técnica, favoreceram a inscrição de uma racionalidade neoliberal (Peck, 2010; Slobodian, 2021) como referência normativa. A análise que se segue organiza-se em oito blocos, cada um explorando um aspecto específico desse processo e evidenciando como, em conjunto, eles permitem avançar na demonstração da hipótese do mapeamento das condições históricas e políticas de fundação da IFAC ao exame dos dispositivos institucionais que materializam essas lógicas no presente.

A investigação desdobra-se em sucessivos momentos que, de forma articulada, percorrem desde as condições históricas e políticas que permitiram a fundação da IFAC até os dispositivos institucionais que hoje materializam essas lógicas. O primeiro reconstrói o panorama anterior a 1977, examinando a seletividade dos congressos apresentados como "internacionais" e a centralidade de pautas ligadas às grandes empresas de auditoria. Os quatro blocos seguintes desconstroem a narrativa de consenso global, abordando as crises e reformas do período 1967–1977, os bastidores revelados pelo Relatório *Metcalf*, o projeto IWP como esboço de uma ordem contábil global e a disputa pelo protagonismo normativo que envolveu a ICCAP.

Nesse percurso, surgem inconsistências documentais, como versões divergentes das instituições signatárias, revelando a ausência de consenso entre discursos e documentos oficiais sobre a fundação da IFAC. Tais divergências evidenciam uma preocupação deliberada em apresentar a organização como grandiosa e proeminente desde sua origem. O sexto bloco evidencia os silêncios cultivados na memória oficial; o sétimo ilumina trajetórias individuais decisivas; e o oitavo examina o papel estrutural das grandes firmas de auditoria na definição de prioridades e fronteiras de atuação da organização.

4.1 Panorama dos antecedentes da *International Federation of Accountants*

A contabilidade, desde o final da década de 1960, estava inserida em um ambiente de fragmentação regulatória e intensas negociações voltadas a concretizar uma entidade global

dedicada à normatização profissional (Camfferman & Zeff, 2006). De acordo com a análise dos autores citados, a contabilidade enfrentava uma crise de legitimidade em âmbito internacional, e pessoas como o inglês Henry Benson e o alemão Reinhard Goerdeler atuaram ativamente para construir uma ideia de unicidade. Havia um descompasso em relação ao desenvolvimento de normativas contábeis, especialmente aquelas voltadas ao mercado internacional e que atendessem às necessidades de emissão de relatórios financeiros por empresas multinacionais (American Institute of Certified Public Accountants [AICPA], 1963).

Essa questão foi discutida por Washington SyCip, que, posteriormente, se tornou o terceiro presidente da IFAC, durante sua fala no Congresso de 1962, quando destacou que havia, no mundo, duas realidades quanto ao desenvolvimento de padrões de auditoria para relatórios financeiros: alguns países possuíam elevado desenvolvimento, enquanto outros não haviam evoluído nessa perspectiva (AICPA, 1963). Essa fragmentação tornava-se problemática diante do cenário internacional de mobilidade profissional e da expansão dos mercados de capitais. Essa conjuntura contrastava com a realidade das normas contábeis, em especial as normas de auditoria, que nesse período eram essencialmente nacionais.

Simultaneamente, consolidaram-se as grandes firmas internacionais de auditoria, as chamadas *Big Eight*, que atuavam como as principais parceiras das empresas multinacionais, oferecendo serviços de consultoria, gestão e auditoria (Wootton & Wolk, 1992). Contudo, a fragmentação normativa impunha elevados custos a essas empresas, pois era necessário conciliar normas e legislações nas demonstrações contábeis de empresas que atuavam em diversos países. Desse modo, esses atores enfrentavam riscos relacionados tanto aos custos do trabalho quanto à reputação, especialmente quando divergências de interpretação causavam prejuízos a seus clientes ou ao adequado funcionamento do mercado (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976; Wootton & Wolk, 1992).

Nesse contexto de consolidação da profissão contábil no cenário internacional, destaca-se a figura de Reinhard Goerdeler (doravante referido como Goerdeler). Conforme assinala Brennan (1979), Goerdeler possuía um envolvimento de longa data com a temática da profissão contábil numa perspectiva mundializada. O próprio Goerdeler (1979), em um artigo cujo tema envolve a criação da IFAC, ressalta que as intenções que permitiram a formação dessa organização em 1977 remontam ao ano de 1904, por ocasião do Primeiro Congresso Internacional de Contadores, realizado na cidade de St. Louis, nos Estados Unidos. Segundo ele, esses congressos configuravam-se como espaços privilegiados nos quais profissionais da contabilidade do mundo inteiro discutiam questões de importância comum à classe.

O autor acrescenta que tais congressos, realizados quinquenalmente, adquiriam relevância como fóruns de discussão sobre a contabilidade exercida ao redor do mundo. Porém, após essa referência ao congresso inaugural, o foco de sua narrativa é deslocado para o 9º Congresso Internacional de Contadores, realizado na cidade de Paris no ano de 1967. A fala de Goerdeler não explora os motivos pelos quais a ideia de formação de um organismo internacional que representasse a classe contábil não prosperou no início do século XX, materializando-se somente no último terço desse século. Algumas circunstâncias históricas e sociopolíticas podem elucidar o aparente hiato temporal na formação dessa organização há muito imaginada e demandam uma discussão detalhada.

O primeiro ponto de análise volta-se para a cronologia dos congressos mundiais de contadores, resumidamente apresentado por Goerdeler com marco inicial em 1904 e com frequência quinquenal. Contudo, Murphy (1961) apresenta a cronologia desses eventos demonstrando que após o evento em St. Louis, 1904, o segundo encontro aconteceu somente após 22 anos, em 1926 em Amsterdã. Desse modo, uma reflexão faz-se necessária, pois se, de fato, havia um interesse global em discutir a contabilidade numa perspectiva internacional, porque o segundo encontro não aconteceu no ano de 1909? Se a premissa quinquenal dos congressos mundiais estivesse presente desde a reunião de 1904 a ordem desses eventos seria:

- 1904: St. Louis (1º)
- 1909: Deveria ter ocorrido o 2º
- 1914: Deveria ter ocorrido o 3º (ano do início da Primeira Guerra Mundial)
- 1919: Deveria ter ocorrido o 4º (pós-guerra)
- 1924: Deveria ter ocorrido o 5º
- 1926: Finalmente aconteceu o que foi chamado de "2º"

Essa cronologia demonstra que, se houvesse uma demanda internacional consolidada e um comprometimento genuíno com esses eventos, a Primeira Guerra Mundial poderia ter impedido a realização do terceiro congresso. E se essa fosse a lógica, em 1919 ocorreria o terceiro evento, em 1924 o quarto evento. Desse modo, a perspectiva quinquenal de organização dos eventos não pode ser sustentada, entretanto, outro ponto merece ser discutido: o congresso de 1904 foi de fato um evento mundial?

Sobre esse tema, Dennis (2004) afirma que o congresso de St. Louis tinha por objetivo encontrar um consenso para organizar a profissão contábil em nível nacional nos Estados Unidos. Por sua vez, Samuels (1985) acrescenta que naquela época o congresso não foi chamado de mundial, esse termo não fazia parte do nome do evento, o que deu a essa reunião

essa perspectiva internacional foi o fato de ela ter acontecido no local da Exposição de Compra da Louisiana (Murphy, 1961), uma feira mundial. Essa coincidência, na visão de Samuels (1985), deu à reunião dos contadores um aspecto internacional, que não passou de mera retórica. Ele afirma que quando o presidente do congresso J. E. Sterrett utilizou o termo "congresso internacional" foi somente uma forma de descrever que naquele encontro participavam pessoas de outros países, contudo esse não era o título do evento.

De acordo com Dennis (2004) e Murphy (1961), participaram do evento em St. Louis 91 contadores, em sua expressiva maioria dos Estados Unidos, e alguns poucos da Inglaterra, Escócia, Holanda e Canadá. Samuels (1995) apresenta que a delegação estrangeira tinha um total de 10 pessoas (sete canadenses, um inglês, um escocês e um holandês), os demais eram americanos, sendo que destes, dois tinham vínculos importantes com o Reino Unido. Além da questão da organização da profissão contábil em solo americano, o tema da auditoria também fez parte das discussões do evento. Segundo Dennis (2004) houve um debate sobre como os auditores deveriam atuar, pois nessa época havia uma interpretação pessoalizada do trabalho de auditoria, sendo vinculado de forma restritiva à pessoa do auditor.

A autora considerou como ponto central das discussões realizadas em St. Louis o debate sobre a aceitabilidade de atuação de empresas de auditoria, uma vez que à época, não havia consenso quanto a esse ponto, como na atualidade. Após análise da representatividade do evento de 1904, Samuels (1985) concluiu como exagerada a pretensão de considerar esse como o primeiro evento mundial da contabilidade, pois para ele houve uma limitada troca internacional de ideias. Ele afirma que nesse período a profissão contábil nos Estados Unidos era menos organizada que a do Reino Unido, por isso a participação desses colegas era relevante. Forrester (2004) além de concluir nesse mesmo sentido, acrescenta que a caracterização deste evento como internacional foi feita em momento posterior com intuito de conferir legitimidade a uma matriz profissional de origem anglo-americana.

Murphy (1961), por sua vez, aponta que o resultado do congresso de 1904 foi o acordo para criação de uma organização contábil em nível nacional nos Estados Unidos, voltada a certificar os contadores públicos (CPA), tal qual havia no Reino Unido. A partir desse acordo foi construída uma proposta que unificou o *American Association of Public Accountants* com a *Federation of Societies of Public Accountants in the United States*, formalizada em outubro de 1905. Murphy (1961) acrescenta que essa nova organização aceitaria como integrantes tanto membros individuais como sociedades estaduais com intuito de valorizar o CPA e consolidar a profissão contábil em solo americano.

Todos esses fatos debatidos por Murphy (1961), Samuels (1985), Dennis (2004) e Forrester (2004) evidenciam que a narrativa de Goerdeler (1979), ao caracterizar o evento de St. Louis como marco fundador da contabilidade numa perspectiva internacional, opera um silenciamento histórico nos termos de Trouillot (1995). Ao reforçar a atribuição de significado retrospectivo ao congresso de St. Louis como internacional Goerdeler (1979) atribui a esse momento elementos como harmonia, comunicação internacional e crescimento internacional, que à época não existiam. Conforme Samuels (1985) o termo "internacional" foi utilizado em função da feira mundial onde o congresso aconteceu, assim como, para descrever a limitada participação estrangeira no evento americano.

Essa construção discursiva, utilizada por Goerdeler (1979) em relação ao momento de criação da IFAC, reforça o silenciamento ao projetar retrospectivamente uma continuidade histórica que legitima a proeminência da nova organização mundial. Tal argumentação sugere que esses esforços não eram recentes e que a construção da contabilidade numa perspectiva internacional tinha origens no início do século XX. Adicionalmente, a narrativa teleológica feita por Goerdeler omite as descontinuidades em relação à periodicidade dos "congressos mundiais" ao simplificar a cronologia, pois como demonstrado, ignorou o intervalo de 22 anos entre 1904 e 1926.

Além disso, contribuiu para reforçar a imagem distorcida que interpreta St. Louis como evento internacional, quando era fundamentalmente nacional. Por fim, ignora os interesses particulares presentes nesse evento, como o demonstrado pelas empresas de auditoria, que buscavam ser endossadas como atividade legítima (Dennis, 2004). A presença dessas empresas nesse encontro, que buscava unificação da profissão contábil em solo americano, demonstra que desde esse momento da história, havia um processo de captura regulatória e influência corporativa nas organizações contábeis.

O evento de 1904, ao revelar o projeto de mercado das empresas de auditoria em busca de legitimação profissional, exemplifica as estratégias identificadas por Larson (1977) como características do processo de profissionalização, que envolvem a construção de mercados exclusivos e a elevação do reconhecimento social por meio da captura de espaços regulatórios. A partir dessa perspectiva, o silenciamento retrospectivo contido na fala de Goerdeler (1979) representa uma forma de exercício de poder, pois, ao atribuir ao congresso de 1904 uma relevância maior do que ele possuía, apresenta uma leitura histórica enviesada, utilizada como justificativa da inevitabilidade da IFAC. Trouillot (1995) diagnostica o poder do silenciamento

nessas construções, uma vez que elas partem de uma releitura do passado para legitimar e justificar as estruturas do presente.

Outro ponto silenciado pela fala de Goerdeler (1979) sobre esse período de gênese da IFAC foi a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, pois, ao associar - como ponto de origem para o surgimento de uma organização como a IFAC - o congresso de 1904, não apenas silencia as descontinuidades cronológicas dos congressos, mas ignora o efeito disruptivo na organização geopolítica mundial provocado por esse conflito. Araripe (2006) apresenta a Primeira Guerra Mundial como a matriz genealógica dos conflitos bélicos dos séculos XX e XXI.

Este confronto, que teve por estopim o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando em 28 de junho de 1914, envolveu e polarizou as principais potências mundiais do período. As disputas imperialistas, o nacionalismo extremado e as rivalidades econômicas são apresentadas como fatores determinantes da disputa que colocou em polos opostos a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), e a Tríplice Entente (França, Reino Unido e Rússia). As consequências deste confronto foram profundas e multidimensionais, provocando o colapso de impérios, a redefinição de fronteiras geopolíticas e o surgimento de novos países, além de preparar o terreno para a ascensão de regimes totalitários que, futuramente, conduziriam à eclosão da Segunda Guerra Mundial (Ellis & Cox, 2001; Hobsbawm, 1995; Araripe, 2006).

No período entre os dois grandes conflitos mundiais foram realizados quatro congressos internacionais de contadores, em 1926, 1929, 1933 e 1938.O congresso de 1926 aconteceu em Amsterdã e foi patrocinado por três organizações: *Netherlands Institute of Accountants*, pela *Netherlands Union of Accountants* e pela *Netherlands Organization of Accountants* (Murphy, 1961). De acordo com Samuels (1985) esse foi o primeiro a ser organizado de forma efetivamente internacional, e, Murphy (1961) acrescenta que participaram 371 pessoas de 15 países (Dinamarca, Alemanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Índia, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Romênia, Rússia, Espanha, Suécia e Estados Unidos).

Boa parte das discussões realizadas nesse encontro envolviam questões éticas e responsabilização, Murphy (1961) afirma que um dos participantes, *Sir* William Plender, resumiu de forma apropriada os termos debatidos, quando afirmou que o auditor não deveria reclamar da responsabilidade que a legislação atribuía ao seu trabalho. Esse participante afirmou que um balanço patrimonial poderia ser utilizado para muitas finalidades, por isso, o auditor não poderia ter uma visão limitada de sua responsabilidade, e aceitar os encargos vinculados à execução de sua atividade. Outro participante, *Sir* Albert W. Wyon, discutiu sobre

a organização das grandes empresas de contabilidade, e muito antes do surgimento das grandes firmas internacionais de contabilidade, abordou sobre princípios e padrões éticos voltados a prática internacional. Esse participante introduziu em seu debate questões como a dificuldade proporcionada pela variedade de idiomas, assim como os desafios de manter as tradições e valores, implementados pelos fundadores de uma organização, para as gerações atuais (Murphy, 1961).

Por sua vez, o congresso de 1929 aconteceu em Nova Iorque e demonstra que o debate internacional sobre questões contábeis ganhava força, pois o número de participantes superou em mais de 4 vezes o número de participantes de 1926, vindos de 19 países, assim como, a quantidade de trabalhos discutidos também foi maior, sendo 65 em 1929 frente aos 25 trabalhos de 1926 (Murphy, 1961). Para o citado autor, os mais de 1.600 participantes que estiveram presentes possuíam vínculos com organizações contábeis da Austrália, Áustria, Canadá, Cuba, Tchecoslováquia, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Honduras, Islândia, Itália, Japão, México, Noruega, Filipinas, Porto Rico, Romênia, Rússia e Suíça. Foram cinco organizações patrocinadoras desse evento: *American Association of University Instructors in Accounting*, *National Association of Cost Accountants*, *American Institute of Accountants*, *American Society of Certified Public Accountants* e *State Societies of Certified Public Accountants in the United States* (Murphy, 1961).

Nesse evento as discussões envolveram tópicos de interesse comum (e.g., depreciação, checagem de estoques, ou padronização das informações entre as empresas), contudo, demonstraram visões divergentes para os temas. Nessa oportunidade, *Sir* William Plender novamente participante do evento, afirmou que a troca de experiências com colegas de profissão, independentemente da nacionalidade, era uma oportunidade enriquecedora de troca de conhecimento e ampliação de perspectiva analítica (Murphy, 1961). Contudo, essa visão não foi unânime nesse período, pois uma publicação da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) trouxe uma reclamação tanto dos contadores brasileiros quanto de contadores belgas, publicada no *Bulletin Periodique de la Société Académique de Comptabilité de Belgique* (J. D., 1930, p.31).

Os contadores brasileiros reclamaram de não terem sido convidados para o evento de Nova Iorque, declarando que, no Brasil, havia nomes capazes de contribuir para os debates ali realizados. A reclamação brasileira foi endossada pela realizada pelos contadores belgas, em texto publicado em francês na RBC, supostamente representando uma cópia fiel do que fora veiculado na Bélgica. De acordo com esse conteúdo, os belgas foram mais incisivos, duvidando

do caráter efetivamente internacional de um evento que, na verdade, congregava interesses dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Holanda (J. D., 1930, p.31).

Afirmaram ainda que esse evento era mais um exemplo da tentativa americana de se impor ao restante do mundo desde o final da Primeira Guerra, ressaltando que os belgas não se humilhariam diante dos americanos, como era costume desde o fim do conflito. Além disso, questionaram os interesses das empresas contábeis americanas que já possuíam escritórios na Bélgica, destacando que o oposto não era possível, uma vez que não se admitia que contadores belgas atuassem em solo americano. A reclamação belga acrescentou que os congressos realizados desde Amsterdã eram tediosos, com palestras longas, nas quais não havia espaço para o debate de ideias, não sendo permito realizar questionamentos aos palestrantes sobre os trabalhos apresentados (J. D., 1930, p.31).

O relato trazido pela RBC sugere que os congressos mundiais realizados no período pós-guerra se constituíam como espaços de doutrinação, e não como arenas democráticas para construção dialogada de um consenso (J. D., 1930, p.31). Essa perspectiva também aponta para um espaço de dominação que se buscava consolidar no campo da contabilidade, confirmando a presença de relações de colonização do saber por meio da tentativa de criação de um padrão epistêmico alinhado aos interesses de um pequeno grupo de países envolvidos, conforme discutido por Macdonald (1955).

Além disso, a comparação entre os dois congressos realizados na década de 1920 confirma as conclusões de Samuels (1985) e Forrester (2004) ao não considerarem o evento de 1904 como internacional, mas sobretudo, demonstra como a repetição de um evento sem adequado questionamento crítico de suas fontes contribui para o silenciamento e construção de uma narrativa histórica, nos termos de Trouillot (1995). A publicação brasileira revela que não havia um consenso internacional nem quanto ao reconhecimento dos congressos, indicando que esses eventos eram permeados por interesses estrategicamente silenciados, com objetivo de construir a ideia de uma evolução harmônica e consensual do saber contábil discutido e produzido nos congressos internacionais.

As discussões ocorridas nos eventos também evidenciam a mudança na forma como o tema responsabilização do auditor era discutida, pois nesse período a compreensão era de assumir responsabilidades (Murphy, 1961), e ao longo do tempo essa visão foi reconfigurada, passando a representar as preocupações com os interesses das empresas de auditoria. Esse exemplo demonstra como o projeto profissional, discutido por Larson (1977), vai sendo redesenhado com o passar do tempo. Inicialmente os profissionais buscavam legitimar sua

atuação no mercado por meio da assunção de responsabilidades, contudo, posteriormente quando o poder já está estabelecido, o foco migra para elevação de ganhos e preservação de interesses corporativos.

Na sequência do processo histórico, a crise econômica de 1930 foi interpretada por Slobodian (2021) como o evento do qual se originam os debates sobre uma "economia mundial", apontando esse momento como o responsável pela emergência desta perspectiva globalizante. Para o autor, o crescimento econômico acelerado observado após a primeira guerra mundial e as elevadas barreiras alfandegárias adotadas pelos mais diversos países foram duramente confrontados pela crise da década de 1930, evidenciando inequivocamente a natureza não-linear do desenvolvimento econômico. Segundo Slobodian (2021), nesse período, proliferaram projetos voltados à reconfiguração da sociedade sob uma perspectiva global, processo no qual figuras centrais do futuro pensamento neoliberal, como Mises, Hayek, Haberler e Röpke, estiveram diretamente envolvidas mediante atuação em instituições e programas de estudos desenvolvidos na cidade de Genebra.

Slobodian (2021) afirma que a ideia da economia como um fenômeno observável e potencialmente moldável só foi possível graças ao desenvolvimento e "ferramentas de contabilidade da renda nacional e da criação da disciplina de macroeconomia" (Slobodian, 2021, p.102). Para o autor, as experiências traumáticas derivadas dos eventos catastróficos das grandes guerras mundiais e da grave crise econômica na década de 1930 deram forma para a visão dos intelectuais neoliberais sobre a necessidade de se pensar em instituições globais, dedicadas à coordenação e organização do comércio mundial, de modo a prevenir que o protecionismo e a fragmentação econômica compusessem a moldura econômica.

Ainda sob o efeito das instabilidades da década de 1930, ocorreram os congressos internacionais de 1933 e 1938. O congresso de 1933 ocorreu em Londres, cujo número de participantes foi substancialmente inferior ao de Nova Iorque, conforme Murphy (1961), provavelmente refletindo os efeitos da crise econômica que afetou o mundo inteiro. Profissionais de 20 países (África, Austrália, Áustria, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Japão, México, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Romênia, Suécia e Estados Unidos) participaram dos debates de 12 trabalhos. Nesse evento, *Lord* William Plender – que nesse momento havia deixado de ser *Sir,* denotando uma mudança relevante de seu prestígio e influência institucional no cenário público e político inglês – defendeu a utilização de "princípios profissionais" que fortaleceriam o prestígio profissional diante do cenário internacional de crise (Murphy, 1961).

Para o citado autor, a partir desse evento passou a ser constituído como prática o convite para que empresas realizassem reuniões durante os congressos, em especial as firmas de contabilidade com atuação internacional, ou mais especificamente, as empresas de auditoria que operavam no mercado internacional. O objetivo desse convite era aprimorar a prática profissional, considerando o interesse da profissão em nível mundial, mas garantindo que ela permanecesse alinhada às legislações, decisões judiciais e atualizações mais recentes, de modo a construir uma coletânea de conhecimento comum, útil em escala global (Murphy, 1961). Essas evidências confirmam o discutido por Slododian (2021) sobre o papel desempenhado nesse período da história pela contabilidade ao contribuir para coordenação das operações de comércio realizadas em âmbito internacional.

Além disso, a participação das grandes firmas de auditoria mostra um momento de expansão da influência dessas organizações, que, ao participarem como representantes corporativas em eventos profissionais, iniciaram o processo de cooptação e conversão do projeto profissional para uma perspectiva globalizada, que conforme Macdonald (1995), foi estrategicamente estruturado para criar barreiras de entrada que as favoreceriam. Na sequência dos eventos internacionais da profissão contábil, o congresso de 1938 ocorreu na cidade de Berlim, que segundo Murphy (1961), já estava marcada por tensões e o clima do congresso foi um pouco hostil. Para o citado autor, a tragédia do conflito bélico iniciado em seguida resultou na perda de grande parte dos registros do evento.

Tota (2006) afirma que a característica marcante da Segunda Guerra Mundial foi a pretensão ilimitada de seus participantes frente aos adversários. Assim, enquanto no primeiro grande conflito o objetivo primordial era a derrota na frente de batalha e a construção de um acordo de paz negociado; neste segundo confronto não haveria uma condição negociada, sendo o inimigo combatido até a exaustão dos recursos. Segundo o autor, a incursão territorial agressiva e o despontamento do nazismo de Hitler foram uma resposta às duras condições impostas à Alemanha como resultado da Primeira Guerra. Segundo ele, o que Hitler desejava era dominar os países e fazê-los servos de seus dominadores germânicos. Por isso, as forças aliadas não aceitariam desfecho distinto da rendição incondicional germânica.

O segundo grande conflito mundial posicionou Alemanha, Itália e Japão (i.e., as Potências do Eixo), frente aos Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França (i.e., os Aliados), entre 1939 e 1945, cujo desfecho foi a derrota dos países do Eixo, com rendição da Alemanha em maio de 1945 e o bombardeio das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em setembro do mesmo ano. Além da destruição de cidades e das milhares de vidas ceifadas, a

guerra provocou a divisão do mundo em blocos ideológicos divergentes, inaugurando o período histórico conhecido como Guerra Fria. Além disso, também como consequência do conflito, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e debates que davam ênfase a organizações e cooperação em âmbito internacional (Hobsbawm, 1995; Tota, 2006).

Mueller (1979) afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciava um processo de internacionalização cujas mudanças sociais e políticas impuseram novos desafios que a contabilidade, agora com um foco internacional, precisava enfrentar. Esses desafios disruptivos impulsionaram o interesse, inclusive no meio acadêmico, pela contabilidade em uma perspectiva multinacional. Conforme debatido por Slobodian (2021), o cenário mundial daquele período criou um ambiente propício para que as articulações neoliberais – que buscavam, por meio da construção normativa, proteger os interesses do mercado – se materializassem também no âmbito contábil. Desse modo, os congressos internacionais de contabilidade funcionaram como espaços de discussão das transformações que aconteciam no mercado internacional e, por meio de debates aparentemente técnicos, foi possível legitimar as mudanças que eram, essencialmente, políticas e econômicas.

Entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o marco metodológico adotado nesse trabalho (i.e., 1967), foram realizados três congressos internacionais de contadores: 1952, 1957 e 1962. O congresso de 1952 ocorreu me Londres, organizado pelas mesmas entidades responsáveis pelo evento de 1933, contudo, em 1952, houve ampla participação, que envolveu 2.500 pessoas de trinta e seis países (Murphy, 1961). O referido autor acrescenta que a ênfase deste primeiro evento pós-guerra foi a contabilidade gerencial e afirma que este evento exerceu influência positiva nas finanças e no comércio internacionais, incentivando debates e pesquisas sobre preços, capital, atuação do contador em diversos setores e tributação.

Assim como em 1952, o congresso de 1957 também repetiu o local de realização, dessa vez em Amsterdã, que contou com a participação de mais de três mil pessoas, de quarenta países (Murphy, 1961). Nesse evento a auditoria foi o grande foco, sendo destacada a relevância da independência com fundamento na integridade profissional. Murphy (1961) afirma que, nesse evento, o contador foi reconhecido como um elemento de apoio imparcial à gestão, especialmente em cenários de alta tributação. Para o citado autor, os trabalhos discutidos também abordaram a expansão da atuação em orçamento e auditoria interna e o avanço da contabilidade gerencial, dos serviços de gestão e da controladoria como novos desafios para a profissão contábil desse período.

Repetindo tendências anteriores, o congresso de 1962 ocorreu em Nova Iorque, e um ano antes de sua realização, Murphy (1961) informou que os debates ocorreriam em função do tema: "Auditoria e Relatórios Financeiros na Economia Mundial". Dos trabalhos[3] abordados nesse evento, doze eram específicos sobre a questão de auditoria, contudo a auditoria foi mencionada e debatida em outras pesquisas. As discussões abordaram os diferentes padrões de auditoria existentes nos mais variados países, tendo sido apontado como causa dessas diferenças fatores como a dinâmica econômica, o alcance das relações internacionais e a influência das decisões dos tribunais locais (AICPA, 1963).

Nesse evento discutiu-se que era possível observar, no mundo, países em dois polos distintos de desenvolvimento dos seus padrões de auditoria: em um extremo, estavam aqueles nos quais a profissão contábil havia alcançado tal avanço e já recebia reconhecimento social; no outro, estavam países onde não havia qualquer desenvolvimento nesse sentido. Entre os extremos, havia inúmeros países que, embora não tivessem padrões próprios, seguiam modelos adotados por outras nações, como os dos Estados Unidos ou do Reino Unido (AICPA, 1963). A análise dos congressos internacionais de contabilidade, realizados de 1952 a 1962, revela como um movimento aparentemente técnico integrou um movimento mais amplo de reorganização econômica mundial, baseado nas premissas neoliberais, conforme discutido por Slobodian (2021).

Nesses eventos, o discurso fundamentado em questões aparentemente técnicas (e.g., idioma, legislações e práticas contábeis nacionais) foi capaz de ocultar os verdadeiros articuladores e beneficiários desse processo: as firmas internacionais de auditoria. Esse fato também ficou evidente na evolução dos temas centrais dos congressos, de contabilidade gerencial (1952) a auditoria (1957 e 1962) evidenciando as estratégias de fechamento social discutidas por Larson (1977) e Macdonald (1984, 1995). O espaço crescente do tema “auditoria” nos debates desses eventos não representava uma evolução técnica natural, mas sim, uma tentativa deliberada de estabelecer, por meio da norma, barreiras de entrada e mecanismos de controle no mercado de serviços contábeis em âmbito internacional.

Em virtude disso, as discussões realizadas em torno da relevância da padronização – apresentadas como questões técnicas e neutras, devido à variedade de idiomas ou tradições contábeis – foram utilizadas como justificativa para atender a interesses econômicos de determinadas empresas, que, inclusive, podiam exercer influência durante o processo

[3] O documento produzido pelo AICPA (1963) não informa o total de trabalhos discutidos no Congresso 1962, apenas apresenta que 45 contadores enviaram textos para o evento.

normativo, de modo a assegurar que o resultado estivesse alinhado às suas necessidades. Essa estratégia narrativa permitiu que interesses privados fossem apresentados como preocupações técnicas universais, evidenciando como o silenciamento discutido por Trouillot (1995) se manifestou na construção narrativa desses eventos.

Nesse sentido, enquanto a narrativa oficial dava ênfase a questões técnicas, como a variedade de procedimentos e relevância da padronização, foram invisibilizados interesses como redução de custos operacionais e expansão do mercado das firmas internacionais de auditoria. Desse modo, a análise crítica desses eventos revela que a aparente neutralidade técnica dos congressos compunha um projeto mais amplo de reorganização mundial no período pós-guerra. As estratégias de fechamento social articuladas pelas empresas de auditoria, silenciadas por meio da construção tecnicista, revelam como narrativas históricas são utilizadas para legitimar transformações estruturais que beneficiam interesses específicos.

Nas seções seguintes desse Capítulo de Análise e Discussão, essas questões serão abordadas detalhadamente, explorando como o poder do silenciamento na construção das narrativas (Trouillot, 1995) atuou em articulação com estratégias de fechamento social (Larson, 1977; Macdonald 1984, 1995; Walker, 1991, 1995, 2004), operacionalizadas para introduzir e naturalizar, no âmbito da contabilidade, a racionalidade neoliberal (Peck, 2010; Slobodian, 2021), pautada em interesses corporativos.

4.2 Entre crises, disputas e reformas: o caminho para formação da IFAC (1967-1977)

O período entre 1967 e 1977 foi marcado por profundas transformações econômicas, políticas e profissionais que moldaram o cenário internacional da contabilidade. Entre crises financeiras, disputas institucionais e reformas impulsionadas pela globalização e pelo avanço do neoliberalismo, consolidou-se o caminho que culminaria na criação da IFAC em 1977. Conforme observa Goerdeler (1979), o desenvolvimento econômico em escala mundial constituiu o principal tema das discussões realizadas no Congresso de Paris em 1967, marco inicial dos esforços que levariam à formação da IFAC. Consequentemente, o eixo central das discussões realizadas envolveu a harmonização das normas contábeis produzidas internacionalmente, visando orientar a elaboração de demonstrativos contábeis e financeiros. Como fruto das conversas realizadas em Paris, foi formado um grupo internacional de trabalho que possuía por objetivo:

> Rever o papel desempenhado pelos congressos internacionais periódicos no desenvolvimento contínuo e progressivo do pensamento e da compreensão contabilística; e, nesse contexto, considerar o alcance

> e a frequência de tais congressos e os objetivos para os quais eles devem ser direcionados (Brennan, 1979, p.5).

Não obstante, para além dos conflitos bélicos de escala mundial ocorridos no continente europeu, outros fatores concorreram para explicar o intervalo temporal na materialização da IFAC. Esse lapso temporal reflete uma combinação de mudanças históricas que não podem ser reduzidas a explicações monocausais. A repercussão da globalização econômica e a complexidade das normas contábeis nacionais vigentes, são fatores que não podem ser negligenciados. Além disso, conforme afirmam Dardot e Laval (2016) a emergência do neoliberalismo nos anos 1970 ajudou a criar um ambiente propício para a harmonização contábil em nível global.

A consolidação do paradigma neoliberal, especialmente a partir dos anos 1970, pode ser interpretada como um estímulo para a criação da IFAC. Conforme debatido por Harvey (2014) e Slobodian (2021), o neoliberalismo ao buscar proteger o capital internacional por meio da ênfase na abertura dos mercados, o fez pela defesa das normas e da proteção ao direito do investidor. Nesse contexto, a padronização das normas contábeis converteu-se em imperativo estrutural, na medida em que poderia facilitar o fluxo de capital e a operação de corporações multinacionais, que nesse momento da história deveriam atender aos variados regramentos existentes nos diversos países em que atuavam. Assim, torna-se incontestável a existência de interesses econômicos no processo de padronização e harmonização de normas contábeis internacionais, seja por parte das empresas multinacionais que operavam neste ambiente, seja pelas firmas de auditoria responsáveis pela emissão de pareceres relativos à adequação das demonstrações financeiras dessas entidades.

Embora não se possa afirmar taxativamente que o neoliberalismo foi o responsável direto pela demora na criação da IFAC, o fortalecimento dessa doutrina econômico-política na década de 1970 é contemporâneo à intensificação da ênfase na padronização contábil internacional como instrumento voltado a assegurar o funcionamento eficiente dos mercados globais. Importa sublinhar que esta intensificação não decorreu de forma automática ou linear; mas, foi produto de um entrelaçamento contingente de interesses, crises e reconfigurações políticas globais. Esta análise se alinha ao argumento central de Peck (2010), que destaca como as transformações decorrentes da doutrina neoliberal emergem de conjunturas específicas e entrelaçamentos complexos de fatores e não de trajetórias predeterminadas e lineares.

Deste modo, o neoliberalismo apresenta-se como elemento constitutivo das circunstâncias históricas, políticas e econômicas que favoreceram a criação da IFAC em 1977, resultado de um processo histórico de longa maturação. Convém destacar que a formação da

IFAC não foi um desdobramento inevitável ou predeterminado. Antes, resultou de um entrelaçamento contingente de crises financeiras, disputas institucionais e transformações estruturais globais que moldaram as possibilidades históricas de ação naquelas circunstâncias.

Esse cenário de transformações estruturais foi destacado por Cowperthwaite (1979), ao considerar as discussões sobre harmonização de padrões contábeis, ocorridas no transcorrer das décadas de 1960 e 1970, como respostas diretas ao ambiente complexo em que atuavam as organizações multinacionais, que experimentavam expansão. Brennan (1979) compartilha dessa visão ao afirmar que "[a]onde o empresário vai, seu contador também vai" (Brennan, 1979, p.v), destacando que as características do comércio internacional do pós-Segunda Guerra Mundial eram inéditas, caracterizadas pela atuação simultânea de empresas globais em múltiplas jurisdições nacionais. Na visão de Brennan (1979), os contadores trabalharam de forma pioneira no cenário de internacionalização, uma vez que a atuação de uma empresa nesse mercado global fazia parte de um sistema e não poderia ser entendida e interpretada de forma isolada.

Essa ideia mencionada por Brennan (1979) revela como a internacionalização da contabilidade acompanhou a expansão do capital multinacional. A vinculação entre profissionalização contábil e expansão capitalista não foi acidental, mas integrou-a. O projeto profissional contábil em âmbito internacional avançou como parte da infraestrutura necessária para globalização econômica, segundo moldes neoliberais que apregoavam os direitos dos investidores para além das fronteiras locais, inclusive correlacionando-os a um direito humano fundamental, conforme debatido por Slobodian (2021).

Segundo Benson (1976) a criação do *Accountants International Study Group* (AISG) no final de 1966 refletia o esforço empreendido em prol de um padrão contábil comum. Esse grupo de estudo foi, por alguns, interpretado como excludente por sua formação incluir apenas Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, representados respectivamente pelas organizações *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), *Canadian Institute of Chartered Accountants* (CICA) e *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW). Mas sobre esse ponto, Benson (1976) justifica que o debate inicial deveria ocorrer em um grupo restrito, uma vez que alcançar o consenso a respeito de temáticas contábeis já era suficientemente desafiador no ambiente interno de um único país. Dessa forma, a dispersão de participantes era considerada prejudicial à construção de um entendimento comum.

Nesse sentido, o autor destaca que, além da limitação do número de integrantes, era fundamental que seus membros compartilhassem um mesmo idioma, a fim de minimizar

barreiras interpretativas e facilitar a construção de um entendimento comum. Na visão desse autor, os fundadores iniciais do AISG tinham consciência de que o sucesso do grupo permitiria que outros pudessem ser convidados a participar no futuro. Esse esforço inicial para proposição de uma padronização contábil oferece elementos que podem ser analisados criticamente à luz da teoria sociológica das profissões. Essa escolha formativa revela dinâmicas de poder presentes desde a gênese do desenvolvimento da contabilidade em âmbito internacional e como a construção do conhecimento contábil não esteve alheio à dinâmicas geopolíticas mais amplas.

O fato do AISG ter sido constituído por Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, sob o argumento da facilidade de comunicação proporcionada pelo idioma comum, apresenta-se como um exemplo real de como o discurso da neutralidade técnica é utilizado para ocultar dinâmicas de dominação mais amplas, conforme discutido por Larson (1977) e Macdonald (1995). Nesse exemplo a língua inglesa é utilizada como característica neutra, presente nos três países (Estados Unidos, Canadá e Reino Unido) e que justificaria a "escolha formativa", isentando-a de argumentos exclusivistas. Porém, esse fato pode ser interpretado como um mecanismo estratégico de controle cognitivo e normativo sobre a profissão contábil. A escolha do inglês não deve ser vista apenas sob a perspectiva da conveniência comunicativa como destacado por Benson (1976), mas constitui um exercício de poder simbólico, que determinou sob quais bases o conhecimento contábil seria articulado, debatido e legitimado internacionalmente: o padrão anglo-saxão.

Essa composição inicial também ilustra as perspectivas cognitiva, normativa e avaliativa debatidas por Larson (1977) na formação do projeto profissional exemplificados pelo controle sobre a produção do conhecimento técnico contábil (cognitiva), definição da ética profissional (normativa) e estabelecimento da autoridade comparativa (avaliativa). Ao limitar o debate inicial as nações de língua inglesa e pertencentes ao centro do capitalismo, o que se definiu não foi um critério técnico, mas sim, os parâmetros culturais, éticos e relativos "à forma de pensar" que passaram a moldar a contabilidade em âmbito internacional.

Adicionalmente, a vantagem destacada por Benson (1976) do ponto de partida da harmonização contábil global partir de um grupo restrito, com a possibilidade de ampliar a participação pela inclusão de outros membros no futuro, ilustra a dinâmica centro-periferia discutida por Macdonald (1995). A estratégia adotada reflete claramente um modelo de profissionalização que estabelece uma hierarquia entre os países centrais do capitalismo, responsáveis por elaborar os padrões contábeis, e os países periféricos, que posteriormente os adotam, seja voluntariamente ou por imposição. Tais padrões, baseados nas chamadas

“melhores práticas” dos países centrais, estiveram voltados a unificar o fazer contábil, seja por meio das terminologias empregadas ou das técnicas utilizadas.

Assim, pela prevalência do capital econômico e cultural, os países do centro do capitalismo estabeleceram as "regras do jogo" da profissão contábil internacional, determinando quais conhecimentos eram reconhecidos como válidos, quais práticas eram legítimas e quais vozes seriam ouvidas na construção do campo profissional. O argumento da otimização do consenso proporcionada pela língua comum, conforme argumentado por Benson (1976), obscurece uma realidade mais complexa, que envolveu o estabelecimento de uma hierarquia de conhecimento e legitimidade profissional que privilegiou perspectivas, práticas e interesses anglo-americanos. O fato de a língua inglesa ter se tornado não apenas o idioma de comunicação, mas o próprio substrato conceitual da contabilidade internacional, demonstra como o projeto profissional contábil global foi moldado pelas configurações geopolíticas do conhecimento.

A legitimação da língua inglesa como universal para a emissão de normas na contabilidade perdura até a atualidade, demonstrando como a construção da memória histórica foi moldada pelo discurso da neutralidade da língua. A justificativa apresentada por Benson (1976) fundada na neutralidade foi corroborada ao longo dos anos quando pesquisas históricas, com as realizadas por Camfferman e Zeff (2006), reproduzem esse discurso sem discuti-lo criticamente. A argumentação acrítica contribui para construção de silêncios históricos, conforme discutido por Trouillot (1995), os quais conferem legitimidade a uma narrativa apresentada como única e universal sobre a constituição da IFAC.

Tais silêncios não apenas obscurecem disputas e exclusões, mas também reforçam a naturalização de determinados discursos e práticas como neutros e inevitáveis. Adicionalmente, Benson (1976) afirmou que os acontecimentos ocorridos nos cinco anos que sucederam a formação do AISG (período compreendido entre o IX Congresso Mundial de Contadores, realizado em Paris em 1967, e o X Congresso, sediado em Sydney em 1972), contribuíram para acelerar o ritmo dos debates em torno da contabilidade. Esse intervalo temporal foi decisivo para o adensamento das articulações institucionais que culminariam na criação da IFAC, reforçando a impressão de um desenvolvimento técnico-naturalizado, quando na realidade, tratava-se de um processo profundamente marcado por disputas políticas e interesses geoeconômicos.

Benson (1976) apresentou como causa para esse impulso os escândalos e fracassos financeiros observados em várias partes do mundo naquele período, os quais geraram duras

críticas à comunidade empresarial e à profissão contábil. Em resposta, houve uma intensa cobrança por padrões contábeis mais rigorosos e com maior definição. Para o autor, nesse período podia ser observado os frutos dos esforços empreendidos pelas organizações da profissão contábil desde o final da Segunda Guerra Mundial na busca por melhores padrões contábeis. Além disso, a redução ou remoção das barreiras comerciais observada em prol do desenvolvimento de um mercado comum, como podia ser observado mais acentuadamente na Europa, contribuiu significativamente para o impulsionar o debate sobre a formação de uma organização contábil de alcance mundial.

Com intuito de melhor compreender o impacto dos escândalos e fracassos financeiros genericamente mencionados por Benson (1976), torna-se necessário examinar alguns casos emblemáticos do período. O escândalo da *Equity Funding Corporation of America*, ocorrido nos Estados Unidos e descoberto no início de 1973, envolveu falsificação de relatórios financeiros, por meio da criação de apólices de seguro fictícias, além da distorção de registros que visavam inflar o valor das ações, e por consequência os lucros dessa empresa (Seidler, Andrews & Epstein, 1977). Ainda em solo americano, a *National Student Marketing Corporation* inflou artificialmente seu valor de mercado manipulando informações contábeis e financeiras. Essa fraude foi descoberta em 1970 e levou a uma queda abrupta no valor das ações e a várias investigações e processos judiciais (Patterson, 1979; Partridge, 2019; Hall, 2021).

Outro evento que marcou o mercado nesse período foi a falência da *Penn Central Transportation Company,* maior ferrovia dos Estados Unidos, ocorrido em junho 1970. Autores como Murray (1971), Weston (1971) e Staggers (1972) afirmaram que a falência foi consequência de problemas financeiros causados por má gestão, alta dívida e mudanças no mercado de transporte, como o aumento da concorrência com o transporte rodoviário e aéreo. Acrescentando aos eventos de crise ocorridos nesse período, Schenk (2014) destaca que o fim do sistema de câmbio atrelado ao dólar americano, estabelecido em *Bretton Woods* em 1944, proporcionou um relevante choque sistêmico no início da década de 1970.

Para a autora, as falências de instituições bancárias observadas na Europa e nos Estados Unidos durante a década de 1970 expuseram as fragilidades de algumas instituições que atuavam em mais de uma jurisdição no mercado global. As fraudes reveladas nesse período, como o colapso do *Bankhaus Herstatt* na Alemanha, o escândalo de negociação desonesta do *Lloyds Lugano* na Suíça, e a falência do *Israeli British Bank*, são exemplos de eventos que pressionaram as relações de confiança entre banqueiros e reguladores (Schenk, 2014). De

acordo com Mourlon-Druol (2015) esses eventos trouxeram à tona a urgência e o debate em torno da regulamentação e necessidade de coordenação internacional mais elaborada.

Desse modo, o período de gênese da IFAC em 1977 se deu em um contexto global caracterizado por transformações econômicas e políticas de natureza estrutural. A década de 1970 representou um período crítico de transição entre o regime monetário internacional de *Bretton Woods* e a consolidação subsequente de um ambiente financeiro marcado pela globalização dos mercados de capitais. Este cenário complexo propiciou condições favoráveis para iniciativas de harmonização contábil internacional, particularmente diante da crescente sofisticação das transações econômicas transfronteiriças e da expansão acelerada das corporações multinacionais.

A crise econômica que marcou o início da década, precipitada pela dissolução do sistema de paridades cambiais fixas estabelecido em *Bretton Woods*, e exacerbada pelo primeiro choque petrolífero de 1973, evidenciou vulnerabilidades significativas nos sistemas financeiros globais. Como consequência deste cenário turbulento, uma série de falências corporativas e escândalos financeiros – exemplificados pelos casos emblemáticos da *Equity Funding Corporation of America* e da *Penn Central Transportation Company* – intensificaram as demandas por maior transparência informacional e pela padronização rigorosa das práticas contábeis. Neste contexto de instabilidade, manifestou-se uma necessidade premente de mecanismos regulatórios contábeis que respondessem adequadamente às exigências de um mercado caracterizado por níveis crescentes de integração econômica.

Paralelamente, a ascensão da racionalidade neoliberal como paradigma político-econômico dominante contribuiu significativamente para a busca por um arcabouço contábil global que assegurasse o funcionamento eficiente e a legitimidade dos mercados internacionais. A ênfase programática na desregulamentação econômica e na liberalização financeira impulsionou a criação de instituições supranacionais voltadas à harmonização normativa, como a IFAC. Conforme argumenta Slobodian (2021), o neoliberalismo transcendeu a mera formulação de políticas econômicas pontuais, constituindo-se como uma forma abrangente de governança que reconfigurou instituições e práticas em múltiplas esferas da vida social, incluindo decisivamente o campo da contabilidade e suas estruturas normativas.

A constituição da IFAC pode ser interpretada, portanto, como componente de um movimento mais amplo de padronização contábil, que emerge em um ambiente de interdependência econômica global. Nesse contexto, a IFAC surge não apenas como resposta técnica a desafios contábeis contemporâneos, mas como instrumento estratégico inserido em

um projeto político-econômico mais abrangente que visava estruturar a economia global segundo os princípios fundamentais do paradigma neoliberal. A criação da IFAC, neste sentido, deve ser compreendida como parte de uma infraestrutura institucional destinada a consolidar a globalização sob os moldes do neoliberalismo, promovendo a segurança jurídica dos investidores, a previsibilidade informacional dos mercados e a padronização dos processos contábeis em benefício da expansão do capital transnacional.

Em meio aos escândalos financeiros ocorridos na década de 1970 o senado americano realizou uma investigação minuciosa sobre as práticas contábeis utilizadas no Estados Unidos, que ficou popularmente conhecido como Relatório *Metcalf*. Esse documento realizou uma crítica contundente à autorregulação da profissão contábil americana, questionando a concentração de poder das grandes empresas de auditoria além de problematizar os conflitos de interesse inerentes à atuação simultânea dessas empresas, que ofertavam serviços de auditoria e consultoria (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976). O relatório, publicado dez meses antes da criação da IFAC, expôs as fragilidades do sistema contábil americano em um momento de crescente complexidade das operações financeiras globais e a busca pela instrumentalização de um padrão contábil mundialmente padronizado.

Os escândalos financeiros e falências corporativas que marcaram a década de 1970, ocorridos inclusive nos países centrais do capitalismo, não foram eventos isolados, mas sintomas de problemas estruturais profundos. Quando somados às investigações e questionamentos sobre as práticas contábeis utilizadas como, por exemplo, a realizada nos Estados Unidos, iluminam uma compreensão crítica sutilmente oculta pela tecnicalidade: as supostas "melhores práticas" dos países do centro do capitalismo revelavam-se como mera retórica sem correspondência com a realidade.

Esta constatação encontra respaldo teórico no trabalho de Trouillot (1995), que demonstra como tal discurso não estava fundamentado em superioridade técnica objetiva, como frequentemente se alegava, mas sim em elementos que perpetuavam relações históricas de dominação. O que se apresentava como "excelência técnica" mascarava, na verdade, estruturas de poder e influência enraizadas em contextos coloniais e pós-coloniais.

Larson (1977), por sua vez, oferece uma perspectiva complementar ao analisar como esse posicionamento reproduzia estruturas de dominação existentes no âmbito social para o profissional. A autora evidencia que a organização profissional, em muitos casos, não se orientou pelo desenvolvimento equilibrado do conjunto de praticantes de uma determinada ocupação, mas atuou predominantemente em favor dos interesses de um grupo restrito e

privilegiado. Esse processo de profissionalização seletiva funcionou, assim, como mecanismo de reprodução de desigualdades pré-existentes.

A próxima seção dedica-se a examinar em profundidade o Relatório *Metcalf* e suas implicações no cenário de gênese da IFAC, demonstrando como essas tensões entre discurso técnico e relações de poder influenciaram decisivamente a formação deste importante organismo internacional.

4.3 O Relatório *Metcalf*: Bastidores do Poder nas Instituições Contábeis Globais

O relatório *The Accounting Establishment*, produzido pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management do Committee on Government Operations* do Congresso dos Estados Unidos, publicado em dezembro de 1976, foi motivado pela descoberta de fraudes em grandes corporações, que em muitos casos foram originados ou agravados em virtude das práticas contábeis adotadas, pois eram consideradas inadequadas para refletir a real situação das atividades desenvolvidas pelas empresas (Metcalf, 1976, p. III). O subcomitê possuía 18 participantes e era presidido pelo senador Lee Metcalf, razão pela qual ficou popularmente conhecido como Relatório *Metcalf*. O documento produzido pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* fez severas críticas à profissão contábil e ao processo de emissão de normas de contabilidade nos Estados Unidos.

Essas críticas não foram recebidas de forma silente pela comunidade contábil americana e, de acordo com Editorial *Comment* (1977), contido no artigo pulicado em julho de 1977 na *Woman* C.P.A., a frequência de publicações nas revistas especializadas em contabilidade contendo veementes advertências, não era comum como podia ser observado no período posterior à publicação do relatório presidido pelo senador Metcalf. Esse comentário editorial estava contido no artigo publicado pelo contador Thomas S. Watson, fundador da empresa *Watson, Rice & Co*, afiliado de diversas organizações da profissão contábil e presidente da *National Small Business Development Committee* do AICPA.

Segundo o Editorial *Comment* (1977) o relatório *The Accounting Establishment* produziu respostas defensivas cujo conteúdo opunha-se à proposta de regulamentação sugerida pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management*. Essa oposição foi liderada por figuras influentes pertencentes às grandes firmas de contabilidade americanas, com especial destaque para aquelas pertencentes às *Big Eight*, cujo posicionamento era feito em nome de toda profissão contábil, assumindo o poder patriarcal por elas exercido (Editorial *Comment,*

1977). Contudo, o conteúdo do citado relatório não provocou manifestações somente em solo americano e não continham intenção única de criticar seu conteúdo.

No Brasil, o deputado José Alves, em 1978, propôs o Projeto de Lei nº 5.340, que objetivava regulamentar a auditoria contábil em solo brasileiro, pois segundo ele, o tema era tratado de forma implícita na Lei 9.295 de 1946. Na justificativa do citado Projeto de Lei, o deputado afirmou que desde o ano de 1975 o Instituto dos Contadores e Atuários e o Clube do Bacharéis em Ciências Contábeis, ambos do Rio Grande do Sul, denunciavam atividades das empresas multinacionais de auditoria no Brasil, inclusive levantando questões sobre espionagem econômica. Em mesma linha, a Ordem dos Auditores Independentes do Brasil, de Brasília, também se dedicou a discutir esse tema a partir de 1977. De acordo com o deputado brasileiro, as implicações exercidas pela atividade econômica de auditoria eram demasiadamente relevantes e, na justificativa do projeto de lei apresentado, cita o relatório *The Accounting Establishment*, reproduzindo um longo trecho de informações dele extraídas, e contidas das páginas 5 a 8 (Projeto de Lei nº 5.340, 1978).

O debate provocado pelo conteúdo do subcomitê do senado americano, não ficou restrito aos anos finais da década de 1970 no Brasil, uma vez que o contador brasileiro Antônio Lopes de Sá abordou o conteúdo desse relatório quando questionou a utilização de princípios e normas de contabilidade apregoados pelo AICPA. Segundo ele, esses princípios eram aceitos por alguns contadores nacionais como expressão da "modernidade" na interpretação contábil. Entretanto, advertiu que se a própria nação americana repudiava e afirmava que esse modelo era eivado de interesses particulares daqueles que o defendiam, não deveria ser aceito, copiado ou assumido como superior aos princípios e normas contábeis existentes no Brasil (Sá, 1989).

A relevância da atividade contábil e do exercício da atividade de auditoria no adequado desempenho econômico de um país não foi destacado somente pelo deputado brasileiro, sendo observado também no *The Accounting Establishment*. O citado documento afirmou que as questões contábeis eram demasiadamente relevantes para serem deixadas sob controle unicamente dos contadores, pois elas envolviam tanto questões sociais quanto estabilidade econômica do país (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976, p.2). Essa crítica tinha fundamento no processo de estabelecimento de normas contábeis dos Estados Unidos, que há mais de 40 anos era dominado por entidades privadas, primeiro pela AICPA e, desde 1973, pelo FASB.

Durante a exposição de motivos que introduz o relatório, o senador Lee Metcalf afirmou que as práticas contábeis eram de grande interesse para o governo e sociedade pois elas

controlavam a forma como as informações financeiras são apresentadas, assim como o modo como elas são testadas quanto a precisão dos dados que desejam informar. Para o citado senador, a variedade de métodos para relatar uma mesma situação permitia que as corporações possuíssem grande discricionariedade para elaborar e demonstrar seus resultados financeiros. O efeito dessa discricionariedade era que os resultados divulgados poderiam variar substancialmente a depender da alternativa contábil que tivesse sido escolhida (Metcalf, 1976, p.III).

Segundo Metcalf (1976) a *Securities and Exchange Commission* (SEC) foi criada com intuito de estabelecer normas contábeis, voltadas a reduzir esse poder discricionário das corporações e assim proteger o público de comportamentos oportunistas advindos da divulgação de informações enganosas pelas empresas de capital aberto. Contudo, o senador americano advertiu que a SEC falhou em sua missão de exercer autoridade em relação às questões contábeis ao delegar relevante atribuição a um organismo privado, o FASB. Para ele, o efeito dessa delegação de competência foi a corrosão da confiança do público na utilidade das informações financeiras relatadas pelas grandes corporações.

De acordo com Chatov (1975) medidas voltadas a responsabilizar os contadores/auditores perante terceiros prejudicados foram tomadas em âmbito judicial, pelos tribunais, e não pela SEC, como deveria ser esperado. Para o citado autor, nesse período, os tribunais estavam exigindo parâmetros qualitativos superiores quanto ao exercício profissional contábil no que tange às suas responsabilidades perante os usuários da informação produzida, voltados à proteção do interesse público. Segundo o autor, a judicialização observada nesse período deixava claro que as mudanças na percepção da responsabilização dos contadores ocorriam em virtude da imposição do direito comum, e não de decisões internas das organizações contábeis, nem tão pouco da SEC.

Um dos fatores preponderantes que obstaculizou a eficácia da SEC quanto à regulamentação dos princípios contábeis, de acordo com Chatov (1975), residiu na assimetria entre o poder institucional detido pelas grandes corporações, que não desejavam mudanças estruturais ou relevantes, e a capacidade de imposição normativa da SEC em seu estágio inicial. Desse modo, o citado autor afirma que os comissários da SEC não tardaram em transferir sua competência regulatória ao setor privado. Para o autor, tal delegação possibilitou à SEC eximir-se do complexo desafio de estabelecer diretrizes procedimentais para a elaboração de demonstrativos financeiros perante um setor financeiro-industrial dotado de significativa influência e articulação política.

Chatov (1975) apresenta uma análise cronológica do desenvolvimento regulatório das normas contábeis no contexto estadunidense, identificando as entidades de maior relevância institucional durante o período compreendido entre 1887 e 1973. Conforme esta periodização, a fase inicial, caracterizada pela preponderância dos segmentos financeiro e industrial, estendeu-se de 1887 a 1932. Subsequentemente, entre 1933 e 1936, observou-se a transferência da autoridade normativa para o âmbito da *Federal Trade Commission*-SEC. O intervalo temporal de 1937 a 1972 foi marcado pela gradativa ascensão da influência exercida pelos conglomerados corporativos e pelo concomitante declínio da capacidade regulatória da SEC neste sistema normativo. Segundo a perspectiva analítica do referido autor, a constituição do FASB em 1973 representou a reinstauração formal do controle sobre os princípios contábeis pelos setores corporativo e financeiro, bem como pelas firmas de contabilidade, configurando uma reorientação significativa em relação ao paradigma regulatório estabelecido desde 1933.

No âmbito dessa conjuntura, o Senador Metcalf (1976) caracterizou como particularmente inquietantes duas constatações evidenciadas pelo referido subcomitê parlamentar concernentes às relações institucionais entre a SEC e as corporações contábeis de grande expressividade no mercado americano. Segundo ele a SEC permitiu ser atravessada em sua autoridade pública por interesses de grupos privados durante o processo normativo sobre questões contábeis. Além disso, o senador classificou como preocupante a ausência de independência e a negligência observada nas grandes empresas de contabilidade no que tange à proteção do público que utilizava as informações financeiras relatadas pelas grandes corporações.

Essa delegação de competência regulatória a agentes privados no âmbito da normatização contábil exemplifica de forma clara a captura realizada pela doutrina neoliberal na estrutura social. Essa intrincada e complexa relação suscita uma análise crítica detalhada, e o cenário americano, discutido através do Relatório Metcalf, oferece elementos históricos para compreender essa dinâmica. A contradição identificada no papel desempenhado pela SEC, que ao delegar a competência normativa para o setor privado abdicou de sua função de proteção do público por meio da normatização, ilustram como essas organizações foram capturadas pelo poder econômico do capital privado.

Essa delegação, conforme discutido por Chatov (1975), não pode ser interpretada como acidental. As grandes corporações atuaram de forma intencional e obtiveram êxito ao exercer pressão sobre a SEC, que ao abdicar de sua função reguladora, devolveu às entidades privadas a condição de principal agente regulador existente antes da criação da SEC. Esta tendência de

privatização da função regulatória se intensificou e globalizou sob a égide do neoliberalismo. Como Peck (2010) observa, o neoliberalismo não significou simplesmente menos regulação, mas sim um redirecionamento da atividade regulatória para atender os interesses do mercado, frequentemente através de entidades não-governamentais. A criação quase simultânea do FASB nos EUA e do IASC (posteriormente IASB) em nível internacional, ambos em 1973, e do IFAC em 1977, evidencia esse movimento global.

A justificativa neoliberal para essa transferência de competência normativa baseou-se na suposta eficiência e dinamismo do setor privado em comparação com as instituições estatais. Contudo, essa narrativa oculta questões fundamentais de legitimidade democrática e *accountability* pública. Essas medidas de transferência da competência regulatória proporcionam a erosão da legitimidade democrática. Organizações como FASB, IASB e IFAC operam sem um mandato democrático direto, sem transparência comparável às instituições públicas e, crucialmente, sem mecanismos robustos de prestação de contas à sociedade.

O argumento da "eficiência de mercado" se consolidou através de uma narrativa cuidadosamente construída que simplifica realidades complexas. Ao destacar o dinamismo e a flexibilidade como características inerentes ao setor privado, e mais que isso, sutilmente enraizando na consciência social que tais características não estão presentes no setor público, naturaliza-se a ideia da eficiência privada sem discutir que este atributo decorre de circunstâncias específicas.

Além disso, ao descontextualizar as deficiências públicas das circunstâncias específicas que as originam, como restrições orçamentárias ou interferências políticas, elimina-se do quadro analítico as causas dos problemas, desarticulando-as de forma intencional das consequências observadas. Essa construção discursiva que oculta as reais causas das disfunções de uma parte e, ao mesmo tempo, promove as supostas qualidades da outra, estabelece uma falsa dicotomia na relação público-privado. Desse modo, uma visão idealizada da regulação privada é criada baseada numa caricatura das instituições democráticas, sem reconhecer os múltiplos formatos possíveis para ambas.

Essas evidências demonstram o debate realizado por Trouillot (1995) no entorno de narrativas que são elevadas ao patamar de conhecimento histórico inquestionável. No âmbito na normatização contábil o dinamismo e eficiência atribuídos ao setor privado passou da condição de “afirmação contestável” para a condição de “fato amplamente aceito” e incorporado à literatura e ao proceder técnico contábil. A perpetuação dessa narrativa pode ser interpretada como exemplo clássico do que Trouillot (1995) chamaria de "silêncio

constitutivo", não apenas por não estar fundado em evidências concretas, mas pela transformação dessa ausência em uma presença discursiva poderosa no âmbito contábil.

A alegação de que instituições públicas "não possuíam o dinamismo adequado" nunca precisou ser rigorosamente comprovada porque o poder hegemônico do pensamento neoliberal conseguiu estabelecer esta premissa como auto evidente (Peck, 2010; Slobodian, 2021). O silêncio sobre a falta de evidências tornou-se, paradoxalmente, a base sobre a qual a narrativa se sustenta. A competência dessas organizações privadas contábeis não é testada e um desdobramento particularmente complexo deste processo é a inversão da lógica de legitimação. Em ambientes democráticos, espera-se que instituições demonstrem sua legitimidade através de processos transparentes, participativos e *accountable*.

No entanto, a narrativa neoliberal inverteu este ônus ao assumir que as organizações privadas são naturalmente constituídas dessas características, e nesta perspectiva, agora são as instituições democráticas que precisam comprovar sua eficiência segundo critérios estabelecidos pelo mercado, não o contrário. Esta inversão demonstra o debatido por Trouillot (1995) como momento de silenciamento, ou seja, quando algumas questões deixam de poder ser formuladas dentro do quadro discursivo dominante. Nesse ambiente, a pergunta fundamental sobre a legitimidade democrática das entidades privadas de regulação contábil é silenciada e reformulada em termos meramente técnicos de eficiência.

Desse modo, com intuito de recuperar histórias silenciadas que desafiam a narrativa dominante (Trouillot, 1995), torna-se relevante examinar criticamente a concentração de poder no campo da contabilidade no período de gênese da IFAC. No documento intitulado *The Accounting Establishment*, a referência às grandes empresas de contabilidade contempla um conjunto constituído pelas quinze corporações, contábeis e de auditoria, de maior expressividade no mercado estadunidense, cuja configuração abrange as denominadas *Big Eight* e as sete entidades subsequentes em termos de relevância mercadológica (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

A Tabela 4 apresenta estas organizações em ordenamento alfabético, metodologia adotada em consonância com o critério classificatório empregado no referido documento, preservando assim a consistência metodológica com a fonte primária analisada. As preocupações expressas no relato do senador Metcalf (1976) tinham como inquietação central a constatação de que as maiores empresas de auditoria atuantes nos Estados Unidos demonstravam um comportamento diferente do que era esperado quanto à função pública que deveriam exercer no mercado de capitais.

Dessa forma, pode-se inferir que, para o senador Metcalf, a auditoria independente das informações financeiras divulgadas por grandes corporações desempenharia um papel fundamental como mecanismo externo de controle, resguardando os usuários contra possíveis práticas oportunistas. Nesse sentido, o senador defendia que a principal função das firmas de auditoria deveria ser a proteção do interesse público, e não a salvaguarda das grandes corporações.

Tabela 4

Quinze maiores empresas de contabilidade nos Estados Unidos em 1976

Big Eight	**Sete maiores firmas após *Big Eight***
Arthur Andersen & Co.	*Alexander Grant & Co.*
Arthur Young & Co.	*Hurdman and Cranstoun*
Coopers & Lybrand	*J. K. Lasser & Co.*
Ernst & Ernst	*Laventhol & Horwath,*
Haskins & Sells	*S. D. Leidesdorf & Co.*
Peat, Marwick, Mitchell & Co.	*Main Lafrentz & Co.*
Price Waterhouse & Co.	*Seidman & Seidman*
Touche Ross & Co.	

Fonte: Elaborado com base no *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976, p. 25; 29).

Contudo, as respostas aos questionamentos feitos pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management do Committee* e apresentados *The Accounting Establishment* evidenciam uma divergência em relação à visão das empresas questionadas e a do senador Metcalf sobre o tema responsabilidade dos auditores. De acordo com esse documento, os representantes das empresas *Big Eight* e do AICPA argumentaram que o público não deveria presumir que o parecer de auditoria sobre demonstrações financeiras das grandes corporações representasse uma garantia absoluta da precisão dessas informações. Adicionalmente, o AICPA afirmou que o público não deveria nutrir grandes expectativas quanto ao trabalho exercido por auditores independentes no contexto corporativo (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

Ainda sobre esse tema, as firmas *Big Eight* e representantes do AICPA, ouvidos pelo subcomitê do senado americano, afirmaram que os auditores independentes não tinham qualquer poder que pudesse impedir abusos exercidos por administrações corruptas presentes nas empresas auditadas. Para os dirigentes do AICPA, inclusive, não era responsabilidade do auditor independente notificar terceiros interessados sobre qualquer ato ilegal, para eles tal função pertencia à gerência das organizações. Porém, essas mesmas figuras, ao serem questionadas sobre a necessidade de haver uma rígida punição aos executivos responsáveis por fraudes contábeis, posicionaram-se contrariamente a tal proposição (Subcommittee on Reports,

Accounting, and Management, 1976). Essas respostas, aparentemente contraditórias, em verdade ocultam os verdadeiros interesses existentes por detrás de instituições privadas como o AICPA.

O *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) evidenciou que as grandes firmas de contabilidade americanas assumiram prontamente o bônus atrelado à atividade de auditoria, mas recusaram o ônus. Assim, o status de conhecedores das adequadas normas contábeis aptos a "certificar" demonstrações contábeis foi aceito e utilizado como estratégia para ofertarem diversos serviços não contábeis. Contudo, a responsabilização atrelada à função de auditar demonstrações contábeis era rejeitada. Portanto, somente queriam o bônus da fatia de mercado criada pela regulamentação para empresas que operavam nas bolsas de valores americanas.

Essa forma tendenciosa de interpretar a realidade objetivando favorecer as próprias estratégias comerciais também levantou questionamento sobre o entendimento de independência adotado pelas grandes firmas de auditoria. O *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) demonstrou que não havia independência de fato entre as *Big Firms* de auditoria e os interesses dos clientes que elas atendiam. Isso porque essas empresas ofereciam serviços de consultoria e gestão, recrutamento de executivos e defendiam interesses de grandes clientes corporativos em questões políticas, ou ainda, se envolviam em temas controversos desses clientes.

A quantidade de negócios que envolviam e entrelaçavam os interesses econômicos das grandes empresas de auditoria aos dos grandes clientes corporativos prejudicava a verdadeira independência do trabalho do auditor. Ao desempenhar serviços de consultoria e gestão, consultoria financeira, de *marketing*, serviços atuariais ou atuar recrutando os executivos que estariam à frente dos negócios, a independência do auditor em relação ao cliente ficava prejudicada. Para o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) as *Big Eight* de auditoria atuavam em favor dos interesses daqueles que pagavam seus honorários, não demonstrado preocupação com o interesse público, para o qual o Congresso criou a posição de auditor independente.

Essa hipótese encontra respaldo na avaliação de John Whinney, contador britânico, que diagnosticou ausência de direcionamento dos auditores nesse período acompanhada de uma deterioração na qualidade do trabalho apresentado. Segundo Whinney, embora os auditores possivelmente não reconhecessem tal degradação, era observável uma redução significativa no escopo das análises de auditoria. Para ele, a origem desses problemas não consistia em erros no

nível operacional dos testes, mas sim no nível decisório dos sócios, motivadas pelo desejo de estabelecer relacionamentos cordiais com os clientes em detrimento da independência profissional (Pirie & Matthews, 2001, p. 302).

Essas evidências demonstram que as grandes firmas de auditoria utilizaram o status profissional para assegurar uma posição privilegiada no mercado, pois o comportamento adotado por tais empresas mostra que o projeto de profissionalização esteve voltado à mercantilização da expertise e não para o serviço público. Esse tipo de comportamento foi criticado por Larson (1977) quando argumentou que os projetos profissionais são, antes de tudo, estratégias de controle de mercado voltadas à monopolização da expertise. No caso descrito de atuação das *Big Eight*, elas utilizaram do reconhecimento profissional para receber o bônus do prestígio proporcionado pelo mercado restrito de auditoria. Todavia recusaram o ônus da responsabilização inerente ao exercício da atividade e da responsabilidade em atestar a adequação das demonstrações financeiras.

Esse comportamento demonstra que a lógica da profissionalização do mercado de auditoria representou um processo de fechamento social e restrição de entrada, voltado à melhoria dos rendimentos, sem um compromisso efetivo com o interesse público, conforme discutido por Larson (1977). Além disso, Macdonald (1995) discutiu que a retórica do interesse público no processo de profissionalização tem o potencial de ocultar justificativas ideológicas que atuam em prol de interesses corporativos. O comportamento das empresas de auditoria narrado pelo Relatório *Metcalf* exemplifica o argumentado por Larson (1977) e Macdonald (1995) sobre os processos de profissionalização.

Em relação ao envolvimento em questões políticas de grandes clientes o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) afirmou que as *Big Eight* atuavam frequentemente defendendo seus clientes em questões tributárias relevantes. Apoiavam que seus clientes utilizassem procedimentos que retivessem uma quantidade maior de recursos nas corporações com consequente redução no recolhimento de tributos, seja por meio de métodos de depreciação mais flexíveis ou pela ampliação de créditos fiscais de investimento. Assim, as empresas de auditoria uniam esforços a lobbies empresariais que ativamente atuavam perante os governos. Para o subcomitê esse tipo de atuação tinha por resultado a perda de independência pela associação dos interesses dos auditores aos interesses dos seus clientes.

O envolvimento das firmas de auditoria ultrapassava a mera defesa dos métodos contábeis alternativos adotados por seus clientes. *O Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) revelou que a firma de auditoria *Arthur Young & Co* era responsável pela

auditoria da *Lockheed Aircraft Corp*., empresa que empregava práticas contábeis que mascaravam sua real situação financeira, que era precária. Sobre essa questão, um dos sócios da *Arthur Young & Co* declarou que os auditores deveriam adotar uma postura favorável em relação a "métodos contábeis criativos", a fim de evitar que fossem percebidos como um obstáculo pela administração da empresa (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976, p. 58). Esse posicionamento sugere que o principal interesse das firmas de auditoria ao realizar esse trabalho não era a proteção do mercado ou do público investidor, que dependia das informações auditadas para tomar decisões financeiras, mas sim a possibilidade de comercializar outros serviços de seu portfólio para esses clientes.

Além disso o relatório *The Accounting Establishment* evidenciou em seus apêndices matéria publicada no *Wall Street Journal* (1976) que mostra o envolvimento da *Arthur Young & Co.* em pagamento de suborno fiscal em países estrangeiros pela empresa *Pullman Inc*. De acordo com a matéria publicada no jornal, a empresa declarou à SEC que os pagamentos "questionáveis" eram realizados desde 1971 e que totalizavam mais de 3,4 milhões de dólares (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976, Apêndice C, p. 664). Sobre esse tema, um dos sócios da *Arthur Young & Co* afirmou que o real dilema ético nessas questões decorria do fato do governo federal não determinar de forma prévia para os empresários quais tipos de suborno seriam entendidos como adequados para serem publicados. Esse sócio afirmou ainda que sem essa diretriz os empresários eram injustamente prejudicados pela falta de conhecimento de quando é aceitável praticar suborno no exterior (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976, p. 58).

A forma como as empresas de auditoria distorciam a interpretação dos fatos, objetivando se isentar de demandas democráticas por responsabilização (como a realizada pelo Congresso americano) evidencia um dos efeitos nocivos da produção de estruturas voltadas a blindar o mercado, conforme apregoado pela ideologia neoliberal. A atuação das *Big Eight* revela que a lógica neoliberal de terceirização da regulação para atores privados buscou moldar o campo da contabilidade conforme seus próprios interesses, como alertado por Slobodian (2021) e Peck (2010).

A crítica realizada por Peck (2010) da governança neoliberal pelo viés da gestão por auditoria, que provocava dependência pela utilização de métricas privadas como modo de regulação tem conexão direta com as evidências apresentadas pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management.* Conforme evidências discutidas acima, as empresas de auditoria não atuavam como garantidoras do interesse público diante do mercado financeiro, mas sim

como elementos de legitimação corporativa, inclusive diante de episódios de fraudes ou subornos, que foram sistematicamente minimizados ou ignorados.

O comportamento narrado revela que as grandes firmas de auditoria atuavam conjuntamente a lobbies corporativos, visando influenciar políticas fiscais. Essa atuação diante da interpretação tendenciosa do "saber contábil" evidencia o papel dos *think thanks* e redes de poder privado que, como discutido por Peck (2010) e Slobodian (2021), atuam no intuito de restringir o campo de atuação estatal por meio da reconfiguração do que é considerado legítimo perante o debate público.

Além disso, as falas contraditórias dos sócios da *Arthur Young & Co*., o caso narrado da *Pullman Inc* ou a crítica de John Whinney são exemplos de fatos que foram omitidos da narrativa institucional dominante da contabilidade, cujo discurso a apresenta como campo neutro e técnico. Tal fato demonstra como o silêncio é ativamente produzido, contribuindo para produção de legitimidade histórica para determinadas instituições e práticas, confirmando o argumentado por Trouillot (1995) no processo de produção de memória institucional da contabilidade.

Além dessas questões, o relatório produzido pelo subcomitê do senado americano demonstrou a influência, inclusive econômica, que as quinze maiores empresas de auditoria dos Estados Unidos, especialmente as *Big Eight*, exerciam nas organizações dedicadas ao estabelecimento de normas contábeis. As descobertas contidas *The Accounting Establishment* estão alinhadas às evidências apresentadas por Ramirez (2012) e contrapõem o argumento de Zeff (1986), de que as empresas de auditoria foram excluídas do FASB não exercendo influência sobre essa organização. A Figura 3 ilustra como o financiamento e o controle estão interligados no AICPA e FASB, destacando a influência significativa que as grandes empresas de auditoria exerciam sobre todo o sistema de definição de normas contábeis estadunidense.

A Figura 3 mostra a estrutura de controle e o fluxo de financiamento, que ao ser analisado de forma superficial, oculta o poder exercido pelas *Big Eight* através do financiamento dessas entidades. As grandes empresas de auditoria e o AICPA, na qual essas empresas também exerciam controle significativo, financiavam a *Accounting Research Association*, o qual direcionava esses recursos para o *Financial Accounting Foundation* (FAF), que por sua vez, financiava as operações do FASB. As contribuições realizadas para o *Accounting Research Association* e FAF eram dedutíveis de impostos, criando um financiamento indireto pelos contribuintes. Assim, as grandes firmas de auditoria não controlavam somente as atividades do AICPA através do domínio de seus comitês e estrutura

de poder, mas também financiavam diretamente o FASB ao fornecer a maior parte das contribuições da profissão contábil (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

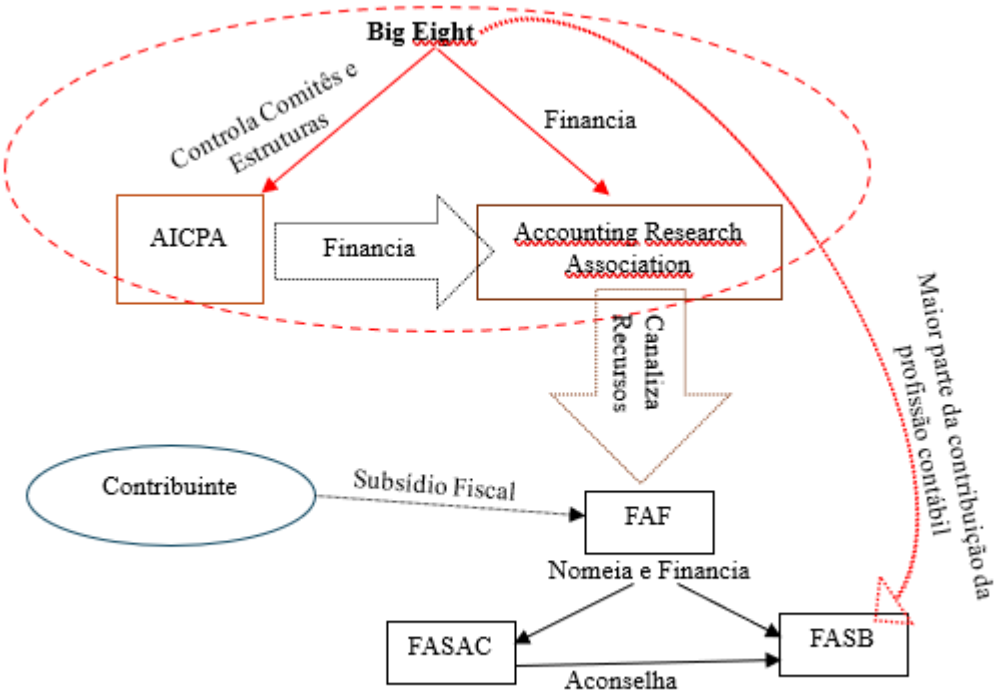


Figura 3: Ciclo de Influência das Big Eight na normatização contábil estadunidense em 1976
Fonte: Elaborado pela autora com base no *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976).

A distribuição da representatividade entre as *Big Eight* nos comitês do AICPA evidencia uma configuração de poder notavelmente equilibrada. Mais significativo, porém, é o fato de que a estrutura institucional do AICPA funcionava essencialmente como um canal de expressão corporativa, representando não apenas as oito maiores firmas contábeis, mas igualmente incorporando as perspectivas das sete empresas subsequentes na hierarquia setorial. Tal configuração sugere uma dinâmica de poder institucional que transcende a mera representação numérica, indicando uma articulação estratégica dos interesses corporativos no âmbito da contabilidade profissional (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

O *The Accounting Establishment* demonstrou que, apesar das quinze maiores firmas de auditoria não possuírem superioridade numérica entre os mais de 117 mil contadores públicos associados ao AICPA, no ano de 1976, elas representavam quarenta e dois por cento dos membros do conselho dessa organização. Desse modo, elas conseguiam exercer convencimento

entre os membros do conselho, de modo que esses concordassem com a visão dessas empresas, que por sua vez, advogavam em prol dos interesses de seus maiores clientes. Além disso, o AICPA possuía cinco comitês técnicos sêniores, tidos como comitês mais relevantes de sua estrutura, que poderiam falar em nome do AICPA em suas respectivas áreas de interesse sem a necessidade de consultar previamente o conselho (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

Um desses comitês era o *Auditing Standards Executive Committee*, dedicado a elaborar padrões de auditoria. Esse comitê adquiria legitimidade à medida que suas declarações eram reconhecidas formalmente pelos governos e tribunais como referencial normativo obrigatório para a práxis profissional contábil. De acordo com o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) as grandes firmas de auditoria americanas dominavam todos os comitês sêniores do AICPA, e, quando esses se manifestavam publicamente, era o discurso das grandes firmas de auditoria que podia ser ouvido.

Através dessa estrutura institucional estratégica, essas organizações exerciam uma influência substantiva na definição dos marcos regulatórios e normativos, abrangendo domínios críticos como: elaboração de padrões contábeis, parametrização de metodologias de auditoria, desenvolvimento de protocolos de consultoria gerencial, regulação tributária federal e estabelecimento de diretrizes éticas profissionais. Tal configuração organizacional revela um mecanismo sofisticado de governança que permitia às principais firmas contábeis não apenas participar, mas fundamentalmente moldar o panorama normativo e comportamental da profissão contábil contemporânea (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

Na articulação dessa rede de influência voltada para o controle normativo das normas de contabilidade o FAF exercia um papel fundamental para manter a aparência de que o FASB era independente de patrocinadores privados. Segundo o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) o FAF era composto por nove curadores selecionados dos grupos patrocinadores da seguinte forma: o presidente do Conselho de Diretores do AICPA era automaticamente indicado como um dos nove integrantes e o conselho indicava mais quatro dentre os membros do AICPA. Por fim, a *American Accounting Association*, a *Financial Analysts Federation*, a *National Association of Accountants* e *Financial Executives Institute*, eram responsáveis, cada uma, por indicar um integrante.

O *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) evidenciou que o AICPA possuía o controle sobre o conselho de curadores do FAF pois, o poder de eleger ou

remover integrantes, era prerrogativa exclusiva do Conselho de Diretores do AICPA, cujo presidente possuía designação automática. Esse conselho tinha duas funções principais, primeiro, a de nomear os membros do FASB e *Financial Accounting Standards Advisory Council* (FASAC) e, segundo, providenciar todo o financiamento do FASB. A autoridade exclusiva para escolher ou excluir membros do FASB pertencia ao conselho de curadores do FAF e estes não poderiam servir simultaneamente no FAF e FASB.

Os curadores do FAF possuíam a prerrogativa de exonerar membros do FASB caso esses apresentassem conduta considerada potencialmente nociva para a integridade institucional, a legitimidade normativa ou a credibilidade organizacional do FAF ou do FASB. Desse modo, o relatório produzido pelo subcomitê do Congresso americano afirmou que os membros do FASB não eram genuinamente independentes dos seus patrocinadores, uma vez que eram eleitos por eles e, por terem que apresentar um comportamento alinhado às expectativas e determinações desses. Além disso, o financiamento para funcionamento do FASB advinha do FAF, e segundo o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976), quase que exclusivamente dos cinco grupos que indicavam os curadores do FAF (AICPA, *American Accounting Association*, *Financial Analysts Federation*, *National Association of Accountants* e *Financial Executives Institute*). Segundo o subcomitê esses cinco grupos patrocinadores se comprometeram a entregar recursos, porém o valor que cada um contribuía não era igual.

Os recursos que financiaram o FASB no ano de 1975 tinha origem nas grandes empresas de auditoria e nas grandes corporações, justamente o público que sofreria o maior impacto por qualquer reforma relevante nos padrões contábeis. Nesse ano, o valor que foi contribuído pelas firmas *Big Eight*, pelo AICPA e outras 41 empresas de contabilidade representou 99,6% das receitas do FASB, e desse total, 78% adveio das *Big Eight*. Esse mecanismo institucional visava construir a narrativa de independência normativa, dissimulando estrategicamente a potencial interferência dos agentes financiadores no processo de elaboração de padrões contábeis do FASB. Além disso, a dedutibilidade fiscal das contribuições, configurava um modelo de subvenção implícita no qual o erário público participava indiretamente do custeio das atividades do FASB, mediante renúncia fiscal (Subcommittee on Reports, Accounting, and Management, 1976).

A arquitetura institucional configurada pelos organismos normativos revelou uma sofisticada estratégia de dissimulação estrutural, mediante a qual se construiu uma narrativa de legitimidade fundada aparentemente na neutralidade e independência de interesses privados.

Simultaneamente, tal configuração institucional operava como um mecanismo de concentração e ocultamento do poder decisório em um circuito restrito de agentes. A gênese da IFAC, concebida como uma estrutura organizacional interinstitucional, constituída pela agregação de múltiplas entidades corporativas (debate empreendido na Seção 4.6), reproduzia esse modelo de legitimação por meio da construção de uma fachada de autonomia institucional. Essa dinâmica foi criteriosamente analisada pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* em sua investigação de 1976, que evidenciou os mecanismos subjacentes de poder no contexto do FASB.

Esse modelo de articulação que envolveu influência corporativa voltada para construção de legitimidade transcendeu do âmbito nacional para o global. Pode ser observado que as empresas de auditoria utilizaram de estratégias notavelmente similares para reproduzir em âmbito global os mecanismos de dissimulação estrutural identificados no ambiente norte-americano. Desse modo, a investigação analítica dos interesses institucionais subjacentes permite desvelar os agentes estruturantes que orientavam a dinâmica organizacional no período de gênese da IFAC.

O papel das firmas multinacionais de auditoria como arquitetos fundamentais do processo de normatização contábil em escala global foi problematizado por Ramirez (2012). Na dimensão econômico-estratégica, a implementação de um marco regulatório contábil universalizado representa um mecanismo de otimização de recursos, potencializando a racionalização de custos operacionais para as corporações multinacionais de auditoria. O volume substantivo de contribuições dessas organizações, seja mediante aporte financeiro direto, conforme demonstrado nas tabelas da Seção 4.8, ou disponibilização de capital humano especializado, evidencia inequivocamente o grau de capilaridade e influência dessas entidades nas atividades da IFAC.

Esta assimetria de poder e interesses divergentes na constituição de organizações contábeis, constitui elemento fundamental para compreender o processo de profissionalização contábil que culminou na fundação da IFAC em 1977. A formação desta entidade internacional reflete a necessidade de coordenação global da profissão, respondendo simultaneamente aos interesses das grandes firmas em estabelecer padrões transnacionais e à necessidade de legitimação da contabilidade como profissão capaz de autorregulamentação eficaz diante das exigências do mercado globalizado, conforme discutido por Peck (2010) e Slobodian (2021).

A análise aprofundada sobre a formação da IFAC contribui para iluminar a configuração do projeto profissional da contabilidade a partir de uma nova perspectiva

organizacional, baseada na união de organizações contábeis já estabelecidas, conforme discussão realizada na Seção 4.6. Além disso, amplia o debate promovido por Harrington e Seabrooke (2020) sobre a atuação de profissionais transnacionais no mercado globalizado, acrescentando a perspectiva analítica da atuação neoliberal.

No caso específico da IFAC, sua emergência como arena transnacional de coordenação profissional ocorre precisamente no momento histórico de consolidação do paradigma neoliberal global, marcado pela desregulamentação de mercados, liberalização financeira e redução da intervenção estatal (Peck, 2010; Harvey, 2014; Slobodian 2021). Este sincronismo temporal não é coincidência, mas reflete a convergência entre os interesses das grandes firmas contábeis globais em estabelecer padrões transnacionais harmonizados e os princípios neoliberais de autorregulação profissional e minimização de barreiras à circulação internacional de serviços.

A estratégia discursiva das normas internacionais de contabilidade fundamenta-se na propagação de uma narrativa legitimadora, alicerçada em constructos aparentemente neutros como comparabilidade, relevância informacional, confiabilidade e transparência das demonstrações financeiras. Essa retórica mascara, entretanto, uma sofisticada arquitetura de interesses econômico-corporativos. Nessas circunstâncias, o apagamento das controvérsias históricas e das disputas políticas que marcaram o debate no entorno da regulamentação contábil em âmbito internacional, pode ser interpretado como um mecanismo ativo de silenciamento, conforme propõe Trouillot (1995).

O poder de produzir a história possui ligação direta com a capacidade de controlar não só aquilo que se mantém na memória coletiva, mas também aquilo que é deliberadamente omitido (Trouillot, 1995). Ao naturalizar pressupostos técnicos e universalizantes, essa narrativa oculta os processos de exclusão simbólica e institucional que garantiram a hegemonia de determinadas agendas no campo contábil, apagando as resistências, os conflitos e os interesses que moldaram sua consolidação.

A implementação de uma normativa contábil globalizada apresenta um modelo de otimização operacional com benefícios estruturais para as empresas multinacionais de auditoria. Primeiramente, mediante a racionalização dos processos de auditoria, com consequente redução significativa dos custos operacionais associados à conciliação de múltiplos marcos regulatórios nacionais. Além disso, a substituição de procedimentos complexos de harmonização normativa por um *framework* regulatório universal, produzido pela

IFAC, configura uma estratégia de padronização que potencializa a eficiência econômica dessas corporações multinacionais.

A análise desenvolvida pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976), originalmente contextualizada no FASB, revela-se igualmente aplicável à dinâmica institucional da IFAC. A pretensa neutralidade e isenção do processo normativo são comprometidas pela configuração de um modelo de influência no qual os principais agentes financiadores são simultaneamente os principais beneficiários econômicos. Esse paradoxo manifesta-se na geração de receitas provenientes de serviços de consultoria especializados, destinados à interpretação e implementação das normas por eles mesmos elaboradas. A arquitetura institucional evidencia um sofisticado mecanismo de poder, estruturado mediante contribuições financeiras substanciais, que possibilita o controle estratégico do processo normativo contábil em escala global, configurando um círculo de influência fundamentado na assimetria econômica dos agentes corporativos.

O Relatório *Metcalf* (1976) criticou a concentração de poder das *Big Firms* de auditoria na definição das normas contábeis nos EUA. O documento denunciou que a regulação contábil estava sendo conduzida por interesses privados, sem a devida supervisão estatal, o que comprometia o interesse público e permitia práticas contábeis oportunistas. Esse fenômeno está alinhado ao argumento de Peck (2010) e Slobodian (2021) sobre a forma como o neoliberalismo se expandiu institucionalmente, retirando o Estado do papel de regulador e delegando essa função a entidades privadas, muitas vezes capturadas por interesses corporativos.

Segundo Slobodian (2021), o neoliberalismo se consolidou por meio da criação de instituições que garantem a proteção do mercado global contra intervenções democráticas. No contexto contábil, o Relatório *Metcalf* expõe como as normas foram sendo moldadas para atender às necessidades do setor privado, permitindo práticas que mascaravam a real situação das empresas. A discussão promovida no citado relatório acontece no período de gênese da IFAC, e não pode ser dissociada das circunstâncias que envolviam essa organização, um período marcado pela expansão neoliberal e pela influência de organismos privados na normatização contábil global.

Nesse sentido, o Relatório *Metcalf* pode ser visto como um alerta precoce sobre o avanço do neoliberalismo na contabilidade, denunciando a captura regulatória do setor e a dependência das normas contábeis de interesses privados. Esse documento parece ter identificado, já em 1976, um processo que se intensificaria nas décadas seguintes, no qual as normas contábeis e

os mecanismos de controle se tornariam cada vez mais dependentes e influenciados por interesses privados, em detrimento de sua função pública original.

A articulação desse relatório com a formação da IFAC, por sua vez, expande esse debate para um contexto global, demonstrando como esse movimento se consolidou ao longo das décadas seguintes, influenciando diretamente a criação da IFAC e a padronização das normas contábeis internacionais sob uma lógica neoliberal. Além disso, a escolha de analisar o relatório *The Accounting Establishment*, produzido pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976), como fonte para compreensão da gênese da IFAC, pode ser interpretada como uma tentativa de ruptura com o silêncio institucionalizado, pois a baixa repercussão posterior desse documento sugere que suas evidências foram reabsorvidas pelo silêncio estrutural do campo. A escolha por analisar essa documentação contribui para um movimento de desenterramento de narrativas suprimidas, reforçando a proposta de Trouillot (1995) de que a história é também o resultado de lutas pelo controle da memória.

A análise crítica realizada no *The Accounting Establishment* evidenciou a captura institucional da normatização contábil por interesses corporativos, denunciando o enfraquecimento da autoridade pública diante da influência privada. Esse relatório, divulgado em dezembro de 1976, foi motivado pelos escândalos financeiros ocorridos durante a década de 1970. Apesar da análise do documento estar restrita ao ambiente americano, o interesse privado sobre o processo de normatização contábil não se limitou ao contexto norte-americano. Nesse sentido, durante a década de 1970 houve o avanço de iniciativas voltadas à internacionalização da contabilidade, com vistas a estruturar uma ordem normativa transnacional.

Diante desse cenário, o *International Working Party* (IWP) constituiu um marco relevante ao inaugurar uma efetiva tentativa de coordenação global da profissão contábil, cuja gênese esteve longe de ser neutra ou consensual, como revelam os debates travados nos congressos internacionais da profissão, intensificados a partir do final da década de 1960. A próxima seção se dedica a discutir esse tema.

4.4 IWP: O Primeiro Esboço de uma Ordem Contábil Global

A década de 1970 não foi apenas marcada por críticas à captura internacional da normatização contábil, nela também ocorreram movimentos atuantes em prol da harmonização contábil em âmbito internacional. A expansão do comércio internacional provocou tanto o crescimento das empresas multinacionais como a maior mobilidade do capital e essa conjuntura evidenciou os

limites das abordagens contábeis desenvolvidas para atender necessidades nacionais. Diante desse cenário, o saber contábil foi desafiado a responder as exigências por comparabilidade e padronização dos relatórios financeiros em escala global.

Essas demandas impulsionaram a formação de redes globais de cooperação técnica envolvendo organizações e profissionais contábeis, dedicados à construção de iniciativas para produzir uma nova ordem normativa internacional. É nesse ambiente que se insere a atuação do IWP, cuja análise histórica permite compreender os primeiros esforços coordenados em direção à criação de um arcabouço regulatório contábil globalizado.

Para Brennan (1979) a complexidade da atuação do comércio interconectado e globalizado causava desafios para a prática contábil internacional. Fatores como a jurisdição existente em cada país, as diversas regulamentações em matéria contábil, a diversidade de moedas e de idiomas, impelia que os sistemas contábeis dessem conta, e de alguma forma se esforçassem, para satisfazer as mais diversas exigências. Brennan (1979) afirmou que houve uma conscientização a respeito da variedade de regras existentes no mundo para elaboração dos relatórios financeiros em cada país, e para ele, esse fato mudou não só os contadores, mas também a contabilidade.

Brennan (1979) afirmou que as empresas multinacionais apoiavam o esforço pela harmonização das normativas para elaboração de relatórios financeiros em nível internacional. O regramento variado e a falta de harmonização para elaboração de relatórios financeiros influenciavam o trabalho dos auditores, que nesse período, também passaram a ser profissionais globais. Nesse cenário, foi necessário que se estabelecesse uma rede de contatos de auditores de vários países para que as auditorias das empresas com operações multinacionais fossem realizadas adequadamente. Num ambiente onde não havia um padrão único global, os auditores precisavam aprender sobre as regras vigentes nos mais variados países e, em muitos casos, eles eram “exportados” do país de origem da empresa multinacional para os mais variados locais de atuação de seus clientes (Brennan, 1979).

A expansão das atividades empresariais em âmbito mundial fez surgir a demanda pela internacionalização dos serviços contábeis, que por sua vez, ocasionaram a expansão das firmas globais de auditoria, dedicadas a atestar a qualidade das demonstrações financeiras das empresas que operavam no mercado globalizado. Na visão de Brennan (1979), na virada do século XX, as empresas globais de auditoria experimentaram um crescimento expressivo e, por meio de fusões e aquisições de grandes firmas nos Estados Unidos e Reino Unido, passaram a atender clientes em um universo que variava de 40 a 75 países. O intercâmbio de informações

contábeis, que inicialmente estava voltado para o atendimento das necessidades de seus clientes, evoluiu para o ponto de essas empresas passarem a produzir "dentro de si conjuntos de padrões internacionais de contabilidade e auditoria" (Brenan, 1979, p. ix).

Os fatos analisados evidenciam, de forma clara, que o processo de normatização da contabilidade esteve, fundamentalmente, motivado por interesses econômicos. Esses interesses partiram tanto das empresas que atuavam no mercado internacional quanto das firmas de auditoria que lhes prestavam serviços. Assim, a defesa por um ambiente contábil harmonizado não se alicerçava, primordialmente, no objetivo de promover avanços técnicos em prol do desenvolvimento de melhores práticas contábeis. Como demonstrado, o que se buscava, de fato, era facilitar a atuação de um grupo específico de agentes inseridos na lógica do mercado globalizado.

Essas evidências permitem identificar que o processo de internacionalização da contabilidade adotou estratégias semelhantes àquelas descritas por Walker (1991, 1995, 2004), ao analisar a profissionalização da contabilidade ocorrida na Escócia e na Inglaterra no século XIX. Observa-se que, um século após o período investigado por esse autor, foram empregadas táticas comparáveis para consolidar o monopólio do exercício profissional. Por meio de mecanismos de autorregulação voltados à defesa de interesses de um grupo restrito, promoveram-se intervenções que modificaram profundamente o saber contábil. Essas transformações foram propagadas por um discurso que exaltava o caráter altruísta dos envolvidos, ocultando, entretanto, os interesses econômicos que efetivamente impulsionavam essa dinâmica.

A prevalência, atualmente, de narrativas que celebram e reafirmam a suposta contribuição das normas internacionais de contabilidade reforça o poder contido nesse discurso dominante. Como bem analisa Trouillot (1995), a construção de narrativas que silenciam determinados elementos e interesses é reveladora da força simbólica presente na memória histórica. O silenciamento, ao selecionar o que deve ou não ser lembrado, atua como instrumento de poder, legitimando uma determinada visão de progresso técnico e neutralidade, quando, na verdade, sustenta uma agenda que atende a interesses econômicos específicos.

Nesse sentido, a crítica de Trouillot (1995) ao silenciamento como forma de exercício de poder dialoga diretamente com a análise de Slobodian (2021) sobre o neoliberalismo, especialmente quanto à maneira como os interesses privados atuam para proteger o mercado de interferências democráticas. Nesse sentido, os neoliberais atuaram para proteger o mercado,

defendendo a elaboração de normas que simultaneamente o legitimariam e protegeriam de demandas sociais e políticas que poderiam ameaçar sua lógica de funcionamento.

Essa blindagem institucional do mercado envolveu, entre outras estratégias, a construção de arcabouços normativos e técnicos que, sob o discurso de neutralidade e eficiência, promovem uma despolitização das decisões econômicas e contábeis. A normatização contábil internacional, nesse contexto, pode ser compreendida como parte desse projeto maior de reconfiguração das estruturas sociais em benefício de uma racionalidade de mercado, ao mesmo tempo em que silencia, como apontado por Trouillot (1995), as disputas políticas e os interesses econômicos que realmente moldaram tal processo.

Nesse panorama, Camfferman e Zeff (2006) afirmam que o desejo de criação de um organismo internacional voltado à contabilidade surgiu após o 8° Congresso Internacional de Contadores, realizado em Nova York no ano de 1962, esse desejo foi consolidado, em 1967, com a formação do IWP. Contudo, a criação desse grupo de trabalho não foi isenta de disputas e interesses. Segundo Camfferman e Zeff (2006), Tom K. Cowan defendeu a constituição de uma *International Accounting Bureau*, ou seja, uma agência internacional de contabilidade. Essa ideia foi apoiada por diversos relatores internacionais participantes do Congresso em Paris, e François-Maurice Richard, presidente do evento, incentivou o debate sobre o tema, de modo que um secretariado internacional pudesse ser criado durante uma reunião dos chefes das delegações, um dos eventos finais do Congresso 1967.

Segundo os citados autores, essa ideia não agradou a todos. O inglês Henry Benson, com apoio de representantes dos Estados Unidos e dos Países Baixos, posicionou-se contra a criação imediata de uma agência internacional de contadores e propôs, como alternativa, a formação de um grupo de trabalho que se dedicaria a estudar a viabilidade de estabelecer tal organismo internacional. Camfferman e Zeff (2006) afirmam que a oposição do contador inglês e de seus apoiadores se baseava no temor de que a participação de países com menor tradição contábil na criação de um organismo internacional pudesse comprometer a qualidade dos padrões contábeis a serem estabelecidos, entendendo esse fato como uma ameaça à qualidade das normas.

Além das justificativas formais centradas na preservação da qualidade técnica, é possível interpretar esta resistência como parte de um esforço para manter a hegemonia normativa dos países centrais na definição dos padrões globais, limitando a influência de nações periféricas e assegurando a reprodução de uma ordem contábil alinhada aos interesses dominantes do capitalismo ocidental. Conforme argumenta Macdonald (1995), frequentemente

as profissões foram tratadas como modelos com aplicabilidade universal, quando, na verdade, tais estruturas são fortemente ancoradas na experiência anglo-americana.

Uma possibilidade, não abordada por Camfferman e Zeff (2006) para a resistência de Benson e seus apoiadores, pode advir do fato de eles não admitirem a hipótese de serem questionados por pessoas advindas de outras realidades, que colocassem em xeque a visão eurocêntrica de possuidores do mais avançado conhecimento contábil existente. Em outras palavras, o processo não deveria ser democrático, com os países do centro do capitalismo ditando as regras aos de capitalismo periférico. Nesse ponto, torna-se pertinente incorporar a crítica de Macdonald (1995) e Larson (1977), quando problematizam o caráter universalista atribuído ao processo de profissionalização, advertindo sobre a maneira desigual como ele ocorre nos diferentes contextos geopolíticos.

Nesse cenário, o conhecimento técnico e normativo é frequentemente implementado sem um exame crítico das premissas que o fundamentam, negligenciando questões fundamentais como sua viabilidade prática ou aderência aos contextos de aplicação. Essa dinâmica, ao invés de promover o fortalecimento das profissões nos países em desenvolvimento, pode aprofundar a subordinação simbólica e funcional aos modelos hegemônicos, reiterando a lógica de dependência e silenciamento que marca a história da contabilidade internacional. Nesse sentido, ainda que houvesse tensões geopolíticas no entorno das disputas por legitimidade e controle normativo, o projeto de internacionalização da contabilidade avançou sob a liderança dos países centrais.

Como o apoio à formação de um organismo internacional para a contabilidade foi elevado durante o congresso de Paris, e não podendo esse desejo ser ignorado, a solução foi a criação do IWP. Esse grupo de trabalho era composto pelas organizações responsáveis pela realização dos congressos internacionais de contabilidade após a Segunda Guerra mundial, sendo: ICAEW, AICPA, *Institute of Chartered Accountants of Scotland* (ICAS), *Institute of Chartered Accountants in Ireland* (ICAI), *Nederlands Instituut van Registeraccountants* (NIVRA) e o *Ordre des Experts Comptables*, assim como os organizadores do congresso posterior, o *Institute of Chartered Accountants* da Austrália e a *Australian Society of Accountants* (Camfferman & Zeff, 2006).

A constituição do IWP, formada exclusivamente por instituições de países localizados no centro do capitalismo global, reflete de maneira contundente as críticas formuladas por Macdonald (1995) e Larson (1977) acerca do desenvolvimento histórico das profissões. Como apontam esses autores, os processos de profissionalização foram frequentemente analisados a

partir de uma perspectiva que naturaliza experiências específicas — sobretudo as anglo-americanas — como se fossem universais. No entanto, ao reunir um grupo razoavelmente homogêneo em termos econômicos, políticos e socioculturais, o IWP reproduziu uma lógica excludente, que desconsiderou os efeitos das desigualdades estruturais e históricas sobre a construção das profissões em contextos periféricos.

Ao privilegiar exclusivamente os países centrais, o processo de transição de um modelo profissional nacional para uma proposta internacional foi desenhado sem considerar a pluralidade de experiências, realidades institucionais e trajetórias ocupacionais presentes em outras regiões do mundo. Tal escolha evidencia não apenas uma preferência técnica, mas um ato político que contribui para a manutenção de uma ordem normativa global moldada a partir dos interesses e valores do núcleo euro-americano.

Goerdeler (1979) discorre sobre a atuação do IWP nos anos seguintes ao Congresso de Paris. Segundo ele, o grupo de trabalho se reuniu diversas vezes e no ano de 1971 enviou um relatório a todos os participantes do Congresso de Paris, de modo que cada um pudesse estar mais bem informado durante a realização do X Congresso Internacional de Contadores que se realizaria em Sydney, no ano de 1972. Esse documento foi uma preparação para as atividades do Congresso, com diversas recomendações. Porém, Goerdeler (1979) ressalta uma como a mais relevante entre todas: a criação da *International Co-ordination Committee for the Accountancy Profession* (ICCAP).

Para Goerdeler (1979), o IWP foi a primeira tentativa concreta que atuou para a formação de uma organização mundial da profissão contábil. Segundo o autor, o congresso de Sydney deu continuidade ao debate iniciado em Paris, porém em um ambiente marcado por um sentimento crescente de urgência. Havia uma percepção de que a constituição de um organismo internacional era necessária para enfrentar questões contábeis de natureza transnacional, cada vez mais relevantes diante da intensificação do comércio global. Além disso, vislumbrava-se a necessidade de uma instância capaz de coordenar esforços e promover a cooperação entre os diversos órgãos contábeis existentes. Impulsionados por essa compreensão, as sugestões do relatório do IWP foram aceitas e a ICCAP passou a existir formalmente em 1972.

Ao contrário da aparente serenidade transmitida pela narrativa de Goerdeler (1979) sobre a aceitação do relatório do IWP e a consequente formação da ICCAP, o processo esteve longe de ser isento de disputas políticas entre seus participantes. Camfferman e Zeff (2006) afirmam que, também nesse episódio, houve uma significativa pressão exercida pelo inglês

Benson, que atuou de forma estratégica desde a primeira reunião do IWP, em relação à definição do secretariado responsável pela coordenação da profissão contábil em nível mundial.

O tom da narrativa adotado por Goerdeler (1979) para descrição dos trabalhos do IWP contrasta com as revelações de Camfferman e Zeff (2006), exemplificando a argumentação teórica realizada por Trouillot (1995) sobre o silenciamento no momento da construção narrativa. Este contraste não representa meramente duas interpretações distintas de eventos, mas sim uma manifestação concreta das relações de poder que estruturam a produção do conhecimento histórico-institucional. A narrativa de Goerdeler, marcada por uma aparente serenidade e naturalidade no processo de constituição das instituições contábeis internacionais, oculta sistematicamente as tensões, disputas e manobras políticas que permearam esse processo. Esta omissão não pode ser compreendida como acidental ou incidental, mas como expressão direta do poder exercido por quem ocupa posições privilegiadas na construção do discurso dominante.

Nesse sentido, torna-se relevante reconhecer que Goerdeler não era um observador qualquer dos eventos narrados, mas o primeiro presidente da IFAC. Esta posição conferia-lhe não apenas autoridade para narrar a história institucional, mas também responsabilidade na legitimação retrospectiva das estruturas de poder estabelecidas. A credibilidade associada a seu cargo funcionava como um dispositivo de autorização discursiva que naturalizava sua perspectiva como "a história oficial", enquanto marginalizava narrativas alternativas que pudessem expor as contradições e conflitos subjacentes.

Nesse cenário de disputas e interesses políticos no entorno da proeminência normativa global da contabilidade, Camfferman e Zeff (2006) destacam que, embora Benson afirmasse que a consolidação de uma entidade global a partir do IWP exigiria pelo menos uma década, essa cautela não se originava das dificuldades técnicas inerentes à criação de uma instituição dessa natureza. Ao contrário, refletia seu desejo de assegurar que a futura entidade fosse concebida e conduzida segundo os valores, estruturas e tradições da contabilidade britânica, reafirmando, assim, a hegemonia normativa do contexto anglo-saxão no cenário contábil internacional.

A pressão exercida por Benson foi eficaz e, apesar de haver apoio de entidades como AICPA à criação de um secretariado internacional, tal instância não foi estabelecida no Congresso de Sydney, em 1972. Em vez disso, quando o relatório do IWP foi aceito, o grupo recebeu um novo mandato de 5 anos para aprofundar as discussões sobre o tema (Camfferman & Zeff, 2006). Como resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo IWP, constituiu-se

formalmente o ICCAP, que incluiu os membros do grupo original. Segundo Goerdeler (1979), o ICCAP apresentava uma composição de caráter internacional, com representantes da Austrália, Canadá, República Federal da Alemanha, França, Índia, Japão, México, Holanda, Filipinas, Reino Unido e República da Irlanda e Estados Unidos da América.

Toda essa articulação, demonstra a complexa rede de articulações políticas e tensões que marcaram a formação do IWP e, posteriormente, do ICCAP, nesse que foi considerado por Goerdeler (1979) como o primeiro esboço em prol da construção de uma ordem contábil global. A formação dessas organizações contábeis internacionais pode ser interpretada à luz da análise de Slobodian (2021) sobre a construção neoliberal orientada a criar uma arquitetura institucional que protegesse e promovesse os interesses do capitalismo global. A formação do IWP, que precedeu o ICCAP, reflete a criação de estruturas supranacionais para ordenar e regular práticas contábeis em escala global.

O papel desempenhado por Benson neste processo ilustra como atores específicos, representando interesses nacionais e corporativos particulares, moldam instituições aparentemente neutras e técnicas. Tal qual na análise de Slobodian (2021), a situação narrada esclarece que a construção de uma ordem econômica global não é um processo natural ou inevitável, mas sim orquestrado por indivíduos e instituições com interesses específicos.

Nesse sentido, importa destacar que o impulso para a institucionalização da contabilidade em âmbito internacional não se restringiu à criação do ICCAP. Paralelamente, em 1973, foi fundado o IASC, com o propósito declarado de desenvolver normas internacionais de contabilidade. De acordo com Camfferman e Zeff (2006), o Congresso de Sydney foi, na prática, o ponto de partida para o surgimento dessas duas entidades. Enquanto o ICCAP foi estabelecido de forma oficial, o IASC foi discretamente articulado durante uma reunião informal que reuniu os institutos contábeis dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra que, desde 1966, participavam do AISG (AICPA, CICA, ICAEW).

Essa reunião confidencial, organizada por Benson em nome do ICAEW, não foi divulgada publicamente durante o evento, em razão do interesse estratégico de manter as tratativas fora do conhecimento geral. A proposta central era expandir o papel do AISG: em vez de se limitar à publicação de folhetos de estudos comparativos, o grupo passaria a se dedicar à elaboração de normas contábeis internacionais e à promoção de sua aceitação e aplicação em escala global (Camfferman & Zeff, 2006).

O caso analisado revela como a resistência à criação imediata de um secretariado internacional não impediu os esforços por uma normatização global da contabilidade. Ao

contrário, essa aparente falha foi convertida em oportunidade estratégica por Benson para fortalecer a posição britânica através da criação do IASC. A atuação coordenada de institutos contábeis anglo-saxões (AICPA, CICA, ICAEW) revela uma rede de influência que se assemelha ao funcionamento dos *think tanks* analisados por Peck (2010), articulando-se para promover uma visão específica da contabilidade global.

Por sua vez, a articulação sigilosa em torno da criação de uma organização de matriz britânica evidencia a estratégia de Benson para garantir a proeminência britânica na normatização contábil internacional. Essa atuação teve por objetivo expandir o papel do AISG, convertendo-o em um organismo responsável não apenas pela produção de estudos comparativos, mas também, para que passasse a elaborar normas contábeis internacionais e promover sua aceitação global.

Desse modo, o caso analisado pode ser interpretado, sob a perspectiva de Trouillot (1995), como duplo movimento do silenciamento histórico: primeiro, o silenciamento ativo durante os próprios eventos (exemplificado pela reunião confidencial organizada por Benson); segundo, o silenciamento retrospectivo operado através da narrativa oficial (exemplificado pelo relato de Goerdeler). Este duplo movimento assegura tanto o controle sobre os processos decisórios quanto o controle sobre a memória institucional que será transmitida às gerações futuras.

A construção narrativa de Goerdeler (1979) não apenas omite as tensões políticas do passado, mas ativamente reconfigura esse passado para que ele assuma a perspectiva de um antecedente lógico e necessário do presente institucional. Esta reconfiguração narrativa constitui um exercício de poder que transforma a contingência histórica em necessidade, as disputas em consensos e as assimetrias em parcerias. O efeito da utilização desse poder de construir a narrativa elabora uma história coordenada a reproduzir as estruturas de poder estabelecidas no campo contábil internacional.

A revelação das manobras políticas e disputas de poder realizada por Camfferman e Zeff (2006) representa um importante contraponto à narrativa oficial, demonstrando como o trabalho historiográfico pode desafiar os silenciamentos institucionais. Este trabalho de recuperação dos silêncios, impulsionado pelo trabalho de Trouillot (1995), não se limita a um exercício acadêmico, mas representa uma prática política necessária para compreender como as atuais estruturas de governança contábil global foram moldadas por interesses específicos e não por imperativos técnicos neutros, conforme reiterado pelo discurso dominante.

Reconhecer a dimensão política da narrativa histórica institucional permite questionar a aparente inevitabilidade das configurações de poder existentes e abre espaço para imaginar trajetórias alternativas de desenvolvimento para as instituições contábeis internacionais. A crítica ao silenciamento operado pela narrativa oficial constitui, assim, um passo essencial para desestabilizar a hegemonia discursiva que naturaliza e perpetua assimetrias de poder no campo contábil global.

4.5 Entre Inclusão e Resistência: ao Disputa pelo Papel da ICCAP na Formação da IFAC

Conforme dito anteriormente, o AISG, criado para ser um grupo seleto cujas nações possuíssem padrões superiores de contabilidade (Reino Unido, Canadá e Estados Unidos), em verdade, fomentou o desejo pela criação de um organismo verdadeiramente internacional, que representasse a realidade de países não pertencentes ao centro do capitalismo (Camfferman & Zeff, 2006). Esse movimento de expansão e incorporação de novos atores ilustra, na perspectiva de Macdonald (1995), o esforço típico de projetos profissionais que buscam ampliar sua base de legitimação, ainda que mantendo as hierarquias internas sob controle. Esse desejo por uma organização global para contabilidade, que congregasse os mais variados interesses, ganhou corpo e fôlego nesse período da história, e para Camfferman e Zeff (2006, p. 37) "a dimensão política da contabilidade internacional ficou claramente visível nesse cenário".

De acordo com Camfferman e Zeff (2006), o anúncio da criação da ICCAP no Congresso de Sydney foi realizado de modo notável com intuito de demarcar este como um relevante passo em direção à criação de um secretariado internacional para a profissão contábil. Para os citados autores o ICCAP era visto como uma tentativa mais ampla de cooperação internacional, considerado menos exclusivista, como o AISG ou o IASC. Coincidência ou não, tanto o AISG quanto o IASC foram articuladas e receberam o esforço e atenção do inglês Benson.

Porém, como pode ser observado na Tabela 5 a inclusão de países membros mais "diversificada" na constituição da ICCAP representava tão somente a inclusão de dois novos países em relação àqueles formadores do IASC: Índia e Filipinas. Apesar de não representar uma adição de expressividade numérica, a inclusão nesse grupo de discussão de dois países asiáticos pode ser considerada disruptiva, refletindo as tensões entre o discurso de internacionalização e o desejo real de preservação da hegemonia das potências centrais, como analisado por Slobodian (2021) na construção de mercados globais controlados.

Além disso, a formação dessas organizações ilustra como a teoria sociológica do fechamento social, discutida por Larson (1977) e Macdonald (1995), se manifesta na formação de organizações profissionais internacionais. O processo de inclusão ou exclusão de determinados países demonstra como essas organizações reproduzem e institucionalizam mecanismos estruturais de exclusão existentes na sociedade de forma mais ampla. Apesar do discurso da tecnicalidade, os fatores que determinavam se um país era apto a integrar o seleto grupo de discussão não se baseavam em critérios técnicos.

Camfferman e Zeff (2006) destacam, que a formação inicialmente proposta por Benson para o IASC na reunião realizada em Sydney em 1972 era, que além dos integrantes do grupo de estudos (Reino Unido e Irlanda, considerados como um só, Estados Unidos e Canadá), fossem convidados somente Austrália, França, Alemanha e Holanda, e desse modo tivesse a formação de um “grupo de estudos ampliado”. Porém houve uma pressão exercida pelos representantes da AICPA que a inclusão considerasse México e Japão. Benson, mais uma vez, foi resistente, porém acabou concordando com o México, porém até a reunião realizada em dezembro de 1972 em Londres, a inclusão do Japão ainda estava em aberto. Por fim, a relevância econômica do Japão teve maior peso do que os receios relacionados à potencial contribuição técnica que estes poderiam oferecer aos debates do IASC.

O caso do Japão evidencia com particular clareza como o discurso meritocrático da expertise técnica, frequentemente utilizado para justificar exclusões, pode ser seletivamente aplicado ou dispensado conforme os interesses econômicos em jogo. A eventual inclusão do Japão no IASC, apesar das reservas quanto à sua "contribuição técnica", demonstra como o capital econômico pode superar barreiras intransponíveis. Esta aparente contradição expõe a instrumentalidade do discurso da superioridade técnica nas organizações profissionais.

A suposta preocupação com "padrões superiores de contabilidade", utilizada como justificativa para escolha dos autorizados a participar dos debates desde a formação do AISG, revelou-se secundária quando interesses econômicos suficientemente relevantes estão em jogo. A força econômica do Japão foi capaz de superar quaisquer suspeitas quanto à sua competência em contribuir de forma efetiva para o debate normativo, revelando a subordinação do critério técnico ao critério econômico.

Esta dinâmica confirma o argumento de Larson (1977) de que projetos profissionais, longe de serem conduzidos unicamente por considerações técnicas, são fundamentalmente projetos de mercado voltados para maximizar vantagens econômicas e sociais. O caso descrito ilumina como a inclusão ou exclusão de determinados países nas organizações contábeis

internacionais respondeu primariamente a cálculos de poder econômico e influência política, com o discurso da expertise técnica funcionando como justificativa maleável.

Contudo, a inclusão do México e Japão ultrapassava todos os limites que Benson estava disposto a abrir mão e, com intuito de resolver a questão da entrada de novos membros, ele propôs o conceito de "membro associado" que permitiria que outros países se envolvessem nos trabalhos e discussões promovidos pelo IASC, porém não teriam poder de decisão, não podendo votar nas deliberações, participando apenas como convidado. A Índia deixou claro que não se oporia a ficar de fora do IASC desde que as Filipinas também ficassem (Camfferman & Zeff, 2006).

A resistência de Benson à inclusão de outros países revela não apenas preferências pessoais, mas um padrão de exclusão que espelha as hierarquias geopolíticas do capitalismo global. A elaboração da categoria de membro associado representa um exemplo do que Larson (1977) denomina como estratégias de fechamento social que preservam privilégios através de mecanismos de inclusão subordinada. Esta estrutura reproduz, no nível da organização profissional, a mesma lógica centro-periferia que caracteriza as relações econômicas internacionais.

Além disso, a exclusão negociada da Índia e Filipinas demonstra os processos de negociação e poder presentes em organizações internacionais, exemplificando como estes extrapolam significativamente o debate técnico. Essa dinâmica ilustra a análise de Macdonald (1995) sobre como projetos profissionais estão intimamente ligados a projetos de mobilidade coletiva e posicionamento social. As disputas aparentemente técnicas sobre composição e estrutura de organizações profissionais são, na realidade, disputas sobre hierarquias sociais mais amplas.

Outro ponto que não pode ser ignorado na conjuntura desse período, é a existência de tensão presente na relação entre ICCAP e IASC, um exemplo claro da disputa jurisdicional descrita por Walker (1995), na qual diferentes grupos profissionais e institucionais competem pelo direito de definir padrões normativos globais. Ao mesmo tempo que podia ser percebido um sentimento de urgência e uma intensa articulação em prol da formação de uma organização internacional da profissão contábil, também havia uma resistência persistente por Benson, que representava o ICAEW, e seus apoiadores, Holanda e Austrália (Camfferman & Zeff, 2006). Essas organizações possuíam uma formação inicial parecida, sendo a ICCAP mais abrangente e o IASC mais restritivo, conforme dito anteriormente. A Tabela 5 apresenta a formação inicial dessas duas organizações de modo a melhor elucidar os atores envolvidos nesse processo.

Tabela 5

Países Fundadores do ICCAP em 1972 x Países Fundadores do IASC 1973

ICCAP	IASC
Austrália	Austrália
Canadá	Canadá
França	França
Alemanha	Alemanha
Japão	Japão
México	México
Holanda	Holanda
Reino Unido e Irlanda	Reino Unido e Irlanda
Estados Unidos	Estados Unidos
Índia	
Filipinas	

Nota: Com base em Goerdeler (1979), Brennan (1979) e Camfferman e Zeff (2006).

Muitos atores se articularam nesse período da história, essas organizações são produto de muitas "mãos" e de muitas iniciativas. Dentre estas, a organização norte-americana AICPA, apoiada pelos canadenses, tentou articular uma organização internacional logo no início de 1973, nos meses de janeiro e fevereiro, antes mesmo da primeira reunião da ICCAP que ocorreu em 26 e 27 de abril de 1973 (Camfferman & Zeff, 2006). Por sua vez, quando a Alemanha foi convidada a integrar o IASC, esta juntou-se à articulação realizada pelos americanos e canadenses, e condicionou a participação alemã no IASC à integração do IASC no ICCAP. Os ingleses resistiram à pressão e essa questão não foi decidida de imediato, porém voltou à tona na primeira reunião da ICCAP (Camfferman & Zeff, 2006).

Essas articulações para a formação de organizações contábeis internacionais como o IASC e ICCAP nos primeiros meses de 1973 revelam o que a teoria sociológica das profissões caracteriza como projeto profissional estratégico. As iniciativas do AICPA norte-americano, apoiadas pelos canadenses, e posteriormente influenciadas pelos alemães, demonstram como a profissão contábil operava simultaneamente nas duas dimensões descritas por Larson (1977): a econômica e a social.

A criação de uma organização internacional voltada à contabilidade ainda era uma questão em aberto, sobretudo devido à resistência dos ingleses. Conforme relatam Camfferman e Zeff (2006), as discussões em torno da ICCAP eram intensas, e, na primeira reunião realizada em abril de 1973, o maior avanço possível foi a decisão de que o tema seria aprofundado por um grupo de estudo específico. Para os autores, a atuação de Goerdeler — então presidente do

ICCAP e representante do *Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland* (IDW) — foi decisiva para que se chegasse a um acordo com os ingleses, representados por Benson.

A resistência dos ingleses demonstra as tensões que envolvem a dimensão econômica do projeto profissional, revelando que esse processo não era alheio às disputas pelo controle do mercado de serviços contábeis internacionais. Essa resistência não pode ser interpretada como de base unicamente organizacional, mas sim como a materialização do que Macdonald (1995) identifica como capital simbólico da profissão: o conhecimento formal abstrato e, consequentemente, o poder de definir padrões, problemas e soluções no campo contábil internacional.

Segundo Camfferman & Zeff (2006), Goerdeler conseguiu a concordância dos ingleses da seguinte forma: (1) o ICCAP apoiaria a formação do IASC e convidaria formalmente para que este compusesse os esforços em prol da articulação em nível mundial para o desenvolvimento da profissão contábil; (2) o ICCAP solicitaria que o IASC reconhecesse em sua constituição que é integrante do ICCAP, porém mantendo autonomia para emitir recomendações e minutas de exposições; (3) o ICCAP concordaria que o documento de constituição do IASC não seria revisado até 1976, sem que houvesse concordância de ambas organizações (IASC e ICCAP).

De acordo com Camfferman & Zeff (2006, p. 51) esse acordo resolveu temporariamente a questão entre IASC e ICCAP, e integrou o artigo 2 do "Acordo para Estabelecer um Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade" no documento de Constituição da IASC, finalizado em junho de 1973. Por sua vez, os objetivos que o ICCAP deveria perseguir, abordados em sua primeira reunião em abril 1973, podem ser resumidos em cinco pontos (Goerdeler, 1977, Goerdeler 1979):

1. Escolher o país sede para o congresso seguinte, após considerações a respeito de infraestrutura, recursos financeiros disponíveis e questões relevantes a adequada organização do evento;

2. Manter um contato contínuo com todos os órgãos participantes;

3. Acompanhar o desenvolvimento das organizações regionais, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, e reportar os progressos nos relatórios enviados às organizações e nos congressos periódicos;

4. Revisar as atribuições do ICCAP, considerando ampliação ou alteração de frente de trabalho, tendo em vista as recomendações recebidas dos órgãos participantes e as discussões e recomendações realizadas a cada congresso;

5. Avaliar a necessidade de um secretariado internacional, e as questões a este mencionadas anteriormente.

A avaliação da necessidade de um secretariado internacional estava ligada ao projeto mais amplo de estabelecimento de uma organização internacional da profissão contábil. Esta discussão tinha antecedentes nos debates realizados desde o Congresso de Paris em 1967, quando as tratativas se tornaram mais sistematizadas sobre a internacionalização da profissão. Brennan (1979) ressalta que apesar dos integrantes do ICCAP possuírem um objetivo coincidente, a internacionalização da profissão contábil, havia criado barreiras que precisavam ser transpostas, como as regulamentações nacionais, os costumes e a variedade de idiomas.

Com o objetivo de tirar do papel a criação de uma instituição internacional da profissão contábil e transformá-la em realidade, realizou-se, em outubro de 1973, na Cidade do México, a segunda reunião da ICCAP. Nesse encontro, foram definidos objetivos imediatos, centrados na proposta de (Goerdeler, 1979, p. 7): "iniciar, coordenar e orientar trabalhos que tenham como objetivo o cumprimento das diretrizes técnicas, éticas e educacionais internacionais para a profissão contábil". No entanto, essa não foi a única deliberação relevante. Na visão de Goerdeler (1979, p. 7), o ponto alto da reunião — interpretado por ele como o ato mais significativo — foi a decisão firme da ICCAP de "assumir a liderança para o desenvolvimento de uma profissão contábil mundial coordenada".

Camfferman e Zeff (2006) destacam que a escolha da Cidade do México como sede para a segunda reunião da ICCAP não foi obra do acaso, mas sim, fruto do trabalho do Instituto Mexicano de Contadores Públicos que atuava ativamente no desenvolvimento de suas relações internacionais. Segundo os autores, eles ansiavam por sediar o próximo congresso que aconteceria em 1977, e apesar de nesse momento terem sido "vencidos" pelo IDW com a escolha da cidade de Munique, seus esforços internacionais não foram em vão, pois o congresso seguinte ao de Munique, em 1982, aconteceu na Cidade do México.

Em verdade, o Instituto Mexicano de Contadores Públicos almejava ser reconhecido como líder na América Latina e nos países de língua espanhola, pois se considerava tecnicamente mais desenvolvido do que o instituto espanhol em matéria contábil. Tal autopercepção, embora apresentada pelos citados autores em termos técnico-profissionais, pode estar enraizada em questões históricas e culturais mais complexas que permeiam as relações entre México e Espanha. Movido por essas aspirações de protagonismo regional, adicionada ao desejo de projeção internacional, o Instituto Mexicano de Contadores Públicos aderiu ao IASC

e ao ICCAP, apesar do receio quanto aos custos envolvidos na participação dessas organizações (Camfferman & Zeff, 2006, p. 47).

A dinâmica revelada na formação dessas organizações contábeis internacionais reflete precisamente o que Slobodian (2021) identifica como característica central da doutrina neoliberal: a reconfiguração de direitos políticos como direitos econômicos. A participação nas instâncias decisórias da governança contábil global não foi tratada como direito decorrente da condição de integrante da comunidade internacional, mas como privilégio condicionado ao poder econômico e à conformidade com determinados padrões definidos pelas potências dominantes.

A narrativa apresentada ilustra como, sob a lógica neoliberal analisada por Slobodian (2021), o direito de participar da formulação das regras do jogo econômico global foi mercantilizado, estando acessível apenas àqueles reconhecidos como relevantes economicamente ou alinhados com os interesses das potências centrais. Esta mercantilização dos direitos de participação constitui um dos mecanismos pelos quais o projeto neoliberal assegura que a expansão dos mercados globais ocorra sob controle das potências dominantes.

Com intuito de atingir os objetivos propostos, o ICCAP criou comitês e subcomitês de modo que os temas pudessem avançar de forma frutífera. Goerdeler (1979) afirma que os quatros anos seguintes à decisão de assumir a liderança em prol do Secretariado Internacional, no final de 1973, foram intensos e permitiram que um relatório contendo a proposta de formação de uma Federação Internacional pudesse ser enviado a 99 organizações contábeis de todo o mundo, em março de 1976. Sobre esse ponto, Camfferman e Zeff (2006) afirmam que a denominação "Federação Internacional" em substituição a "Secretariado Internacional" foi alcançada após debates tensos e árduos que se estenderam do final de 1973 até meados de 1975.

Isso ocorreu porque havia forte oposição do ICAEW, que se preocupava com os interesses do IASC, porém, um acordo pôde ser alcançado, particularmente pela articulação da AICPA no sentindo de "assegurar" dois pontos cuja resistência dos ingleses era mais forte. Em primeiro lugar ficou assegurado que a Federação Internacional que seria criada no Congresso de Munique teria um orçamento limitado. Em segundo lugar, ficou assegurado que o secretariado de tal federação não seria combinado ao do IASC em Londres, mas sim, que seria localizado em Nova York incorporando o secretariado da ICCAP (Camfferman & Zeff, 2006).

Esses, porém, não foram os únicos desafios que foram enfrentados. Segundo Camfferman e Zeff (2006), era necessário desenvolver melhor a relação entre a nova federação — à qual o ICCAP estava voltando seus esforços — e o IASC. Benson, em articulação com

Douglas Morpeth, representante do ICAEW, buscou agendar uma reunião para outubro de 1975 com o objetivo de revisar a Constituição do IASC. Havia uma preocupação latente em preservar a independência do IASC diante da nova organização. Embora Benson não se opusesse a uma relação próxima entre as duas entidades, temia que o IASC fosse absorvido — ou, mais precisamente, engolido — pela nova federação (Camfferman & Zeff, 2006).

Quando Goerdeler tomou conhecimento dessa movimentação e desse receio dos membros do IASC ele escreveu a Benson com intuito de lembrá-lo que para que houvesse qualquer alteração na Constituição do IASC era necessária concordância prévia entre IASC e ICCAP. Nessa oportunidade também reiterou que era favorável que houvesse uma relação próxima entre o IASC a nova Federação, ou talvez até mesmo, uma fusão ente ambas. Essa proposta era vista com bons olhos por todos os membros do IASC, exceto pelo Reino Unido (Camfferman & Zeff, 2006).

As articulações geopolíticas entre os atores norte-americanos, canadenses, alemães e ingleses (AICPA, IASC, ICCAP e ICAEW) reproduzem o que a literatura sociológica identifica como processo multidimensional de mobilização coletiva (Millerson, 1964; Macdonald, 1984, 1995). O que tais organizações buscavam envolvia de forma simultânea três objetivos discutidos pela teoria sociológica das profissões: a legitimidade, controle do mercado e institucionalização. O trabalho em torno da construção de uma entidade internacional, representa a busca por legitimidade e reconhecimento social, pois uma organização possuidora de autoridade supranacional teria poder para validar o conhecimento contábil numa perspectiva global.

Por sua vez, a disputa demonstrada entre IASC e ICCAP pela estrutura das organizações (quem estaria integrado, se haveria subordinação, além da preocupação com a separação da sede física e recursos) refletem a tentativa de exercício de poder voltado a controlar quem está autorizado a emitir normas contábeis em âmbito internacional. Essa disputa foi discutida no âmbito da profissionalização como mecanismos de controle sobre nichos de mercado (Walker, 1991, 1995, 2004). Por fim a institucionalização, de acordo com a leitura sociológica, representa o próprio processo de criação de organizações voltado a constituir instituições permanentes para controle profissional.

Mas, como dito anteriormente, Benson, com apoio do ICAEW, se opunha fortemente à integração da organização que ele se empenhou em criar, o IASC, com a futura IFAC articulada por Goerdeler. Foi somente após muitas rodadas de negociação, mesmo com protestos de outros integrantes do IASC, que ficou definido que esta era uma organização totalmente independente

e que a relação que esta mantinha com o ICCAP seria transferida nos mesmos termos para a nova Federação, a IFAC. Toda a negociação empreendida evidencia que o processo de construção de uma organização supranacional para a contabilidade não ocorreu de forma linear, não foi unicamente baseado em critérios técnicos como a narrativa dominante sugere, mas, sobretudo, pautada em força econômica, conforme discutido por Peck (2010) e Slobodian (2021).

Somente após a superação das questões que envolviam IASC e ICCAP foi possível avançar para o envio do relatório propondo a formação da Federação Internacional em 1976 (Camfferman & Zeff, 2006). Sobre isso, quando Goerdeler (1977) apresentou o relatório em nome do ICCAP na primeira sessão plenária do Congresso em Munique, ele afirmou que das 99 organizações para quais o relatório de 1976 foi enviado, 51 realizaram comentários. Dessas, 40 declararam apoio à proposta enviada pelo ICCAP e outras 30 afirmaram possuir interesse em participar. Ainda sobre esse tema, Goerdeler (1979) afirmou que o texto final emitido em 21 de março de 1977, refletiu não somente os temas debatidos no ICCAP, mas também, as ideias e o contexto dos membros do ICCAP.

Goerdeler (1979) apresenta em cinco tópicos o conteúdo desse relatório que propunha um acordo para a constituição da IFAC que aconteceria no final do ano 1977 durante o 11º Congresso Mundial de Contadores. Segundo ele, inicialmente o relatório destacou a lentidão observada no cenário pós Segunda Guerra Mundial quanto ao estabelecimento de regras para a prática contábil no contexto internacional. Contraditoriamente, essa lentidão coexistia no momento de maior expansão e intensificação do comércio internacional observado até então. As empresas atuavam no comércio mundial, estabelecendo subsidiárias além-fronteiras, emitindo títulos, contraindo dívidas e envolvendo-se com investidores estabelecidos ao redor do globo.

O segundo ponto, decorrente do primeiro, argumentava que o contador, nesse contexto de crescimento dos negócios em nível global, era continuamente desafiado a assegurar que padrões técnicos, ética profissional e qualificação profissional deveriam ser livres de fronteiras tal qual o experimentado pelo capital de investimento. O terceiro ponto argumentava sobre a interferência das políticas governamentais nos critérios de apresentação de informações contábeis. Tal fator fazia com que houvesse influência política na contabilidade e na atividade de auditoria, através de alterações em critérios de reconhecimento e evidenciação de informações econômicas, principalmente quando a economia nacional enfrenta sérios desafios, como por exemplo, inflação excessiva (Goerdeler, 1979).

O quarto ponto destacava o quanto o sistema jurídico de um país tinha a capacidade de afetar os trabalhos de profissionais que atuam como auditores independentes. Foi argumentado que o conteúdo da legislação de um país poderia influenciar tanto indiretamente, quanto por meio de regras específicas, a elaboração das demonstrações financeiras e o trabalho dos auditores. Havia o reconhecimento de que a prevalência sempre estaria na legislação nacional, e que uma organização mundial de contabilidade teria de enfrentar o desafio de lidar com a variedade de legislações existentes. Porém, como alternativa ao cenário exposto, foi argumentado que as "legislações nacionais poderiam ser harmonizadas" tendo por fundamento tratados ou convenções internacionais ou, alternativamente, pela adesão massiva de uma grande quantidade de Estados a um determinado regramento (Goerdeler, 1979).

Por fim, o quinto e último ponto destacou a relevância das organizações de atuação regional para o sucesso desse empreendimento. Nesse ponto o relatório destacou que uma organização mundial da contabilidade não anularia ou substituiria a atuação de organizações contábeis com atuação nacional ou regional. Em verdade, o relatório destacou que uma organização mundial da contabilidade atuaria conjuntamente aos órgãos nacionais e regionais existentes no sentido de convergir forças e esforços em prol de um objetivo comum. Também ficou destacado que a cooperação em nível mundial incentivaria que novos organismos regionais fossem constituídos em outras partes do mundo (Goerdeler, 1979).

A análise crítica dos cinco pontos contidos no relatório enviado, no final de 1976, pelo ICCAP, propondo a criação da IFAC, permite identificar aquilo que Slobodian (2021) discutiu sobre as tecnologias neoliberais dedicadas a criar estruturas supranacionais que limitassem a soberania estatal em favor da fluidez do capital global. O primeiro ponto destacado pelo relatório destacou a lentidão no estabelecimento de regras contábeis frente à expansão do comércio mundial. Esse argumento não pode ser visto como neutro ou circunstancial, pois ele estabelece uma narrativa na qual Estados nacionais são interpretados como obstáculos ao desenvolvimento do mercado global.

Esse enquadramento reflete especificamente o que Slobodian (2021) identificou como estratégia neoliberal articulada intencionalmente, pois constrói a narrativa da ineficiência Estatal ao destacar a suposta eficiência do mercado. A apresentação da lentidão como problemática a ser resolvida estabelece de forma implícita uma hierarquia, na qual a velocidade do mercado deve ditar o ritmo das regulamentações, em substituição ao processo deliberativo e democrático dos Estados nacionais. Essa visão desconsidera que a "lentidão" pode

representar, na verdade, processos de deliberação democrática e consideração de múltiplos interesses sociais, que não são possíveis de serem articulados a partir de soluções unilaterais.

O segundo ponto, destacado no relatório, argumentava que os padrões técnicos, éticos e de qualificação contábil deveriam ser livres de fronteiras assim como era apregoado pelo neoliberalismo para o capital de investimento. Esta proposição exemplifica o que Slobodian (2021) identifica como o projeto neoliberal voltado para criar uma ordem econômica global que atue além das jurisdições políticas nacionais. Ao equiparar a profissão contábil ao capital, o relatório naturaliza a ideia de que a lógica do capital deve ser o parâmetro para a organização das instituições sociais e profissionais. Porém tal equivalência elimina do debate o fato de a prática contábil derivar de circunstâncias específicas (sociais, culturais e políticas), que moldam diferentes tradições e práticas contábeis ao redor do mundo.

O terceiro ponto destacado também revela a orientação neoliberal do projeto constitutivo da IFAC. Ao caracterizar as políticas governamentais como intervenções nos critérios contábeis, o relatório cria uma distinção ideológica entre um suposto domínio técnico-neutro da contabilidade gerido de forma apolítica. Essa construção argumentativa, conforme debatido por Slobodian (2021), objetiva fundamentalmente proteger o mercado de demandas democráticas associadas a programas de bem-estar social. Ao sugerir que as alterações nos critérios contábeis motivadas por preocupações nacionais (e.g., inflação) são problemáticas, o relatório deslegitima a utilização da contabilidade para atingir objetivos sociais definidos democraticamente.

Alinhado ao ponto anterior, o quarto ponto revela a tensão inerente ao projeto de constituir uma normativa contábil global, pois, ao mesmo tempo que reconhece a prevalência das legislações nacionais, propõe que estas sejam harmonizadas por meio de tratados internacionais ou pela adesão massiva a determinados regramentos. Esta proposta, aparentemente sutil e respeitosa das tradições nacionais, representa uma tentativa de subordinar a soberania legislativa dos Estados a uma racionalidade técnica supranacional, controlada por atores privados e organizações alinhadas aos interesses do capital global. Esta harmonização não é apenas técnica, mas profundamente política em suas implicações, conforme debatido por Slobodian (2021).

Por fim, o quinto ponto revela uma estratégia de cooptação, ao deixar claro que organizações nacionais e regionais não seriam suprimidas, mas atuariam como parceiras desse projeto. Esta abordagem corresponde ao que Slobodian (2021) identifica como uma tática neoliberal de preservar formalmente instituições locais, mas esvaziá-las de sua autonomia

substantiva ao subordiná-las a uma lógica global predeterminada. Além disso, a afirmação de que cooperação mundial incentivaria o surgimento de novos organismos regionais sugere um modelo de desenvolvimento institucional de cima para baixo, no qual a diversidade organizacional seria tolerada se estivesse alinhada ao projeto global preestabelecido.

Ainda sobre a formação da IFAC, durante a apresentação do relatório da ICCAP na primeira sessão plenária do Congresso de Munique, Goerdeler (1977) comentou sobre os objetivos que seriam perseguidos pela federação proposta (fundamentados nas propostas realizadas pelo ICCAP). Como primeiro objetivo, ele menciona a uniformização de princípios contábeis e cita a atuação do IASC na tentativa de normatização internacional. Ele aborda sobre a autonomia que o IASC possui em relação à IFAC, porém ressalta que é desejável que estas organizações mantenham uma relação de proximidade. Afirmou ainda que o futuro demonstraria as alternativas encontradas por ambas em prol de uma atuação conjunta voltada para cooperação. Goerdeler (1977) também destacou os desafios enfrentados pelo IASC na implementação de suas normas, porém enalteceu o progresso substancial alcançado nos poucos anos de existência.

A forma como Goerdeler articula a independência do IASC enquanto, simultaneamente, sugere uma atuação conjunta exemplifica os mecanismos de poder discutidos por Trouillot (1995). Ao pronunciar oficialmente a independência do IASC em um debate público, como o Congresso de Munique, ele está reconhecendo e, ao mesmo tempo, neutralizando as tensões existentes. Este ato discursivo transforma um campo de disputa político-profissional (todas as divergências que precisaram ser negociadas entre IASC e ICCAP) em um fato pacífico e oficialmente registrado.

A técnica discursiva empregada pode ser compreendida à luz da noção de silenciamento proposta por Trouillot (1995), especialmente no que se refere à forma como a memória histórica é narrada por meio de discursos que atenuam seu potencial conflitivo. A leitura da narrativa de Goerdeler sob essa perspectiva evidencia como a suposta neutralidade técnica dos pronunciamentos sobre a organização da contabilidade internacional encobre operações sutis, porém profundas, de poder discursivo. Ao minimizar os conflitos existentes e enfatizar uma cooperação idealizada entre os atores envolvidos, Goerdeler desloca o foco da análise do presente para um futuro promissor, introduzindo uma noção linear de progresso que favorece uma concepção específica de desenvolvimento institucional, alinhada a determinados interesses hegemônicos.

Ainda sobre atuação e objetivos que uma organização internacional deveria perseguir, Goerdeler (1977) abordou a respeito do relacionamento que deveria haver com “os negócios” e a “ciência”. Nessa oportunidade Goerdeler apontou a atuação das universidades como primordial, pois os futuros profissionais receberiam boa parte de sua formação profissional nesses centros e por isso a IFAC deveria manter uma relação próxima com essas organizações. Quanto ao ambiente de negócios, ele pontuou que as soluções das questões com as quais a IFAC se envolveria giravam em torno da atuação das empresas que operam em economias nacionais. Desse modo, a IFAC deveria ter em mente que o contador atua tanto em atividade de consultoria como auditoria e que nessa relação também havia outras partes interessadas, como investidores ou público em geral. Portanto, as soluções propostas pela IFAC não deveriam atender aos interesses somente de uma das partes, mas sim do conjunto de atores envolvidos.

Quando Goerdeler atribui centralidade ao papel das universidades ele articula o que Peck (2010) identifica como subordinação dos espaços de produção do conhecimento. A escolha por mencionar as universidades não é acidental, pois reconhece o papel estratégico da formação profissional na universalização de uma determinada visão de mundo. Peck (2010) identificou que a atuação neoliberal na educação superior atuou convertendo um espaço de reflexão crítica em um aparato voltado à produção de capital humano alinhado às necessidades do mercado. Desse modo, a narrativa de Goerdeler pode ser interpretada como parte de um projeto mais amplo de subordinação da produção de conhecimento à lógica empresarial.

Além disso, ao apresentar a "consultoria", "auditoria", "investidores" e o "público em geral" como partes cujos interesses seriam conciliáveis através da expertise técnica da IFAC, Goerdeler (1977) despolitiza os conflitos existentes entre elas, ao tratá-los como desafios técnicos solúveis por especialistas. Contudo, essa narrativa silencia a assimetria fundamental de poder entre essas diferentes "partes interessadas" e a subordinação sistemática de certas vozes em favor de outras.

Ainda sobre a atuação da IFAC em prol de seu público, Goerdeler (1977) afirmou que havia uma sobrecarga de responsabilidade sobre o auditor, além de uma forte crítica pública à contabilidade, especialmente quando terceiros sofrem as consequências econômicas do mal desempenho de uma empresa que possuía contas auditadas. Para Goerdeler (1977) uma organização global, conforme se propunha a IFAC não poderia ignorar a pressão social sobre o trabalho do contador, e sem interferir nas questões internas de cada país, deveria garantir adequada formação profissional, ética e obediência às normas internacionais.

Assim, segundo ele, seria assegurado o adequado desenvolvimento da profissão contábil sem que houvesse intervenção nas questões econômicas internas de cada país. Porém, esse desenho estratégico voltado a não intervir nas questões econômicas internas, estava impregnado de um discurso que atuaria no desenvolvimento de uma nova subjetividade. As declarações de Goerdeler - sobre as responsabilidades do auditor, a pressão social e a não intervenção nos assuntos internos dos países - exemplificam os mecanismos discursivos pelos quais a reconfiguração institucional da profissão contábil, orientada pela ideologia neoliberal global, operou nesse projeto.

O destaque realizado por Goerdeler (1977) quanto a responsabilidade do auditor e sobre as críticas à contabilidade demonstram como questões políticas foram reconfiguradas como desafios técnicos. Tal fato pode ser interpretado como uma intervenção política que visa reconfigurar as relações entre Estado, mercado e sociedade. A proposta apresentada - que destaca que a utilização de normas elaboradas por uma organização supranacional não provocaria a intervenção nos assuntos privados dos países - ilustra o que foi evidenciado por Slobodian (2021) quanto às propostas neoliberais voltadas para criação de estruturas supranacionais que limitam a soberania econômica nacional, enquanto mantêm a aparência formal de autonomia política.

Além disso, a apresentação da melhoria da formação técnica e utilização de adequadas normas internacionais como solução para as críticas sofridas pela contabilidade e pela auditoria exemplifica a utilização de crises de legitimidade como oportunidades para expansão da jurisdição profissional, conforme debatido pela sociologia das profissões. Para além de uma mera organização técnica, essa proposição representa a introdução de uma tecnologia política voltada à produção de um novo tipo de profissional contábil – um sujeito que internaliza a racionalidade neoliberal, naturalizando seus pressupostos e operando como seu agente difusor em contextos locais diversos.

Esta dimensão produtiva do poder profissional foi debatida por Larson (1977) e Macdonald (1995), quando afirmaram que o poder não opera somente por meio do monopólio do conhecimento, mas fundamentalmente através da utilização de termos pelos quais a realidade econômica torna-se inteligível. Ao estabelecer padrões internacionais para a "adequada formação profissional" e "ética", a IFAC não está unicamente padronizando técnicas, mas sim, universalizando uma visão de mundo que privilegia certas relações sociais e econômicas em detrimento de outras.

Além disso, o enquadramento da globalização contábil como inevitável resposta técnica às necessidades do comércio internacional silencia eventuais alternativas historicamente presentes, conforme discutido por Trouillot (1995). Nesse sentido, a apresentação da IFAC como única resposta possível às pressões sociais constitui o silenciamento que Trouillot (1995) convida a identificar: na constituição da IFAC não foi realizada a negação explícita de eventuais alternativas, mas sua reconfiguração como utópicas, ineficientes ou tecnicamente inviáveis.

Desse modo, torna-se imperativo analisar detalhadamente a constituição formal da IFAC, permitindo compreender como os princípios e tensões identificados no período preparatório materializaram-se em estruturas institucionais concretas que continuam a moldar a prática contábil global contemporânea.

4.6 A Constituição da *International Federation of Accountants* (IFAC)

Nesta seção, será abordada a fundação oficial da IFAC, destacando as articulações que ocorreram nos "bastidores" de sua gênese. Para facilitar a compreensão, a seção será subdividida em temas. É importante ressaltar, entretanto, que os eventos descritos estão interconectados e não devem ser interpretados como etapas distintas do processo de constituição da IFAC. A apresentação da narrativa sob diferentes perspectivas visa enriquecer o entendimento sobre a história da fundação dessa organização. O primeiro tópico tratará dos membros fundadores, com ênfase nas organizações envolvidas nesse processo. Em seguida, será discutido o papel desempenhado pela ICCAP na constituição da IFAC. Por fim, será analisado o documento de constituição da organização.

4.6.1 Membros Fundadores

A IFAC (2022) em seu endereço eletrônico (Our Purpose) apresenta brevemente a história de sua formação, informando que esta ocorreu em 07 de outubro de 1977, na cidade de Munique, na Alemanha. Segundo Forster (1979), nesse dia, no hotel *Bayerischer Hol*, ocorreu a reunião dos chefes das delegações das organizações profissionais participantes do 11º Congresso Internacional de Contadores, na qual foi formalizada a criação da IFAC. Segundo ele, em seguida foi oferecido um coquetel de boas-vindas aos chefes de delegações presentes, promovido pelas organizações alemãs IDW, Instituto de Auditores da Alemanha, e *Wirtschaftsprüferkammer*, Câmara de Auditores.

Karl-Heinz Forster, presidente do 11º Congresso Internacional de Contadores e vinculado ao IDW, descreveu a fundação oficial da IFAC como a realização de um antigo desejo das organizações profissionais, visando a “harmonização e melhoria da contabilidade e

auditoria" (Forster, 1979, p.8), concretizando-se como uma associação de entidades profissionais de mais de 60 países.

As fontes apresentam dados divergentes sobre os números exatos da fundação da IFAC. Cowperthwaite (1979), primeiro vice-presidente da IFAC, relatou que "a constituição da IFAC foi assinada por mais de 72 órgãos de contabilidade de 55 países, representando mais de 700.000 contadores em prática pública e privada, educação e serviço governamental" (Cowperthwaite, 1979, p. i). Por outro lado, Goerdeler (1979) apontou que no dia 07 de outubro de 1977, 63 entidades profissionais de mais de 49 países assinaram o acordo de criação da IFAC. Por sua vez, a IFAC (2022) declara que 63 órgãos profissionais participaram como membros fundadores, agrupados por regiões: 6 da África e do Oriente Médio; 13 da Ásia; 4 da Oceania; 25 da Europa; 11 da América Latina e Caribe e 4 da América do Norte. As organizações foram catalogadas e analisadas quanto à sua natureza no Apêndice 2.

Segundo Goerdeler (1979), as respostas ao relatório preliminar enviado pelo ICCAP em março de 1976 foram analisadas e, na medida do possível, consideradas na elaboração da proposta final para a constituição da IFAC, apresentada em novo relatório do comitê em março de 1977 e enviado a mais de 99 organizações contábeis em todo mundo. Tal documento continha "a proposta final para a constituição da IFAC e para um acordo a ser assinado em 7 de outubro de 1977 em Munique" (Goerdeler, 1979, p. 7).

Essa proposta final, assinada em 7 de outubro de 1977, foi publicada na íntegra por Brennan (1979, p. 143-144). Nesse documento, é apresentada uma lista de apenas 50 organizações de 40 países (Apêndice 3), em divergência com os números relatados por Cowperthwaite, Goerdeler e pela própria IFAC atualmente. A Tabela 6 resume a relação dos países fundadores conforme extraída do comparativo dos Apêndices 2 e 3 cujas informações serão discutidas em seguida.

Tabela 6

Divergência Número de Organizações Fundadoras da IFAC

Fonte	Número de Organizações	Número de Países	Observações
Cowperthwaite (1979)	Mais de 72 órgãos	Mais de 55 países	Relato expansivo, sem confirmação documental.
Goerdeler (1977, 1979)	63 organizações	49 países	Relato no encerramento do Congresso, incluindo novas adesões.
Brennan (1979)	50 organizações	40 países	Baseado na Ata de Constituição de 7/10/1977.
IFAC (2022)	63 organizações	51 países	Versão oficial atual, já incluindo adesões posteriores.

Nota: Com base em Goerdeler (1977, 1979), Cowperthwaite (1979), Brennan (1979) e IFAC (2022)

Diante dessa comparação, percebe-se que a divergência não está apenas na quantidade absoluta de membros fundadores, mas também no momento adotado como referência para definir tal condição. A diferença entre as fontes pode ser explicada pelo fato de que a Ata de Constituição, assinada em 7 de outubro de 1977, contou com 50 organizações de 40 países. Nos dias subsequentes, durante a realização do 11º Congresso Mundial de Contadores, outras 13 organizações aderiram ao acordo, elevando o número final de membros fundadores reconhecido pela IFAC para 63 organizações de 51 países.

Esta interpretação é reforçada pela fala de Goerdeler (1977, p. 474) na sessão de encerramento do Congresso, ao afirmar que o documento constitutivo seria publicado "em breve" e que novas adesões estavam a ser processadas durante o evento. Isso indica que o acordo inicial continuava a ser um documento em formação e aberto a adesões imediatas. Portanto, a análise dos dados evidencia que o conceito de "membros fundadores" adotado pela IFAC incorporou não apenas os signatários do dia 7 de outubro de 1977, mas também as adesões realizadas durante o próprio Congresso de Munique, até o seu encerramento.

Esse caráter dinâmico do processo de adesão é evidenciado na tabela a seguir, que apresenta a distinção entre as organizações que assinaram o Acordo de Constituição da IFAC em 7 de outubro de 1977 e aquelas que se juntaram nos dias seguintes, até o encerramento do 11º Congresso Mundial de Contadores.

Tabela 7

Fundadores da IFAC: Acordo de Constituição x Ingressantes até o Final do 11º Congresso Mundial de Contadores.

Organizações Contábeis	País	Brennan (1979)	Site IFAC (2025)	Diferença
The Institute of Certified Public Accountants in Israel	Israel	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants of Nigeria	Nigéria	✓	✓	
*The Middle East Society of Associated Accountants (*ex-membro *IFAC)*	Egito	✓	✓	
*The National Council of Chartered Accountants (*atualmente *the South African Institute of Chartered Accountants)*	África do Sul	✓	✓	
*The Rhodesia Society of Chartered Accountants (*atualmente *The Institute of Chartered Accountants of Zimbabwe)*	Zimbábue	✓	✓	
*Hong Kong Society of Accountants (*atualmente *The Hong Kong Institute of Certified Public Accountants)*	Hong Kong	✓	✓	
Institute of Chartered Accountants of Pakistan	Paquistão	✓	✓	
Malaysian Institute of Accountants	Malásia	✓	✓	
Philippine Institute of Certified Public Accountants	Filipinas	✓	✓	
*Singapore Society of Accountants (*atualmente *The Institute of Certified Public Accountants of Singapore)*	Singapura	✓	✓	

Organizações Contábeis	País	Brennan (1979)	Site IFAC (2025)	Diferença
The Federation of CPA Associations of Chinese Taiwan	China	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants of Bangladesh	Bangladesh	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants of India	Índia	✓	✓	
The Japanese Institute of Certified Public Accountants	Japão	✓	✓	
*The Malaysian Association of Certified Public Accountants (*atualmente *the Malaysian Institute of Certified Public Accountants)*	Malásia	✓	✓	
*Australian Society of Accountants (*atualmente *CPA Australia)*	Austrália	✓	✓	
*New Zealand Society of Accountants (*atualmente *the New Zealand Institute of Chartered Accountants)*	Nova Zelândia	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants in Australia	Austrália	✓	✓	
*College National de Experts Comptables de Belgique (*atualmente *the Institut des Experts-comptables et des Conseils fiscaux)*	Bélgica	✓	✓	
Expert Accountants' Association of Turkey	Turquia	✓	✓	
Félag loggiltra Endurskoðend	Islândia	✓	✓	
*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer (*atualmente *FSR-danske revisorer)*	Dinamarca	✓	✓	
*Foreningen Auktoriserade Revisorer (*atualmente *FAR)*	Suécia	✓	✓	
Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland e.V.	Alemanha	✓	✓	
Institut des Reviseurs d'Enterprises	Bélgica	✓	✓	
Institute of Certified Public Accountants of Greece	Grécia	✓	✓	
Instituto de Censores Juradores de Cuentas de España	Espanha	✓	✓	
KHT-yhdistys - Föreningen CGR	Finlândia	✓	✓	
*Nederlands Instituut van Registeraccountants (*atualmente *the Nederlandse Beroepsorganisatie van Accountants)*	Holanda	✓	✓	
*Norges Statsautoriserte Revisorers Forening (*atualmente *Den norske Revisorforening)*	Noruega	✓	✓	
*Ordre des Experts Comptables et des Comptables Agrees (*atualmente *the Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts-Comptables)*	França	✓	✓	
Ordre des Experts Comptables Luxembourgeois	Luxemburgo	✓	✓	
*Schweizerische Treuhand-und Revisionskammer (*atualmente *Treuhand-Kammer)*	Suíça	✓	✓	
*The Association of Certified Accountants (*atualmente *the Association of Chartered Certified Accountants)*	Inglaterra e País de Gales	✓	✓	
The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy	Inglaterra e País de Gales	✓	✓	
The Institute of Certified Public Accountants in Ireland	Irlanda	✓	✓	
The Institute of Certified Public Accountants of Cyprus	Chipre	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants in England & Wales	Inglaterra e País de Gales	✓	✓	
*The Institute of Chartered Accountants in Ireland (*atualmente *Chartered Accountants Ireland)*	Irlanda	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants of Scotland	Escócia	✓	✓	
*The Institute of Cost and Management Accountants (*atualmente *the Association of International Certified Professional Accountants—CIMA)*	Inglaterra e País de Gales	✓	✓	
The Malta Institute of Accountants	Malta	✓	✓	

Organizações Contábeis	País	Brennan (1979)	Site IFAC (2025)	Diferença
*Asociación de Contadores de Venezuela (*ex-membro *IFAC)*	Venezuela	✓	✓	
*Federación de Colegio de Contadores Públicos de Venezuela (*ex-membro *IFAC)*	Venezuela	✓	✓	
Instituto Mexicano de Contadores Públicos, A.C.	México	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants of Jamaica	Jamaica	✓	✓	
*American Institute of Certified Public Accountants (*atualmente *the Association of International Certified Professional Accountants—CIMA)*	Estados Unidos	✓	✓	
Certified General Accountants Association of Canada	Canadá	✓	✓	
*The Canadian Institute of Chartered Accountants (*atualmente *Chartered Professional Accountants of Canada (CPA Canada)* após uma fusão em 2013 entre o *Canadian Institute of Chartered Accountants e CMA Canada.)*	Canadá	✓	✓	
*The Society of Management Accountants of Canada (*atualmente *CMA Canada Now recognized as Chartered Professional Accountants of Canada (CPA Canada)* após uma fusão em 2013 entre o *Canadian Institute of Chartered Accountants* e *CMA Canada.)*	Canadá	✓	✓	
The Institute of Chartered Accountants (Ghana)	Gana		✓	✓
Indonesian Institute of Accountants	Indonésia		✓	✓
Fiji Institute of Accountants	Fiji		✓	✓
*Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti (*atualmente *Consiglio nazionale dei Dottori commercialisti e degli Esperti contabili)*	Itália		✓	✓
Colegio de Contadores de Paraguay	Paraguay		✓	✓
Colegio de Contadores Públicos Autorizados de Panama	Panamá		✓	✓
Institute of Cost and Managements Accountants of Pakistan	Paquistão		✓	✓
*Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contadores del Uruguay (*atualmente *Colegio de Contadores, Economistas y Administradores del Uruguay)*	Uruguai		✓	✓
Federación Argentina de Colegios de Graduados en Ciencias Económicas	Argentina		✓	✓
Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	Brasil		✓	✓
Instituto Nacional de Contadores Públicos de Colombia	Colômbia		✓	✓
The Institute of Chartered Accountants of Trinidad and Tobago	Trinidad e Tobago			✓
*The Institute of Cost and Works Accountants of India (*atualmente *The Institute of Cost Accountants of India)*	Índia		✓	✓

Nota: Com base no site IFAC (2022, Our Purpose) e Brennan (1979).

Os dados apresentados na Tabela 7 evidenciam a liderança institucional dos países centrais na formação da IFAC, especialmente no que diz respeito à infraestrutura contábil consolidada, à capacidade de projeção internacional e à autoridade normativa. Entretanto, a presença de países periféricos não foi irrelevante, mas sua participação parece ter sido mais reativa do que propositiva — isto é, como aderentes a um modelo de governança profissional previamente desenhado no eixo transatlântico.

Tal constatação reforça a leitura de que a IFAC, mesmo sendo uma organização internacional, nasceu de uma lógica centro-periferia, reproduzindo desigualdades na produção e difusão de normas e padrões profissionais, sob influência dos interesses e práticas dos países economicamente dominantes. Essa perspectiva confirma a tese de Larson (1977) de que a profissionalização, longe de ser um processo neutro e técnico, constitui um projeto que consolida privilégios e perpetua desigualdades estruturais.

Além disso, as divergências documentadas entre as narrativas oficiais e os registros históricos sobre os membros fundadores da IFAC não podem ser consideradas como meras inconsistências administrativas. Esses elementos revelam como a construção da "história oficial" de organizações profissionais tende a obscurecer suas dinâmicas excludentes, em consonância com análise de Trouillot (1995) sobre o poder da construção narrativa. Por sua vez, Macdonald (1995) argumenta que este processo reflete estratégias de fechamento social, uma vez que, ao definir quem "pertence", reproduz hierarquias preexistentes e naturaliza exclusões.

Com intuito de aprofundar a compreensão sobre essas divergências e acessar fontes institucionais históricas da IFAC, foi realizado contato com a organização solicitando o acesso à Ata de Constituição original. Apesar da sinalização inicial de que os documentos poderiam ser disponibilizados, a solicitação foi negada, sem o fornecimento de qualquer comunicação oficial ou registro da fundação da entidade. A negativa da IFAC em fornecer a documentação oficial de sua constituição não invalida a análise proposta nesta tese, mas revela a importância da crítica às fontes e da reflexão sobre os mecanismos de produção da memória institucional.

Conforme argumenta Trouillot (1995), os silêncios não decorrem apenas da ausência de registros, mas também da seleção ativa sobre o que será lembrado, documentado e compartilhado. Neste caso, a recusa no fornecimento do documento original de constituição pode ser interpretada como parte dos limites impostos ao acesso e à construção da narrativa histórica, reforçando a necessidade de abordagens críticas que atentem para os processos de legitimação e silenciamento no interior das organizações globais.

A identificação das divergências relativas ao número de organizações fundadoras da IFAC não constitui, contudo, apenas uma questão factual ou documental. Essa análise revela aspectos fundamentais do processo histórico que culminou na formação da entidade. Em primeiro lugar, a multiplicidade de versões sobre o número de signatários evidencia que a criação da IFAC não foi um evento estanque, pontual e consensual, mas sim um processo político aberto, sujeito a negociações e adesões durante o próprio Congresso de Munique. Esse

dado confirma a tese central deste trabalho de que a internacionalização da contabilidade não resultou de um consenso técnico neutro, mas emergiu de disputas de interesses e de construções políticas historicamente situadas.

Em segundo lugar, as discrepâncias observadas entre a documentação da época e a narrativa institucional atualmente promovida pela IFAC indicam que a "memória oficial" da entidade foi consolidada posteriormente. Ao considerar 63 organizações como fundadoras, a versão atual promove uma imagem de maior consenso e representatividade, contrastando com o registro documental contemporâneo, que apontava apenas 50 signatários no momento da assinatura formal da Constituição.

Tal constatação reforça a percepção de que a memória institucional é também fruto de processos de legitimação simbólica e de construção estratégica da história. Tal fenômeno é coerente com a análise de Trouillot (1995), para quem o que é tornado silêncio na história não é o que falta aos registros, mas o que é ativamente produzido na narrativa histórica. A definição retroativa de 63 membros fundadores pela IFAC exemplifica como a memória histórica é moldada a posteriori, não apenas como recordação de fatos, mas como afirmação de poder e legitimação institucional.

Além disso, a análise crítica dessa divergência metodologicamente fortalece a abordagem adotada nesta investigação, em consonância com a orientação de Topolski (1976) quanto à necessidade de examinar as fontes históricas de maneira crítica e contextualizada. Mesmo documentos “oficiais” e discursos institucionais devem ser compreendidos como produtos de dinâmicas de poder, sujeitos a disputas interpretativas e reconfigurações ao longo do tempo.

Por fim, este episódio específico, aparentemente localizado, conecta-se diretamente ao argumento analítico mais amplo da tese: a formação de estruturas normativas internacionais na contabilidade foi, e continua a ser, profundamente marcada por acomodações, interesses e disputas. A discrepância documental sobre a fundação da IFAC constitui, assim, um microcosmo revelador da lógica que permeia a própria história da internacionalização contábil.

4.6.2 Entre Autoridade e Interesse: O Perfil dos Membros Fundadores

Com intuito de compreender melhor a formação da IFAC, foi realizada uma análise do perfil das organizações que são apontadas como suas fundadoras, sob a premissa de que a caracterização dos membros fundadores contribui para o entendimento da própria IFAC. Conforme apresentado no Apêndice 2, buscou-se identificar o perfil dessas organizações

contábeis, que compartilhavam a crença de que a criação dessa organização proporcionaria benefícios para a profissão contábil.

Assim, foi avaliado o papel desempenhado por essas organizações em seus respectivos países, por meio da verificação do foco de atuação, com intuito de responder a algumas inquietações: os membros fundadores da IFAC eram organizações nacionais da profissão contábil em seus países, ou seja, possuíam um perfil de autoridade "máxima" para aqueles que exerciam a profissão de contador? Ou eram organizações com atuação específica, dedicadas à defesa de interesses de um segmento particular de contadores?

Partindo de declarações como a de Cowperthwaite (1979, p. i) segundo a qual o principal objetivo da IFAC era o "desenvolvimento e o aprimoramento de uma profissão de contabilidade mundial coordenada" com atuação nas áreas de auditoria, ética, educação e desenvolvimento de órgãos regionais, torna-se relevante observar o perfil das organizações que participaram de sua fundação. Considerando que a auditoria foi expressamente incluída como uma das áreas prioritárias da IFAC desde sua origem, buscou-se analisar se as organizações formadoras eram organizações de auditoria, que defendiam os interesses de auditores ou representativas de empresas que prestavam serviço de auditoria.

Com base nas informações sistematizadas no Apêndice 2, a Tabela 8 apresenta um panorama geral do perfil institucional dos membros fundadores da IFAC. Em complemento, a Tabela 9 detalha o foco de atuação dessas entidades, permitindo uma melhor compreensão sobre o papel e o peso da auditoria na constituição inicial da federação.

Tabela 8

Resumo do Perfil dos Membros Fundadores apresentados no site da IFAC

Entidades Fundadoras IFAC	**Quantidade**	**Percentual**
Órgão Nacional da Profissão Contábil	32	51%
Entidades da Profissão Contábil	31	49%
Total	**63**	**100%**

Nota: Elaborado pela autora com base no Apêndice 2.

Tabela 9

Classificação por Foco de Atuação das Entidades da Profissão Contábil

Foco de Atuação	**Quantidade**	**Percentual do Total**
Foco em demais áreas da Contabilidade (Exceto Auditoria)	17	27%
Foco em Auditoria	14	22%
Total de Entidades da Profissão Contábil	**31**	**49%**

Nota 1: Elaborado pela autora com base no Apêndice 2.
Nota 2: Detalhamento das 31 entidades classificadas como "Entidade da Profissão Contábil" na Tabela 8.

Como pode ser observado na Tabela 8, das 63 organizações fundadoras 51% (cinquenta e um por cento) correspondem a órgãos nacionais da profissão contábil. Trata-se de entidades

com autoridade para regular o exercício da profissão em seus respectivos países (muitas vezes obtida por permissão legal) e que atuam na emissão de normas, na certificação dos profissionais, no estabelecimento de padrões de conduta e supervisão de atuação, entre outras atribuições. Por sua vez, as organizações classificadas como "Entidades da Profissão Contábil" são organizações representativas e relevantes em âmbito nacional, mas cuja atuação está voltada a segmentos específicos da contabilidade, como auditoria, contabilidade gerencial ou educação profissional.

Assim, 17 organizações fundadoras - ou 27% (vinte e sete por cento) das classificadas como "Entidade da Profissão Contábil" - atuavam em seus países em prol da valorização da profissão, dedicando-se a áreas como formação, treinamento, gestão, custos, contabilidade financeira, finanças públicas. Entre os 63 membros fundadores, 14 instituições tinham como foco exclusivo a defesa dos interesses da atividade de auditoria. Esses dados evidenciam que a IFAC surgiu como uma organização plural, que não possuía o apoio de somente um nicho da atuação contábil. Essa variedade de apoio recebido desde o início de sua formação pode explicar por que ela foi chamada de Federação Internacional de Contadores.

Conforme Sousa (2023), a palavra federação é derivada do latim e significa aliança ou pacto, representando uma organização política na qual diferentes partes, autônomas e independentes entre si, reúnem-se em prol de um objetivo comum, no entorno de uma estrutura que representará a todos os participantes na perspectiva do direito internacional. Portanto, essa nova organização será possuidora de "soberania" para representar no âmbito internacional os interesses comuns de seus membros. Em virtude dessa concepção formal, torna-se relevante compreender a escolha formativa da IFAC como federação, sob uma perspectiva crítica.

Ao constituir-se como federação internacional, a IFAC não apenas reuniu organizações contábeis diversas, mas estabeleceu um aparato institucional que permitiu o exercício de poder simbólico transnacional, legitimando determinadas práticas contábeis como universais (Harrington & Seabrooke, 2020). Como argumenta Trouillot (1995), essa construção institucional não é neutra, mas implica processos de silenciamento de perspectivas alternativas e formas de conhecimento contábil que não se alinham aos interesses dominantes. A federação, nesse contexto, funciona como tecnologia de governo, instrumentalizando a expertise contábil para impulsionar o projeto neoliberal de encapsulamento jurídico do mercado (Slobodian, 2021), sob a narrativa de cooperação técnica e representatividade global.

A pluralidade aparente dos membros fundadores, como demonstrado na análise anterior, mascara as assimetrias de poder e a predominância de interesses alinhados aos grandes

mercados financeiros, revelando a dimensão estratégica do projeto profissional transnacional (Larson, 1977) em curso na formação da IFAC, que buscava universalizar práticas contábeis favoráveis à expansão do capital global. A análise do perfil dos membros fundadores, quando interpretada à luz do quadro teórico adotado nesta tese, revela aspectos fundamentais sobre o caráter estratégico da formação da IFAC.

O estudo das características das organizações fundadoras da IFAC revela elementos importantes sobre o projeto de profissionalização transnacional em curso. À luz da perspectiva de Larson (1977), é possível interpretar a constituição da IFAC como uma estratégia de fechamento social articulada por organizações detentoras de expertise reconhecida em seus contextos nacionais, que buscaram ampliar sua autoridade para o plano internacional. O predomínio de órgãos nacionais da profissão contábil entre os membros fundadores reforça a dimensão normativa do projeto profissional, voltada para a legitimação simbólica da profissão e para a consolidação de padrões de atuação reconhecidos internacionalmente.

Simultaneamente, a significativa participação de organizações dedicadas à auditoria evidencia o alinhamento da IFAC com interesses específicos associados à proteção do capital e à preservação da confiança nos mercados globais, conforme destacado por Slobodian (2021) em sua análise sobre o encapsulamento jurídico do mercado pela ideologia neoliberal. A forte presença de entidades vinculadas à auditoria indica que, desde sua origem, a IFAC esteve inserida em dinâmicas mais amplas de organização do mercado internacional em torno de princípios de estabilidade, transparência e defesa dos direitos dos investidores.

Ademais, a pluralidade de perfis institucionais — abrangendo tanto reguladores estatais da profissão quanto organizações de nicho — pode ser compreendida como uma estratégia de construção de legitimidade simbólica, na qual a diversidade aparente de membros reforça a imagem de representação global e imparcialidade técnica. Como propõe Trouillot (1995), a construção da memória institucional da IFAC, a partir de uma narrativa de ampla adesão e consenso, atua como mecanismo de silenciamento das tensões e assimetrias que marcaram sua fundação, promovendo uma história oficial que oculta conflitos de poder e disputas de interesses no interior da profissão contábil globalizada.

A imagem de abrangência transmitida pela "federação plural" contribui para o ocultar o restrito grupo de interesse que coordena as articulações dessa organização e determina suas diretrizes estratégicas. Conforme discutido anteriormente, o grupo que debateu e articulou a IFAC era composto por organizações majoritariamente pertencentes ao centro do capitalismo, e quando houve "diversificação", essa foi pautada em força financeira, reproduzindo as

assimetrias estruturais do sistema internacional ao invés de desafiá-las (Larson, 1977; Macdonald, 1995). Esse cenário revela como a legitimidade discursivamente construída através de narrativas de representatividade global pode mascarar a persistência de hierarquias de influência que refletem e reforçam disparidades preexistentes no campo da governança contábil transnacional.

Assim, a análise do perfil dos membros fundadores confirma que a IFAC emergiu como produto de um projeto político-profissional complexo, no qual convergem estratégias de fechamento social, de proteção do mercado e de construção simbólica de legitimidade internacional, alinhadas com a racionalidade neoliberal que moldava as instituições globais no final do século XX.

4.6.3 O Brasil na Fundação da IFAC: Representatividade ou Estratégia?

Diante das limitações práticas, especialmente quanto ao tempo disponível, não foi possível analisar individualmente e em profundidade o perfil de todas as entidades signatárias do acordo de criação da IFAC (Tabela 7). Desse modo, foi feita a escolha por aprofundar o caso brasileiro, tanto pela relevância institucional para esta pesquisa, quanto pelo interesse em iluminar aspectos particulares do processo de formação da entidade. Esta escolha dialoga diretamente com os pressupostos metodológicos da micro-história, que valoriza a análise detalhada de cenários localizados e casos particulares como método para elucidar e compreender processos e estruturas de maior abrangência na sociedade (Levi, 2001; Burke, 2012). A escolha do Brasil também se justifica pelo fato deste trabalho ter sido conduzido em uma universidade brasileira, favorecendo uma abordagem mais cuidadosa dos elementos locais.

Desse modo, as evidências coletadas para esse trabalho demonstraram que a entidade brasileira participante foi o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), criado pouco tempo antes da assinatura do acordo de fundação da IFAC. A participação dessa organização jovem torna-se significativa quando se considera que nesse período existia uma organização reconhecida pelo Estado como reguladora da profissão contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pelo Decreto-Lei n° 9.295 de 1946 (Ibracon, 2007). O CFC era responsável pela certificação e supervisão dos contadores no país, sendo a inscrição nele condição necessária para o exercício legal da profissão. Por sua vez a atuação do Ibracon era setorial e focada nas necessidades dos auditores independentes e nas empresas sujeitas à regulamentação do mercado de valores mobiliários (Ibracon, 2007).

O Brasil ocupou posição de destaque no 11º Congresso Mundial de Contadores realizado em Munique, com uma delegação composta por 33 participantes vinculados ao Ibracon, conforme detalhado no Apêndice 1. Este expressivo contingente posicionou o país como a 18ª maior representação entre os 54 países presentes, demonstrando significativa participação brasileira neste evento internacional que reuniu 99 organizações contábeis. A presença do Ibracon ganha ainda maior relevância histórica ao considerar seu papel como uma das organizações fundadoras da IFAC, evidenciando a influência brasileira na constituição deste organismo internacional de contabilidade.

Este cenário suscita questionamentos fundamentais quando analisado sob a lente da micro-história: por que o Ibracon, entidade então recém-criada, representou o Brasil na fundação da IFAC, e não o CFC, organização consolidada e reconhecida pelo Estado como representante da profissão contábil brasileira? Esta peculiaridade aponta para possíveis tensões e disputas de poder no campo profissional contábil brasileiro que podem refletir dinâmicas semelhantes no cenário internacional. A ausência do CFC neste momento histórico sugere uma seletividade na representação profissional transnacional exercida pela IFAC.

Esta aparente contradição representativa conduz a interrogações mais profundas sobre a própria natureza e propósitos da IFAC: quais interesses específicos o Ibracon representava no cenário da internacionalização da profissão contábil? Em que medida estes interesses convergiam com os objetivos fundacionais da IFAC? A denominação "federação internacional de contadores", não representaria uma construção discursiva para ocultar, por meio de um jogo de palavras, uma "federação de auditores", de modo a não deixar explícita a orientação restrita que privilegiaria um segmento específico da profissão contábil? A análise do caso brasileiro, portanto, oferece elementos com potencial para demonstrar as complexidades, contradições e nuances que permearam a formação da IFAC.

Entre os anos de 1972 e 1977, o campo da auditoria no Brasil vivenciou intensos embates, tanto institucionais quanto ideológicos, que envolveram: a criação do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB); a influência das grandes firmas internacionais no mercado brasileiro de auditoria e um movimento de resistência dos contadores brasileiros, que por meio de denúncias e mobilizações buscavam preservar a soberania profissional para atividade de auditoria (Pfaltzgraff, 1972; Correio da Manhã, 1973; Braga, 1975). A simultaneidade desses acontecimentos revela as tensões entre a profissionalização da atividade e os interesses de grupos econômicos transnacionais, em um período que pode ser considerado como decisivo para estruturação da auditoria independente no país.

Na narrativa retrospectiva do Ibracon (2007), a criação do IAIB, em dezembro de 1971, representou um marco relevante para a história da auditoria independente no Brasil. Essa entidade, surgiu em um ambiente marcado pela fragmentação institucional, pois não havia coesão entre as organizações que atuavam em prol da atividade de auditoria, inclusive quanto à representatividade das demandas frente aos órgãos reguladores, como o Banco Central e o CFC (Alonso apud Ibracon, 2007, p. 69). Em virtude disso, houve uma articulação entre profissionais atuantes no mercado de São Paulo, voltada a criar um organismo que centralizasse as demandas dos profissionais de auditoria perante os órgãos reguladores e outras instâncias decisórias do mercado, de modo a construir uma imagem de atuação coordenada, como estratégia para alcançar legitimidade perante a sociedade, conforme discutido por Larson (1977) e Macdonald (1995).

Roberto Dreyfuss, considerado jovem e ainda inexperiente para negociações dessa magnitude, uniu forças a Emílio Bacchi, profissional experiente e amplamente reconhecido no meio contábil, com significativa vivência política e habilidade de negociação. Juntos, deixaram São Paulo e dirigiram-se ao Rio de Janeiro para avaliar a atuação do mercado de auditoria naquela praça e buscar alianças estratégicas que fortalecessem o movimento pela unificação da representação profissional (Dreyfuss apud Ibracon, 2007, p. 66-67). Essa iniciativa diplomática entre os diversos centros de influência da auditoria brasileira culminou em uma série de encontros entre lideranças do setor, resultando na fundação do IAIB – entidade que viria a se tornar precursora do Ibracon (Ibracon, 2007).

Contudo, a criação do IAIB não foi isenta de críticas e já no início de 1972 surgiram questionamentos quanto à legitimidade e aos reais interesses por trás da iniciativa. Um dos maiores críticos públicos dessa iniciativa foi o contador carioca Rogério Pfaltzgraff, que manifestou posicionamentos contundentes em artigos publicados ao longo da década de 1970 no jornal Tribuna da Imprensa. Para Pfaltzgraff (1972) o IAIB representava não apenas a fragmentação da classe contábil, mas também a abertura institucional para a atuação privilegiada de firmas estrangeiras no país. O cadastramento de auditores independentes promovido pelo CFC, já como resultado da atuação do IAIB em prol da atuação coesa e coordenada dos auditores, foi interpretado por Pfaltzgraff (1972) como a criação de uma "terceira categoria" dentro da profissão (que já possuía a divisão entre contador e técnico de contabilidade), enfraquecendo a unidade e a representatividade dos profissionais brasileiros.

A narrativa retrospectiva realizada pelo Ibracon e por Dreyfuss em 2007 apresenta uma perspectiva que contrasta com a visão expressa pelo contador Pfaltzgraff já no início de 1972,

sobre a formação do IAIB. Além de abordar questões sobre fragmentação da atuação profissional, o contador carioca procurou revelar silêncios ocultos na proposta de "coordenação" da atividade de auditoria, questionando os interesses subjacentes que davam suporte a essa iniciativa, inclusive problematizando sobre atuação de empresas estrangeiras de auditoria no mercado brasileiro.

Os questionamentos realizados por Pfaltzgraff iluminam uma perspectiva dos acontecimentos que foi silenciada na construção da narrativa oficial do Ibracon sobre sua memória institucional. Tal fato, evidencia de forma inequívoca a discussão desenvolvida por Trouillot (1995) sobre a atuação do poder na seleção dos eventos escolhidos para construção da memória histórica. Ao ressaltar a atuação supostamente proeminente e altruísta dos pioneiros, assim como a alegada relevância do IAIB no mercado de auditoria brasileiro, foram silenciadas vozes dissonantes que questionavam e confrontavam a ideia de harmonia propagada nessa apresentação retrospectiva realizada em 2007 sobre eventos ocorridos 35 anos antes.

Além disso, esses embates não representam meras divergências de opinião, mas demonstram as estratégias de fechamento social utilizadas no caso brasileiro, dedicadas a alcançar reconhecimento social e aumentar os ganhos econômicos a partir da conquista de status social privilegiado pela restrição do mercado, conforme foram discutidos por Larson (1977) e posteriormente desenvolvidos por Walker (1991, 1995, 2004). Esse episódio histórico da contabilidade brasileira revela não apenas a relevância do questionamento das narrativas institucionais hegemônicas, mas também a necessidade de reconhecimento dos processos de disputa, presentes nas estratégias de institucionalização de campos profissionais, especialmente quando envolvem interesses econômicos significativos e a influência de agentes internacionais em mercados nacionais em desenvolvimento.

A respeito da influência exercida pelas empresas internacionais de auditoria no Brasil, Pfaltzgraff (1972), assim como, o professor Luís Fernando Mussolini, diretor da Revisora Nacional S/C – Auditores Independentes, em matéria publicada no Jornal Correio da Manhã em 1973, realizaram críticas a atuação de empresas como *Price Waterhouse Peat & Co*., *Arthur Young & Co*. e *Boucinhas & Coopers & Lybrand* que estavam ocupando um espaço cada vez maior no mercado brasileiro.

Ainda sobre a atuação dessas empresas, em 31 de outubro de 1975, o jornal Opinião dedicou uma página inteira de seu caderno econômico a uma matéria assinada por Políbio Braga, que apresentava um panorama crítico sobre a atuação das empresas estrangeiras de auditoria no Brasil. O texto destacava o pronunciamento do deputado Elygio Meneghetti, que

questionava os processos de contratação de empresas estrangeiras pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). A reportagem ressaltava como as críticas do deputado foram prontamente endossadas por lideranças importantes do setor contábil gaúcho: Waldir A. Bronzatto, presidente do Clube dos Bacharéis em Ciências Contábeis, e Imberto Haag, presidente do Instituto de Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul (Braga, 1975).

Ambos denunciavam a ocorrência de prática discriminatória por instituições financeiras internacionais como as realizadas pelo *Inter-American Development Bank* (BID), *International Bank for Reconstruction and Development* (BIRD) e o *Export-Import Bank of the United States* (Eximbank), que condicionavam a liberação de empréstimos à auditoria realizada exclusivamente por empresas constantes em listas pré-aprovadas, das quais nenhuma firma brasileira fazia parte. Os dados apresentados na matéria revelavam a concentração do mercado brasileiro: as multinacionais de auditoria representavam aproximadamente 80% das firmas do setor e eram responsáveis pela auditoria de mais de 90% das empresas brasileiras (Braga, 1975). Esta constatação evidenciava o desequilíbrio na competição entre empresas nacionais e estrangeiras no mercado de auditoria.

Para ilustrar as tensões existentes nesse cenário, o deputado Meneghetti relatou um caso emblemático em que um auditor estrangeiro teria exercido pressão indevida sobre um auditor brasileiro durante a execução de trabalhos em um cliente comum. Tal exemplo foi utilizado pelo deputado para fortalecer sua argumentação sobre a necessidade da defesa da soberania nacional no campo da auditoria, propondo que a auditoria de demonstrações contábeis de empresas brasileiras fosse realizada exclusivamente por profissionais brasileiros habilitados e devidamente registrados nos Conselhos de Contabilidade.

O exemplo narrado exemplifica como o projeto neoliberal discutido por Peck (2010) e Slobodian (2021) se materializava concretamente no campo da auditoria. O cenário descrito, no qual entidades financeiras internacionais instituem condições para realização de operações financeiras, que nesse caso era a exigência de auditoria por empresas estrangeiras, configura-se como um instrumento típico da lógica neoliberal de dupla governança apontada por Slobodian (2021). Essa lógica promove, simultaneamente, a soberania dos mercados e o esvaziamento da autonomia dos Estados nacionais, estabelecendo uma hierarquia regulatória na qual entidades globais impõem padrões técnicos e operacionais com pouca ou nenhuma participação dos países periféricos.

Além disso, o domínio por empresas estrangeiras do mercado de auditoria no Brasil evidencia um quadro de assimetria estrutural que limita a concorrência e perpetua a

dependência tecnológica, normativa e econômica. Esse processo não apenas fragiliza a soberania nacional no campo da regulação contábil, como também reproduz uma lógica de exclusão profissional e epistemológica. Como discutido por Larson (1977), estabelece-se uma hierarquia entre os profissionais que reproduz, no âmbito da prática profissional, o cenário de dominação histórica exercida pelos países do centro do capitalismo. Adicionalmente, Peck (2010) argumenta que o neoliberalismo não se impõe apenas por meio de reformas econômicas, mas também por meio da disputa pelo domínio no campo das ideias, das práticas e das instituições. Nesse sentido, a auditoria contábil torna-se um campo estratégico de controle.

O caso relatado pelo deputado Meneghetti — em que um auditor estrangeiro exerce pressão sobre um auditor brasileiro — ilustra, de forma micro, a dinâmica de dominação que que está contida no plano macro das relações econômicas internacionais. A subordinação do auditor brasileiro, mesmo dentro do seu próprio território, representa uma manifestação simbólica e prática de um modelo que deslegitima o saber técnico nacional, atribuindo superioridade às práticas e instituições vinculadas ao norte global.

A crítica formulada por Meneghetti ao propor que a auditoria de empresas brasileiras fosse realizada exclusivamente por profissionais nacionais não deve ser interpretada como um apelo corporativista ou nacionalista. Trata-se, antes, de uma reação à lógica neoliberal que se apropria do saber técnico como ferramenta de dominação, esvaziando o conteúdo soberano das decisões econômicas e subordinando o interesse público ao capital transnacional. Nesse sentido, o episódio reportado pela matéria do jornal Opinião revela não apenas uma disputa de mercado, mas uma luta mais ampla pela afirmação da soberania profissional, econômica e política do Brasil em um contexto de crescente reconfiguração neoliberal da ordem global.

Ainda sobre a presença dominante de empresas estrangeiras no mercado de auditoria brasileiro, foram dirigidas duras críticas, especialmente no que diz respeito à sua legitimidade legal para operar no Brasil, à qualificação técnica dos profissionais por elas contratados e à possibilidade de ocorrência de práticas de “espionagem econômica”. Sobre essas perspectivas Pfaltzagraff (1976) levantou questionamentos sobre a legalidade da atuação desses profissionais estrangeiros no Brasil. Segundo ele, muitos desses auditores operavam por meio da conivência de brasileiros que atuavam como "testas-de-ferro", facilitando sua presença no mercado nacional.

Nessa mesma oportunidade, ele denunciou, com particular veemência, a baixa qualificação de estrangeiros que atuavam como auditores no Brasil, citando casos de dentistas bolivianos, chilenos e outros profissionais que não possuíam formação contábil em seus países

de origem. Pfaltzagraff (1976) considerou esse fato como exercício ilegal da profissão, cujo efeito era a usurpação do direito profissional dos auditores brasileiros. Mencionou ainda, que a *Price Waterhouse Peat & Co*. supostamente enviaria estudantes estrangeiros de primeiro ano para realizar auditorias no Brasil, o que ele considerava uma afronta à legislação brasileira, que reservava o exercício da profissão exclusivamente aos Bacharéis em Ciências Contábeis.

A narrativa apresentada por Pfaltzgraff (1976) dialoga com o conceito de fechamento social de Larson (1976), no entanto, o caso brasileiro demonstra uma atuação perversa das empresas de auditoria estrangeiras por meio da tentativa de inverter a restrição do mercado. Sob a perspectiva dos profissionais brasileiros havia a tentativa de fechamento social por meio da defesa da obrigatoriedade da formação contábil, do registro nos Conselhos de Contabilidade e da vedação ao exercício por estrangeiros não habilitados. Contudo, o caso narrado evidencia que as empresas multinacionais de auditoria operavam um contra fechamento. Este se manifestava pela abertura forçada do mercado nacional à atuação de profissionais e empresas estrangeiras, muitas vezes sem o devido atendimento às exigências formais impostas aos profissionais locais, conforme denunciado.

Essa lógica, simultaneamente, fragilizava o fechamento social buscado pelos auditores brasileiros, como também impunha uma nova hierarquia profissional, na qual os profissionais locais eram posicionados em condição de subalternidade. O relato de Pfaltzgraff (1976), ao denunciar a atuação de "testas-de-ferro" e de estrangeiros sem formação contábil, revela que o capital internacional não estava apenas dominando economicamente o setor, mas também colonizando o espaço profissional da contabilidade no Brasil.

O caso brasileiro se alinha à discussão realizada por Walker (1991, 1995, 2004) sobre a profissionalização contábil na Escócia e na Inglaterra, justamente no modo como as credenciais profissionais foram utilizadas como mecanismo de exclusão. No exemplo brasileiro pode ser observado um processo de fechamento às avessas, ou seja, de fora para dentro, pois as grandes firmas internacionais de auditoria exerciam pressão de modo que o mercado fosse reservado de acordo com seus interesses. Nesta empreitada, possuíam apoio de instituições financeiras globais como o BID, o BIRD e o Eximbank. Esse jogo de poder e influência, por vezes, desconsiderou ou tornou subalternas as normas e instituições profissionais brasileiras. Desse modo, analogamente ao ocorrido no Reino Unido, a construção do campo profissional foi atravessada por interesses econômicos e geopolíticos, contudo, no Brasil esses interesses operavam com uma lógica de dependência e subordinação, própria da inserção periférica do país no capitalismo global.

O cenário brasileiro do final da década de 1970 não envolvia unicamente as disputas e interesses relacionadas ao exercício da profissão de auditoria e das estratégias de fechamento social. Nesse período também aconteceram mudanças no ambiente regulatório, impulsionadas pela criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela promulgação da nova Lei das Sociedades por Ações (1976). De acordo com o Ibacon (2007) esses eventos conferiram ao IAIB, atualmente Ibracon, um papel estratégico na elaboração de normas e princípios de auditoria e contabilidade, pois, nesse período, houve ampla interação com a CVM, o que reforçou o papel estratégico desse Instituto como órgão técnico de referência, ampliando sua influência sobre as práticas profissionais no Brasil.

Entretanto esse papel desempenhado pelo IAIB e apresentado pelo Ibracon (2007) por meio de uma narrativa que ressalta o papel estratégico e o protagonismo dessa organização, demanda ser analisado no cenário brasileiro do ano de 1976, e não a partir de uma construção retrospectiva do passado como fez o Ibracon. Evidências documentadas em jornais como a Tribuna de Imprensa, Diário de Notícias e O Fluminense revelam que a influência exercida pelo IAIB junto a outras organizações como a CVM ocorreu em meio a disputas de interesses, controvérsias e denúncias.

Nesse sentido, Pfaltzgraff (1976) tornou públicas tensões que existiam no interior do IAIB, especialmente no que se refere à influência exercida por empresas multinacionais de auditoria sobre essa organização, bem como sobre a CVM e o conteúdo da Lei das Sociedades por Ações, publicada em 1976. Ele acusou o contador Manoel Ribeiro da Cruz Filho de defender os interesses da empresa *Price Waterhouse Peat & Co* no período em que ocupava o cargo de vice-presidente do IAIB. De acordo com a denúncia, o vice-presidente do IAIB atuava como agente dos interesses das empresas estrangeiras de auditoria ao se articular com intuito de inserir na legislação das sociedades anônimas um regramento que amparasse a atuação de tais entidades no Brasil. Na visão de Pfaltzgraff tal fato provocaria a marginalização dos profissionais brasileiros, especialmente dos auditores independentes pessoas físicas.

Essa denúncia foi reforçada alguns dias depois, quando em 29 de setembro de 1976 o jornal Diário de Notícias apresentou o teor de documentos que comprovavam que Manoel Ribeiro da Cruz era acionista da *Price Waterhouse* no Brasil. O problema não era o fato de um brasileiro ser sócio de uma filial de firma estrangeira, mas sim o fato de a *Price Waterhouse* ser a responsável por auditar as contas da empresa Denasa durante o período no qual Manoel Ribeiro da Cruz ocupava cargo de direção no grupo Denasa (Diário de Notícias, 1976). Esse fato desrespeitava as normas do Banco Central em virtude do conflito de interesses envolvido.

Esses elementos, apesar de publicamente documentados, não foram integrados às narrativas institucionais oficiais que celebram a história do Ibracon.

Nesse mesmo período também havia embates quanto ao projeto de lei que criava a CVM em virtude do conteúdo do artigo 24 que continha a exigência que as auditorias fossem realizadas exclusivamente por pessoas jurídicas. Essa questão fez com que o deputado Álvaro Valle criticasse o projeto de lei da CVM no Congresso Nacional. Conforme reportado em 11 de setembro de 1976 pelo jornal O Fluminense, o deputado fez um apelo ao líder do senado Petrônio Portella, para que fosse revista a redação do citado artigo. Segundo ele, a exigência de que auditorias fossem realizadas exclusivamente por pessoas jurídicas beneficiaria as grandes firmas internacionais, comprometendo a atuação dos auditores brasileiros autônomos, o que ele considerou como fragilização da soberania nacional no campo da auditoria (O Fluminense, 1976).

Os fatos narrados comprovam que a compreensão do Ibracon sobre a atuação do seu precedente IAIB como entidade relevante, inclusive por ser interlocutora junto à CVM, não pode ser analisada de forma descontextualizada das dinâmicas de poder que atuavam na década de 1970. Os eventos demonstram os interesses das firmas internacionais de auditoria no mercado brasileiro, inclusive por meio da tentativa de influenciar a legislação nacional, de modo a silenciar os questionamentos que elas sofriam por sua atuação, e tentativa de domínio, no mercado nacional. Esses fatos levam ao questionamento sobre a participação do IAIB como entidade signatária da IFAC, assim como, dos interesses que ambas as organizações defendiam.

O fato de o Brasil ter integrado a fundação da IFAC através de uma organização com questionável representatividade, não pelo fato de ser jovem, mas sim por não possuir legitimidade para representar a categoria contábil brasileira, seja por sua base restrita de associados ou pelos interesses restritos que defendia, suscita uma análise criteriosa. À época já existia no Brasil uma entidade legalmente reconhecida para atuar na defesa dos interesses dos contadores. Apesar disso, o CFC foi excluído como representante dos contadores brasileiros, e desse modo, a atuação do IAIB no ambiente regulatório não pode ser interpretada como mera disputa corporativa.

A escolha do Ibracon, e não do CFC, como entidade signatária, evidencia a fragmentação interna da profissão contábil brasileira naquele momento, especialmente no que tange à atuação dos auditores. O surgimento do Ibracon refletia a insatisfação de determinados segmentos da profissão, que buscavam diferenciação e reconhecimento específico para a

atividade de auditoria, ainda que tal distinção fosse contestada por muitos como uma tentativa de fragmentação indevida da profissão.

A assinatura do acordo por uma entidade recém-criada, de reconhecimento restrito e sem status oficial consolidado, ilustra a fragilidade institucional de parte significativa dos membros fundadores da IFAC. Este dado sugere que a construção da IFAC não se apoiou exclusivamente em entidades robustas ou amplamente legitimadas em seus países, mas incorporou também organizações emergentes, reforçando a leitura de que o processo de fundação envolveu negociações políticas, interesses estratégicos e uma construção posterior de memória institucional que buscou apagar tais fragilidades (Trouillot, 1995).

Diante dessas evidências, o caso brasileiro revela não só a influência das firmas internacionais de auditoria, mas sobretudo, abre espaço para o questionamento dos interesses de quais contadores a IFAC se dedicaria a defender. A não participação do CFC se apresenta não como sintoma, mas como causa, sugerindo que essa nova "federação" não atuaria em prol de todos os contadores, mas sim, dos auditores e das grandes firmas de auditoria. Essa disputa de poder revela a participação do Brasil em um movimento mais amplo de adequação da profissão contábil brasileira às exigências do capital transnacional e à lógica neoliberal que se consolidava no período, conforme debatido por Slobodian (2021).

Adicionalmente, a narrativa do Ibracon (2007) permite problematizar a construção das narrativas institucionais sobre a história da profissão, revelando o que Trouillot (1995) conceituou como silenciamento na recuperação dos fatos, quando são escolhidos quais eventos são dignos de serem contemplados na construção da memória histórica. O Ibracon ao privilegiar a versão da história voltada a enaltecer o protagonismo da organização que o precedeu, o faz por meio da eliminação, ou minimização, dos conflitos, embates e denúncias de subordinação, como elementos estruturantes daquele processo histórico.

Desse modo, a posição alcançada pelo Ibracon no cenário regulatório brasileiro, não foi baseada unicamente em questões técnicas, mas sim, resultado de uma complexa disputa de poder, sustentada por interesses nacionais e internacionais. A composição dessa organização decorreu de tentativas de fechamento social que reproduziam, no âmbito contábil, dinâmicas de dominação mais amplas, como a dependência estrutural brasileira no sistema capitalista global. Portanto, o episódio analisado demonstra que a disputa pelo mercado brasileiro de auditoria não foi apenas uma questão de concorrência de mercado, mas sim decorreu da tensão entre projetos de soberania profissional nacional e de domínio do mercado nacional por empresas estrangeiras.

Nesse cenário, os saberes, as práticas e os profissionais locais foram subordinados a um regime de validação externo, voltado ao atendimento dos interesses do capital transnacional e dos centros hegemônicos do capitalismo global. Desse modo, o conceito de fechamento social (Larson, 1977) se revela não somente como uma estratégia defensiva dos profissionais brasileiros, mas como um instrumento de resistência diante das ameaças à autonomia profissional, econômica e da produção do conhecimento na área contábil, diante da expansão do ideário neoliberal que reorganizava as práticas contábeis e a própria governança econômica no período (Harvey, 2014; Slobodian, 2021).

O caso brasileiro, portanto, exemplifica como o projeto de criação da IFAC, embora apresentado posteriormente como um empreendimento harmonioso e consensual, esteve permeado por disputas internas, fragilidades institucionais e tentativas de afirmação de legitimidade *ex post facto*. Esta observação reforça a necessidade de uma abordagem crítica sobre os processos de transnacionalização profissional, iluminando as tensões e contradições que acompanham a construção das organizações globais.

4.6.4 A Materialização da IFAC: Estrutura, Liderança e Prioridades Iniciais

A criação formal da IFAC representou, não apenas um ato formal no mundo jurídico, mas a representação efetiva de uma estrutura de poder, prioridades e agendas estratégicas voltadas a moldar a profissão contábil em âmbito global. A análise dos primeiros atos institucionais da IFAC, tais como a eleição dos dirigentes, a definição dos objetivos e a criação dos comitês permanentes e respectivos focos de trabalho, revela a operacionalização concreta do projeto de profissionalização transnacional discutido no referencial teórico dessa tese. Desde sua origem, a IFAC manifesta influência decisiva de atores vinculados às grandes firmas internacionais de auditoria, adicionalmente, a centralidade que o tema "práticas de auditoria" ocupou nos debates realizados na gênese e nos primeiros comitês da IFAC, confirmam o alinhamento dessa organização aos interesses do capital global e às lógicas de proteção do mercado, características do neoliberalismo emergente.

Conforme dito, foi na sexta-feira, 07 de outubro de 1977, que foi oficializada a fundação da IFAC, seguida da realização de um coquetel de boas-vindas organizado por duas organizações alemãs, o IDW e Câmara de Auditores, para os chefes das delegações participantes. Já no dia seguinte, no sábado 8 de outubro de 1977, ocorreram dois eventos oficiais: a primeira reunião do conselho da IFAC e uma conferência para a imprensa em virtude da formação da IFAC, realizados no *Hotel Bayerscher Hof* (Forster, 1978).

De acordo com Goerdeler (1979) na primeira reunião do conselho da IFAC foram eleitos os primeiros dirigentes. O conselho era composto de 15 representantes de órgãos membros, sendo os onze que formaram inicialmente a ICCAP e quatro novos eleitos que representavam organizações do Brasil, Dinamarca, Nigéria e Nova Zelândia. Nessa reunião também foram eleitos os dirigentes da IFAC, tendo sido Goerdeler eleito primeiro presidente e Gordon Cowperthwaite como vice-presidente. A escolha de dirigentes oriundos de organizações centrais na articulação da IFAC revela, conforme Larson (1977), a importância da liderança no projeto de profissionalização estratégica. A capacidade de controlar as posições de comando inicial é fundamental para orientar a definição dos padrões normativos e a delimitação dos campos de atuação reconhecidos como legítimos.

Nessa reunião também ficou definido que os trabalhos dessa organização estariam baseados em uma sede em Nova Iorque, porém com um grupo de trabalho enxuto, com poucos funcionários, de modo a assegurar a eficiência. Além disso, ficou acordado que a IFAC seria registrada, e teria sua sede legal, em Genebra na Suíça (Goerdeler, 1977). A escolha por Nova Iorque derivou da ampla negociação que envolveu os articuladores proeminentes desse período: Goerdeler pelo ICCAP defendendo a formação da IFAC e o inglês Benson que visava os interesses do IASC. Como discutido na seção 4.5, a escolha da sede envolveu ampla articulação política e financeira a respeito dos custos operacionais e logísticos. Além disso, a opção por Nova Iorque como sede operacional e Genebra como sede legal evidencia a preocupação dos fundadores em ancorar a IFAC em espaços jurídicos e financeiros estratégicos, condizentes com o projeto de proteção do capital global e institucionalização de mercados defendido por Slobodian (2021).

Goerdeler (1979) reconheceu que as expectativas em relação a uma instituição que reúne interesses de inúmeras organizações contábeis de diversas partes do mundo não poderiam ser imediatistas, pois essa convergência de interesses exigia tempo para articulação e negociação. Contudo, e apesar dos desafios reconhecidos, ele afirmou que a profissão contábil deveria possuir objetivos internos e externos para pautarem as suas ações no presente e no futuro. Para ele o objetivo externo de maior relevância era a harmonização de normas contábeis e de auditoria, pois dessa forma seria reconhecida a relevância da crescente interdependência financeira e econômica entre os sistemas nacionais ao redor do mundo.

A harmonização das normas contábeis e de auditoria, elencada como objetivo central, materializa a internalização pela IFAC da lógica neoliberal emergente, que vê a padronização como instrumento essencial para a livre circulação de capitais e para a integração dos mercados

globais (Peck, 2010; Harvey, 2014; Slobodian, 2021). Esse processo de harmonização pode ser interpretado como um movimento da contabilidade se adaptando ao neoliberalismo, uma vez que as práticas contábeis unificadas facilitariam o fluxo de capitais e investimentos transnacionais, elementos centrais da globalização econômica neoliberal.

Complementando a ideia dos objetivos externos da profissão, Goerdeler (1979) afirmou que o desenvolvimento da atividade de consultoria em gestão, de métodos de apuração de custos e de sistemas contábeis eram temas do interesse comum dos contadores. Quanto aos objetivos internos, ele afirma que a qualificação elevada dos contadores era crescente e já era uma realidade a maior disponibilidade de profissionais altamente qualificados desempenhando suas funções ao redor do mundo. Apesar disso, ele defendeu a existência de requisitos mínimos aceitos mundialmente para orientar a formação profissional continuada. Além disso, ele também atribuiu como objetivo interno o estabelecimento de diretrizes para prática de auditoria e padrões voltados para gestão da prática contábil.

Essa preocupação que envolve os objetivos internos, externos e a qualificação técnica revelam um complexo processo de fechamento social que transcende o impulso à especialização profissional elevada. A utilização de expressões como "qualificação elevada" e "requisitos mínimos mundialmente aceitos" representam uma estratégia de exclusão profissional (Macdonald, 1995) na qual a complexidade procedimental representa uma barreira ao exercício profissional, contudo, ela é disseminada como competência técnica. Essa articulação se alinha ao conceituado por Peck (2010) como gestão por auditoria, que funciona como mecanismo de controle no qual os "padrões" e as "diretrizes técnicas" operam como elementos disciplinares e hierarquizantes que ocultam o poder daqueles que os produzem.

Entretanto, Macdonald (1995) identificou que essa sofisticação de procedimentos não deriva necessariamente do entendimento que eles proporcionarão melhora do exercício profissional, mas, em verdade, atuam como estratégia de controle que objetiva, fundamentalmente, construir ou manter exclusividade profissional por meio da utilização de barreiras cognitivas. Sob esta perspectiva, pode ser observado como a narrativa da competência técnica oculta os mecanismos de poder e, conforme Trouillot (1995), converte decisões políticas, sobre inclusão ou exclusão do exercício profissional, em questões neutras baseadas em critérios "objetivos" de qualificação.

Contudo, Goerdeler (1979) advertiu que os objetivos internos e externos da IFAC não poderiam ter um fim em si mesmos, mas deveriam ser ferramentas que permitiriam que o objetivo principal fosse alcançado: proporcionar que as empresas, independente da forma

jurídica como eram estabelecidas, pudessem se adaptar às normas contábeis, usar esse processo como apoio e pudessem exercer o controle de suas operações por meio da atividade de auditoria. Ainda sobre o tema dos objetivos, a IFAC foi constituída com o objetivo geral de atuar em prol do desenvolvimento e melhoria de uma profissão de contabilidade mundialmente coordenada.

A fala de Goerdeler evidencia a centralidade atribuída à auditoria na atuação da entidade, ao escolhê-la como eixo articulador da contabilidade em escala global. Essa escolha revela a captura da contabilidade pela lógica da auditoria. Embora o uso do termo "contabilidade" no nome da organização remeta historicamente a um sistema de informação voltado ao controle econômico-financeiro em sentido amplo, a elevação da auditoria ao papel de coordenação global reconfigura essa dinâmica. Nesse processo, a contabilidade passa a ocupar uma posição subordinada à auditoria, invertendo a hierarquia tradicional entre essas práticas.

Essa proposição, aparentemente sutil, subordina funções próprias da contabilidade, como controle gerencial, contabilidade pública, ou contabilidade social, às demandas por padronização e certificação internacional que são próprias do mercado financeiro globalizado. Essa centralidade da auditoria reflete o que Peck (2010) identificou como gestão por auditoria que, ao estabelecer critérios de padronização e certificação, instrumentaliza a disciplina do mercado ao mesmo tempo que tornam homogêneas as práticas organizacionais. Desse modo, a tradição contábil construída ao longo da história é reduzida a um conjunto normativo voltado ao atendimento dos investidores e dos mercados de capitais.

A partir desse objetivo geral da IFAC, foram estabelecidos um conjunto de 12 pontos orientadores da atuação dessa entidade, que foram aprovados na assembleia de constituição da IFAC (Goerdeler, 1979; IFAC, 2022):

1. Formular diretrizes para serem utilizados como guias para as normas internacionais e de auditoria.

2. Estabelecer princípios essenciais que deveriam ter inclusão obrigatória nos códigos de ética dos organismos membros da IFAC, além de refinar ou detalhar esses princípios conforme necessário.

3. Avaliar a demanda e desenvolver iniciativas dedicadas à formação e qualificação profissional dos contadores;

4. Reunir, examinar, estudar e compartilhar informações sobre a gestão de práticas de contabilidade pública para apoiar os profissionais na condução mais eficiente de suas atividades.

5. Examinar, criar e divulgar técnicas e processos para gestão financeira e outras práticas gerenciais.

6. Realizar pesquisas adicionais de interesse dos contadores, como um estudo sobre as obrigações legais dos auditores.

7. Promover relações mais próximas com os usuários das demonstrações financeiras, abrangendo preparadores, sindicatos, instituições financeiras, indústrias, governos e outros grupos.

8. Cultivar relações positivas com organizações regionais e explorar a viabilidade de fundar novas, oferecendo suporte na organização e desenvolvimento.

9. Criar canais de comunicação regulares entre os membros da IFAC e organizações parceiras, com ênfase em um Boletim informativo da IFAC.

10. Promover e estruturar a circulação de informações técnicas, conteúdos educacionais, publicações profissionais e outros materiais gerados pelos organismos membros.

11. Estruturar e promover um congresso internacional de contadores a cada cinco anos, em média.

12. Trabalhar para expandir a adesão de membros à IFAC.

Dentre os pontos estabelecidos como compromisso de atuação da IFAC chama a atenção figurar logo no primeiro a preocupação com a atividade de auditoria, quando apresenta a normas de auditoria juntamente com as normas internacionais. O tema reaparece, novamente, no sexto ponto quando deixa claro que a responsabilização do auditor era um tema relevante e do interesse dos contadores. Contudo, a demarcação clara da auditoria dentre os pontos norteadores da atuação da IFAC não deve ser interpretada como mera exemplificação de uma possível atuação da contabilidade. A presença destacada da auditoria entre os objetivos centrais da IFAC, desde sua constituição, aponta para a hegemonia dos interesses das grandes firmas de auditoria no interior da organização, antecipando a lógica de captura institucional que seria observada nas décadas seguintes (Chiapello & Medjad, 2009; Loft et al., 2006).

Desde as conversas preparatórias para a criação do IASC, entre o final de 1972 e meados de 1973, já se discutia a inclusão das normas de auditoria na agenda da nova entidade. Benson, um dos articuladores do processo, defendia que esse tema fosse incorporado às discussões do IASC. No entanto, como apontam Camfferman e Zeff (2006), a mesma motivação que levava Benson a querer o envolvimento do IASC com a auditoria pode ter sido justamente o motivo pelo qual outros membros se opunham a isso. Isso porque o IASC foi criado no mesmo período que a ICCAP, e qualquer iniciativa do IASC no campo das normas de auditoria poderia ser vista

como uma ameaça aos esforços da ICCAP em consolidar uma federação internacional voltada especificamente para essa área.

Contudo, o inglês Benson possuía uma notável capacidade de negociação e articulação de suas ideias, conforme discutido por Camfferman e Zeff (2006), e ele não desistiu do tema da auditoria durante todo período que esteve à frente do IASC, até o ano de 1976. Mas nesse ponto, e apesar de todo esforço empregado, Benson não obteve coro para o fato de o IASC tratar sobre normas de auditoria. O ponto final para essa questão ocorreu em 1976 quando o então presidente do IASC Joe Cummings, após a saída de Benson, respondeu a uma consulta realizada pelo Comite de Basileia, cujo tema versava sobre normas contábeis e de auditoria para Bancos. Nessa oportunidade, foi afirmado que o IASC se envolveria somente com discussões relacionadas a questões contábeis. Depois da saída de Benson da presidência do IASC, e após a fundação da IFAC em 1977, não houve novamente qualquer sugestão de que o IASC se envolvesse com o tema "normas de auditoria" (Camfferman & Zeff, 2006).

No dia 08 de outubro de 1977, durante a primeira reunião do conselho da IFAC, foram formados sete comitês permanentes que possuiriam programas de trabalho voltados ao alcance do programa de doze pontos anteriormente comentado. Os membros desses comitês seriam representantes dos países membros e teriam mandato de 5 anos como forma de assegurar a continuidade dos trabalhos desenvolvidos. Os comitês permanentes criados na composição institucional da IFAC foram: (1) Práticas de Auditoria; (2) Educação; (3) Ética; (4) Congresso Internacional; (5) Contabilidade Gerencial; (6) Planejamento e (7) Organizações Regionais (Goerdeler, 1979). A estruturação da IFAC em comitês temáticos revela, como sugere Walker (1995), a necessidade de construir espaços de especialização e de fechamento técnico que permitissem legitimar a posição da profissão contábil no cenário internacional, ao mesmo tempo em que reforçavam hierarquias internas e a primazia de determinados segmentos, como o da auditoria.

Ao comentar sobre os objetivos e atuação de cada um desses comitês, Goerdeler (1979) atribuiu como principal objetivo do comitê de Práticas de Auditoria o desenvolvimento de diretrizes a respeito dos procedimentos de auditoria aceitos para elaboração de relatórios. Ele foi enfático ao afirmar que a aceitação dessas diretrizes era voluntária e que uma estreita cooperação desse comitê com o IASC era desejada, pois permitiria um alcance harmonioso dos objetivos de ambos. Porém, ao abordar sobre o funcionamento desse comitê, Goerdeler (1979) faz uma afirmação intrigante ao revelar que o comitê de Práticas de Auditoria teria um estatuto de comitê "superior" e teria autonomia para emitir e publicar diretrizes e normas sobre auditoria

sem a necessidade de aprovação do conselho da IFAC, pois este estaria resumido a aprovação unicamente do prefácio das publicações emitidas pelo comitê de Prática de Auditoria.

Ao abordar sobre esse ponto, Goerdeler (1979) não informou o porquê desse comitê, especificamente, possuir tamanha autonomia. Por qual razão era adequado, ou demonstrava-se potencialmente produtivo, que um componente de uma organização recém-formada possuísse autonomia em relação a esta, ou ainda, quais interesses norteavam essa escolha de formação. Esse panorama sugere que a autonomia delegada a esse comitê representava uma estrutura voltada a ocultar os verdadeiros centros de poder na governança contábil global: as firmas internacionais de auditoria. A formatação do conselho de auditoria com poderes independentes do próprio conselho da IFAC representa uma brecha estratégica estruturada para garantir o controle sobre a produção normativa sem as interferências características de uma governança institucional democrática e transparente.

Essa configuração formativa revela uma separação operacional entre legitimidade e poder, pois enquanto a IFAC possuía legitimidade externa por meio da constituição como uma federação internacional da profissão contábil, o comitê de práticas de auditoria, que legalmente se subordina à estrutura da IFAC, operacionalmente recebeu poder para atuar de forma autônoma. Essa escolha de estrutura organizacional demonstra uma forma sofisticada de dissimular a captura por interesses privados presente na moldura institucional da IFAC e, consequentemente, no processo de padronização internacional.

Essas estruturas desenhadas para proteger os interesses privados foram caracterizadas por Slobodian (2021) como pensadas para produzir o encapsulamento do mercado, produto da ideologia neoliberal. Essa estrutura também revela, à luz da análise de Trouillot (1995), como o poder presente na construção da narrativa "da organização que representa a classe contábil" - através de argumentos que destacam elementos neutros e técnicos - permite ocultar interesses privados que se materializam por meio da moldura institucional.

Brennan (1979) ao comentar sobre a formação da IFAC e sobre o que foi dito por Goerdeler (1979) destacou que um ponto importante na análise da IFAC era compreender o quão democrática sua constituição foi efetivamente. Segundo ele, o nível de influência que cada organização membro poderia exercer em reação às atividades desenvolvidas pela IFAC era uma característica fundamental para entender se essa nova organização se moldava ao estilo de um cartel ou se seu conselho possuía uma representação mais democrática.

Sobre esse ponto, Brennan (1979) interpretou o modelo adotado pelos organismos fundadores da IFAC como parcialmente democrático, pois ao mesmo tempo que a IFAC não

poderia ser classificada como integralmente democrática ela também não poderia ser interpretada como uma organização ancorada em princípios ditatoriais ou autoritários. Esse diagnóstico do perfil da IFAC tem fundamento na forma escolhida para eleger os membros do conselho de administração da organização, pois ficou definido que, pelo menos nos primeiros 10 anos, o conselho seria formado a partir de um grupo restrito de países em detrimento de uma escolha livre entre os membros da IFAC.

Segundo essa perspectiva, os países privilegiados eram aqueles que desempenharam um papel central na ICCAP e atuaram ativamente para a criação da IFAC. No entanto, no modelo inicialmente adotado, o conselho da IFAC seria composto por membros permanentes, não eleitos, e por quatro membros adicionais escolhidos por votação aberta entre os demais integrantes. Foi a esse arranjo que Brennan (1979) se referiu ao classificar a IFAC como uma organização "não completamente democrática". A partir do contraste entre essa crítica de Brennan e os relatos de Goerdeler (1977; 1979) sobre a reunião do conselho da IFAC em 8 de outubro de 1977, é possível identificar quem eram os membros fixos e os eleitos naquele momento.

Os membros fixos eram os membros da ICCAP, portanto: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e Irlanda (considerados como um só), Holanda, Estados Unidos, Japão, México, Índia e Filipinas. Esses integrantes tinham lugar garantido no conselho da IFAC, pelo menos durante os 10 anos iniciais, cuja opção Brennan (1979) considerou como arbitrária. Por sua vez, os membros do conselho da IFAC escolhidos de forma democrática foram: Brasil, Dinamarca, Nigéria e Nova Zelândia.

Esta dinâmica formativa do conselho da IFAC, que assegurou poder a um grupo restrito de integrantes, evidencia as disputas por hegemonia na regulação contábil internacional e reflete o que Slobodian (2021) conceituou como ordem neoliberal supranacional, na qual os mecanismos regulatórios são transferidos para entidades privadas e tecnocráticas, distanciando-os progressivamente dos processos democráticos nacionais. A IFAC, desde sua fundação, demonstrava preocupação em projetar-se como entidade pluralista, dada a multiplicidade de organizações integrantes; contudo, não se observava genuíno compromisso com a estruturação desta organização diversificada sobre bases substantivamente democráticas.

Essa aparente contradição presente no discurso pluralista frente à estrutura organizacional construída para assegurar o controle de um pequeno grupo ilustra o argumentado por Trouillot (1995) sobre o silenciamento histórico presente na construção da narrativa. A ênfase dada na constituição da IFAC é sobre a perspectiva de uma organização plural, que desde

o nascimento, congregava os interesses de organizações contábeis presentes em todo o mundo. As narrativas e documentos oficiais são construídos para reproduzir essa versão da história, contudo as evidências demonstram que havia um mecanismo exclusivista de funcionamento, segundo o qual o controle era mantido em um pequeno grupo de pioneiros, em sua maioria de países do norte global.

O exemplo do conselho de administração da IFAC evidencia que o silenciamento da memória histórica operou em múltiplas dimensões. Um primeiro nível de silenciamento pode ser observado na naturalização da suposta superioridade técnica dos países com assento fixo, uma vez que não houve debate público sobre os critérios de composição desse grupo. Essa definição ocorreu no âmbito da ICCAP, orientada por critérios econômicos (conforme discutido na seção 4.5), mas foi posteriormente narrada como se derivasse exclusivamente de competências técnicas e domínio das "melhores práticas" contábeis. Esse modelo foi transferido para a estrutura da IFAC sem contestação. O segundo momento de silenciamento se expressa na tentativa de ocultar a arbitrariedade desse arranjo, apresentando-o como resultado de critérios objetivos e tecnicamente neutros.

Por fim o silenciamento operou na invisibilização das vozes excluídas representadas pela ampla maioria das organizações integrantes da IFAC e que seriam "democraticamente" escolhidas para ocuparem uma das quatro posições do conselho que não eram fixas. Essa composição institucional ilustra, no microambiente da governança contábil, o que Macdonald (1995) descreveu como dinâmicas excludentes que reproduzem desigualdades estruturais contidas na sociedade. Como demonstrado, a IFAC não se constituiu como um espaço neutro para coordenação profissional, mas sim como uma arena marcada por intensas disputas de poder e controle, na qual as assimetrias foram dissimuladas e materializadas por argumentos técnicos.

Nesse sentido, a garantia de permanência dada aos membros fixos institucionalizou de forma sofisticada a desigualdade estrutural, pois apesar do discurso afirmar que a IFAC era uma organização diversa, o desenho organizacional foi moldado para assegurar que as decisões fundamentais dessa entidade estivessem sob o controle do grupo que atuava para exercer domínio na contabilidade em âmbito global. Desse modo, o silenciamento (Trouillot, 1995) opera muito além da ocultação de interesses particulares, mas sobretudo, na produção ativa do esquecimento sobre a configuração institucional da IFAC. Como consequência disso, a posição de domínio dos países centrais na regulação contábil é reproduzida acriticamente como resultado natural decorrente da superioridade técnica e não como produto historicamente

construído, que reproduz elementos de dominação econômica e política, que se renovam através de novas formas institucionais.

Considerando essa dinâmica formativa inicial, que privilegiou um grupo restrito de países, surge a indagação se essa concentração de poder se manteve ao longo do tempo ou se foi gradualmente democratizada. Com o objetivo de verificar a persistência dessa influência dos países com posição fixa no conselho da IFAC, foi realizada uma investigação sobre os presidentes da organização desde sua fundação até os dias atuais. A análise concentrou-se nas trajetórias profissionais dessas lideranças, com o intuito de mapear os capitais simbólicos acumulados e entender como esses atributos operam no interior do campo profissional da contabilidade internacional.

Embora o recorte temporal da pesquisa esteja formalmente limitado ao XI Congresso Mundial de Contadores de 1977, a incorporação de dados referentes a presidentes posteriores amplia o alcance explicativo do estudo, ao evidenciar a persistência de mecanismos de consagração e reprodução de hegemonias institucionais. Sob a ótica foucaultiana, tais padrões de legitimação operam como parte de um regime de verdade que estrutura a governamentalidade contábil global, naturalizando a autoridade de determinados agentes e discursos enquanto silencia alternativas e dissensos.

Conforme explicado anteriormente, o momento de formação restringe a análise a uma única pessoa e a teia de relacionamentos que ela possuía, ao passo que a lista de todos os presidentes pode apresentar relações entre grupos de interesse que apoiaram a IFAC desde o início. As informações detalhadas sobre os 21 presidentes da IFAC, seus países de origem, e um breve currículo de atuação profissional são apresentados no Apêndice 3 - Presidentes da IFAC de 1977 a 2024. A Tabela 10 apresenta de forma resumida os dados dos presidentes da IFAC contidos no Apêndice 3.

Esses dados demonstram que os 5 primeiros presidentes da IFAC eram dos países que possuíam a condição de membro fixo no conselho da IFAC. Além disso, durante os treze primeiros anos, de 1977 até 1990, muito mais que o tempo do que os 10 anos fixados inicialmente, a pessoa que esteve à frente dessa organização pertencia a esse grupo de membros fixos. Em verdade, de 1977 até 2024 somente 6 presidentes da IFAC não pertenciam a esse grupo inicial de membros desde a ICCAP, dos quais somente três não tinham por origem países do centro do capitalismo global: Bertil Edlund que foi o sexto presidente e era da Suécia, Juan Herrera que foi oitavo presidente e era da República Dominicana, Fermín del Valle que foi o décimo terceiro presidente e era da Argentina, Göran Tidström que foi o décimo quinto

presidente e da Suécia, Dr. In-Ki Joo que foi o décimo nono presidente e era da Coréia e Asmâa Resmouki a vigésima primeira presidente e tinha por origem o Marrocos.

Tabela 10

Presidentes da IFAC de 1977 a 2024

Nº	Nome	País	Período	Atuação Profissional
1º	Reinhard Goerdeler	Alemanha	1977 - 1980	KPMG
2º	Gordon Cowperthwaite	Canadá	1980 - 1982	KPMG
3º	Washington SyCip	Filipinas	1982 - 1985	*SyCip Gorres* Velayo & Co (*Arthur Andersen & Co e Ernst & Youn*g).
4º	Robert May	Estados Unidos	1985 - 1987	*Arthur Andersen & Co*
5º	Richard Wilkes	Reino Unido	1987 - 1990	*Bolton Bullivant* (*Price Waterhouse*)
6º	Bertil Edlund	Suécia	1990 - 1992	*Öhrlings PwC*
7º	Peter Agars	Austrália	1992 - 1995	*KPMG Peat Marwick's Adelaide*
8º	Juan Herrera	República Dominicana	1995 - 1997	*KPMG Peat Marwick*
9º	Frank Harding	Reino Unido	1997 - 2000	*KPMG Londres*
10º	Tsuguoki Fujinuma	Japão	2000 - 2002	*Ernst & Young ShinNihon LLC*
11º	René Ricol	França	2002 - 2004	*Ernst & Young*
12º	Graham Ward	Reino Unido	2004 - 2006	*PricewaterhouseCoopers*
13º	Fermín del Valle	Argentina	2006 - 2008	*Deloitte Argentina*
14º	Robert Bunting	Estados Unidos	2008 - 2010	Sócio da *Moss Adams* LLP, foi presidente e CEO de 1982 a 2004 (considerada umas das 15 maiores empresas de contabilidade dos EUA - consultoria, auditoria, contabilidade e impostos).
15º	Göran Tidström	Suécia	2010 - 2012	PWC em Estocolmo
16º	Warren Allen	Nova Zelândia	2012 - 2014	*Ernst & Young*
17º	Olivia Kirtley	Estados Unidos	2014 - 2016	*Ernst & Ernst/Ernst & Whinney (agora EY)*
18º	Rachel Grimes	Austrália	2016 - 2018	*PricewaterhouseCoopers Sydney*
19º	Dr. In-Ki Joo	Coréia	2018 - 2020	Professor na Escola de Negócios da Universidade *Yonsei*, reitor do *University College* e reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade *Yonsei*
20º	Alan Johnson	Reino Unido	2020 - 2022	Diretor Executivo de Auditoria e Diretor Financeiro Unilever por mais 35 anos.
21º	Asmâa Resmouki	Marrocos	2022 - 2024	*Deloitte* e *Ernst & Young*

Nota: Com base no Apêndice 3.

Conforme apresentado no Apêndice 3 a pessoa que ocupava a função de vice-presidente em uma gestão era o presidente na gestão futura. Essa sistemática de escolha consta na Constituição da IFAC, logo no primeiro artigo da seção que versa sobre os regramentos e responsabilidades do presidente e vice-presidente (IFAC, 2022). Essa metodologia já era utilizada por outras organizações dessa época, como a AICPA, cujo estatuto continha a determinação que o vice-presidente de uma gestão seria o próximo presidente da entidade. O

Subcommittee on Reports, Accounting, and Management (1976) considerou esse método como um meio para garantir a continuidade e estabilidade dos grupos que exerciam influência no âmbito da AICPA.

Sob essa perspectiva, também pode ser notado que a esmagadora maioria dos presidentes da IFAC eram pessoas vinculadas a empresas de auditoria com atuação representativa em seus países. O primeiro presidente a romper esse fluxo foi o Dr. In-Ki Joo que foi o décimo nono presidente da IFAC e tinha por origem o ambiente acadêmico, tendo construído uma respeitável carreira em universidades da Coréia. Importante destacar que as pesquisas desse acadêmico tinham por foco a auditoria e deviam ser convergentes com a necessidade das empresas de auditoria. O outro presidente que também quebrou esse ciclo foi o inglês Alan Johnson, que também atuava com auditoria, porém em uma empresa, tendo atuado como diretor executivo de auditoria e diretor financeiro por mais de 35 anos. Alan Johnson foi vice-presidente da IFAC na gestão do Dr. In-Ki Joo, tendo essa sido a única gestão, de 2018 a 2020, na qual tanto presidente quanto o vice-presidente não tinham algum vínculo direto com alguma das grandes firmas de auditoria.

Durante os primeiros 41 anos da IFAC, de 1977 a 2018, seus presidentes e vice-presidentes foram, em grande maioria, profissionais com carreiras notáveis em empresas de auditoria em seus países de origem. Tais empresas tiveram participação no processo de expansão global das firmas multinacionais de auditoria, que proporcionou o surgimento das *Big Four*: KPMG, *Ernst & Young*, *PricewaterhouseCoopers* e *Deloitte*. Como também observaram Chiapello e Medjad (2009) no caso do IASB (antigo IASC), onde a maioria dos membros já havia trabalhado em alguma das *Big Four*, a IFAC refletiu uma tendência similar. De acordo com a Tabela 10, entre as 21 gestões da IFAC ao longo de 47 anos, 19 de seus presidentes e vice-presidentes tinham vínculos com as *Big Four*, sendo apenas 2 exceções a esse padrão.

Além disso, Loft et al. (2006) afirmaram que desde a fundação da IFAC em 1977 um pequeno grupo global passou a liderar mais de dois milhões de profissionais contábeis em todo o mudo. Chiapello e Medjad (2009) argumentam que as *Big Four* investem uma quantidade expressiva de recursos econômicos nos projetos de definição de normas contábeis, e considera essas empresas como as maiores financiadoras globais dessas iniciativas, além de serem as grandes responsáveis por assegurar que essas normas tenham aplicabilidade prática, ou seja, que saiam do "papel" e passem a ser refletidas nas demonstrações contábeis das empresas por elas auditadas. Tendo em vista o afirmado por Peck (2010) que a gestão por auditoria foi uma das formas pelas quais o neoliberalismo adentrou no funcionamento das organizações, o

envolvimento das *Big Four* nesse período de gênese da IFAC suscita um maior aprofundamento, e a sessão 4.8 dedica-se a suprir essa necessidade.

Os resultados apresentados nesta seção, voltados a discutir a estrutura, liderança e as prioridades da IFAC, evidenciam como a institucionalização desta organização representou um marco paradigmático na estruturação da governança contábil global. Este processo constitutivo, longe de configurar-se como politicamente neutro ou como resultado de uma evolução natural do campo profissional, emergiu de complexas negociações interinstitucionais. O processo que culminou no anúncio formal durante o 11º Congresso Internacional de Contadores caracterizou-se por disputas e resistências, delineando uma trajetória não-linear ao longo do tempo.

Contudo essa trajetória é apresentada como produto de um processo de "evolução natural" da profissão contábil, decorrente do poder do silenciamento presente tanto na construção da narrativa, como em sua difusão retrospectiva, conforme discutido por Trouillot (1995). Esse projeto profissional, no sentido discutido por Larson (1977) e Macdonald (1995), deriva de uma estratégia de reorganização profissional voltada a favorecer determinados seguimentos por meio de estruturas formais e excludentes. Conforme discutido, a IFAC não representou a totalidade dos interesses da profissão contábil, mas materializou um projeto neoliberal de domínio, que através da regulação contábil global converteu interesses corporativos privados em supostos padrões globais.

O constructo teórico elaborado na presente pesquisa demonstra que a racionalidade neoliberal opera mediante a edificação de instituições que deslocam o poder regulatório das esferas estatais para organismos supranacionais, assegurando a primazia dos interesses corporativos sobre os mecanismos regulatórios nacionais. Conforme evidenciado nesta análise, a IFAC desde o início já congregava uma quantidade expressiva de organizações, não tendo sido uma organização gradualmente desenvolvida que, ao longo do tempo, foi incorporando novos integrantes a partir do reconhecimento progressivo da relevância de sua atuação. Ao contrário, a articulação prévia desta entidade intencionalmente a projetou para reunir interesses de organizações contábeis das mais diversas regiões do mundo, conferindo-lhe legitimidade como representação verdadeiramente global.

Essa composição pluralista compôs o véu cuidadosamente articulado para ocultar a centralidade da auditoria na configuração institucional da IFAC, que se manifestou por meio de três aspectos fundamentais. Primeiramente, nos doze pontos programáticos que norteavam as atividades da organização, com significativa ênfase em questões relativas à responsabilidade dos auditores. Em segundo lugar, na criação do comitê de práticas de auditoria com status

privilegiado, dotado da prerrogativa de emitir posicionamentos sem necessidade de aprovação prévia pelo conselho da IFAC. Por fim, na resistência sistemática às propostas do representante inglês Benson para que o IASC também contemplasse a normatização de práticas de auditoria, não obstante a inexistência, à época, de uma organização global especificamente dedicada a esta temática.

Estes elementos evidenciam que, embora a IFAC formalmente apresentasse objetivos abrangentes como a padronização contábil, regulação profissional e estabelecimento de padrões éticos – sugerindo representar a totalidade da profissão contábil –, sua razão de ser fundamentava-se primordialmente nas questões atinentes à auditoria, com interesses setoriais específicos sendo apresentados como se correspondessem aos interesses do conjunto da classe contábil. Esses fatos sugerem que a narrativa da busca pelas "melhores práticas" sistematicamente oculta e silencia as dinâmicas de poder que se articulam para constituir uma organização como a IFAC, reafirmando a discussão empreendida por Trouillot (1995).

Conforme demonstrado na análise, a composição do conselho diretivo da IFAC foi estrategicamente articulada para manter o poder decisório sob controle de um grupo restrito, que já se articulava desde a constituição do ICCAP. A predominância deste grupo no conselho da IFAC não se limitou ao período inicial de dez anos previsto estatutariamente, mas perdurou ao longo de toda a existência institucional, considerando que apenas seis dos 21 presidentes da federação não pertenciam ao núcleo original que a integrou desde o ICCAP. A configuração final da IFAC como organização formalmente autônoma, porém substancialmente financiada e influenciada pelas grandes firmas de auditoria, assegurou que as normas contábeis globais fossem elaboradas em consonância com os interesses corporativos dessas entidades.

A análise documental corrobora este fenômeno ao demonstrar como os debates relativos à formação de uma organização contábil internacional foram significativamente influenciados por entidades privadas, notadamente as grandes firmas de auditoria e as associações representativas de seus interesses. A estreita relação entre a IFAC e os interesses das grandes corporações de auditoria foi evidenciada na Tabela 10, que demonstra como presidentes e vice-presidentes mantinham vínculos consolidados com a atividade auditorial, mediante carreiras construídas nestas organizações.

As evidências demonstram que, também na IFAC, o projeto profissional foi operacionalizado através de mecanismos excludentes que eliminaram da articulação atores que não estivessem alinhados aos grupos dominantes, tal como discutido por Macdonald (1995) e Walker (1991, 1995, 2004). No caso da IFAC esses mecanismos de exclusão podem ser notados

no predomínio de organizações dos países centrais do capitalismo, no privilégio dado à auditoria em detrimento a outras áreas de atuação da contabilidade, na padronização que se centrou no modelo anglo americano e voltado a suprimir tradições contábeis nacionais, assim como, no poder exercido de forma dissimulada pelas firmas multinacionais de auditoria.

Esse cenário ilumina como a contabilidade opera enquanto instrumento funcional ao sistema neoliberal, a partir da análise das relações entre a IFAC e a economia política global. Conforme destacado no estudo, a IFAC foi constituída sob o argumento fundamental da padronização normativa contábil para acompanhar a expansão das empresas multinacionais e a globalização dos mercados financeiros. Este raciocínio corrobora o que Peck (2010) denominou mecanismos auto perpetuadores do neoliberalismo: quando emergem problemas regulatórios, em vez de questionar os fundamentos do modelo, promove-se sua expansão mediante a criação de mecanismos adicionais de controle privado. Como argumenta Slobodian (2021), a resposta às falhas sistêmicas do neoliberalismo frequentemente materializa-se em mais neoliberalismo.

A IFAC, portanto, inscreve-se neste processo como componente estrutural, fortalecendo um sistema de regulação internacional predominantemente controlado pelo setor privado, distanciado dos mecanismos democráticos de controle social e alinhado aos interesses corporativos globais. Para atender a esse propósito, os registros institucionais da IFAC promovem a narrativa linear do processo de profissionalização, carregado da ideia de evolução, que sistematicamente oculta resistências, disputas e exclusões que marcaram sua formação. O poder do silenciamento contido no resgate da memória histórica, conforme Trouillot (1995), foi evidenciado na arbitrariedade reconhecida por Brennan, em 1979, ao avaliar o processo de escolha dos membros do conselho de administração, contudo, esse relato foi apagado da memória oficial, sendo substituído por explicações técnicas que envolvem competência ou tradição contábil.

Desse modo, a história institucional da IFAC foi reconstruída como consequência da inevitabilidade do avanço técnico diante da globalização dos mercados, ativamente ocultando os interesses privados dos atores que promoveram e se beneficiaram da padronização contábil em âmbito global. Sob essa perspectiva, o projeto neoliberal voltado ao deslocamento do poder regulatório para organizações privadas supranacionais, e materializado por meio da IFAC, é apresentado como alternativa natural das urgências técnicas que surgiram do avanço dos mercados globais e das corporações multinacionais.

4.7 Arquitetos da Governança Contábil Global: os Articuladores da IFAC e a Consolidação da Lógica Neoliberal

As evidências articuladas nessa tese são apresentadas com intuito de apresentar uma contra narrativa sobre a história da formação da IFAC, objetivando revelar que a fundação dessa organização, em 1977, não foi um evento isolado, mas sim, o resultado de articulações que envolveram múltiplos agentes, tanto institucionais quanto individuais, cujos interesses convergiam com a corrente neoliberal. Visando alcançar tal objetivo, e após o debate empreendido sobre organizações envolvidas (seções 4.4, 4.5 e subseções 4.6.2 e 4.6.3), torna-se oportuno discutir sobre a trajetória profissional dos indivíduos que atuaram na gênese dessa organização. Essa escolha analítica alinha-se ao debate de Beunza (2004), que defende que a investigação das interconexões entre indivíduos-chave permite compreender o processo de formação de uma entidade.

Conforme proposto pelo referido autor, este método analítico evidencia como os agentes individuais, interpretados como elementos de um conjunto de relações, exercem influência determinante sobre os processos de transformação institucional e, simultaneamente, reproduzem estruturas sociais estabelecidas. A análise de um indivíduo enquanto elemento de um contexto relacional permite compreender o "lugar" que ele ocupa na estrutura socioeconômica, além do potencial para demonstrar sua "visão de mundo", ou seja, sua orientação e posicionamento em relação às políticas vigentes. A análise conjunta desses elementos tem potencial de revelar quais interesses estavam presentes e foram negociados, quais eram convergentes ou divergentes e como todas essas questões foram articuladas para que se alcançasse a criação de uma organização global.

Sob esta perspectiva, indivíduos como Reinhard Goerdeler e Gordon Cowperthwaite, os primeiros a ocupar os cargos de presidente e vice-presidente da IFAC, não foram escolhidos para desempenhar relevante função organizacional de forma ocasional. Ao contrário, atuaram como mediadores em negociações complexas, que pelo disfarce da discussão técnica das práticas contábeis, asseguravam o alinhamento da nova instituição às exigências estruturais do capitalismo global em expansão. Por sua vez, o contador brasileiro Hilário Franco, representa o envolvimento de nações emergentes no sistema global de regulamentação. Conforme articulado ao longo deste trabalho, a IFAC foi estruturada para ser interpretada, desde sua gênese institucional, como uma entidade representativa de uma pluralidade de interesses.

Desse modo, esta seção examina criticamente as trajetórias profissionais e motivações ideológicas desses articuladores da IFAC, analisando como suas decisões e posicionamentos

estratégicos influenciaram a disseminação da racionalidade neoliberal nos campos da contabilidade e da auditoria em escala global. Com intuito de manter a clareza e fluidez argumentativa, primeiramente serão apresentadas as trajetórias profissionais desses três indivíduos (subseções 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.3) que, na sequência, serão avaliadas e articuladas com as teorias que fundamentam este trabalho, na subseção 4.7.4.

4.7.1 Reinhard Goerdeler: o Primeiro Presidente da IFAC

Nascido em Königsberg, Alemanha no ano de 1922, sua cidade natal atualmente corresponde a região de Kaliningrado, na Rússia. Filho de Carl Friedrich Goerdeler que fora prefeito de Leipzig, ativista antinazista e líder de um atentado ocorrido em julho de 1944 a Hitler (United States Holocaust Memorial Museum, s.d.). Depois desse evento, Goerdeler, sua mãe, Anneliese, e o restante da família foram detidos e mantidos como prisioneiros políticos (KPMG, 2005) e enviados para o campo de concentração de Dachau, na Alemanha (Wikipedia, s.d.). O pai de Goerdeler foi julgado e condenado à morte, tendo sido executado na prisão de Ploetzensee em fevereiro de 1945 (United States Holocaust Memorial Museum, s.d.). No final de abril de 1945, eles foram transferidos para o Tirol, junto com cerca de 140 outros prisioneiros. Ele foi libertado por forças americanas em 5 de maio de 1945 (Wikipedia, s.d.).

De acordo com Brennan (1979), Goerdeler era um auditor e sua formação acadêmica incluía bacharelado e mestrado pela Universidade de Heidelburg, além disso, também era formado em direito internacional pela Universidade de Manchester. No ano de 1953 ele ingressou na *Deutsche Treuhand-Gesellschaft*, empresa fundada pelo *Deutsche Bank* no ano de 1890 para função específica de cuidar dos investimentos de seus clientes nas ferrovias americanas. Quatro anos depois de ingressar nessa empresa ele já fazia parte do Conselho de Administração, e foi, por muitos anos, presidente (KPMG, 2008) e sócio-gerente (Brennan, 1979).

O trabalho de Goerdeler na *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* exigia que ele viajasse pela Europa para firmar parcerias com outras empresas, garantindo um melhor atendimento às demandas de seus clientes, ele atuava diretamente voltado para a necessidade de clientes internacionais (KPMG, 2008). Em suas viagens ele estabelecia pequenos escritórios da *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* e realizava acordos e alianças com empresas (KPMG, 2005). Foi executando essas atividades que na década de 1970 que ele conheceu Pieter Klynveld e a firma *Klynveld Kraayenhof & Co*, empresa especializada em serviços bancários e exportação, e atendia clientes holandeses que estavam expandindo seus negócios pela Europa e América do

Sul (KPMG, 2005). Desse encontro Goerdeler pode colocar em prática seu desejo de fundar uma estrutura mais formal para atender aos clientes não europeus da *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* (KPMG, 2008).

Norteado por esse objetivo estratégico, Goerdeler empreendeu esforços sistemáticos durante a década de 1970 para estabelecer uma organização contábil de abrangência internacional. Suas iniciativas culminaram na formalização de um acordo em julho de 1979, destinado à integração de sua empresa com a de Pieter Klynveld (KPMG, 2005). Conforme aponta Mulcahy (2023), a história de criação da KPMG revela o dinamismo das empresas contábeis e de consultoria, assim como da visão de negócios de seus fundadores. A gênese da KPMG remonta à constituição da empresa *Klynveld Main Goerdeler* (KMG) em julho de 1979, resultante da consolidação de três empresas: *Klynveld Kraayenhof & Co*. (KKC), *Peat Marwick Mitchell & Co*. e *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* (DTG) (Mulcahy, 2023). Nesse contexto, Goerdeler exerceu função primordial na concepção e estruturação da KMG, distinguindo-se por sua atuação proeminente no âmbito dos serviços profissionais em escala europeia. Sua influência foi determinante para viabilizar a posterior fusão que originou a KPMG em 1987. (Leland, 2024).

O período entre o final do século XIX e o início do século XX foi chamado de "era de ouro da contabilidade" pela KPMG (2005). Segundo ela, a influência da revolução industrial experimentada nesse período impulsionou o surgimento das principais firmas contábeis globais. Para ela esse cenário foi propício para que homens “visionários” tomassem a iniciativa de formar a *Klynveld Peat Marwick Goerdeler* (KPMG), cuja sigla condensa os sobrenomes dos quatro membros fundadores e atualmente faz parte das chamadas *Big Four* (Leland, 2024).

Goerdeler era um membro proeminente do instituto dos auditores alemães, o *Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland* (IDW) (Camfferman & Zeff, 2006), uma entidade voltada à defesa dos interesses de seus membros, que podem ser tanto os auditores pessoas físicas (*Wirtschaftsprüfer*) quanto as empresas de auditoria (*Wirtschaftsprüfungsgesellschaften*). Em seu site, o IDW afirma ser membro pleno e fundador da *Accountancy Europe*, da IFAC, membro pleno e institucional do *International Valuation Standards Council* (IVSC), e contribuem financeiramente para o IASB e IFAC (IDW, s.d.).

Goerdeler também foi presidente no período de 1973 a 1975 da Câmara de Auditores Independentes a *Wirtschaftsprüferkammer* (WPK), uma sociedade anônima de direito público alemã. No documento comemorativo de 60 anos dessa organização (1961 a 2021) foi apresentada a trajetória de Goerdeler e um pouco de sua atuação em prol dos auditores. De

acordo com esse documento, quando Goerdeler assumiu a posição de presidente da IFAC no Congresso em Munique ele era presidente consultivo da WPK. Acrescentam ainda que a WPK integrava os comitês de trabalho da IFAC, incluindo o Comitê de Ética, e que desde 1973 a WPK fazia parte do IASC, contribuindo para elaboração de diretrizes internacionalmente aceitas para a contabilidade (WPK, 2021).

Durante o evento comemorativo dos dez anos da Câmara de Auditores Independentes e da Lei dos Auditores Independentes, Goerdeler, que era membro do Conselho da WPK, fez uma fala enaltecendo o crescimento dos auditores independentes que integravam a WPK na Alemanha, que de 1961 a 1971, passaram de 1.600 para 2.630 Nessa ocasião Goerdeler destacou que a Lei dos Auditores permitia que auditores independentes realizassem seus trabalhos tanto na Alemanha, quanto no exterior. Segundo ele, essa lei permitia, além da colaboração profissional com estrangeiros qualificados, a decisão sobre quais grupos profissionais poderiam colaborar profissionalmente em solo alemão (WPK, 2021).

Nesse documento, a WPK (2021) relata que, durante o período no qual Goerdeler presidiu essa organização de auditoria alemã, ele já identificava uma lacuna de expectativas em relação ao trabalho do auditor independente. Conforme relato da WPK (2021), Goerdeler observou que o público esperava que o parecer emitido pelo auditor se referisse às condições econômicas futuras da empresa auditada, entretanto, esse não era o papel atribuído pelo legislador ao trabalho do auditor. Segundo a WPK (2021), essa divergência de expectativas também foi identificada pelas organizações de auditoria europeias que faziam parte do Grupo de Estudos (WPK, 2021).

Conforme demonstrado na seção 4.5, Goerdeler foi presidente do ICCAP de 1972 a 1977, atuando diretamente nas negociações pela criação da IFAC em 1977, da qual foi o primeiro presidente (Camfferman & Zeff, 2006). Também se dedicou a trabalhos acadêmicos e livros como: *Gesetzestexte (Einschließlich. Ausland), Allgemeine Einleitung, §§ 1-12 - Großkommentare Der Praxis (Hardback)*, publicado em 1975, cujo título em português pode ser traduzido para "Textos jurídicos (incluindo países estrangeiros), introdução geral, §§ 1-12 - principais comentários sobre a prática (capa dura)"; *Gesetz Betreffend Die Gesellschaften Mit Beschränkter Haftung (*GMBHG*)*, publicado em 1979, cujo título em português pode ser traduzido para "Lei Relativa às Empresas de Responsabilidade Limitada (GMBHG), entre outros.

No ano de 1995 Goerdeler juntamente com seus irmãos Ulrich Goerdeler, Marianne Meyer-Krahmer e Benigna Klemm decidiram fundar uma instituição de caridade com sede em

em Leipzig para homenagear os pais Carl F. Goerdeler e Anneliese Goerdeler (Carl und Anneliese Goerdeler-Stiftung, s.d.). Goerdeler faleceu aos 73 anos, no dia 03 de janeiro de 1996 na cidade de Frankfurt, na Alemanha (Wikipedia, s.d.).

4.7.2 Gordon Cowperthwaite: o Primeiro Vice-Presidente da IFAC

Nascido em Londres no ano de 1928, Gordon Hobbs Cowperthwaite iniciou na área contábil bem jovem, aos 15 anos de idade, no escritório londrino da empresa *Peat, Marwick, Mitchell & Co* (PMM). Sua trajetória na carreira contábil foi interrompida pelo serviço militar no Exército Britânico nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, ele retoma sua carreira na PMM, e aos 21 anos, no ano de 1949, recebe o título de Contador Público, *Chartered Accountant* (CA), pelo *Chartered Accountants of England & Wales*. No ano seguinte, casou-se com Jean Sutton em Londres, com quem teve três filhos (The Canadian Accounting Hall of Fame, 2021).

No ano de 1953 ele inicia uma transição em sua carreira da área de auditoria para consultoria e gestão. E com esse foco, no ano de 1954 com apenas 26 anos, foi transferido para o Canadá com intuito de fundar nesse país a divisão de consultoria de gestão da PMM. Durante dez anos, entre 1971 e 1981, ele foi sócio-gerente da *Peat Marwick Mitchell*, que nesse momento havia experimentado grande crescimento e figurava entre as oito maiores empresas contábeis atuantes no Canadá, com escritórios de costa a costa. Cowperthwaite também fez parte do grupo dos fundadores da *Canadian Association of Management Consultants* (CAMC) no ano de 1963, atuando diretamente na articulação por maior visibilidade e respeitabilidade dos consultores de gestão no Canadá (The Canadian Accounting Hall of Fame, 2021).

De acordo com Mellett (1988) a formação do CAMC partiu das iniciativas e conversas de um grupo de dez empresas que objetivavam melhorar o reconhecimento profissional dos trabalhos dos consultores em gestão que atuavam no Canadá. De acordo com o autor, no início desse mercado a maioria dos profissionais que se dedicavam a esse trabalho eram engenheiros industriais que, geralmente, por não entregarem os retornos esperados pelos industriais que os contratavam, eram vistos como enganadores. Consequência disso, o serviço de consultoria de gestão era visto com desconfiança pelos empresários, inclusive por esses não admitirem, por muitas vezes, que uma terceira pessoa pudesse oferecer conselhos ou orientações sobre como gerenciar adequadamente seus negócios.

Segundo Mellett (1988), Cowperthwaite considerava, nesses anos iniciais, o desenvolvimento da gestão canadense como “primitiva” e esse fator proporcionava um mercado

potencialmente lucrativo para os serviços de gestão e consultoria. Nesse período o trabalho de consultoria da PMM representava uma pequena parcela dos negócios de contabilidade dessa empresa. Apesar de Cowperthwaite ser um contador quando imigrou para o Canadá, sua recepção pelos "colegas" canadenses foi vista com desconfiança, em virtude disso, seu escritório de trabalho foi designado em um prédio distante da sede principal da empresa. Esse comportamento era resultado da desconfiança em relação aos trabalhos de consultoria e gestão, que também era partilhada pelos clientes, ilustrada pela narrativa de Cowperthwaite sobre quando foi expulso por um cliente ao chamá-lo para conversar (Mellett, 1988, p. 6).

Antes da formação oficial da CAMC em 1963 já havia uma inquietação partilhada e discutida entre figuras consideradas líderes da profissão nesse período e, mesmo não havendo uma organização formal, muitos deles, como Cowperthwaite da *Peat Marwick* e Macdonell da *Price Waterhouse*, discutiam a respeito de suas preocupações sobre a atuação de consultores não qualificados ou incompetentes (Mellett, 1988). Essas conversas foram avançando e no final de junho de 1962 representantes de seis empresas se reuniram no *Chateau Montebello*, um clube luxuoso a oeste de Montreal, para uma conversa sobre uma reunião de firmas dedicadas a estabelecer um conjunto de padrões que deveriam ser seguidos por aqueles que desejassem ser reconhecidos como Consultores Profissionais de Gestão (Mellett, 1988).

As empresas participantes iniciais foram: *Woods Gordon* cujo diretor era Geoff Clarkson, *P.S. Ross* representada por seu diretor Gerald Fisch, *Peat Marwick e Mitchell* representada por Gordon Cowperthwaite, *Urwick Curric* representada por George Currie, *Riddell Stead* representada por J. F. Toller e *Price Waterhouse* representaada por J. J. Macdonell. A esse grupo inicial foram adicionadas mais quatro empresas que atuavam com consultoria: *Stevenson & Kellogg* representada por Ken Belbeck, *Leetham Simpson* representada por James W. Simpson, *Associated Industrial Consultants* representada por R. O. Lumsden e *PA Management Consultants* representada por F. S. Collins (Mellett, 1988).

No período de 1967 a 1968 Cowperthwaite atuou como presidente dessa organização, tendo sido o quinto desde a fundação da CAMC, agindo em prol de ampliar o espaço de trabalho para consultoria e gestão dentro da profissão contábil no Canadá (Mellett, 1988). Também nesse período Cowperthwaite liderou os trabalhos do Comitê Especial do Instituto Canadense de Contadores Públicos (CICA) voltado a examinar o impacto do processamento eletrônico de dados na profissão contábil, os resultados desse trabalho foram publicados no ano de 1967 em um relatório (The Canadian Accounting Hall of Fame, 2021).

No período de 1977 a 1978, Cowperthwaite assumiu, com 49 anos de idade, a presidência da CICA tendo sido, até esse momento, o presidente mais jovem desde sua constituição no ano de 1902 (The Canadian Accounting Hall of Fame, 2021). Conforme apresentado no Apêndice 3, no período de 1977 a 1980 ele também ocupou o cargo de primeiro vice-presidente da recém-criada IFAC, durante a gestão de Goerdeler, e de 1980 a 1982, foi o presidente da IFAC, atuando diretamente na gestão dessa organização desde o início de sua formação. Apesar de ser londrino por origem, o *Canadian Accounting Hall of Fame* (2021) afirma que Cowperthwaite foi o único canadense a ocupar o cargo de presidente da IFAC.

Durante os primeiros 5 anos de existência da IFAC, Cowperthwaite fez parte do *Joint Working Party* (JWP), um grupo de trabalho que tinha por missão articular a integração entre a IFAC e o IASC. Assim, era composto inicialmente por integrantes da IFAC, Goerdeler e Cowperthwaite, e do IASC, John Hepworth e John Grenside (Camfferman & Zeff, 2006). Porém as negociações a respeito dessa integração entre IASC e IFAC não foram fáceis, e demandaram muita articulação, conforme apontam Camfferman e Zeff (2006, p. 200). Cowperthwaite teria afirmado a Hans Burggraaff, contador holandês vinculado ao NIVRA, e que foi presidente do IASC de 1980 a 1982, que o que se objetivava na fusão entre IASC e IFAC era algo semelhante a um camaleão, com isso, aqueles que desejassem ver que ambas as organizações estavam unidas, teriam êxito nessa perspectiva. Porém, simultaneamente, deveria ser possível que aqueles que não quisessem enxergar a união entre essas organizações, dada a preferência pela separação das duas, também pudessem fazê-lo.

Para Turner (1983), Cowperthwaite era um ferrenho defensor da integração entre o IASC e a IFAC para que fosse alcançado real reconhecimento de que a profissão contábil era mundialmente unificada. Turner (1983) cita um trecho de uma entrevista concedida por Cowperthwaite a *C A Magazine* em julho de 1980, no qual afirmou que desde a formação do IASC, em 1973, havia o reconhecimento mundial deste como responsável pela elaboração de normas contábeis e que havia uma relação próxima com a IFAC. Porém, muitos membros da IFAC, em 1980, acreditavam que a profissão contábil deveria ter uma única voz no âmbito internacional, e por isso, desejavam a integração entre ambas as organizações, de modo a alcançar uma unicidade internacional para a profissão contábil.

No ano de 1980 ele também contribuiu para a formação da *Canadian Audit and Accountability Foundation* (CAAF), organização comprometida com a promoção e o aprimoramento da auditoria de desempenho no setor público, assim como, com a supervisão e a prestação de contas, tanto no Canadá quanto em outros países. Atuou como presidente dessa

organização durante 10 anos, no período de 1983 a 1993. Por ter contribuído para fundação de três organizações, CAMC, IFAC e CAAF, Cowperthwaite é considerado um profissional com atuação marcante tanto na profissão contábil do Canadá, quanto em nível internacional (Canadian Accounting Hall of Fame, 2021).

No ano de 1981 Cowperthwaite assumiu a presidência da *Peat Marwick International,* e exerceu esse cargo até 1987, quando desempenhou a supervisão dos trabalhos exercidos nos mais diversos países por essa empresa. Ao longo de sua carreira, Cowperthwaite recebeu algumas homenagens, como no ano de 1989, quando recebeu o Prêmio de Mérito Excepcional do *Institute of Chartered Accountants of Ontario* (ICAO), considerada a homenagem de maior prestígio oferecida por esse Instituto. Em 1978 recebeu o título de Doutor Honorário pela *McGill University,* em razão das contribuições por ele realizadas à profissão contábil canadense e internacional. Em 1997, durante o XV Congresso Mundial de Contadores, tornou-se a segunda pessoa a receber o Prêmio Robert Sempier da IFAC, oferecido como forma de reconhecimento a sua contribuição à profissão contábil ao longo dos anos. No ano seguinte, em 1998, Gordon Hobbs Cowperthwaite faleceu aos 69 anos (Canadian Accounting Hall of Fame, 2021).

4.7.3 Hilário Franco: O Contador Brasileiro na Construção dos Alicerces da IFAC

O contador e auditor brasileiro Hilário Franco integrou o grupo de trinta e três profissionais vinculados ao IAIB que participaram do Congresso de Munique em 1977. Conforme evidenciado na Tabela 7, o Brasil faz parte das nações fundadoras da IFAC, tendo formalizado sua adesão durante o período compreendido entre 07 e 14 de outubro de 1977, no decorrer do 11º Congresso Mundial de Contadores. A IFAC, em seus registros oficiais, reconhece o Brasil como um de seus países fundadores, atestando a importância da participação brasileira neste marco histórico da contabilidade internacional (Forster, 1978).

A participação de Hilário Franco transcendeu significativamente o papel de um congressista convencional entre os 3.567 profissionais oriundos das 99 organizações contábeis presentes no evento. Franco assumiu uma posição de destaque na estrutura organizativa do congresso, atuando como líder de um dos grupos temáticos de discussão durante os dias 13 e 14 de outubro de 1977. Sob sua coordenação, desenvolveram-se os trabalhos do grupo dedicado à "contabilização de flutuações no valor monetário", conduzidos em língua inglesa (Forster, 1978). Esta designação para uma função de liderança evidencia o reconhecimento internacional de sua expertise e confere particular relevância à representação brasileira no evento.

A estrutura organizacional do congresso contemplava grupos de trabalho criteriosamente divididos por eixos temáticos e idiomas de discussão. Estes grupos abordavam questões fundamentais para o desenvolvimento da contabilidade internacional, incluindo: contabilização de flutuações no valor monetário; custos de desenvolvimento e pesquisa em contabilidade; tratamento contábil dos impostos sobre a renda nas demonstrações financeiras; alinhamento entre contabilidade, planejamento e propósitos empresariais; a função consultiva do contador na gestão organizacional; métodos de contabilização de investimentos (incluindo equivalência patrimonial); e o desenvolvimento de princípios contábeis internacionais em conformidade com as diretrizes do IASC. As discussões técnicas eram conduzidas em quatro idiomas oficiais: inglês, alemão, francês e espanhol, refletindo a amplitude internacional do evento (Forster, 1978).

O aparato organizacional dos grupos de trabalho mobilizou um contingente de 395 profissionais, dos quais 192 exerceram funções de liderança, enquanto os demais atuaram como vice-líderes. A análise da composição geográfica deste corpo de coordenadores revela uma significativa concentração de poder: 76% dos envolvidos na organização dos grupos de trabalho (301 pessoas) eram provenientes de apenas oito países: Alemanha, Grã-Bretanha, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Holanda, França e Japão. Os demais coordenadores distribuíam-se entre 21 países, incluindo Nova Zelândia, Dinamarca, Bélgica, Espanha, Itália, Suécia, Áustria, Irlanda, Noruega, Suíça, África do Sul, México, Índia, Hong Kong, Argentina, Brasil, Chile, Iraque, Israel, Nigéria e Paquistão. Não obstante esta assimetria na distribuição quantitativa de representantes, todos os países mencionados contavam com pelo menos um profissional exercendo função de liderança em algum dos grupos temáticos, o que garantia uma representatividade mínima na condução dos debates técnicos que moldariam os rumos da contabilidade internacional (Forster, 1978).

Em seu relato sobre a representação brasileira no Congresso de Munique, Franco (1993) fornece importantes detalhes sobre a estrutura organizacional e a contribuição substantiva da delegação. De acordo com Franco, o contador João Verner Juenemann, exerceu a função de secretário do grupo de trabalho do qual ele atuara como líder, evidenciando a organização formal da participação brasileira. Um aspecto particularmente significativo foi que, nesse grupo, houve a apresentação de um texto técnico elaborado pelo contador brasileiro Thomaz G. Summer, que também participou ativamente das sessões deliberativas, contribuindo para as discussões por meio da exposição de suas ideias e proposições teórico-metodológicas.

A amplitude internacional do debate foi expressiva, conforme documentado por Franco (1993), que registrou a presença de representantes de vinte e quatro nações nos grupos de estudo liderados pelos brasileiros. Esta diversidade geográfica e cultural incluía países de todos os continentes, com participantes da África do Sul, Austrália, Alemanha, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Escócia, Egito, França, Finlândia, Holanda, Israel, Índia, Irlanda, Indonésia, Inglaterra, Hong Kong, Japão, Iraque, México, Nova Zelândia, Cingapura e Venezuela. Tal abrangência demonstra a relevância internacional da temática abordada e o caráter verdadeiramente global do congresso.

No que concerne à recepção das propostas brasileiras, Franco (1993) observou uma interessante dicotomia nas reações dos participantes internacionais ao modelo brasileiro de contabilização das variações do poder aquisitivo da moeda. Este modelo suscitou simultaneamente sentimentos de admiração e ceticismo entre os congressistas. Esta reação ambivalente pode ser compreendida no contexto do desenvolvimento da contabilidade internacional da época: as nações consideradas detentoras de "sistemas contábeis avançados" haviam, até aquele momento, limitado suas abordagens ao campo estritamente teórico, sem conseguir implementar soluções práticas para o problema da contabilização inflacionária.

O panorama global da contabilidade inflacionária caracterizava-se, segundo Franco (1993), por discussões de elevada complexidade teórica e proposições de modelos matematicamente sofisticados, porém desprovidos de aplicabilidade prática efetiva. Em contraposição a esta tendência, o modelo desenvolvido no Brasil, embora reconhecidamente contendo imperfeições conceituais e metodológicas, destacava-se por já estar efetivamente implementado no cotidiano contábil nacional. Esta característica pragmática conferiu ao modelo brasileiro atributos distintivos que foram reconhecidos internacionalmente: funcionalidade operacional, objetividade metodológica e viabilidade prática de implementação. Tais qualidades demonstravam uma abordagem brasileira que privilegiava a aplicabilidade sobre a perfeição teórica, contribuindo significativamente para o avanço da disciplina contábil em sua dimensão internacional.

A carreira internacional de Hilário Franco na contabilidade começou bem antes de sua notável participação no Congresso de 1977. Seu envolvimento com o IAIB remonta a 1957, quando se tornou membro da comissão de normas técnicas. Este engajamento inicial estabeleceu as bases para suas futuras contribuições internacionais. Suas habilidades de liderança foram reconhecidas quando foi nomeado presidente do IAIB de 1972 a 1980, período

durante o qual ajudou a elevar a posição do Brasil na comunidade contábil internacional (Franco, 1993).

Em 1971 participou da I Conferência de Contadores de Jerusalém, em Israel, e em 1972, Franco participou do X Congresso Internacional de Contadores em Sydney, Austrália, marcando o início de sua presença regular em eventos globais de contabilidade. Suas contribuições para o campo se expandiram a partir de 1968 quando ingressou como membro da *National Association of Accountants*, dos Estados Unidos, e na qual manteve participação até 1985. Em 1975 se tornou membro da *American Accounting Association*, mantendo esta afiliação até 1985. Nesse mesmo ano, representando os interesses do Brasil, Franco participou do Seminário de Investimentos Estrangeiros no Brasil, realizado na Áustria, com sua participação patrocinada pelo governo brasileiro. Este período também testemunhou o crescimento profissional de Franco quando se tornou sócio-diretor da *Deloitte, Haskins & Sells* em 1975, cargo que ocupou até 1987 (Franco, 1993).

O ano de 1977 marcou uma expansão significativa da influência internacional de Franco. Ele se tornou sócio-diretor da Shitag - Auditores Independentes, uma empresa de auditoria com atuação internacional. Antes de sua participação no Congresso de Munique, Franco liderou a delegação brasileira na XII Conferência Interamericana de Contabilidade em Vancouver, Canadá (22 a 26 de maio de 1977). Mais notavelmente, ele iniciou seu mandato de uma década (1977-1987) como consultor técnico do Conselho da IFAC, representando o Brasil nesta organização central. Simultaneamente, de 1977 a 1982, atuou como membro da Comissão de Educação da IFAC (Franco, 1993).

As contribuições de Franco para a aproximação das normas contábeis internacionais com as práticas brasileiras foram substanciais. Ele era responsável por traduzir para o português os pronunciamentos em inglês do Conselho da IFAC e da Comissão de Educação, efetivamente se tornando "a voz da IFAC no Brasil" (Franco, 1993). Em 1978, participou como Consultor Técnico do Brasil nas reuniões do Conselho da IFAC e nas reuniões da Comissão de Educação em Nova York (maio) e Frankfurt (novembro). Nesse mesmo ano, conduziu negociações preliminares para incluir o Brasil entre os países que formariam o "*Grupo Ad Hoc*" patrocinado pela ONU, voltado para a harmonização das normas contábeis (Franco, 1993).

Em 1979, continuando seu papel de Consultor Técnico e membro da Comissão de Educação, Franco participou das reuniões da IFAC em Montreal (maio) e Cidade do México (novembro). Ele também presidiu a delegação brasileira na XIII Conferência Interamericana de Contabilidade no Panamá (setembro de 1979), onde apresentou um trabalho intitulado "A

Importância da Terminologia Contábil na Identificação das Funções do Profissional de Contabilidade"(Franco, 1993).

As atividades internacionais de Franco se intensificaram em maio de 1980 com três compromissos significativos relacionados à IFAC: participação na Comissão de Educação da IFAC, na Irlanda, atuação como Consultor Técnico na reunião do Conselho da IFAC, em Londres, e presença como membro da IFAC nas comemorações do centenário do Instituto dos Contadores Públicos da Inglaterra e País de Gales, em Londres. Sua presença global continuou em 1981 com participação nas reuniões da Comissão de Educação e do Conselho da IFAC em Nova York (maio), na XIV Conferência Interamericana de Contabilidade em Santiago, Chile, e no I Congresso Interamericano de Educadores da Área Contábil em Viña del Mar, Chile (Franco, 1993).

Em 1982, Franco participou das reuniões do Conselho da IFAC, como consultor técnico, e das reuniões da Comissão de Educação, realizadas no Canadá (maio) e na Cidade do México (outubro). Durante sua estadia na Cidade do México, participou do XII Congresso Internacional de Contadores, realizado de 10 a 13 de outubro, e tomou parte na Assembleia Geral da IFAC, realizada a cada cinco anos, quando o Brasil foi reeleito como membro do Conselho da IFAC por mais cinco anos (Franco, 1993). Nessa oportunidade, Hilário Franco reeleito como consultor técnico e Roberto Dreyfuss foi eleito vice-presidente tesoureiro (Jornal do Brasil, 1982).

Em maio de 1983, Franco viajou para Rotterdam, Holanda, para reuniões do Conselho e da Comissão de Educação da IFAC. Durante sua estadia na Holanda, participou como convidado especial, e membro da IFAC, na reunião anual do NIVRA. Mais tarde naquele mesmo ano, devido a compromissos pessoais e profissionais, Franco teve que renunciar ao seu cargo eleito na Comissão Internacional de Práticas de Auditoria da IFAC (Franco, 1993).

O serviço internacional de Franco continuou enquanto participava como Consultor Técnico do Brasil nas reuniões do Conselho da IFAC na Escócia (maio de 1984) e na Noruega (maio de 1985). Em 1986, foi expositor de um tema relacionado à atividade de auditoria durante a reunião da Comissão Internacional de Práticas de Auditoria da IFAC realizada no Rio de Janeiro. Em novembro do mesmo ano, participou da reunião do Conselho da IFAC nos Estados Unidos como Consultor Técnico (Franco, 1993).

Franco manteve seu papel de Consultor Técnico durante as reuniões do Conselho da IFAC em Paris (maio de 1987) e Tóquio (outubro de 1987). Durante sua estadia em Tóquio, também participou da Assembleia Geral Quinquenal da IFAC e do XIII Congresso

Internacional de Contadores. No início daquele ano, em maio de 1987, compareceu à reunião do NIVRA, em Rotterdam, como membro convidado da IFAC, consolidando seu legado como um dos profissionais de contabilidade brasileiros com elevada conexão internacional (Franco, 1993).

Ao longo de sua carreira, Hilário Franco demonstrou um compromisso com o avanço das normas contábeis e da educação, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Seu envolvimento contínuo com a IFAC, o IAIB e outras organizações internacionais o posicionou como uma figura central na conexão das práticas contábeis brasileiras com os padrões globais, durante o período crítico de esforços em prol da harmonização internacional. Ao longo de sua carreia, iniciada em 1943 quando fora diplomado contador pela Escola de Comércio Álvares Penteado, Franco participou de inúmeros congressos internacionais, nacionais, conferências interamericanas e convenções de contabilistas. Além dessas atividades lecionou por mais de 35 anos, participando de diversas palestras e conferências. Além das organizações acima mencionadas, exerceu cargos em associações da classe contábil desde início de sua carreira, como a Ordem dos Economistas e Sindicato dos Economistas de São Paulo (1951) e Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (1955) (Franco, 1993).

4.7.4 A IFAC e seus Articuladores: Entre a Regulação Privada e a Expansão Neoliberal

A análise da trajetória profissional de Reinhard Goerdeler, Gordon Cowperthwaite e Hilário Franco revela uma correlação entre suas carreiras individuais e a institucionalização do paradigma de governança contábil global, fundamentado nos princípios da racionalidade neoliberal, conforme Peck (2010) e Slobodian (2021). Reinhard Goerdeler desempenhou função preponderante na arquitetura organizacional da IFAC, estabelecendo redes institucionais estratégicas que asseguraram a hegemonia das grandes corporações de auditoria na regulamentação transnacional da profissão contábil. As evidências historiográficas demonstram que, desde 1953, quando integrava os quadros do *Deutsche Treuhand-Gesellschaft*, subsidiária do *Deutsche Bank*, Goerdeler já estava profundamente envolvido com operações corporativas de natureza transfronteiriça, dedicando-se especificamente à defesa dos interesses de investidores internacionais no mercado norte-americano.

Esta atuação internacional orientada à proteção dos direitos do capital encontra-se em consonância com a perspectiva teórica desenvolvida por Slobodian (2021). Para o citado autor, as consequências impostas aos perdedores da Segunda Guerra Mundial – como a expropriação do capital e propriedades, particularmente na Alemanha - impulsionaram o discurso de que o

capital deveria ser interpretado como um direito humano fundamental. Sob esta perspectiva, o capital ultrapassaria os limites das fronteiras nacionais se sobrepondo aos interesses geopolíticos ou geográficos dos Estados-nação. Através desta lente analítica, a atuação de Goerdeler pode ser interpretada como dedicada à defesa dos direitos do capital e dos investidores, pertencentes a uma instituição financeira sediada em um país derrotado no conflito bélico, mas que mantinha significativos investimentos em uma das potências vencedoras.

Sua trajetória também demonstra as estratégias de fechamento social discutidas por Walker (1991, 1995 e 2004), pois sua atuação profissional não se limitou ao exercício técnico da profissão. A atuação de Goerdeler foi determinante para consolidação de um sistema de governança, que produziu uma elite contábil transnacional que atualmente controla o processo normativo na contabilidade. Esse projeto privilegiou a racionalidade mercadológica ao mesmo tempo que eliminou a participação estatal da elaboração normativa contábil, revelando que a racionalidade neoliberal foi um elemento formativo da IFAC, conforme evidenciado por Slobodian (2021) em relação à OMC. Adicionalmente, Macdonald (1995) interpreta que a construção de áreas de atuação exclusivas é operacionalizada por meio da criação de monopólios cognitivos e práticos, que excluem da atuação outros profissionais, consolidando uma estratégia para o alcance de vantagens competitivas.

A atuação internacional de Goerdeler em prol dos direitos do capital se alinha tanto ao debate teórico empreendido por Peck (2010) e Slobodian (2021), quanto à discussão realizada por Larson (1977) em relação aos processos de fechamento social. Esses processos, conforme teorizado por esta autora, não se constituem sob uma perspectiva inclusiva ou democrática, ao contrário, promovem estratégias voltadas a monopolizar o reconhecimento social e os ganhos econômicos. No caso de Goerdeler, observa-se que sua competência nesta função de articulação institucional foi reconhecida por seus pares, evidenciada pelo fato de que, em menos de um quadriênio após sua incorporação ao *Deutsche Treuhand-Gesellschaft*, ele ascendeu à posição de membro do Conselho de Administração.

Gordon Cowperthwaite, por sua vez, se destacou como um articulador institucional de notável habilidade diplomática, igualmente atuante na esfera internacional. No ano de 1953, quando exercia funções de auditoria na *Peat Marwick Mitchell* (PMM) em Londres, aceitou o desafio de desenvolver o segmento de consultoria no Canadá, e, com este objetivo, atuou diretamente na formação de uma entidade canadense dedicada à promoção desta modalidade de atividade profissional, a CAMC. Também contribuiu significativamente para a integração institucional entre a IFAC e o IASC, sendo reconhecido como um defensor obstinado desta

causa. Esses elementos ilustram que as estratégias de fechamento social não estão restritas ao âmbito nacional, e contribuíram para construção de monopólios profissionais globais. Conforme discutido por Macdonald (1995) essas estruturas institucionais não são neutras e reproduzem relações de poder e assimetrias contidas na sociedade.

Por sua vez, a trajetória profissional do brasileiro Hilário Franco evidencia, sob perspectiva análoga, sua notável atuação no contexto sociopolítico brasileiro, demonstrando que as articulações institucionais no domínio da profissão contábil transcendiam os limites geopolíticos exercidos por países do hemisfério norte do globo, embora reproduzissem as mesmas lógicas de exclusão e hierarquização profissional. Seu engajamento sistemático, desde os estágios iniciais de sua carreira, com entidades representativas de classe, notadamente a Ordem dos Economistas do Brasil, o Sindicato dos Economistas de São Paulo e o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, já na primeira metade da década de 1950, constitui evidência substantiva de sua atuação deliberada e estratégica no sentido da articulação dos interesses corporativos da profissão contábil em âmbito nacional.

Essa trajetória demonstra que, os processos de profissionalização dos países que não integram o centro do capitalismo reproduzem as mesmas estratégias dos países considerados centrais, corroborando a discussão de Larson (1977). A participação de Franco como membro fundador no IAIB, corrobora sua inserção em processos articulatórios complexos que exerceram influência determinante na regulamentação normativa da auditoria no Brasil. Sua dedicação à implementação de mecanismos restritivos ao exercício dessa modalidade profissional, evidencia que a estratégia de fechamento social adotada no Brasil se alinha às práticas discutidas por Walker (1991, 1995, 2004). Adicionalmente, sua participação recorrente em congressos e eventos de dimensão internacional, evidencia que o escopo de sua atuação transcendia significativamente os limites das fronteiras nacionais.

O protagonismo exercido por Franco no contexto do 11º Congresso Mundial de Contadores simboliza, em perspectiva historiográfica, a inserção gradativa dos países de economia emergente no cenário regulatório global, contudo, dentro de uma configuração institucional na qual as normativas e os princípios fundamentais eram predominantemente estabelecidos por instituições submetidas à influência hegemônica das grandes corporações transnacionais de auditoria. Conforme elucidado por Brennan (1979) a IFAC caracterizava-se como uma organização de composição pluralista, todavia, destituída de estruturas efetivamente democráticas quanto à distribuição do poder decisório entre seus diversos constituintes institucionais. Esta característica não representa uma falha no desenho organizacional, mas sim,

uma estratégia intencionalmente projetada para manter o controle nas mãos de uma elite global, ilustrando o discutido por Macdonald (1995) sobre os processos de fechamento social.

Além disso, a discussão empreendida por Franco (2013), ao apresentar sua perspectiva sobre a participação brasileira e a composição organizacional do congresso, revela que as assimetrias globais que caracterizam o sistema capitalista mundial estiveram presentes também na organização do XI Congresso Mundial de Contadores. A predominância dos países do centro do capitalismo na organização das seções do evento demonstra como espaços, supostamente multilaterais de discussão profissional, reproduzem estruturas de poder que privilegiam os interesses de um pequeno grupo de países e corporações. Esta configuração exemplifica o que Trouillot (1995) denomina como silenciamento de narrativas alternativas, no qual o discurso oficial sobre a "natureza técnica" da produção normativa internacional é projetado para ocultar o jogo de poder e influência que realmente orienta essas decisões.

A trajetória profissional de Franco também revelou como as hierarquias normativas, que estruturam o campo contábil global, reagiram ao modelo brasileiro de contabilização inflacionária: com admiração e ceticismo. O fato dos países considerados detentores de "sistemas contábeis avançados" se surpreenderem com a inovadora proposta brasileira demanda um aprofundamento, pois evidencia uma mentalidade colonial, profundamente enraizada na profissão contábil internacional, que pressupõe a inferioridade técnica e intelectual das nações periféricas.

A dualidade contida na reação à proposta normativa brasileira, não é neutra nem isenta de pré-julgamentos, e reflete o que Larson (1977) e Macdonald (1995) identificaram como estratégias de fechamento social que naturalizam hierarquias do conhecimento. O ceticismo à proposta brasileira evidencia a existência, na profissão contábil mundial, de uma ordem de proposição metodológica e técnica que parte do pressuposto que o conhecimento se origina de onde ele é historicamente reconhecido como legítimo: do eixo central do capitalismo global. Por sua vez, a admiração, posteriormente reconhecida em virtude da aplicabilidade e funcionalidade do modelo proposto, demonstra que essas hierarquias não são naturais e resultam de uma construção social histórica.

Esse episódio, à luz da discussão realizada por Macdonald (1995), demonstra que as estratégias de fechamento social não ocorrem somente por meios diretos de exclusão, mas está presente, inclusive, quando parâmetros de exercício profissional são fundamentados em critérios de “excelência técnica” que sistematicamente favorecem os grupos dominantes. O modelo brasileiro de contabilidade inflacionária rompeu essa lógica, demonstrando que, apesar

dispensar sofisticação teórica ou matemática, a experiência concreta do cenário nacional proporcionou uma solução pouco complexa e viável para aplicabilidade imediata.

Essa dinâmica, de reprodução de hierarquias e favorecimento de grupos dominantes, também pode ser observada na trajetória profissional de Goerdeler, Cowperthwaite e Franco, cujas atuações profissionais estiveram ligadas às grandes firmas globais de auditoria. Mais do que meros colaboradores, esses três indivíduos alcançaram o posto de sócio de alguma das firmas que posteriormente constituiriam o grupo das *Big Four*. Goerdeler foi um dos fundadores da KPMG, grupo formado em 1979 pela fusão de três empresas, das quais faziam parte a *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* (na qual Goerdeler era sócio) e a *Peat Marwick Mitchell & Co*., firma na qual Cowperthwaite exercia a condição de sócio no Canadá. Franco, por sua vez, assumiu a posição de sócio-diretor da *Deloitte, Haskins & Sells* no Brasil, em 1975.

A articulação estratégica destas firmas globais de auditoria na constituição de entidades supranacionais como a IFAC visava assegurar que as diretrizes contábeis globais fossem configuradas em conformidade com os interesses predominantes do setor privado. A participação destas corporações transnacionais de auditoria na estruturação da IFAC transcendeu significativamente o mero financiamento da organização, abrangendo também a ocupação de posições estratégicas na governança institucional e a orientação epistemológica das normas contábeis internacionais. Desde sua concepção inicial, a IFAC consolidou um sistema regulatório que privilegia a governança privada sobre a contabilidade, instituindo mecanismos de padronização normativa que atendem, precipuamente, às demandas do mercado financeiro globalizado.

Esta discussão alinha-se com as conclusões apresentadas por Ellwood e Newberry (2007), que identificaram a contabilidade como instrumento fundamental para a disseminação da cultura da competição no âmbito do Estado. Este fenômeno pode ser interpretado como manifestação de um processo mais amplo de captura regulatória, mediante o qual a emissão de normas contábeis converteu-se em instrumento para a disseminação da racionalidade neoliberal, corroborando as evidências anteriormente apontadas por Loft *et al*. (2006), Chiapello (2007), Ellwood e Newberry (2007) e Wickramasinghe *et al*. (2021).

Essa captura regulatória no âmbito da IFAC representou uma estratégia de fechamento social, que ultrapassa as estratégias discutidas por Macdonald (1995), representada pela sutileza do meio profissional do qual emergiam seus principais dirigentes. O vínculo de Goerdeler, Cowperthwaite e Franco com as grandes firmas internacionais de auditoria evidencia um mecanismo prévio de seleção voltado a controlar a produção de conhecimento a partir de uma

racionalidade corporativa dominante. Esses indivíduos, na qualidade de sócios das grandes firmas de auditoria, traziam consigo uma bagagem de conhecimento que não era meramente técnica, mas sobretudo, refletia a visão e os anseios dessas empresas em relação às normas contábeis que seriam produzidas pela IFAC.

Desse modo, o fechamento social observado pode ser considerado como pré-discursivo, por exercer influência antes mesmo de qualquer tipo de deliberação ser articulada, através da seleção de agentes pertencentes a uma racionalidade específica. Desse modo, o silenciamento da narrativa discutido por Trouillot (1995) operou por meio da sutileza dessa construção, que ao enaltecer o caráter técnico da harmonização contábil ocultou a presença de interesses específicos. Além disso, a narrativa dominante, ao não discutir a presença das grandes firmas de auditoria mundial - materializada por meio de seus executivos - na gestão da IFAC, também operou um mecanismo de silenciamento ao naturalizar a presença desses indivíduos como aproveitamento da expertise técnica disponível.

A trajetória profissional dos três contadores analisados demonstra que suas iniciativas foram determinantes para a institucionalização de um modelo regulatório que estabeleceu uma estrutura normativa promotora da primazia dos mecanismos de mercado na governança contábil internacional. Sob esta perspectiva, a IFAC emerge como dispositivo fundamental na arquitetura institucional da governança neoliberal, transformando a auditoria não apenas em instrumento técnico de controle, mas em sofisticado mecanismo de legitimação de uma configuração institucional que reconfigura profundamente os papéis do Estado e da contabilidade no sistema econômico global contemporâneo.

A análise da trajetória profissional de Goerdeler, Cowperthwaite e Franco acrescenta evidências às discussões realizadas ao longo deste capítulo sobre a atuação das firmas internacionais de auditoria na gênese da IFAC. Desse modo, a compreensão do papel dessas empresas na governança contábil global demanda um exame criterioso sobre as estratégias que consolidaram essa influência. Portanto, a dimensão estrutural do poder corporativo sobre a regulação internacional será analisada na seção seguinte.

4.8 O Poder Invisível: Como as Grandes Firmas de Auditoria Modelaram a IFAC

Conforme discutido ao longo desse capítulo, as firmas internacionais de auditoria são atores, que desde o congresso de 1904, estiveram envolvidas com a discussão contábil numa perspectiva internacional. A trajetória dessas empresas entrelaça-se com o impulso à harmonização das normas contábeis que, conforme discutido nesta tese, envolveu relações

assimétricas de poder. Entretanto, as narrativas institucionais da contabilidade foram construídas de modo a silenciar o poder exercido por tais empresas na definição de normas contábeis, privilegiando a perspectiva que enfatiza o protagonismo das instituições regulatórias oficiais, como a IFAC. Esse foco institucional funcionou como uma cortina, legitimando a visão que essas empresas tinham sobre o conteúdo normativo, enquanto as mantinham relativamente invisíveis ao processo de responsabilização democrática.

A partir dessa perspectiva, torna-se relevante compreender como essas organizações consolidaram sua posição de poder e influência na gênese da IFAC. A evolução das grandes firmas de auditoria (*Big Firms*) a partir da década de 1950 foi marcada por um expressivo processo de expansão e internacionalização, que proporcionou que elas alcançassem a condição de firmas multinacionais de contabilidade, conforme apontam Wootton e Wolk (1992). Segundo os autores, este crescimento foi impulsionado principalmente por fusões estratégicas com empresas de auditoria menores, permitindo que estas organizações ampliassem sua presença global para acompanhar a atuação internacional de seus clientes. Esta estratégia possibilitava uma combinação única: a expertise internacional das grandes firmas com o conhecimento local das empresas parceiras.

O cenário histórico do pós-Segunda Guerra Mundial foi determinante para esta expansão. Como destaca Slobodian (2021), o comércio havia se tornado genuinamente global, criando demandas para a profissão contábil. Brennan (1979) afirma que esta nova realidade exigia que os contadores desenvolvessem competências para lidar com a crescente complexidade das organizações comerciais internacionais. Em resposta a este quadro, as grandes firmas de auditoria mantiveram sua estratégia de expansão por meio de parcerias e fusões ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Esse crescimento foi ilustrado por Wootton e Wolk (1992) por meio da demonstração da condição de duas empresas durante a década de 1970. A primeira foi a *Ernst & Whinney* que, em 1979, já havia se estabelecido como uma firma verdadeiramente internacional, atuando em 71 países e com receitas anuais superiores a 500 milhões de dólares. Por sua vez, as receitas operacionais da *Arthur Andersen & Co* mais que triplicaram ao longo da década de 1970, passando de um pouco mais de 190 milhões de dólares, em 1970, para mais de 645 milhões de dólares, em 1979. Este período de notável expansão, caracterizado por sucessivas aquisições e fusões, resultou na formação do grupo conhecido como *Big Eight*.

O movimento de expansão do mercado, experienciado pelas grandes firmas globais de auditoria, foi caracterizado por Schwartz (2013) como um clássico exemplo de formação de

oligopólio. Segundo o autor, nesse processo de crescimento houve uma expansão lateralizada de um pequeno grupo de empresas, especialmente devido às fusões horizontais, porém sem que houvesse entrada de novos participantes relevantes e expressivos nesse mercado. Até meados da década de 1980 o grupo de firmas de auditoria das *Big Eight*[4] era integrado pelas seguintes empresas: *Arthur Andersen*, *Arthur Young*, *Coopers & Lybrand*, *Deloitte Haskins & Sells*, *Ernst & Whinney*, *KPMG Peat Marwick*, *Price Waterhouse* e *Touche Ross*.

Em 1989, as grandes firmas de auditoria iniciaram um novo capítulo em sua expansão global ao adotarem uma estratégia de fusões horizontais, visando manter sua competitividade no mercado. Assim, a fusão da *Ernst & Whinney* com a *Arthur Young,* e, da *Deloitte, Haskins & Sells* com a *Touche Ross,* converteu o grupo das *Big Eight* em *Big Six*, conforme debatido por Schwartz (2013). O citado autor destaca que menos de uma década depois, em 1998, foi a vez da *Price Waterhouse* unir-se com a *Coopers & Lybrand*, novamente reduzindo o grupo das grandes firmas de auditoria para *Big Five*, elevando ainda mais a concentração nesse segmento. Por fim, o autor discute que o atual formato de *Big Four* ocorreu no ano de 2002 após a falência da *Arthur Andersen*.

A concentração de mercado discutida por Schwartz (2013) correlaciona-se ao argumentado por Slobodian (2021) quando descreveu o neoliberalismo como um projeto que objetivou encapsular o mercado dentro de estruturas supranacionais controladas por interesses privados. As grandes firmas de auditoria (*Big Eight*, posteriormente *Big Four*) se consolidaram como oligopólio global a partir da década de 1950, impulsionadas pelo crescimento do comércio internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse cenário evidencia como a contabilidade global foi progressivamente integrada à lógica de encapsulamento do mercado descrita por Slobodian (2021). Porém, nesse processo de expansão, essas empresas não se limitaram ao mercado de auditoria, construindo uma rede de apoio-controle, muitas vezes exercidos de forma indireta.

Esse processo de formação de monopólios profissionais foi abordado por Larson (1977) e Macdonald (1995) por meio da discussão teórica do fechamento social. Embora a narrativa sobre a normatização contábil em âmbito global enfatize a proeminência e o altruísmo dos principais envolvidos, a análise historiográfica revela que esse processo produziu monopólios de atuação. Sustentadas pelo argumento da tecnicalidade, as normas contábeis harmonizadas globalmente produziam um mercado que privilegiou o acesso aos ganhos econômicos para as

[4] Para maiores informações vide Stevens, M. (1981). *The Big Eight*. Macmillan Publishing Co., Inc., New York e Stevens, M. (1991) *The Big Six*. Simon & Schuster, New York.

grandes firmas de auditoria, conforme discutido por Loft *et al*. (2006), Chiapello (2007), Ellwood e Newberry (2007) e Wickramasinghe *et al*. (2021).

As grandes firmas de auditoria ao se articularem para construir estruturas institucionais supranacionais, como a IFAC, consolidaram o domínio técnico-profissional que se institucionalizou como barreira de entrada e perpetuou uma posição de predominância no campo contábil. Desse modo, uma questão apresentada como técnica e neutra, a harmonização contábil, configurou-se como um sofisticado mecanismo de fechamento social. Operacionalizado em âmbito global, no qual as narrativas institucionais reforçam a legitimidade e a manutenção de ganhos econômicos, oculto pelo argumento da expertise técnica e do interesse público.

Nesse sentido, torna-se oportuno destacar que, além da expansão comercial e concentração de mercado, as grandes firmas de auditoria desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do pensamento contábil, contribuindo significativamente para a evolução conceitual e prática da profissão. Esta contribuição intelectual manifestou-se através de um engajamento ativo na produção de conhecimento técnico e no debate sobre questões fundamentais da contabilidade e auditoria. Conforme documenta Zeff (1986), este protagonismo intelectual foi particularmente notável durante as décadas de 1950 e 1960, período em que os sócios das grandes firmas contábeis se dedicavam extensivamente à produção acadêmica sobre temas controversos da área contábil, bem como à discussão dos princípios e fundamentos da contabilidade.

No entanto, este cenário sofreu uma transformação significativa durante a década de 1970, quando se observou uma acentuada redução na produção de conteúdo normativo, conforme debatido por Zeff (1986). Durante este período de declínio, houve o registro de apenas algumas publicações pontuais, notadamente entre 1971 e 1973 quando as firmas *Price Waterhouse*, *Coopers & Lybrand*, *Arthur Young* e *Peat, Marwick, Mitchell & Co*. desenvolveram documentos técnicos apresentando suas principais posições a respeito de temas como combinação de negócios, arrendamentos ou operações em moedas estrangeiras. Zeff (1986) observa que esta tendência de diminuição da produção intelectual se intensificou ao final da década de 1970, culminando em uma virtual ausência de publicações de "argumentos normativos" por parte dos sócios sênior das firmas *Big Eight* durante a década de 1980, marcando assim o fim de uma era de significativa contribuição teórica por parte destas organizações.

A compreensão deste fenômeno requer uma análise das transformações institucionais do período, particularmente a emergência do FASB como órgão normatizador americano. Zeff (1986) apresenta uma análise detalhada deste processo, identificando como ponto crucial a exclusão dos sócios das *Big Eight* da composição do FASB. De acordo com o autor, antes da emergência do FASB o processo de debate de normas era realizado no âmbito da AICPA, na qual estes profissionais mantinham participação ativa e influente. No âmbito da AICPA, as *Big Eight* ocupavam uma posição mais confortável para emitirem publicamente suas opiniões por meio de artigos ou livretos de publicações individuais, visando, de alguma maneira, exercerem algum tipo de influência significativa sobre a SEC.

Porém, essa dinâmica mudou fundamentalmente quando a SEC definiu publicamente que seguiria as recomendações do FASB, cujo processo normativo não contemplava a participação direta das *Big Eight*. Nesse novo cenário, essas empresas estavam circunscritas ao papel de meros implementadores de normas em cuja elaboração não haviam participado. Nessa perspectiva, a estratégia adotada por essas empresas envolveu o redirecionamento de esforços para estabelecer canais diretos de comunicação com o FASB, seja por meio de manifestações escritas ou orais.

Zeff (1986) afirma que essa transformação institucional marcou a transição do período vibrante de inovação nos princípios contábeis para uma era de regulamentação minuciosa, focada em transações complexas, estruturadas com intuito único de evitar os impactos contábeis inadequados de outras variantes da mesma transação. O novo ambiente regulatório, destaca o autor, resultou no distanciamento das *Big Eight* e seus clientes do processo de elaboração normativa, estabelecendo uma nova dinâmica na relação entre os atores do campo contábil.

Em contraposição à perspectiva apresentada por Zeff (1986), o relatório elaborado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1976, e discutido na seção 4.3, apresenta conclusões divergentes. A investigação congressual evidenciou que a alegada independência do FASB em relação às *Big Firms*, à AICPA e às grandes corporações norte-americanas era meramente superficial, concluindo que o FASB não constituía uma entidade genuinamente autônoma em relação aos interesses econômicos privados (*Subcommittee on Reports, Accounting, and Management*, 1976).

Adicionalmente, Zeff (1986) aponta que o ambiente competitivo enfrentado pelas *Big Eight* na década de 1970 também contribuiu para a mudança adotada pelas *Big Firms* em relação às publicações. Apesar do vigoroso crescimento experimentado pelas empresas de auditoria e correspondente crescimento do faturamento, a intensificação da concorrência

resultou em margens de lucro significativamente menores. Nesse ambiente competitivo, os custos operacionais das publicações não eram vistos como economicamente viáveis, além disso, não havia mais propósito em despender tempo e dinheiro nessas publicações, pois o que poderia efetivamente produzir resultados na mudança das normas seria a persuasão dos integrantes do FASB.

Para o citado autor, havia o receio que o posicionamento a respeito de um tema polêmico causasse perda de clientes atuais ou potenciais. Nesse panorama, as *Big Eight* continuaram manifestando suas opiniões junto ao FASB, mas passaram a fazê-lo de maneira mais discreta, sem publicidade ou alarde. Contudo, para o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) a aparente discrição revela uma estratégia de atuação inclusive quanto à demonstração pública de presença e atuação efetivas nos organismos de normatização, que objetivou dissimular a efetiva influência exercida por essas organizações, representando, notadamente, uma estratégia de silenciamento como discutido por Trouillot (1995).

Outra variável explicativa para o desestímulo dos sócios das grandes firmas de contabilidade com publicações normativas nesse período, envolve as investigações e processos judiciais que debatiam sobre a responsabilidade dos auditores, especialmente diante de fraudes ou escândalos contábeis. De acordo com Zeff (1986) o ambiente litigioso e as investigações realizadas por comissões do congresso americano, como a realizada pelo *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976), fizeram com que os sócios dessas firmas evitassem divulgar trabalhos técnicos que abordassem questões controversas, seja a respeito de questões contábeis ou profissionais. Para o autor, o ambiente de maior supervisão exercido pelo congresso americano mudou não apenas o comportamento operacional da AICPA e do FASB, mas também levou os sócios das *Big Eight* a enxergarem esse ambiente como desfavorável para manifestações públicas que pudessem desafiar o *status qu*o.

Assim, Wootton e Wolk (1992) afirmam que a expansão da oferta de serviços de auditoria, que proporcionou o crescimento das *Big Eight*, foi acompanhado do aumento de processos judiciais questionando a atuação dessas empresas. Para os autores esse ambiente de judicialização fez surgir o debate sobre a responsabilização dos auditores numa perspectiva mais ampla. Nesse cenário, o *Subcommittee on Reports, Accounting, and Management* (1976) destaca que a AICPA alertava o público para não criar expectativas excessivas em relação às opiniões emitidas pelos auditores independentes das grandes corporações. Além disso, a organização defendia um projeto de lei federal nos Estados Unidos que buscava limitar a responsabilidade legal dos auditores em processos judiciais, protegendo-os das consequências

decorrentes de possíveis negligências no exercício da profissão (*Subcommittee on Reports, Accounting, and Management*, 1976, p. 68).

A questão da responsabilização dos auditores tornou-se central nesse período e integrou as discussões fundacionais da IFAC, como evidenciado por Goerdeler (1979) quando enfatizou a necessidade de os auditores compreenderem tanto sobre suas responsabilidades quanto sobre a jurisdição dos tribunais. A relevância do tema foi corroborada por sua inclusão entre os doze princípios orientadores para o trabalho da IFAC, que envolvia a realização de estudos voltados a discutir a responsabilização dos auditores (Goerdeler; 1979).

A preocupação com a responsabilização dos auditores consolidou-se como um dos pilares estruturantes da recém-criada organização internacional, tendo sido objeto de destaque durante a fala de Goerdeler ao apresentar o relatório da atuação da ICAAP durante a primeira reunião plenária do Congresso de 1977. Nessa oportunidade, afirmou que o trabalho da IFAC seria organizado por meio da atuação de pequenos comitês que atuariam sobre os temas: "métodos e princípios de auditoria, formação e educação superior, princípios profissionais gerais, contabilidade de gestão, organizações regionais, responsabilidade e responsabilização do auditor" (Goerdeler, 1977, p. 46).

A questão da proteção dos auditores diante da judicialização revela a presença de elementos neoliberais na gênese da IFAC. Conforme discutido por Slobodian (2021), a governança neoliberal foi estruturada por meio de um quadro jurídico supranacional voltado aos interesses do mercado, protegendo-o de pretensões democráticas. Nesse sentido, a elevação de processos judiciais contra as grandes firmas de auditoria representava uma forma de responsabilização dessas empresas pelo papel que elas desempenhavam para harmonia do mercado e pela confiança pública contida no processo de certificação de relatórios contábeis.

Contudo, as evidências demonstram que tais organizações se articularam para proteger seus interesses econômicos diante da cobrança social por responsabilização. A incorporação do tema da responsabilização dos auditores como um dos pontos orientadores da IFAC demonstra uma tentativa sofisticada de silenciamento de opiniões dissonantes, que por meio da institucionalização normativa, eliminaria pretensões de controle social. Desse modo a IFAC desempenharia um papel de captura regulatória preventiva, cujas regras estabelecidas para responsabilização seriam elaboradas pelos atores que deveriam ser regulados.

A articulação que envolveu esse tema demonstra que o tema da responsabilização não estava fundamentado na preocupação altruísta da qualidade dos serviços prestados pelas empresas de auditoria. Os fatos narrados revelam que o tema "responsabilização dos auditores"

discutidos no âmbito da IFAC representava um instrumento de proteção corporativa. Desse modo, a finalidade não envolvia melhorar a qualidade do serviço de modo que não houvesse questões para responsabilização, mas controlar o processo protegendo os interesses do mercado no interior de normas técnicas e profissionais que seriam impermeáveis ao controle democrático e à supervisão pública efetiva.

Diante dessa perspectiva, a estruturação institucional da IFAC ocorria em um momento crítico para a profissão contábil. Wootton e Wolk (1992) apontam que o elevado crescimento das grandes firmas internacionais de auditoria levantou questionamentos sobre o domínio que tais corporações exerciam na contabilidade. Esse debate sobre o poder e a influência das grandes firmas internacionais de auditoria foi aprofundado por Ramirez (2012), que analisou a atuação dessas empresas nos bastidores do processo normativo.

O autor evidencia que, embora seu papel não seja sempre visível, sua influência é indispensável para a construção e operacionalização das normas contábeis internacionais. Segundo o autor as grandes firmas internacionais de auditoria desempenham uma função discreta, que numa análise rápida ou descuidada pode ser ignorada. Contudo, o papel desempenhado por essas empresas tem função essencial nos processos de institucionalização e operacionalização de normas internacionais de contabilidade. Além de dominarem o mercado de serviços contábeis e auditoria junto às grandes corporações internacionais, essas firmas ocupam uma posição estratégica como especialistas na interpretação e consultoria para a implementação das normas internacionais de contabilidade, consolidando sua influência sobre o cenário contábil global.

Essa forma discreta de exercício de poder pelas grandes firmas de auditoria não é ocasional, mas produto de um processo sistemático que opera em diversos níveis da construção da memória histórica, evidenciando a discussão de Trouillot (1995). No caso da IFAC, o silenciamento do papel exercido pelas firmas de auditoria, minimiza a dimensão política dessa presença. Além disso, o discurso institucional e técnico produz arquivos que reafirmam e legitimam a narrativa do interesse público e da neutralidade técnica, entretanto, esses elementos, ativos na produção da memória institucional, silenciam os questionamentos dos interesses subjacentes à presença dessas empresas no mercado normativo.

Ramirez (2012) demonstra que os membros ou ex-membros dessas firmas são participantes atuantes nos órgãos de interpretação e elaboração de normas internacionais. Elas também são possuidoras de departamentos técnicos que atuam em estreita colaboração com os órgãos criadores da regulamentação de modo que possam estabelecer uma “interpretação

universal" das normas. Assim podem assegurar a adequada implementação desses regramentos, que são cada vez mais técnicos e complexos, em seus clientes. O autor evidencia o papel prático que essas empresas desempenham, proporcionando que as normas ultrapassem os ambientes de reuniões sobre aspectos técnicos e alcancem a utilização de fato, atingindo o mundo real, o ambiente de negócios e as demonstrações contábeis publicadas pelas multinacionais.

Esse processo de silenciamento está conectado às estratégias de exercício de poder adotadas por tais empresas. Conforme evidenciado por Ramirez (2012), elas atuam como agentes duplos oferecendo expertise, tanto para seus clientes quanto para os elaboradores de normas. Segundo o autor, dos dez integrantes do *Accounting Standards Board* do Reino Unido a maioria tem ou já teve algum tipo de relação profissional com uma das *Big Four*. Ele afirma que igual cenário pode ser identificado no IASB no qual 9 dos 15 membros possuem alguma relação com as firmas internacionais de contabilidade.

Entretanto, Ramirez (2012) destaca que a maior influência dessas firmas, em uma instituição voltada à normatização contábil, pode ser observada no *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), cujo conselho é formado por 18 pessoas, sendo: 10 indicados por institutos profissionais nacionais (porém desses dez, seis são sócios de algumas das grandes firmas de auditoria); 03 integrantes provêm do setor público e 05 são representantes do *Transnational Auditors Committee* (TAC) cujos membros são todos das *Big Four*. Essa composição demonstra a superioridade numérica (11 de um total de 18) que reflete uma forma de exercício de poder. Além disso, tanto o IAASB quanto o TAC têm suas histórias entrelaçadas e fazem parte da estrutura da IFAC.

Essa superioridade numérica na composição da estrutura de organizações dedicadas à harmonização contábil evidencia as tecnologias de poder demonstradas por Guedes (2014) em relação aos registros paroquiais de batismo. Segundo o autor esses documentos não somente evidenciavam as estruturas sociais, mas as reproduziam, contribuindo para manutenção das hierarquias sociais. Analogamente, a presença massiva das *Big Four* na estrutura organizacional da IFAC, não demonstra somente o poder dessas empresas, mas ativamente o reproduz e legitima por meio da narrativa "técnica e neutra" dessa participação.

O IAASB é a evolução do *International Auditing Practices Committee* (IAPC) criado em março de 1978 dentro da estrutura da IFAC (IAASB, s.d). A fundação do IAPC representava a concretização prática do que fora proposto pela IFAC em sua constituição. Conforme apresentado por Goerdeler (1979) na primeira reunião do conselho da IFAC - realizada às vésperas do início do Congresso Mundial de Contadores, em 8 de outubro de 1977 - foram

criados sete comitês permanentes e o Comitê de Auditoria que era o primeiro dos sete. De acordo com informação extraída do *site* do IAASB, o objetivo do IAPC foi subdividido em três frentes de trabalho: o alvo e o alcance das auditorias de demonstrações financeiras, cartas de compromisso e recomendações essenciais de auditoria (IAASB, s.d).

No ano de 2002 o IAPC passou por reformulação e foi convertido em IAASB. Por sua vez, no ano de 2023, com a criação da *International Foundation for Ethics and Audit*, o IAASB fez a transição saindo da estrutura interna da IFAC e integrando essa nova fundação. Tal mudança é apresentada pelo IAASB em seu site quando apresenta sua história de constituição como voltada a reforçar o sistema de estabelecimento de normas e sua capacidade de atender ao interesse público (IAASB, s.d). A constituição do IAPC dentro da estrutura formal da IFAC de forma breve, menos de 6 meses após a constituição oficial dessa organização, demonstra que a questão da auditoria era premente nesse período de gênese da IFAC.

Essa estrutura organizacional que privilegia a atividade de auditoria reflete o que Trouillot (1995) identificou como a mais eficaz forma de exercício de poder: o oculto. O foco da auditoria contrasta com a construção da identidade da IFAC como uma federação de contadores. Essa denominação funciona como uma estratégia de narrativa uniforme que oculta a verdadeira orientação da organização. Esse silenciamento, segundo Trouillot (1995), opera na construção de uma "história única" sobre neutralidade, enquanto oculta interesses específicos das firmas internacionais de auditoria.

As afirmações realizadas por Goerdeler (1977, 1979) corroboram essa analítica pois, ao apresentar a estrutura formal e o programa de doze pontos orientadores da atuação da IFAC, demonstrou o quanto a auditoria era relevante nos debates que circundavam a IFAC, contudo, não são as únicas evidências. Assim, importa destacar que o Congresso Mundial de Contadores, realizado em Munique, foi organizado pelo IDW e Câmara de Auditores, duas organizações alemãs de auditoria. Também Forster (1977), durante a fala de abertura do congresso, destacou que os auditores alemães estavam muito orgulhosos de terem sido escolhidos, pela segunda vez na história, como organizadores do Congresso Mundial de Contadores.

Ainda durante a sessão solene de abertura do congresso, Alfons Goppel, então Primeiro-Ministro da Baviera, afirmou que a cidade de Munique recebia naquele evento auditores vindos de todas as partes do mundo. Nessa oportunidade, afirmou que os mais de seis mil participantes do evento eram testemunhas da crescente relevância que sua profissão alcançava (Goppel, 1977). Em seguida, Georg Kronawitter, Prefeito de Munique, afirmou que as questões que envolviam a auditoria, escrituração ou gestão financeiras, adquiriam cada vez mais relevância

na economia, e por consequência, no funcionamento da sociedade. Complementou que os esforços empreendidos para harmonização da contabilidade e da auditoria em uma perspectiva internacional faziam parte da atmosfera que envolvia o congresso de Munique (Kronawitter, 1977).

Concluindo a fala das autoridades convidadas, em seu primeiro discurso público como Ministro Federal dos Assuntos Econômicos da Alemanha, Dr. Otto Graf Lambsdorff destacou que o debate e esforços empreendidos no entorno da harmonização das normas contábeis e de auditoria numa perspectiva internacional teria muitos desafios. Contudo, proporcionariam às empresas que possuíam atuação internacional uma condição mais equilibrada, com maior equivalência, tanto na publicidade de suas demonstrações contábeis quanto na realização da auditoria. Lambsdorff (1977) destacou ainda que a escolha do tema do congresso de Munique "contabilidade e auditoria numa perspectiva internacional" levava a discussão sobre harmonização a um nível efetivamente global, extrapolando a tradicional discussão que envolvia somente o cenário e as questões europeias.

O ministro alemão afirmou que a tarefa do contabilista era "auditoria especializada, independente e imparcial das empresas comerciais" e que este profissional estava posicionado entre interesses, muitas vezes contraditórios, de acionistas, investidores e financiadores. Para ele a independência dos auditores era constantemente testada quanto a sua resistência (Lambsdorff, 1977, p. 26-27). Ao discutir sobre independência e os "testes de resistência" ao quais os auditores se submetiam em suas atividades o ministro alemão também evidencia o debate sobre responsabilização do auditor. Conforme afirmado pelo ministro da economia, a auditoria era o tema do congresso e, por isso, a fundação da IFAC e a divulgação pública desse fato como evento proeminente do congresso não pode ser interpretada como mera coincidência.

As falas das autoridades presentes no congresso demonstram o que Gaddis (2002) discutiu sobre as decisões a respeito dos elementos que são incluídos ou excluídos e como eles são articulados na construção da memória. Os discursos demonstram claramente a ênfase em aspectos como: melhoria do saber contábil, harmonização das normas e condições mais equilibras para o exercício profissional. Entretanto, o que eles silenciaram sistematicamente foi o impulso ao domínio das firmas de auditoria no mercado global, por meio da concentração de poder, que atuava tanto na elaboração normativa quanto na implementação na prática.

Essa discussão alinha-se à empreendida por Trouillot (1995) quando identificou que os silêncios não decorrem de omissões aleatórias, mas de processos estruturados e intencionais. As evidências históricas demonstram que a auditoria era o núcleo das discussões no momento

da gênese da IFAC, reforçado pela proeminência de entidades de auditoria na organização do evento no qual ela foi anunciada. Entretanto, a narrativa subsequente de melhoria da técnica contábil por meio da harmonização normativa operada em nível global, silenciou sistematicamente o benefício que esta padronização proporcionaria às grandes firmas de auditoria. Desse modo, o benefício para atuação de um pequeno grupo, os auditores, influenciou a mudança para toda uma coletividade profissional, os contadores.

Sob essa perspectiva, não parece razoável concluir que as *Big Firms* estivessem alheias ao debate que culminou na criação de uma organização internacional dedicada a lidar com questões que eram de seu interesse direto. A fundação da IFAC no final da década de 1970 pode ser entendida como uma das causas do menor envolvimento dessas firmas com publicações individuais sobre normativos contábeis nesse período, conforme debatido por Zeff (1986). Pois o esforço e atenção dessas empresas pode ter sido direcionado à criação dessa entidade global que atuaria em prol dos interesses dos auditores. O fato dessas empresas não exercerem influência explícita em organismos como o FASB (Zeff, 1986) adicionado ao ambiente de maior regulação e litígio (Zeff, 1986; Wootton & Wolk, 1992) acrescentam evidências que essas organizações estavam envolvidas com a fundação da IFAC.

Essa hipótese é corroborada por Richard Wilkes (auditor britânico, sócio sênior *Price Waterhouse* e quinto presidente da IFAC) quando afirmou que, quando a IFAC foi criada em 1977, havia a necessidade específica de uma organização que fosse dedicada a desenvolver um conjunto de normas de auditoria que pudessem ser aplicadas globalmente. O conselho da IFAC tinha como objetivo principal estudar e implementar a criação de padrões internacionais de auditoria que pudessem ser reconhecidos e adotados mundialmente, pois as normas internacionais de contabilidade eram discutidas no âmbito do IASC (Pirie & Matthews, 2001, p. 325).

Conforme apresentado na Tabela 10 os presidentes e vice-presidentes da IFAC eram pessoas que ocupavam cargos relevantes, como sócio ou diretor sênior, das grandes firmas de auditoria. O envolvimento dessas empresas no âmbito da IFAC também foi demonstrado por Ramirez (2012) quando afirmou que os membros do *Transnational Auditors Committee* (TAC) eram oriundos das grandes firmas de auditoria. O TAC é um comitê da IFAC criado em 2000 cuja função é realizar a conexão oficial entre a IFAC e o *Forum of Firms* (IFAC, s.d). Encarregado de executar e fomentar os objetivos e atividades do *Forum of Firms*, assim como, incentivar os membros a realizarem auditorias internacionais de alto padrão estabelecendo,

como requisito para participação no grupo, compromisso de cumprimento de certos padrões internacionais (IFAC, s.d).

O TAC é composto por 22 membros todos vinculados a empresas que possuem atuação global e oferecem serviços de auditoria e consultoria, especialmente em tributos. Nos endereços eletrônicos na internet essas empresas se apresentam como firmas globais aptas a melhor atender a clientes globais. A Tabela 11 detalha o perfil dos integrantes do TAC, suas afiliações corporativas e o portfólio de serviços oferecidos por suas respectivas organizações.

Tabela 11

Integrantes Transnational Auditors Committee (TAC) em fevereiro 2025

Representante	Vínculo Profissional	Perfil Organizacional e Posicionamento no Mercado
Christine Albrecht, *Chair* Megan Zietsman	*Deloitte Touche Tohmatsu Limited*	Empresa de auditoria proeminente do Japão e integrante do *Deloitte Tohmatsu Group*. Atua em serviços de auditoria, garantia e consultoria de risco. Considerada uma das 4 maiores empresas do mundo de auditoria[5].
Antoni Gómez Valverde	AUREN	Empresa com foco em auditoria, assessoria jurídica, consultoria e serviços de finanças corporativas[6].
Nick Jeffrey	*Baker Tilly International Limited*	Especializada em auditoria, impostos e consultoria. Situada entre as 10 maiores redes globais de serviços profissionais[7].
Stewart Dunne Nazia Lakhani	BDO	Empresa de auditoria e consultoria, considerada a 5ª maior empresa de auditoria do mundo[8].
David Chitty	*Crowe Global*	Empresa de auditoria e consultoria em impostos, risco empresarial e assessoria financeira[9].
Jay Paulson Denise Weber	*Ernst & Young Global Limited*	Oferece serviços de auditoria, impostos, consultoria, tecnologia da informação, e serviços de assessoria. Considerada uma das 4 maiores empresas do mundo de auditoria[10].
Jean-Luc Barlet	*Forvis Mazars Global Limited*	Especializada em auditoria e asseguração, consultoria financeira e tributária[11].
Ed Fox Katherine Schamerhorn Bettina Cassegrain	*Grant Thornton International Ltd*	Oferece serviços de auditoria e consultoria tributária[12].
	HLB *International*	Oferece serviços de auditoria e consultoria[13].
Sheri Anderson Matthew Cook	KPMG *International Limited*	Oferece serviços de auditoria e consultoria. Considerada uma das 4 maiores empresas do mundo de auditoria[14].

[5] https://www2.deloitte.com/jp/en/pages/about-deloitte/articles/audit/audit.html
[6] https://auren.com/es/en/meet-auren/
[7] https://www.bakertilly.global/about-us
[8] https://www.bdo.com.br/pt-br/sobre/global-network
[9] https://www.crowe.com/br/crowemacro
[10] https://www.ey.com/en_gl/about-us#our-purpose
[11] https://www.forvismazars.com/br/br
[12] https://www.grantthornton.global/en/
[13] https://www.hlb.global/services/
[14] https://kpmg.com/br/pt/home.html

Representante	Vínculo Profissional	Perfil Organizacional e Posicionamento no Mercado
Paul Ginman	*Nexia International*	Especializada em auditoria e consultoria empresarial e tributária[15].
Jamie Drummond	PKF *Global*	Especializada em auditoria e consultoria empresarial e tributária[16].
Ramzi Aloui Matthew Hallett	*PricewaterhouseCoopers International Limited*	Oferece serviços de auditoria e consultoria. Considerada uma das 4 maiores empresas do mundo de auditoria[17].
Marion Hannon	RSM *International*	Especializada em auditoria e consultoria empresarial e tributária[18].
Pablo San Martin	SMS *Latinoamérica*	Especializada em auditoria, consultoria empresarial e tributária e terceirização[19].
Jill Starrs	UHY *International Limited*	Especializada em auditoria e consultoria empresarial e tributária[20].

Fonte: Com base em IFAC[21]; Deloitte Touche Tohmatsu Limited; Auren; Baker Tilly International Limited; BDO; Crowe Global; Ernst & Young Global Limited; Forvis Mazars Global Limited; Grant Thornton International Ltd; HLB International; KPMG International Limited; Nexia International; PKF Global; PricewaterhouseCoopers International Limited; RSM International; SMS Latinoamérica e UHY International Limited.
Consulta realizada em 11 de fevereiro de 2025.

Desse modo, o TAC desempenha um papel duplo pois possui uma posição formalmente estabelecida pela Constituição do *Forum of Firms* (FoF), atuando simultaneamente como órgão integrante da IFAC e do próprio FoF. Na dimensão operacional, o TAC emerge como o núcleo administrativo do FoF, sendo investido de autoridade executiva e sustentado por uma equipe técnica permanente com profissionais em dedicação integral. Por sua vez, o processo de composição do TAC reflete um modelo de governança participativa e criteriosa, no qual os membros são inicialmente selecionados pelo FoF e, posteriormente, submetidos a um processo de validação que envolve duas instâncias superiores da IFAC: o Comitê de Nomeação e o Conselho, garantindo assim legitimidade e alinhamento estratégico em sua constituição (IFAC, 2002).

A presença de um comitê de representantes das empresas de auditoria na estrutura organizacional da IFAC materializa o poder exercido pelo silenciamento, conforme Trouillot (1995), na estrutura organizacional e na continuidade dessa organização. Conforme discutido, as falas iniciais sobre a formação dessa entidade já apontavam a centralidade da auditoria, contudo a consolidação de um comitê como o TAC, demonstra não apenas a manutenção do poder, mas sua intensificação por meio da participação formal na estrutura institucional e não

[15] https://nexia.com/
[16] https://www.pkf.com/about/
[17] https://www.pwc.com/gx/en.html
[18] https://www.rsm.global/
[19] https://smslatam.com/pt/
[20] https://www.uhy.com/
[21] https://www.ifac.org/who-we-are/transnational-auditors-committee-forum-firms

mais de forma oculta como nos momentos iniciais. Sob esta perspectiva, a institucionalização do FoF também representa um marco significativo na evolução da governança internacional da auditoria.

O FoF foi idealizado como uma associação independente das empresas que realizam auditoria em âmbito global de modo a reforçar sua conexão com a IFAC (IFAC, s.d). O termo "*firms*" é utilizado com um sentido específico no documento de constituição do FoF, restrito às empresas que atuam no mercado de auditorias transnacionais (FoF *Constitution*, 2021, p.1). Portanto, o FoF não é um grupo no qual qualquer empresa pode participar, mas sim, um grupo fechado de empresas que atuem em âmbito global na atividade de auditoria.

A lista de definições também deixa claro as empresas de autoria integrantes como membros fundadores do FoF: BDO, *Deloitte Touche Tohmatsu Limited*, *Ernst & Young Global Limited*, *Grant Thornton International Ltd*, KPMG *International Limited* e *PricewaterhouseCoopers International Limited* (FoF *Constitution*, 2021, p.1). A IFAC, em seu endereço eletrônico, apresenta uma lista de 35 entidades globais de auditoria que cumpriram de forma satisfatória as condições para serem consideraram integrantes do FoF. A Tabela 12 apresenta essas informações.

Tabela 12

Empresas de auditoria membros do Forum of Firms em fevereiro 2025

AUREN	*Kudos International*
Baker Tilly International Limited	MGI *Worldwide*
BDO	*Moore Global*
Constantin – Serval & Associés	*Nexia International*
Crowe Global	*Parker Russell*
Daxin Global	PKF *Global*
Deloitte Touche Tohmatsu Limited	*PricewaterhouseCoopers International Limited*
ECOVIS *International*	*Reanda International*
Ernst & Young Global Limited	RSM *International*
FinExpertiza	RT ASEAN
Forvis Mazars Global Limited	*Russell Bedford International*
Grant Thornton International Ltd	SFAI *Global*
HLB *International*	SMS *Latinoamérica*
IECnet	SW *International*
JPA *International*	*Talal Abu Ghazaleh & Co. International*
KNAV *International Limited*	TASK *International*
KPMG *International Limited*	UHY *International Limited*
Kreston Global	

Fonte: IFAC (https://www.ifac.org/who-we-are/transnational-auditors-committee-forum-firms)
Consulta realizada em 17 de fevereiro de 2025.

Essa composição exclusivista do FoF representa a materialização do poder do silenciamento discutido por Trouillot (1995), pois a inserção desse grupo fechado na estrutura organizacional da IFAC naturaliza, ao mesmo tempo que institucionaliza, o papel desempenhado pelas firmas internacionais de auditoria na normatização contábil internacional. Entretanto, o discurso oficial mantém o argumento do "interesse público" desse envolvimento, operando como estratégia de silenciamento dos reais critérios de escolha que naturalizam o domínio dessas empresas.

A análise da representatividade do FoF na estrutura organizacional da IFAC revela tanto a complexidade das relações institucionais quanto sua expressiva influência econômica no mercado global de auditoria. Enquanto a IFAC congrega uma ampla gama de organizações profissionais contábeis, o FoF representa um grupo seleto de firmas transnacionais de auditoria, conforme estabelecido em sua constituição. Esta distinção se reflete diretamente na capacidade de geração de receitas dessas organizações, evidenciando o poder econômico concentrado nas grandes firmas de auditoria global e como esse poder se infiltra e permeia o funcionamento da IFAC.

Sob esta perspectiva, o Fof pode ser considerado como a materialização explícita de forças que estiveram presentes desde a gênese da IFAC, contudo, inicialmente foram sistematicamente omitidas na construção da memória histórica dessa organização. Esse quadro demonstra de forma clara a discussão realizada por Trouillot (1995), pois a forma como a IFAC se projetou no cenário global, assim como a proeminência na normatização contábil, são fruto de estratégias de exercício de poder, que por meio do silenciamento dos reais envolvidos, alterou significativamente o exercício da profissão contábil em âmbito mundial.

Desse modo, a criação do FoF demonstra, no decorrer da história de atuação da IFAC, a estratégia de captura do projeto profissional (Larson, 1977; Macdonald, 1995) orientado aos interesses neoliberais das grandes organizações (Slobodian, 2021). Enquanto a narrativa inicial da IFAC apresentava ideias tradicionais pertinentes à profissionalização, tais como autonomia, autorregulação e interesse público, a concretização do FoF revela como tais interesses estavam subordinados às intenções financeiras das grandes firmas internacionais de auditoria. A diferença existente entre o período inicial e a que se apresenta após a constituição de estruturas como o FoF e o TAC, em tempos contemporâneos, é que durante a gênese da IFAC essa influência era exercida de forma velada, ou nos termos do Trouillot (1995), esse poder era intencionalmente silenciado.

A partir dessa interpretação, a comparação entre as receitas arrecadadas pelos membros da IFAC e aquelas geradas pelos integrantes do FoF oferece uma perspectiva quantitativa sobre a dimensão econômica dessa estrutura institucional, permitindo compreender melhor a relevância e o alcance dessas organizações no contexto da governança internacional da auditoria. As Tabelas 13 e 14 apresentam as receitas que foram arrecadadas pela IFAC nos períodos de 2000 a 2007 e de 2012 a 2023, respectivamente. Essas informações foram extraídas das demonstrações financeiras disponíveis no site da IFAC e consultadas em 27 de janeiro de 2025. Não foi possível localizar os relatórios do período de 2008 a 2012, inviabilizando que as informações ficassem completas durante todo período. Os dados do ano de 2000 e do ano de 2012 foram extraídos das informações comparativas publicadas em 2001 e 2013 respectivamente.

Conforme apresentado na Tabela 13 as receitas advindas do FoF para as atividades da IFAC e para funcionamento do TAC são apresentadas de forma individualizada de 2000 a 2007. A partir de 2012 esses montantes são apresentados de forma única nas contribuições do FoF para atividades da IFAC e, nas notas explicativas, são apresentados os montantes das despesas com o TAC juntamente com a nota que explica as receitas do FoF. As tabelas 15 e 16 apresentam a comparação das receitas derivadas das contribuições dos membros da IFAC e do FoF, em valores absolutos e percentuais, no período de 2000 a 2007 e de 2012 a 2023.

Conforme apresentado anteriormente, as receitas provenientes dos membros e das contribuições do FoF representam, em média, 92% da receita anual da IFAC. Observa-se que, no ano 2000, as contribuições do FoF ainda eram insignificantes, reflexo do estágio inicial das discussões sobre sua criação. No entanto, a partir de 2001, com a decisão de que as firmas de auditoria deveriam contribuir financeiramente mesmo antes da formalização do grupo, o valor arrecadado aumentou significativamente — já nesse ano, essas contribuições correspondiam a 26% das receitas totais da IFAC. Esse crescimento foi ainda mais expressivo nos anos seguintes: a partir de 2004, as contribuições do FoF passaram a representar, em média, 36% do total arrecadado pela organização.

Tabela 13

*Receitas da IFAC de 2000 a 2007**

Revenue	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Membership dues	$1,694,350	$4,042,720	$4,927,225	$5,831,031	$6,826,632	$7,485,957	$8,439,060	$9,443,130
Forum of Firms – IFAC Activities	125	724,028	1,211,931	1,738,041	3,995,821	3,954,791	4,761,933	5,826,697
Forum of Firms – Transnational Auditors Committee	-	887,032	798,409	882,671	458,473	508,228	485,023	386,698
*Public Sector Committee Standards Program***	-	290,000	250,000	382,000	407,000	331,000	516,394	820,217
External funding for the Developing Nations Committee	-	-	-	-	-	-	261,819	40,000
Publication sales	91,893	163,988	77,214	122,231	217,853	248,353	246,286	254,863
External funding for the Public Interest Oversight Board	-	-	-	-	-	140,000	140,000	90,000
World Congress of Accountants	-	-	157,855	-	-	-	256,58	-
Other revenue	13,306	74,362	83,987	199,191	50,224	230	15,879	13,368
Interest income	49,012	86,216	41,459	23,404	32,914	73,467	155,909	169,792
Gain on disposal of property	-	-	-	2,157	-	-	-	-
IFAC Knowledge Net	-	-	-	-	-	65,000	45,000	-
External funding for the IAESB	-	-	-	-	-	-	35,045	-
Total Revenue	**$1,973,561**	**$6,268,346**	**$7,548,080**	**$9,180,726**	**$11,988,917**	**$12,807,026**	**$15,358,928**	**$17,044,765**

*Nota: *Valores expressos em dólares americanos; ** No ano de 2005 o Public Sector Committee Standards Program passa a ser chamado de External funding for the IPSASB Standards Program.*

Fonte: IFAC Annual Report de 2001 a 2007

Tabela 14

*Receitas da IFAC de 2012 a 2023**

Revenue	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
From exchange transactions:												
Membership dues	$14,472,000	$15,657,000	$16,952,500	$17,932,700	$18,872,900	$20,225,000	$20,680,500	$20,213,700	$19,745,100	$18,148,000	$19,185,900	$19,332,500
Forum of Firms – IFAC Activities	10,043,645	10,511,995	10,954,824	11,334,576	11,784,379	12,256,930	12,221,043	12,434,676	12,025,437	12,033,343	12,200,763	18,409,865
Foundation Service Level Agreement	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,587,992
Sovereign Debt Crisis Seminar revenue	251,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Foreign exchange gains	228,855	278,540	140,877	412,438	115,668	552,921	110,885	63,690	329,341	74,122	54,978	315,873
Publications	176,041	151,443	104,343	66,552	110,943	105,633	25,553	58,913	18,946	4,401	-	-
Royalties and Licensing	153,186	188,012	310,634	303,168	276,162	318,287	282,344	309,844	384,331	355,073	339,911	372,216
Rent received	109,785	192,342	-	-	-	-	-	-	-			
Gain on Pension Sttlement	-	-	-	-	-	-	-	-	185,630	-	-	-
Interest income	6,683	7,870	10,744	3,956	24,46	42,336	46,995	34,065	15,466	6,836	3,910	166,279
Other revenue	28,099	121,447	471,105	71,567	24,36	42,253	248,009	17,607	30,615	31,071	35,010	82,752
From non-exchange transactions:												
*External funding *												
External funding - DFID grant			32,950	155,347	919,82	1,019,927	1,418,788	1,176,899	1,264,198	-	-	-
External funding - other	984,432	811,508	666,507	537,121	478,175	559,699	785,148	934,364	586,173	551,210	588,224	896,288
PPP forgiveness	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,062,766	-
Employer Retention Credit	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350,000
Total Revenue	**$26,453,976**	**$27,920,157**	**$29,644,484**	**$30,817,425**	**$32,606,867**	**$35,122,986**	**$35,819,265**	**$35,243,758**	**$34,585,237**	**$31,204,056**	**$34,471,462**	**$43,513,765**

*Nota: *Valores expressos em dólares americanos*

*Fonte: IFAC Financial Statements de 2013 a 2023. * A maior parte dos recursos recebidos destina-se ao IPSASB*

Tabela 15

*Contribuições dos membros da IFAC x Forum of Firms x Receitas totais IFAC de 2000 a 2007**

Receitas	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Contribuições Membros	1.694.350	86%	4.042.720	64%	4.927.225	65%	5.831.031	64%	6.826.632	57%	7.485.957	58%	8.439.060	55%	9.443.130	55%
Fórum das Firmas – Atividades da IFAC	125	0,01 %	1.611.060	26%	2.010.340	27%	2.620.712	29%	4.454.294	37%	4.463.019	35%	5.246.956	34%	6.213.395	36%
Membros + Forum de Firmas	1.694.475	86%	5.653.780	90%	6.937.565	92%	8.451.743	92%	11.280.926	94%	11.948.976	93%	13.686.016	89%	15.656.525	92%
Receitas Totais	**1.973.561**	**100 %**	**6.268.346**	**100 %**	**7.548.080**	**100 %**	**9.180.726**	**100 %**	**11.988.917**	**100 %**	**12.807.026**	**100 %**	**15.358.928**	**100 %**	**17.044.765**	**100 %**

*Nota: *Valores expressos em dólares americanos*
Fonte: IFAC Annual Report de 2001 a 2007

Tabela 16

*Contribuições dos membros da IFAC x Forum of Firms x Receitas totais IFAC de 2012 a 2023**

Receitas	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Contribuições Membros	14.472.000	55 %	15.657.000	56 %	16.952.500	57 %	17.932.700	58 %	18.872.900	58 %	20.225.000	58 %	20.680.500	58 %	20.213.700	57 %	19.745.100	57 %	18.148.000	58 %	19.185.900	56 %	19.332.500	44 %
Fórum das Firmas – Atividades da IFAC	10.043.645	38 %	10.511.995	38 %	10.954.824	37 %	11.334.576	37 %	11.784.379	36 %	12.256.930	35 %	12.221.043	34 %	12.434.676	35 %	12.025.437	35 %	12.033.343	39 %	12.200.763	35 %	18.409.865	42 %
Membros + Forum de Firmas	24.515.645	93 %	26.168.995	94 %	27.907.324	94 %	29.267.276	95 %	30.657.279	94 %	32.481.930	92 %	32.901.543	92 %	32.648.376	93 %	31.770.537	92 %	30.181.343	97 %	31.386.663	91 %	37.742.365	87 %
Receitas Totais	**26.453.976**	**100 %**	**27.920.157**	**100 %**	**29.644.484**	**100 %**	**30.817.425**	**100 %**	**32.606.867**	**100 %**	**35.122.986**	**100 %**	**35.819.265**	**100 %**	**35.243.758**	**100 %**	**34.585.237**	**100 %**	**31.204.056**	**100 %**	**34.471.462**	**100 %**	**43.513.765**	**100 %**

*Nota: *Valores expressos em dólares americanos*
Fonte: IFAC Financial Statements de 2013 a 2023

Ao longo do período analisado, observa-se que as contribuições dos membros e as do FoF mantiveram uma relação proporcional estável. No entanto, em 2023, houve um aumento expressivo nas receitas provenientes do FoF, que passaram a representar 42% do total arrecadado pela IFAC — valor quase equivalente ao das contribuições dos próprios membros da organização no mesmo ano. Essa proporção se torna ainda mais significativa quando se considera o número reduzido de integrantes do FoF em comparação ao total de membros da IFAC.

Segundo informações obtidas no site da IFAC, consultado em fevereiro de 2025, a organização declara reunir mais de 180 entidades contábeis de mais de 135 jurisdições ao redor do mundo. Quanto ao FoF, a IFAC informa que atualmente é composto por 35 empresas transnacionais de auditoria, conforme detalhado na Tabela 12. Portanto, a análise dos dados evidencia que o investimento *per capta* efetuado por essas organizações apresenta magnitude significativamente elevada.

Em 2023, a contribuição média dos 180 membros da IFAC foi de US$ 107.403,00, enquanto cada uma das 35 firmas de auditoria integrantes do FoF contribuiu, em média, com US$ 525.996,00. Isso significa que, para que o total arrecadado pelo FoF se aproximasse do montante obtido junto aos demais membros da IFAC, essas firmas transnacionais precisaram desembolsar, individualmente, um valor quase quatro vezes superior. O Gráfico 01 apresenta uma comparação entre os valores arrecadados de ambos os grupos ao longo do período analisado.

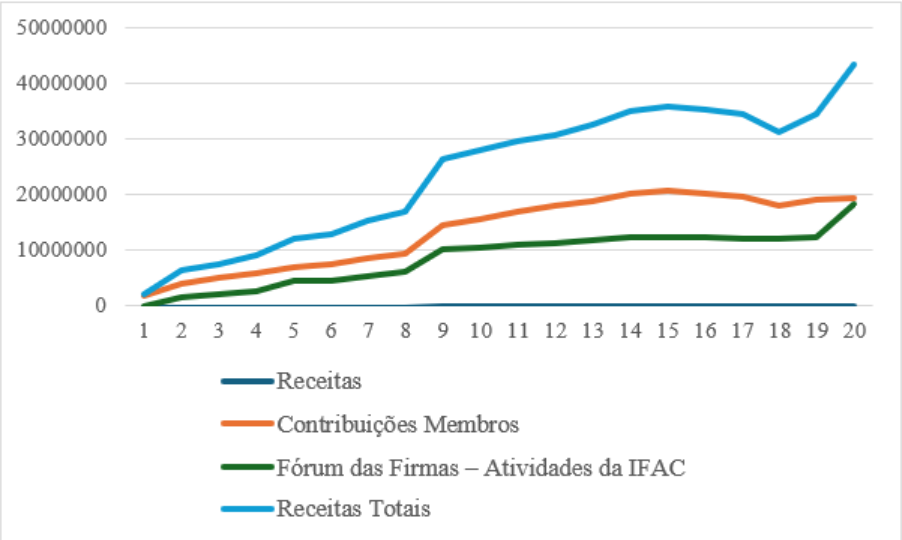


Figura 4 Contribuições dos membros da IFAC x Forum of Firms x Receitas totais IFAC de 2000 a 2007 e 2012 a 2023Fonte: Com base nas Tabelas 15 e 16.

A análise das receitas da IFAC revela uma dinâmica financeira que reflete o crescimento da influência das firmas transnacionais de auditoria na governança internacional da profissão contábil. A formalização do FoF não apenas institucionalizou a participação dessas empresas na estrutura organizacional da IFAC, mas também estabeleceu um significativo fluxo de recursos financeiros que se tornaria fundamental para a sustentabilidade e expansão das atividades dessa organização internacional.

Esse aporte financeiro substancial não apenas reforça a presença dessas firmas na estrutura da IFAC, mas também evidencia sua influência para além do financiamento, refletindo-se em sua atuação direta nos processos de normatização contábil. Nesse sentido, Chantiri-Chaudemanche e Kahloul (2012) destacam que essas firmas não apenas possuem funcionários ou ex-funcionários ocupando posições de destaque nos órgãos normativos (como presidente, vice-presidente), mas também cedem corpo técnico para que essas organizações possam funcionar, ou seja, fornecem o pessoal operacional dessas organizações. Esta presença capilarizada permite que a influência dessas organizações se manifeste em múltiplos níveis hierárquicos, transcendendo as posições formais de presidência ou participação em conselhos.

Sobre esse ponto, Ramirez (2012) afirma que essas empresas, ao desenvolverem seus modelos de negócios globais, estabeleceram padrões uniformes de treinamento e atuação profissional que cultivam uma forte identidade corporativa. Essas empresas possuem setores técnicos, altamente qualificados quanto à definição de padrões na contabilidade, que por meio de *know-how* construído ao longo de suas carreiras são considerados especialistas em padronização. Segundo o autor, mesmo quando os integrantes dos organismos internacionais não possuem relação direta com alguma das *Big Four*, eles possuem vínculos com profissionais que fazem parte dessas empresas, formando uma rede de "amigos antigos" e contatos influentes.

Essa atuação pulverizada das grandes firmas de auditoria na estrutura a IFAC exemplifica como opera o processo de fechamento social descrito por Macdonald (1995), pois ao ser cooptado pelos interesses corporativos ele se desvia da proteção do interesse público, agindo para consolidar monopólios privados, que por sua vez estão disfarçados pela narrativa neutra da tecnicalidade. Assim, pode ser observado na IFAC uma nova versão do processo clássico de profissionalização teorizado por Larson (1977). Enquanto a autora discutiu e demonstrou como as profissões tradicionalmente agiam em prol da restrição de um mercado, para a partir disso alcançar ascensão social, legitimidade e restrição dos ganhos econômicos, a IFAC demonstra como essa ideia foi reinterpretada por atores que já possuíam poder econômico.

A gênese da IFAC demonstra que as firmas transnacionais de auditoria - que nesse momento eram detentoras de supremacia econômica no mercado internacional de certificação de demonstrações contábeis – capturaram o aparato profissional para legitimar e institucionalizar sua predominância no mercado internacional. Essa analítica revela um contraste com o descrito por Walker (1991, 1995, 2004) sobre o ponto de partida do processo de profissionalização, ao demonstrar que a profissionalização observada na Escócia e Inglaterra do século XIX partiu de "baixo para cima", com grupos de contadores se organizando para receber reconhecimento estatal e, assim, estabelecer monopólios. Entretanto as evidências históricas sobre a gênese da IFAC revelam a profissionalização ocorrendo "de cima para baixo", por meio do qual organizações já estabelecidas visavam legitimar práticas profissionais padronizadas que favoreceriam suas operações em âmbito global.

Ao institucionalizar sua influência, aparentemente técnica e neutra, no processo de produção de normas contábeis internacionais, essas empresas criaram barreiras de entrada em virtude da complexidade técnica contida nas normas. Ramirez (2012) observa que profissionais que atuam fora do circuito da "contabilidade global" dominado pelas empresas multinacionais e *Big Firms* encontram-se cada vez mais marginalizados. A sofisticação das normas estabelece uma hierarquia informal entre os "grandes profissionais" - que dominam sua interpretação e aplicação - e os "pequenos profissionais" - que enfrentam dificuldades para assimilar a multiplicidade de regras e possibilidades interpretativas.

Esta dinâmica é especialmente relevante quando se considera o elevado nível de abstração das normas contemporâneas, que demandam crescente exercício de julgamento profissional. Tal característica cria um ambiente propício para que as *Big Firms*, já intimamente envolvidas na elaboração das normas, consolidem sua posição no mercado contábil através de sua expertise em padronização e serviços especializados. Ramirez (2012, p. 54) sintetiza este ciclo através do princípio "*pay to play*": as grandes firmas investem recursos substanciais para participar do processo de padronização e, em contrapartida, colhem os benefícios comerciais de sua contribuição, estabelecendo um ciclo autorreforçador de influência e dominância no campo contábil internacional.

Essas evidências comprovam que o conhecimento, conforme discutido por Macdonald (1995), atua como um capital simbólico, cujo poder reside na definição do que é considerado conhecimento legítimo ou necessário. Entretanto, a análise da IFAC demonstra uma sofisticação perversa operada pelas grandes firmas de auditoria no processo normativo, uma vez que, ao mesmo tempo que contribuíam para elaboração de normas complexas, também

vendiam soluções para complexidade que ajudaram a estabelecer, por meio de seus serviços técnicos especializados. A operacionalização dessa estratégia demonstra a discussão de Macdonald (1995) sobre o controle na definição de problemas e transcende a simples dominação do mercado, uma vez que as grandes firmas de auditoria não atuaram unicamente para solucionar problemas contábeis complexos, mas participaram ativamente da construção da complexidade que legitima sua indispensabilidade no mercado contábil global.

Essa analítica sobre a captura do conhecimento, ocorrida no âmbito da IFAC, exemplifica como o neoliberalismo opera por meio da mercantilização do conhecimento regulatório convertendo o bem público - que deveria orientar o processo de harmonização - em vantagem competitiva privada. Assim, a complexificação das normas contábeis não se limita a fortalecer esta posição dominante, mas institui uma estratificação profissional significativa, na qual apenas especialistas vinculados às *Big Firms* possuem o capital intelectual necessário para a interpretação e aplicação adequada dos regulamentos internacionais. Este fenômeno confirma a tese proposta por Peck (2010), segundo a qual o neoliberalismo perpetua-se mediante ciclos autorreforçados, nos quais as crises institucionais são instrumentalizadas como justificativa para aprofundar e expandir a racionalidade mercadológica nas esferas normativas.

Peck (2010) argumenta que o neoliberalismo não se consolidou exclusivamente por meio de desregulamentações, mas através da institucionalização de entidades privadas dotadas de autoridade normativa. Este processo manifesta-se claramente no caso da IFAC, cuja estrutura institucional legitima-se sob a aparência de neutralidade técnica, enquanto efetivamente reflete os interesses predominantes das grandes firmas de auditoria. Essas constatações convergem ao que fora discutido por Chiapello (2017) quando argumentou que o processo de escolha de convenções contábeis constitui um processo essencialmente político, cujo exame sob uma perspectiva estritamente técnica obscurece o complexo jogo de interesses das escolhas normativas.

Nesse cenário, as grandes firmas de auditoria transcendem o papel de meros agentes normativos, atuando como articuladoras estratégicas de redes que integram *think tanks*, instituições acadêmicas e fóruns políticos. Essa articulação institucional promove sistematicamente a narrativa de que a contabilidade globalizada constitui um requisito indispensável para a estabilidade financeira internacional. Consequentemente, dissemina-se um discurso que legitima a privatização da normatização contábil, fenômeno que Peck (2010) identifica como recorrente em diversos domínios da governança neoliberal.

As evidências apresentadas nessa seção corroboram a argumentação de Dardot e Laval (2016), quando sustentam que a contabilidade transcende seu caráter técnico supostamente neutro, configurando-se como um mecanismo fundamental da governança neoliberal que reconfigura as relações entre Estado, mercado e sociedade. A argumentação proposta reforça esta proposição ao demonstrar que o FoF não apenas institucionalizou a influência das *Big Firms* sobre a IFAC, mas também consolidou sua hegemonia financeira e decisória nos processos normativos contábeis internacionais.

A análise crítica aqui empreendida não tem por objetivo corrigir uma omissão histórica, mas desnaturalizar o discurso dominante que apresenta a governança normativa contábil internacional como domínio técnico e neutro. Ao demonstrar os silenciamentos sistemáticos contidos na produção da memória histórica da IFAC, conforme discutido por Trouillot (1995), torna-se possível compreender como a história oficial atua como instrumento de legitimação das relações de poder, que, neste caso específico, permitiram que o interesse público fosse subordinado aos interesses financeiros do capital transnacional.

Os elementos avaliados sobre a gênese da IFAC revelaram que o poder do silenciamento esteve presente tanto no momento da produção dos arquivos, quanto na recuperação da memória institucional, tal qual teorizado por Trouillot (1995). No caso da IFAC essa dinâmica pode ser observada na narrativa institucional que naturaliza a captura corporativa ao apresentar esse processo como evolução, natural e inevitável, da contabilidade em âmbito global. Essa interpretação da realidade oculta as disputas por poder e os interesses econômicos que nortearam este processo desde o início. Essa analítica é corroborada pela criação de comitês como o FoF e o TAC na estrutura da IFAC, revelando que estas estruturas contemporâneas não representam uma mudança na natureza da organização, mas sim, tornam explícitas as forças que operavam de forma oculta no período mais intenso de articulação política que marcou a gênese da IFAC, de 1967 a 1977.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou de que modo os processos históricos, os atores e os discursos mobilizados nos anos que antecederam 1977 contribuíram para a criação da IFAC, compreendida como expressão de uma nova racionalidade neoliberal no campo contábil internacional. Para responder a essa problemática, definiu-se como objetivo geral identificar como as origens da formação da IFAC estão associadas à disseminação do neoliberalismo nas instituições contábeis. Para alcançar esse objetivo, estabeleceram-se como objetivos específicos: (i) compreender as circunstâncias históricas e sociais que oportunizaram a criação da IFAC em 1977; e (ii) investigar a relação entre atores envolvidos na articulação que levou à sua criação e suas conexões com a disseminação de princípios neoliberais.

A investigação valeu-se da micro-história como abordagem metodológica, de modo que, a partir da análise de elementos inseridos num universo particular, fosse possível elucidar aspectos estruturais daquele momento histórico e, assim, compreender a formação da organização em questão. Com base num debate crítico, este trabalho construiu uma nova narrativa sobre a história da IFAC, que, longe de pretender-se definitiva ou totalizante, procurou oferecer um contraponto fundamentado nas evidências analisadas.

Para sustentar tal proposta interpretativa, partiu da hipótese que a formação da IFAC foi o resultado de uma estratégia de fechamento social (Larson, 1977), que alargou para o cenário internacional as estratégias de profissionalização (Millerson, 1964; Macdonald, 1984, 1995), e, por meio do silenciamento (Trouillot, 1995) da memória institucional, legitimou a retórica da neutralidade técnica da norma, possibilitando a incorporação de princípios neoliberais (Peck, 2010; Slobodian, 2021) na regulação contábil internacional.

Para isso, analisou a formação da IFAC no seu período de gênese, entre 1967 e 1977, evidenciando como determinados discursos, articulações institucionais e escolhas narrativas contribuíram para a consolidação da organização como expressão da racionalidade neoliberal. Ao destacar não apenas os atores e redes que emergiram no processo, mas também as vozes e alternativas que foram gradualmente silenciadas, a pesquisa revelou os mecanismos históricos e simbólicos que conferiram legitimidade à IFAC e à racionalidade que ela passou a representar.

As evidências discutidas nessa tese demonstram a influência da racionalidade neoliberal presente nas propostas de normas livres de fronteiras voltadas a harmonizar e normatizar o proceder contábil em âmbito internacional. Nesse processo, a captura regulatória operacionalizada pelas grandes empresas de auditoria ocorreu tanto no processo normativo quanto no espaço acadêmico, que também foi influenciado para atender aos interesses do capital

privado. Esses exemplos demonstram, conforme discutido com base em Peck (2010) e Slobodian (2021), as estratégias tipicamente neoliberais que foram utilizadas para criar condições favoráveis à reprodução, ampliação e proteção do capital em âmbito global.

Orientada por esses objetivos, a padronização da norma contábil numa perspectiva internacional foi apresentada como uma necessidade do comércio global, e não como interesse das grandes firmas de auditoria. Contudo, tais empresas possuíam interesse econômico direto na normatização, tendo em vista a possibilidade de redução de custos operacionais somada à ampliação de ganhos pelo surgimento do mercado de consultoria voltado à interpretação e implementação das normas.

Desse modo, o discurso da tecnicalidade contábil, que apresentava as normas como neutras, apolíticas e livres de interesses específicos, mascarou interesses econômicos que foram mobilizados para superar a ausência de consenso em relação à padronização, conforme discutido nas seções 4.2, 4.4 e 4.5. Os conflitos existentes foram amplamente silenciados (Trouillot, 1995) por meio da narrativa que buscou construir a imagem que o processo de normatização se fundamentava no desejo altruísta de dar ampla divulgação às "melhores práticas" contábeis vigentes.

Conforme discutido, conflitos de interesses e relações de poder foram amplamente negociados, muitas vezes representados por meio da disputa entre o inglês Benson e o alemão Goerdeler pelo domínio normativo contábil global. Esses embates demonstraram que interesses específicos orientaram os debates iniciais desde o AISG até a ICCAP, que antecedeu a IFAC (seção 4.5). Entretanto, tais interesses foram silenciados e apresentados sob o verniz da atuação em prol do interesse coletivo, ocultando o projeto de captura regulatória financiado pelas grandes firmas de auditoria, com as quais tanto Benson quanto Goerdeler possuíam vínculos profissionais.

A objetividade científica da norma foi utilizada como máscara ideológica dessas empresas, que por meio do apoio ao surgimento de uma estrutura jurídico-técnica transnacional, buscaram estabelecer meios de se protegerem de demandas democráticas por responsabilização, tal como denunciado por meio do Relatório *Metcalf* discutido na seção 4.3. As estratégias utilizadas para construir a IFAC como uma instituição neoliberal que, por meio de normas produzidas em âmbito privado, facilitaria a circulação do capital em âmbito global simultaneamente ao favorecimento dos interesses das empresas de auditoria, também se valeu dos espaços de produção de conhecimento.

Assim, as universidades foram utilizadas como parceiros estratégicos dentro dessa nova arquitetura normativa internacional. A ideologia neoliberal buscou deslocar a atuação do espaço acadêmico de ambiente de debate para espaço produtor de "capital humano" compatível com as novas demandas do mercado. Houve incentivo à produção acadêmica acrítica, voltada à aplicabilidade da norma como meio de formação de profissionais "harmonizados ao contexto normativo", corroborando o silenciamento dos interesses privados ocultos pela neutralidade técnico-normativa.

Essa transformação da formação profissional reconfigurou as competências profissionais subordinando o conhecimento local aos padrões normativos globais, orientados por uma racionalidade financeira transnacional. Desse modo, foi estabelecida uma forma de dominação geopolítica que estabeleceu uma colonização epistêmica do saber contábil pelo padrão anglo-americano, fundamentado no poder econômico, como critério de acesso ao grupo dominante, representando mecanismos de fechamento social (Larson, 1977) numa perspectiva internacional, ampliando o debate sobre profissionalização empreendido por Millerson (1964), Macdonald (1995) e Walker (1991, 1995, 2004).

A discussão empreendida sobre a influência das grandes empresas de auditoria (seção 4.8), a análise da estrutura, lideranças e prioridades iniciais da IFAC (subseção 4.6.4) articuladas em conjunto com as negociações entre atores e instituições com agendas conflitantes (seções 4.4 e 4.5) demonstram como a narrativa de "melhoria da contabilidade" mobilizou discursos de autoridade técnica com intuito de alcançar legitimidade profissional. Essas evidências contribuem para a desconstrução da narrativa, reafirmada ao longo da história, que a padronização normativa decorreu de uma "evolução lógica e inevitável" do saber contábil.

Também foi demonstrado como questões políticas foram convertidas em questões técnicas, silenciando estratégias sofisticadas de dominação presentes desde a gênese da IFAC. A imposição do padrão normativo anglo-americano, a escolha da língua inglesa como idioma (por meio da retórica da facilidade de comunicação), e as "tradições contábeis" (que foram flexibilizadas diante de interesses econômicos demonstrados na seção 4.5), foram utilizados como critério de inclusão ou exclusão no grupo que se constituiu como dominante.

Além disso, os documentos analisados revelaram que a constituição da IFAC (seção 4.6) não pode ser considerada como amplamente democrática como a narrativa da "abrangência de uma ampla participação de organizações contábeis" tentou construir. Ao invés de um modelo democraticamente articulado, foi revelado que a harmonização se deu de forma não

democrática, baseada nas práticas anglo-americanas e alinhada aos interesses das firmas internacionais de auditoria.

Essa perspectiva não pode ser dissociada do fato de esses países serem o berço das firmas internacionais de auditoria. Se a análise dos eventos da gênese da IFAC for ampliada para o cenário contemporâneo da normatização contábil, será percebido que a escolha "neutra" da língua inglesa como elemento comum para justificar a formação do AISG representou uma forma de colonização do saber contábil global pelo padrão anglo-americano. Essa dinâmica reproduz, no microambiente da contabilidade, uma relação mais ampla de dominação típica das estruturas centro-periferia do capitalismo global.

Essa análise desconstrói a narrativa de consenso e participação dialogada e democrática que foi construída por meio da narrativa histórica "oficial". A participação do Brasil na fundação da IFAC (subseção 4.6.3) em conjunto com o debate sobre o poder que cada membro possuía no conselho da IFAC (subseção 4.6.4) é exemplo de como esses mecanismos de dominação foram reproduzidos no âmbito da IFAC, ampliando o debate feito por Larson (1977) e Macdonald (1995).

Por sua vez, o silenciamento nos termos discutidos por Trouillot (1995) foi demonstrado na ocultação de interesses corporativos em espaços de debates técnicos (seção 4.1), na naturalização da influência privada mesmo diante de crises e escândalos contábeis (seções 4.2 e 4.3), na captura regulatória mascarada por estruturas independentes, na invisibilização de conflitos de interesse estruturais (seção 4.3), na naturalização da racionalidade técnica como ideologia e na construção de uma rede de articulação invisível (seção 4.8).

Como discutido na seção 4.1, os congressos internacionais de contabilidade operaram o silenciamento da natureza comercial dos interesses envolvidos. Foi demonstrado como as empresas de auditoria se valeram desses espaços de debate profissional para construir consenso em relação a seus propósitos estratégicos. A participação sistemática dessas empresas ao longo dos anos ocultou agendas corporativas por meio de discussões aparentemente técnicas.

Os temas da responsabilização dos auditores e do interesse público associado ao trabalho de auditoria, que no início do século XX eram aceitos como inerentes à função, foram posteriormente convertidos em mecanismos de proteção contra as demandas democráticas de responsabilização, institucionalizadas por meio da constituição da IFAC. Esse processo exemplifica a apropriação da solução neoliberal discutida por Slobodian (2021) quando demonstrou que as crises provocadas pelo neoliberalismo foram "solucionadas" pelo incremento do neoliberalismo. De forma análoga, os questionamentos sobre responsabilização

dos auditores foram convertidos em demandas por “mais regulação”, que, por sua vez, favoreceram o mercado de auditoria.

Também foi demonstrado como as grandes firmas de auditoria influenciaram organismos reguladores (AICPA, FASB, FAF, FASAC) por meio de financiamento indireto e fornecimento de pessoal qualificado, que viabilizaram o adequado funcionamento institucional dessas entidades. Foi evidenciado como o silenciamento da dependência financeira dos órgãos reguladores em relação às grandes firmas de auditoria assegurou que tais entidades mantivessem estruturas institucionais supostamente independentes. Foi revelado como esse modelo foi replicado na estrutura da IFAC, por meio do TAC e FoF, da massiva vinculação de seus presidentes e vice-presidentes com grandes firmas de auditoria (Tabela 10) e do expressivo aporte financeiro realizado por tais empresas ao longo do tempo (Tabelas 13, 14, 15 e 16).

Por sua vez, a invisibilização da atuação das firmas de auditoria nas articulações em prol do surgimento da IFAC demonstra como o silenciamento foi utilizado para ocultar poder e influência econômica que comprometem a interpretação dessa entidade como uma estrutura imparcial e dedicada ao interesse coletivo da categoria. Assim, a utilização do termo “contadores” na sigla da IFAC consistiu em uma construção retórica, instrumentalizada para dissimular o caráter exclusivista de sua atuação (focada na auditoria), que por meio de um termo generalista (contabilidade), buscou-se sugerir uma identidade baseada em pluralidade de interesses.

As evidências demonstram a rede de articulação invisível que permitia que as grandes empresas de auditoria influenciassem todo o ciclo normativo, assegurando que seus propósitos estariam resguardados do estabelecimento à implantação da norma no mercado. Nesse cenário, as grandes firmas de auditoria obtiveram dupla vantagem: criaram um grupo fechado (Larson, 1977) responsável por produzir normas contábeis que atendessem às necessidades do mercado e, a partir desses instrumentos normativos, passaram a oferecer serviços de consultoria para sua interpretação, tal como discutido por Ramirez (2012).

Essas empresas passaram a definir como os dados devem ser apresentados, tornando-se, assim, as formuladoras das regras do jogo: dizem “o que” e “como” deve ser feito e interpretado. Com isso, criaram barreiras de entrada ao desenvolver normas excessivamente complexas e, ao mesmo tempo, lucram com a venda de serviços de interpretação dessas mesmas normas que ajudaram a elaborar. Esse ciclo de atuação pode explicar por que essas empresas realizam um aporte significativo de recursos na IFAC e no processo de normatização contábil em âmbito internacional.

Sob a perspectiva mercadológica, trata-se de uma estratégia engenhosa, que garantiu a reserva de um mercado altamente lucrativo voltado à apresentação de demonstrações contábeis em âmbito internacional. As normas "técnicas e neutras" passaram a apresentar elevado grau de abstração, forte dependência de julgamento profissional e múltiplos critérios de mensuração, sem que houvesse um padrão único e claro para a apresentação das informações. Tais características aumentam a complexidade e reduzem a transparência das demonstrações contábeis, apesar da grande quantidade de normas existentes.

Assim, talvez o verdadeiro problema nunca tenha sido a inexistência de normas contábeis capazes de lidar com a contabilidade em escala internacional, mas sim a necessidade de as grandes empresas de auditoria otimizarem tempo e recursos. Uma norma global facilitaria o processo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, padronizando procedimentos e reduzindo custos operacionais dessas empresas. A criação, desde o início da IFAC, do comitê de auditoria, o IAPC, já indicava o poder que essas organizações e a atividade de auditoria exerciam dentro da federação, uma vez que esse comitê não precisava submeter suas deliberações ao Conselho. Ou seja, tratava-se de uma organização dentro da própria organização.

Por sua vez, a naturalização da racionalidade técnica como elemento inquestionável produziu ativamente o silenciamento sobre "a quem servem" e "quais interesses consolidam" a difusão de normativas contábeis padronizadas internacionalmente. Na realidade, o objetivo era proteger e defender os propósitos de um pequeno grupo, restringindo o acesso aos ganhos econômicos. Sob esta perspectiva, a IFAC deveria ser denominada Federação Internacional dos Auditores, considerando que são os interesses dessa atividade que orientam sua ação.

A retórica fundadora da IFAC, expressa por Goerdeler (1977) na epígrafe que abre esta tese, apresentava a harmonização contábil como resposta necessária à crescente interdependência econômica global e como missão abrangente de uma profissão capaz de servir à sociedade em múltiplos papéis. O percurso histórico analisado neste trabalho, contudo, revela um descompasso entre esse ideal e a prática: a amplitude da *accountancy profession* evocada no discurso inaugural funcionou como estratégia discursiva para ocultar a centralidade dos interesses da auditoria, que desde o início orientaram a agenda da federação, embora apresentados sob a narrativa mais ampla e aparentemente inclusiva da "profissão contábil".

Ao naturalizar a racionalidade técnica e ocultar o caráter político das decisões normativas, a IFAC consolidou-se como guardiã de um mercado restrito e altamente lucrativo, distante do espírito inclusivo proclamado em sua gênese. Sob essa perspectiva, renomeá-la

como Federação Internacional dos Auditores não é mero recurso retórico, mas uma síntese do lugar que, de fato, passou a ocupar no cenário global. Esse processo revela como a narrativa da tecnicalidade da norma contábil, disseminada por meio de medidas de controle apresentadas como elementos neutros, moldou a racionalidade de um tempo através de tecnologias tipicamente neoliberais. O não questionamento dos interesses subjacentes às normativas e o obscurecimento sistemático dos beneficiários reais das regulações exemplificam, assim, o silenciamento presente na construção da narrativa (Trouillot, 1995), estrategicamente articulado para ocultar o caráter político das decisões técnicas.

Os resultados dessa tese demonstram não ser possível dissociar os interesses das grandes firmas de auditoria e das corporações multinacionais dos interesses defendidos pela IFAC. Desse modo, essa organização pode, sim, ser considerada um produto da ideologia neoliberal (Peck, 2010; Slobodian, 2021), que, por meio de suas normativas, protege interesses privados, sobrepondo os benefícios de um pequeno grupo aos da profissão contábil como um todo. Assim, a IFAC pode ser interpretada como um projeto de fechamento social (Larson, 1977) no âmbito da contabilidade, a partir da perspectiva da auditoria. Esses interesses específicos orientaram todo o processo normativo, desde a gênese da organização, criando uma fonte relevante de ganhos econômicos que foram estrategicamente silenciados sob a narrativa neutra da necessidade de harmonização em âmbito internacional.

Foi demonstrado como a narrativa oficial, neutra e apolítica, atua ativamente na produção do silenciamento (Trouillot, 1995) dos interesses privados que influenciaram esse desenho institucional, permitindo que esses interesses exerçam influência determinante por meio de uma estratégia velada de controle organizacional. Nesse caso, o silenciamento não é utilizado apenas para suprimir vozes dissonantes, mas para ocultar premeditadamente os interesses privados envolvidos na formação institucional da IFAC.

Contudo, o debate apresentado sob essa perspectiva crítica, que propõe um novo olhar para gênese da IFAC, não almeja construir uma nova narrativa "única" ou "correta" sobre a história dessa organização, pois, se assim o fizesse, também representaria uma forma de silenciamento na produção da narrativa historiográfica retrospectiva. Este trabalho, ao contrário, objetiva apresentar uma narrativa alternativa, sob a convicção de que, ao iluminar elementos oprimidos pela construção oficial, proporciona um debate crítico voltado à desconstrução de narrativas únicas e reducionistas. Desse modo, contribui para a redução das assimetrias de poder presentes no processo de normatização contábil, ao oportunizar que outras vozes possam ser ouvidas.

Entretanto, esta pesquisa enfrentou algumas limitações que, embora não enfraqueçam a narrativa aqui construída, indicam caminhos promissores para investigações futuras, contribuindo assim para o aprofundamento e o enriquecimento do debate proposto. A primeira limitação refere-se ao acesso à ata de constituição original da IFAC. A negativa da própria IFAC em disponibilizar esse documento, aliada à impossibilidade de comparecimento presencial à sede da organização, em Nova Iorque, para uma conversa *in loco* e eventual consulta a arquivos históricos, impediu uma análise mais aprofundada tanto da ata quanto das discussões ocorridas nas reuniões que antecederam sua formalização.

Essa limitação documental é particularmente relevante quando se considera que organizações dessa natureza produzem documentos internos (atas, correspondências, registros de reuniões preparatórias) que poderiam revelar fatos não explicitados nos documentos oficiais atualmente disponíveis no endereço eletrônico da IFAC. Esses materiais também poderiam esclarecer elementos que, pelas fontes utilizadas nesta pesquisa, não puderam ser plenamente compreendidos. Assim, pesquisas futuras poderão complementar essa lacuna documental e, por meio de novo debate, ampliar o conhecimento sobre a gênese da IFAC.

Além disso, é relevante reconhecer que, por questões de foco, escopo e tempo, esta pesquisa aprofundou-se na análise de um conjunto específico de fontes documentais, priorizando aquelas que possibilitariam compreender o processo de gênese da IFAC. Consequentemente, não foram analisadas de forma individualizada as contribuições ou motivações de todas as organizações e países signatários fundadores, especialmente aquelas dedicadas exclusivamente à atividade de auditoria. Essas escolhas metodológicas não comprometem os objetivos centrais dessa tese, mas evidenciam oportunidades de aprofundamento e ampliação analítica em estudos futuros.

Além disso, a escolha metodológica dos atores envolvidos (i.e., Reinhard Goerdeler, Gordon Cowperthwaite e Hilário Franco) permitiu demonstrar suas conexões com as grandes firmas de auditoria. Entretanto, essa amostra limitada impede uma compreensão mais abrangente do perfil coletivo dos participantes e do grau de infiltração das firmas de auditoria entre os demais delegados. Também não foi possível aprofundar sobre a composição e as relações internas da delegação brasileira. Pesquisas futuras podem dedicar-se à análise das trajetórias profissionais dos demais envolvidos, de modo a revelar padrões mais amplos de articulação entre interesses corporativos e profissionais.

Adicionalmente, investigações de caráter prosopográfico, que mapeiem sistematicamente os currículos e trajetórias dos participantes, poderiam esclarecer se as

conexões com as grandes firmas de auditoria constituíam um padrão generalizado ou se havia outros perfis profissionais representados. Tal análise permitiria compreender se os congressos internacionais funcionavam, de fato, como um evento corporativo restrito a um grupo seleto de firmas ou se contemplavam uma gama mais ampla de interesses profissionais.

Além desses fatores, o fato dessa pesquisa ter sido realizada no Brasil também impôs algumas limitações quanto ao acesso a jornais especializados, revistas profissionais e documentos produzidos por organizações profissionais de outros países, os quais poderiam ampliar a compreensão sobre como a fundação da IFAC foi recebida e interpretada em diferentes contextos nacionais. Pesquisas futuras podem aprofundar essa lacuna, permitindo elucidar se os interesses identificados no caso brasileiro também se reproduziam em outros países, assim como verificar se houve resistência ou interpretações alternativas que não puderam ser captadas nesta tese.

Além disso, pesquisas futuras podem se dedicar a examinar a cobertura midiática e a recepção profissional da fundação da IFAC em outros países, a fim de esclarecer como o discurso da neutralidade técnica foi construído e disseminado internacionalmente, revelando variações nacionais na interpretação e legitimação desse processo. Essas investigações permitiriam uma compreensão mais aprofundada sobre como interesses corporativos se travestem de imperativos técnicos nos diversos cenários culturais e institucionais. Tal investigação permitiria questionar a narrativa, historicamente construída, de que a disseminação normativa necessariamente resulta em melhoria da qualidade da informação contábil.

Por fim, este trabalho, ao concentrar-se na gênese da IFAC, não se propôs a examinar de forma sistematizada a atuação da organização nas décadas subsequentes à sua criação. Pesquisas adicionais podem dedicar-se a analisar como os interesses das empresas de auditoria se materializaram nas escolhas estratégicas e normativas dessa entidade. Seria particularmente relevante investigar como esses interesses se expressaram na criação de novos nichos de mercado por meio da normatização, como pode ser observado nas regulamentações voltadas ao setor público ou nas normas relacionadas a *Environmental, Social and Governance*. Essa linha de investigação poderia revelar as estratégias de expansão mercadológica das firmas de auditoria por meio da criação de novas demandas regulatórias.

Desse modo, o debate proposto nesta tese demonstrou a relevância da adoção de uma perspectiva crítica para compreender a história de formação de organizações globais, especialmente daquelas que operam por meio de discursos supostamente técnicos e aparentemente neutros. A crítica histórica constitui-se como ferramenta indispensável para

revelar como projetos institucionais específicos se universalizam, silenciando alternativas e naturalizando relações de poder que moldam profundamente a organização das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

Fontes de Arquivo

American Institute of Certified Public Accountants

American Institute of Certified Public Accountants. (1963). *Proceedings: Eighth International Congress of Accountants, September 23–27, 1962, New York, N.Y.* American Institute of Certified Public Accountants. https://egrove.olemiss.edu/aicpa_assoc/1035/

Biblioteca do Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, Brasil.

J.D. (1930). Congresso Internacional de Contabilidade de New York. *Revista Brasileira de Contabilidade, 2(1)*, 30-31.

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Dreyfuss, R. (1978). Mensagem do sr. ministro da economia da República Federal da Alemanha, dr. Otto Graff Lambsdorff, na abertura do XI Congresso Internacional de Contabilidade, em Munique. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 18*, 4-5. https://www.crcrs.org.br/arquivos/revistas/tecnica/rev_018.pdf

Sá, A. L. de (1989). A origem e os princípios contábeis. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 55(18)*, 2-4.

Diário do Congresso Nacional

Câmara dos Deputados. (1978). *Projeto de Lei nº 5.340, de 1978*. Brasília, DF.

Fontes Primárias Impressas (exemplares adquiridos em alfarrabistas)

Franco, H. (1993). *50 anos de contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

Alves, J. (1978). Pronunciamento Deputado José Alves (Arena AL) no dia 18 de maio de 1978. *Diário do Congresso Nacional*, Ano XXXIII, Seção 1(51), 3742. https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18MAI1978.pdf

Braga, P. (1975, 31 de outubro). De olho nas empresas nacionais. *Opinião*, (00156), 8. http://memoria.bn.br/DocReader/123307/3579

Cidade de Santos. (1977, 20 de outubro). Espionagem econômica é denunciada por deputado. *Cidade de Santos,* (03690), 7. http://memoria.bn.br/DocReader/896179/58531

Correio Braziliense. (1972, 18 de agosto). Malhães defende contadores no DF. *Correio Braziliense*, (03901), 38. http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/25639

Correio Braziliense. (1978, 04 de janeiro). Auditores Brasileiros querem liberdade para trabalhar. *Correio Braziliense*, (05459), 14. http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/98528

Correio da Manhã. (1973, 21 e 22 de outubro). Resolução já beneficia auditores independentes. *Correio da Manhã*, (24700), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/38535

Diário de Notícias. (1976, 24 de setembro). Periscópio Price Whaterhouse Peat & Co. foi punida nos EE UU e cassada na França. *Diário de Notícias*, (14719), 3. http://memoria.bn.br/DocReader/093718_05/45141

Diário de Notícias. (1976, 29 de setembro). Periscópio DN comprova denúncia contra grupo Denasa: um dos seus diretores é espião. *Diário de Notícias*, (14723), 3. http://memoria.bn.br/DocReader/093718_05/45193

Economia. (1976, 06 de agosto). Comércio propõe 70 modificações na Lei das S/A. *Jornal do Brasil*, (00120), 18. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/76855

Economia/ Bolsas e Mercado. (1976, 07 de outubro). Denúncia de auditores. *Jornal do Brasil*, (00182), 25. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/81366

Economia. (1978, 20 de julho). Jornal denuncia oito empresas de auditoria. *Jornal do Brasil*, (00103), 28. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/129601

Economia/ Bolsas e Mercado. (1972, 22 de setembro). Especialistas debatem normas para auditoria. *Jornal do Brasil*, (00155), 40. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/245740

Economia e Finanças. (1975, 29 de outubro). Câmara debate lei das S/A. *Diário de Pernambuco*, (00292), 9. http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/76438

Florentino, A. M. (1979, 24 de março). Exercício da profissão de auditor contábil. *Jornal do Commercio*, (00144), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/63432

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (1978, 04 de abril). Posse da diretoria nacional. *Jornal do Brasil*, (00357), 22. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/122355

Jornal do Brasil. (1982). Caderno de economia e negócios – Seção Empresas. *Jornal do Brasil (RJ)*, (00210), 18. http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_10/83248

Jornal do Commercio. (1977, 20 de outubro). Multis acusadas de espionar. *Jornal do Commercio*, (00016), 3. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/51976

Jornal do Commercio. (1978, 03 de maio). Espionagem nas auditorias. *Jornal do Commercio*, (00174), 5. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/56242

O Fluminense. (1976, 11 de setembro). Valle quer S/A mudada. *O Fluminense*, (022405), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/38681

O Fluminense. (1978, 22 de maio). Deputado denuncia estrangeiros no mercado de auditoria. *O Fluminense*, (02498A), 27. http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/55188

O Estado de Florianópolis. (1972, 23 de dezembro). Contabilidade tem normas aprovadas. *O Estado de Florianópolis*, (17078), 6. http://memoria.bn.br/DocReader/884120/111965

Pereira, F. (1976, 02 de julho). Multinacionais espião de números. *Opinião*, (00191), 15. http://memoria.bn.br/DocReader/123307/4449

Pereira, F. (1976, 22 de outubro). Auditoria porta aberta. *Opinião*, (00207), 10. http://memoria.bn.br/DocReader/123307/4906

Pfaltzagraff, R. (1972, 26 de abril). Os auditores contábeis. *Tribuna da Imprensa*, (06683), 4. http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/8440

Pfaltzagraff, R. (1972, 11 de maio). O CFC, o sindicato dos contabilistas e o instituto-fantasma. *Tribuna da Imprensa*, (06695), 4. http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/8584

Pfaltzagraff, R. (1972, 11 de agosto). A incapacidade dos auditores estrangeiros no parecer sobre o balanço da Unipar. *Tribuna da Imprensa*, (06772), 4 http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/9534

Pfaltzagraff, R. (1975, 28 de setembro). Auditoria contábil e as fraudes. *Diário de Notícias*, (16422), 7. http://memoria.bn.br/DocReader/093718_05/40182

Pfaltzagraff, R. (1976, 04 de fevereiro). As sociedades de capital aberto obrigadas à auditoria de firmas brasileiras - (VIII). *Tribuna da Imprensa*, (008078), 4 http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/22674

Pfaltzagraff, R. (1976, 11 de fevereiro). Auditores brasileiros asfixiados pelos auditores estrangeiros pedem providência ao governo – (II). *Tribuna da Imprensa*, (008084), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/22750

Pfaltzagraff, R. (1976, 19 de fevereiro). Unimed: a eficiência e a proteção da saúde do brasileiro. *Tribuna da Imprensa*, (008091),4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/22837

Pfaltzagraff, R. (1976, 20 de fevereiro). O INPS pode gastar menos, atender mais e servir melhor ao brasileiro. *Tribuna da Imprensa*, (008092), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/22849

Pfaltzagraff, R. (1976, 23 de fevereiro). O INPS pode gastar menos, atender mais e servir melhor ao brasileiro. *Tribuna da Imprensa*, (008094), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/22877

Pfaltzagraff, R. (1976, 27 de abril). Minha campanha terminou. *Tribuna da Imprensa*, (008145), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/23521

Pfaltzagraff, R. (1976, 28 de abril). Minha campanha terminou. *Tribuna da Imprensa*, (008146), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/23533

Pfaltzagraff, R. (1976, 16 de junho). Sociedades de prestação de serviços: perda de favor fiscal. *Tribuna da Imprensa*, (008187), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24049

Pfaltzagraff, R. (1976, 18 de junho). Sociedades de prestação de serviços: perda de favor fiscal (II). *Tribuna da Imprensa*, (008188), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24061

Pfaltzagraff, R. (1976, 21 de junho). A auditoria brasileira controlando as multinacionais no Brasil (I). *Tribuna da Imprensa*, (008190), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24089

Pfaltzagraff, R. (1976, 22 de junho). A auditoria brasileira controlando as multinacionais no Brasil (II). *Tribuna da Imprensa*, (008191), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24101

Pfaltzagraff, R. (1976, 23 de junho). Os auditores brasileiros podem ajudar o governo controlando as multinacionais (III). *Tribuna da Imprensa*, (008192), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24113

Pfaltzagraff, R. (1976, 24 de junho). Porque os auditores norte-americanos controlam no Brasil as multinacionais e as empresas de nossa segurança nacional? (IV). *Tribuna da Imprensa*, (008193), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24125

Pfaltzagraff, R. (1976, 26-27 de junho). Os auditores estrangeiros e os norte-americanos devem ser proibidos de exercer auditoria no Brasil (V). *Tribuna da Imprensa*, (008195), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24149

Pfaltzagraff, R. (1976, 02 de julho). Os auditores estrangeiros, americanos, canadenses e ingleses não podem emitir certificados de auditoria (VII). *Tribuna da Imprensa*, (008200), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24213

Pfaltzagraff, R. (1976, 23 de agosto). Pedimos ao SNI que apure novo escândalo: COBAL protege auditores estrangeiros vergonhosamente: corrupção! *Tribuna da Imprensa*, (008244), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24773

Pfaltzagraff, R. (1976, 26 de agosto). Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal nota de esclarecimento. *Tribuna da Imprensa*, (008247), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24809

Pfaltzagraff, R. (1976, 30 de agosto). Nosso pedido ao presidente Geisel. *Tribuna da Imprensa*, (008250), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24849

Pfaltzagraff, R. (1976, 31 de agosto). Segurança nacional continua ferida pelos auditores estrangeiros multinacionais: denúncia! *Tribuna da Imprensa*, (008251), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24861

Pfaltzagraff, R. (1976, 1 de setembro). A corrupção na concorrência da Cobal – Cia. Brasileira de Alimentação – favorecendo auditores (?) estrangeiros: crime contra o nacionalismo brasileiro (III). *Tribuna da Imprensa*, (008252), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24873

Pfaltzagraff, R. (1976, 3 de setembro). O escândalo da concorrência da Cobal favorecendo auditores (?) estrangeiros; atenção do SNI e do Congresso Nacional (V). *Tribuna da Imprensa*, (008254), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24897

Pfaltzagraff, R. (1976, 11-12 de setembro). Em breve milhares de brasileiros estarão sem emprego e seus diplomas nada valendo, pela ação nefasta dos auditores (?) estrangeiros que agem através os arts. 24 e 136 da Lei das S.A. (IV). *Tribuna da Imprensa*, (008260), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/24973

Pfaltzagraff, R. (1976, 14 de outubro). A vitória dos auditores brasileiros é a vitória das profissões liberais brasileiras. *Tribuna da Imprensa*, (008289), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/25329

Pfaltzagraff, R. (1976, 21 de outubro). Auditoria independente é para os contadores-auditores ou é para os técnicos de contabilidade? Denúncia ao Instituto dos Auditores

Independentes do Brasil! *Tribuna da Imprensa*, (008295), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/25405

Pfaltzagraff, R. (1976, 10 de novembro). A vergonha dos editais de licitação para os auditores independentes: denúncia ao IAIB no caso do edital da Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente. *Tribuna da Imprensa*, (008311), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/25609

Pfaltzagraff, R. (1976, 17 de novembro). A lei dos valores mobiliários que sai do senado e a reivindicação dos contadores auditores. *Tribuna da Imprensa*, (008316), 4. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/25673

Pfaltzagraff, R. (1977, 08 de agosto). Os registros múltiplos do contador brasileiro, para exercer auditoria no Brasil. *Tribuna da Imprensa*, (008522), 7. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/28387′

Pfaltzagraff, R. (1977, 22 de dezembro). O prof. Otto Fuchshuber, presidente do IAIB e este auditor independentebrasileiro! *Tribuna da Imprensa*, (008636), 7. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/29816

Informationszentrum Technik und Naturwissenschaften und Universitätsbibliothek da Leibniz Universität Hannover, Hannover, Alemanha

Benson, H. (1976). A Story of International Accounting Standards. Em Brennan, W. J. (1979) (Ed), *The internationalization of the accountancy profession:* a collection of views by leading international accountants, 41-47.

Brennan, W. J. (1979). *The internationalization of the accountancy profession:* a collection of views by leading international accountants. Toronto: The Canadian Institute of Chartered Accountants.

Cowperthwaite, G. H. (1979). Foreword. Em Brennan, W. J. (1979) (Ed), *The internationalization of the accountancy profession:* a collection of views by leading international accountants, i-ii.

Forster, K. (1978). *Rechnungslegung und Pruefung in internationaler Sicht:* Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober. Düsseldorf: IdW-Verlag.

Goerdeler, R. (1977). Bestrebungen zur Harmonisierung von Rechnungslegung und Prüfung in den letzten fünf Jahren. Berichte der Präsidenten internalionaler bzw, regionaler Berufszusammenschlüsse: ICCAP. Em Forster, K. (1978) (ed), *Rechnungslegung und*

Pruefung in internationaler Sicht: Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober, 40-46.

Goerdeler, R. (1977). Ausblickc auf künftige Aufgaben von IFAC. Em Forster, K. (1978) (ed), *Rechnungslegung und Pruefung in internationaler Sicht:* Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober, 473-475.

Goerdeler, R. (1979). The International Federation of Accountants. Em Brennan, W. J. (1979) (Ed), *The internationalization of the accountancy profession:* a collection of views by leading international accountants, 5-13.

Goppel, A. (1977). Begrüβung. Bayerischer Ministerpräsident, Schirmherr des Kongresses. Em Forster, K. (1978) (ed), *Rechnungslegung und Pruefung in internationaler Sicht:* Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober, 40-46.

Kronawitter, G. (1977). Begrüβung. Oberbürgermeister der Landeshauptstadt München. Em Forster, K. (1978) (ed), *Rechnungslegung und Pruefung in internationaler Sicht:* Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober, 40-46.

Lambsdorff, O. G. (1977). Festansprache. Bundeswirtschaftsminister, Nationale und internationale Fragen der Wirtschaftspolitik. Em Forster, K. (1978) (ed), *Rechnungslegung und Pruefung in internationaler Sicht:* Bericht über den 11. Internationalen Accountants-Kongreß, München 1977, 10. bis 14. Oktober, 40-46.

Mueller, G. G. (1979). The State of the Art of Academic Research in Multinational Accounting. Em Brennan, W. J. (1979) (Ed), *The internationalization of the accountancy profession:* a collection of views by leading international accountants, 83-97.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, São Paulo, Brasil

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2007). Auditoria: Registros de uma profissão. São Paulo: IBRACON. https://www.ibracon.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Auditoria-Registros-de-uma-Profissao.pdf

Internet Archive

Chatov, R. (1975). Public or private control? Em *Corporate financial reporting: Public or private control?*, 271-288. The Free Press. https://archive.org/details/corporatefinanci0000chat/page/n13/mode/1up

Subcommittee on Reports, Accounting, and Management. (1976). *The accounting establishment: A staff study. Committee on Government Operations United States Senate*. U.S. Government Printing Office. Disponível em: https://archive.org/details/accstabl00unit/page/n13/mode/2up

International Federation of Accountants, New York, New York.

Forum of Firms. (2021, June 4). *Forum of Firms Constitution*. International Federation of Accountants. https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/uploads/TAC-FoF/Forum-of-Firms-Constitution.pdf

Forum of Firms. (2020, October 8). *Forum of Firms Operating Procedures*. International Federation of Accountants. https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/uploads/TAC-FoF/Forum-of-Firms-Operating-Procedures.pdf

International Federation of Accountants. (2022*). Constitution of the International Federation of Accountants*. https://ifacweb.blob.core.windows.net/publicfiles/2023-12/IFAC-Constitution-November-2023.pdf

International Federation of Accountants. (s.d). *Transnational Auditors Committee*. https://www.ifac.org/who-we-are/transnational-auditors-committee-forum-firms

International Federation of Accountants. (November, 2022). *Who We Are, Fouding History, Fouding Members.* https://www.ifac.org/who-we-are/our-purpose

International Federation of Accountants. (2022). Integrated annual review 2021. https://www.ifac.org/publications/2021-ifac-integrated-annual-review

International Federation of Accountants. (2002). *2001 annual report: Achieving a new vision*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2001-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2003). *2002 annual report: Promoting transparency and the public interest*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2002-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2004). *2003 annual report: Charting a new course for the future*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2003-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2005). *2004 annual report: Developing the global profession*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2004-ifac-annual-report-0

International Federation of Accountants. (2006). *2005 annual report: Building an investment climate of trust*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2005-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2007). *2006 annual report: Leading the global profession thirty years of progress*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2006-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2008). *2007 annual report: Building transparency and trust*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2007-ifac-annual-report

International Federation of Accountants. (2014). *2013 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2013-financial-statements-and-service-delivery

International Federation of Accountants. (2015). *2014 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2014-financial-statements

International Federation of Accountants. (2016). *2015 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2015-financial-statements

International Federation of Accountants. (2017). *2016 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2016-financial-statements

International Federation of Accountants. (2018). *2017 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2017-financial-statements

International Federation of Accountants. (2019). *2018 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2018-financial-statements

International Federation of Accountants. (2020). *2019 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2019-financial-statements

International Federation of Accountants. (2021). *2020 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2020-financial-statements

International Federation of Accountants. (2022). *2021 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2021-financial-statements

International Federation of Accountants. (2023). *2022 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2022-financial-statements

International Federation of Accountants. (2024). *2023 financial statements*. IFAC. https://www.ifac.org/publications/2023-financial-statements

International Auditing and Assurance Standards Board. (s.d.). *History*. https://www.iaasb.org/about-iaasb

The Institute of Chartered Accountants in Australia and Australian Society Of Accountants, Sydney, Australia.

10th International Congress of Accountants 1972. National Papers. (1972). Associated Pulp & Paper Mills Ltd., 1-396.

Wirtschaftsprüferkammer, Berlim, Alemanha

Wirtschaftsprüferkammer (2021). Berufliche Selbstverwaltung im öffentlichen Interesse 1961 – 2021 60 Jahre. https://www.wpk.de/fileadmin/documents/Oeffentlichkeit/Publikationen/WPK_Jubilaeumsschrift_60_Jahre.pdf

Artigos e Matérias de *Sites*

Carl und Anneliese Goerdeler-Stiftung. (s.d). *Zweck der Stiftung. Jubiläum – Rückblick auf 25 Jahre erfolgreiche Stiftungsarbeit*. http://www.goerdeler-stiftung.de/

Conselho Federal de Contabilidade. (s.d.). *Assuntos internacionais*. Conselho Federal de Contabilidade. https://cfc.org.br/tecnica/assuntos-internacionais/

Dennis, A. (2004, May 1). Taking account of history: How much and how little have changed in a century. *Journal of Accountancy*. https://www.journalofaccountancy.com/issues/2004/may/takingaccountofhistory/

Editorial Comment (1977). Em: Watson, Thomas S. (1977). Senator Metcalf: Bridge To Government. *Woman C.P.A, 39(3)*. Disponível em: https://egrove.olemiss.edu/wcpa/vol39/iss3/4

Forrester, D. A. R. (2004). St. Louis Exposition of 1904 and the Accountants' Congress, Sept 26–28: Their history revised for 2004. *Accounting Historians Notebook, 27(2), Article 6, 12–26*. https://egrove.olemiss.edu/aah_notebook/vol27/iss2/6

Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland – IDW. (s.d.). *About the IDW*. https://www.idw.de/the-idw/about-the-idw/index-2.html

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (s.d.). *Nossa história*. IBRACON. https://www.ibracon.com.br/nossa-historia/

KPMG. (2005, julho). *Who were K, P, M & G?* https://web.archive.org/web/20081203043747/http://kpmghu.lcc.ch/dbfetch/52616e646f6d4956c247e50a674f62a32f0d015479d0165a302d8f3a286f0314/who_were_kpmg.pdf

KPMG. (2008). *Stroll Through KPMG History Reinhard Goerdeler.* https://web.archive.org/web/20080205130237/http://www.kpmg.hu/index.thtml/hu/_ki/strollth/goerdeler_reinhard/index.html

KPMG. (s.d.). *Our story. Learn about our story*. https://kpmg.com/hu/en/home/about/our-story.html

Leland. (2024, 7 de novembro). What Does KPMG Stand For? Breakdown of the Acronym & History. https://www.joinleland.com/library/a/demystifying-kpmg-what-does-the-acronym-stand-for

Mellett, E. B. (1988). *From Stopwatch to Satrategy: a history of the first twenty-five years of the Canadian Association of Management Consultants*. https://www.cmc-canada.ca/web/default/files/From%20Stopwatch%20To%20Strategy.pdf

Mulcahy, L. (2023, 3 de novembro). *The Birth and Global Expansion of KPMG: A Legacy of Three Founding Firms*. https://mulcahyconsultants.com/2023/11/03/the-birth-and-global-expansion-of-kpmg-a-legacy-of-three-founding-firms/

Murphy, M. E. (1961). The Seven International Congresses of Accountants. *The Accounting Review, 36(4), 555–563*. http://www.jstor.org/stable/242680

Samuels, J. M. (1985). The 1904 Congress of Accountants: National or International? *The Accounting Historians Journal, 12(1), 99–105*. http://www.jstor.org/stable/40697846

The Canadian Accounting Hall of Fame. (2021, January). *"Founders of the Profession" inducted in 2021*. https://www.caaa.ca/media/305509/gordon-h-cowperthwaite.pdf

Turner, J. (1983). A professional goal - international harmony in accounting standards. *Maandblad Voor Accountancy en Bedrijfseconomie, 57(2)*, 67-77. http://dx.doi.org/10.5117/mab.57.15075

United States Holocaust Memorial Museum. (s.d.). *Carl Goerdeler, ex-prefeito de Leipzig e líder do atentado de julho de 1944 contra Hitler vai a julgamento*. https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/carl-goerdeler

United States Holocaust Memorial Museum. (s.d.). *A Resistência Alemã a Hitler*. https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/german-resistance-to-hitler

Wikipedia The Free Encyclopedia. (s.d.). *Reinhard Goerdeler*. https://en.wikipedia.org/wiki/Reinhard_Goerdeler#cite_note-2

Wikipedia The Free Encyclopedia. (s.d.). *Carl Friedrich Goerdeler*. https://en.wikipedia.org/wiki/Carl_Friedrich_Goerdeler

Fontes Secundárias

Abal, F. C. (2021). SLOBODIAN, Quinn. Globalists: The end of empire and the birth of neoliberalism. Cambridge: Harvard University Press, 2018. *Estudos Ibero-Americanos, 47(1)*, e36861. https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.1.36861

Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.

Achebe, C. (1989). *Hopes and impediments: Selected essays*. Doubleday.

Ahrens, T., Ferry, L. & Khalifa, R. (2020). Governmentality and counter-conduct: A field study of accounting amidst concurrent and competing rationales and programmes. *Management Accounting Research, 48*. https://doi.org/10.1016/j.mar.2020.100686

Alawattage, C. & Azure, J. D. C. (2021). Behind the World Bank's ringing declarations of "social accountability": Ghana's public financial management reform. *Critical Perspectives on Accounting, 78*. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.02.002

Alesani D., Jensen G. & Steccolini I. (2012). IPSAS adoption by the World Food Programme: An application of the contingency model to intergovernmental organisations. *International Journal of Public Sector Performance Management, 2 (1)*, 61-80. https://doi.org/10.1504/IJPSPM.2012.048744

Araripe, L. de A. (2006). Primeira Guerra Mundial. Em Magnoli, D. (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto.

Argento, D., Grossi, G., Jääskeläinen, A., Servalli & S., Suomala, P. (2020). Governmentality and performance for the smart city. *Accounting, Auditing and Accountability Journal, 33(1)*, 204-232. https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2017-2922

Araya-Leandro, C., Caba-Pérez, C., & López-Hernández, A. (2011). La innovación en los sistemas de información financiera gubernamental en la región centroamericana: evidencias desde Costa Rica. *Innovar, 21(41)*, 111-123. Recuperado maio 21, 2023, em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-50512011000300009&lng=en&tlng=es.

Arruda, J. J. de A. (1998). Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. *Economia e Sociedade, 10*, 175–191. Recuperado de https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/476/07_Jobson.pdf

Arruda, J. J. de A. (2007). Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas. *Saeculum, l(16)*, 25-31. Recuperado de: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11369

Arruda, J. J. de A. (2014). *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda.

Baker, R. & Rennie, M. D. (2017). A public sector accounting technology and its association with a transition to responsible government. *Accounting History Review, 27(2)*, 115-142. https://doi.org/10.1080/21552851.2016.1264984

Barros, J. C. D. A. (2010). A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. *Revista Eletrônica História Em Reflexão, 4(8)*. Recuperado de https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953

Baskerville, R. & Grossi, G. (2019). Glocalization of accounting standards: observations on neo-institutionalism of IPSAS. *Public Money & Management, 39(2)*, 95-103. https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1580894

Beunza, J. M. I. (1996). *Elites, poder y red social: las élites del país Vasco y Navarra en la edad moderna*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

Beunza, J. M. I. (2004). Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras. Historia, 5(1)*, 115-140. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2378.pdf

Beunza, J. M. I. (2009). Las redes sociales de las élites: conceptos, fuentes y aplicaciones. In: Mesa, E. S.; Caro, J. J. B & Barrado, J. M. D. (Coord.). *Las élites en la época moderna: la monarquía española*, Vol. 1, 77-111. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3198904

Bigoni, M., Maran, L., & Occhipinti, Z. (2024). Of power, knowledge and method: The influence of Michel Foucault in accounting history. *Accounting History, 0(0)*. https://doi.org/10.1177/10323732241243088

Bisogno M., Santis S. & Tommasetti A. (2015). Public-Sector Consolidated Financial Statements: An Analysis of the Comment Letters on IPSASB's Exposure Draft No. 49. *International Journal of Public Administration, 36(4)*, 311-324. https://doi.org/10.1080/01900692.2015.999605

Bloch. M. (2002). *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Brown, P. R. (1981). A Descriptive Analysis of Select Input Bases of the Financial Accounting Standards Board. *Journal of Accounting Research, 19(1)*, 232–246. https://doi.org/10.2307/2490971

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

Brusca, I., Gómez-Villegas, M., & Montesinos, V. (2016). Public financial management reforms: the role of ipsas in Latin-America. *Public Administration and Development, 36, 51-64*. https://doi.org/10.1002/pad.1747

Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J. &, Nahapiet, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, *5(1)*, 5-27. https://doi.org/10.1016/0361-3682(80)90017-3

Burke, P. (2001). *New Perspectives on Historical Writing*. 2ª ed. Pennsylvania: Polity Press.

Burke, P. (2012). *História e teoria social*. Tradução Gerhardt, K. B., Majer, R. V. & Leal, R. F. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp.

Camfferman, K. & Zeff, S. A. (2006). *Financial Reporting and Global Capital Markets: A History of the International Accounting Standards Committee 1973–2000*. Oxford University Press.

Camfferman, K. & Zeff, S. A. (2015). Aiming for Global Accounting Standards: The International Accounting Standards Board, 2001–2011. Oxford Academic. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199646319.001.0001

Camfferman, K. & Detzen, D. (2018). Forging accounting principles" in France, Germany, Japan, and China: A comparative review. *Accounting History, 23(4)*, 448-486. https://doi.org/10.1177/1032373218763945

Camfferman, K., & Zeff, S. A. (2018). The Challenge of Setting Standards for a Worldwide Constituency: Research Implications from the IASB's Early History. *European Accounting Review, 27(2)*, 289-312. https://doi.org/10.1080/09638180.2017.1296780

Carmona, S. N. M, Ezzamel, M. & Gutiérrez, F. H. (2023). Accounting History Research: Traditional and New Accounting History Perspectives. *De Computis, Revista Española de Historia de la Contabilidad*, 1(1), 24–53. https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.239

Carnegie, G. D. & Napier, C. J. (1996). Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 9(3)*, 7-39. https://doi.org/10.1108/09513579610121956

Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault - um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Xavier, I. M, Revisão Técnica Veiga-Neto, A., Kohan, O. Belo Horizonte: Autêntica.

Chantiri-Chaudemanche, R. & Kahloul, A. (2012). Les acteurs de la normalisation comptable internationale: une communauté épistémique? *Comptabilité Contrôle Audit, Tome 18(1)*, 9-37. https://doi.org/10.3917/cca.181.0009.

Chiapello, E. & Medjad, K. (2009). An unprecedented privatisation of mandatory standard-setting: The case of European accounting policy. *Critical Perspectives on Accounting, 20(4)*, 448-468. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.09.002

Chiapello, E. (2017). Critical accounting research and neoliberalism. *Critical Perspectives on Accounting, 43*, 47-64. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.002

Cooper, C., Graham, C. & Himick, D. (2016). Social impact bonds: The securitization of the homeless. *Accounting, Organizations and Society, 55*, 63-82. https://doi.org/10.1016/j.aos.2016.10.003

Corbanezi, E. (2021). É preciso adaptar-se: uma genealogia crítica das fontes evolucionistas do neoliberalismo. *Sociologias, 58*, 458-472. http://doi.org/10.1590/15174522-108851

Dabbicco G. (2018). A comparison of debt measures in fiscal statistics and public sector financial statements. *Public Money and Management, 38 (7)*, 511-518. https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1527543

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Echalar, M. São Paulo: Boitempo.

Drury, C. (1992). *Management and cost accounting*. Wokingham: Van Nostrand Reinhold.

Durkheim, É. (2012). *Da divisão do trabalho social.* (E. Brandão, Trad.; 4a ed.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1893).

Eichengreen, B. J. (2000). *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. Tradução Blum, S. São Paulo: Editora 34.

Ellis, J. e Cox, M. (2001). *The World War I Databook: The essential facts and Figures for all the Combatant*. Londres: Aurum Press Ltd.

Ellwood, S. & Newberry, S. (2007). Public sector accrual accounting: institutionalising neo-liberal principles? *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 20(4)*, 549 – 573. http://dx.doi.org/10.1108/09513570710762584

Fleck, A. (2022). O que é o neoliberalismo? Isto existe? *Princípios: Revista de Filosofia, 29(59)*. https://doi.org/10.21680/1983-2109.2022v29n59ID29014

Foucault, M. (1979). *Naissance la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris, Gallimard.

Foucault, M. (1994). *Dits et écrits, 1954-1988*. Vol. III, 1976-1979. Paris, Gallimard.

Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso* (L. H. L. Silva, Trad.). Loyola.

Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org., 6ª ed.). Paz e Terra.

Foucault, M. (2022). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Brandão, E., Berliner, C. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Funnell, W. (1996). Preserving history in accounting: seeking common ground between "new" and "old" accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 9(4)*, 38-64. https://doi.org/10.1108/09513579610129417

Funnell, W. (1998). The narrative and its place in the new accounting history: the rise of the counternarrative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 11(2)*, 142-162. https://doi.org/10.1108/09513579810215446

Gaddis, J. L. (2002). *The landscape of history: how historians map the past*. New York: Oxford University Press.

Gohau, G. (1996). Patrick Tort, Spencer et l'évolutionnisme philosophique, Que sais-je? In: Raison Presente. Avons-nous tord d'être universalistes? 122 (2), 152-153. https://www.persee.fr/issue/raipr_0033-9075_1997_num_122_1

Gómez-Villegas, M., Brusca, I. & Bergmann, A. (2020). IPSAS in Latin America: innovation, isomorphism or rhetoric? *Public Money & Management, 40(7),* 489-498. https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1769374

Gorman, D. (2012). *The emergence of international society in the 1920s*. Cambridge: Cambridge University Press.

Graciano, O. D. V. & Morales, J. V. P. (2018). Convergencia a Normas Internacionales de Contabilidad para el Sector Público (Nicsp): comparativo de los modelos de Colombia y Chile. *Cuadernos de Contabilidad, 19(47)*, 24-59. https://doi.org/10.11144/Javeriana.cc18-45.cnic

Guedes, R. (2014). Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII - XVIII). In Fragoso, J. F & Guedes, R. (Orgs.), *História social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*, 127-186. Rio de Janeiro: Mauad X.

Hall, P. (2021). *Wall Street Crime And Punishment: Cort Randell And The National Student Marketing Corp. Fraud*. Benzinga. Disponível em: Wall Street Crime And Punishment: Cort Randell And The National Student Marketing Corp. Fraud - ITT (NYSE:ITT) - Benzinga

Hamed-Sidhom, M., Hkiri, Y. & Boussaidi, A. (2022). Does IPSAS adoption reduce corruption's level? New evidence from ODA beneficiary countries. *Journal of Financial Crime, 29(1)*, 185-201. https://doi.org/10.1108/JFC-12-2020-0255

Harrington, B. & Seabrooke, L. (2020). Transnational Professionals. *Annual Review of Sociology, 46*, 399-417. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-112019-053842

Harvey, D. (2014). *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução Adail, S. & Gonçalvez, M. S. São Paulo: Edições Loyola.

Hobsbawm, E. (1995). Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras.

Hopper, T., Storey, J. & Willmott, R. (1987). Accounting for accounting: towards the development of a dialectic view. *Accounting, Organizations and Society*, *12(5)*, 437-456. https://doi.org/10.1016/0361-3682(87)90030-4

Hoxie, R. F. (1906). Historical Method vs. Historical Narrative. *Journal of Political Economy, 14(9)*, 568–572. http://www.jstor.org/stable/1817648

Jones, T. C. (1995) *Accounting and the enterprise: a social analysis*. London; New York: Routledge.

Jorge S. M., Jesus M. A. & Laureano R. M. S. (2016). Governmental Accounting Maturity Toward IPSASs and the Approximation to National Accounts in the European Union. *International Journal of Public Administration, 39(12)*, 976-988. https://doi.org/10.1080/01900692.2015.1068324

Junne, J. (2018). Enabling accountability: An analysis of personal budgets for disabled people. *Critical Perspectives on Accounting, 56*, 46-62. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2018.01.001

Kipping, M., Wadhwani, R. D. & Bucheli, M. (2013). Analyzing and Interpreting Historical Sources: A Basic Methodology. In Bucheli, M. & Wadhwani, R. D. *Organizations in Time: History, Theory, Methods*, 305-329. Oxford: Oxford Academic. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199646890.003.0013.

Krishnan, S. R. (2021). Decision-making processes of public sector accounting reforms in India—Institutional perspectives. *Financial Accountability & Management, 1-28*. https://doi.org/10.1111/faam.12294

Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism: A sociological analysis*. University of California Press.

Laval, C. (2020). *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Tradução Cunha, M. P., Ota, N. K. São Paulo: Elefante.

Lee, D. & Newby, H. (1983). *The problem of sociology*. London: Hutchinson.

Lemke, T. (2002). Foucault, Governmentality, and Critique. *Rethinking Marxism, 14(3)*, 49–64. https://doi.org/10.1080/089356902101242288

Levi, G. (2001). On microhistory. In Burke, P. (Ed.), *New perspectives on historical writing*, 97–119. Pennsylvania State University Press.

Loft, A., Humphrey, C. & Turley, S. (2006). In pursuit of global regulation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 19(3)*, 428 – 451. http://dx.doi.org/10.1108/09513570610670361

Macdonald, K. M. (1984). Professional Formation: The Case of Scottish Accountants. *The British Journal of Sociology, 35*(2), 174-189. https://doi.org/10.2307/590231

Macdonald, K. M. (1995). *The sociology of the professions*. SAGE Publications.

Macdonald, K., & Ritzer, G. (1988). The Sociology of the Professions: Dead or Alive? *Work and Occupations, 15*(3), 251-272. https://doi.org/10.1177/0730888488015003001

Maran, L., Bracci, E. & Funnell, W. (2016). Accounting and the management of power: Napoleon's occupation of the commune of Ferrara (1796-1799). *Critical Perspectives on Accounting, 34*, 60-78. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2015.10.008

Maran, L., Castellini, M. & Bisman, J. (2014). Peter Leopold's Reform of Tuscany (1774): Management, organization and regulation at the local level. *Management and Organizational History, 9(1)*, 26-44. https://doi.org/10.1080/17449359.2013.826907

Martins, E. C. de R. (2007). O enigma do passado: construção social da memória histórica. *Textos de História, 15(1/2)*, 35-48. Recuperado de: https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27981/24039

Miller, P., Hopper, T. & Laughlin, R. C. (1991). The new accounting history: An introduction. *Accounting, Organizations and Society, 16, (5–6)*, 395-403. https://doi.org/10.1016/0361-3682(91)90036-E.

Millerson, G. (1964). *The qualifying associations: A study in professionalization*. Routledge & Kegan Paul.

Mourlon-Druol, E. (2015). 'Trust is good, control is better': The 1974 Herstatt Bank Crisis and its Implications for International Regulatory Reform. *Business History, 57(2)*, 311-334. https://doi.org/10.1080/00076791.2014.950956

Murray, R. F. (1971). The Penn Central Debacle: Lessons for Financial Analysis. *The Journal of Finance, 26*(2), 327-332. https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1971.tb00900.x

Napier, C. J. (2001). Accounting history and accounting progress. *Accounting History, 6*(2), 7-31. https://doi.org/10.1177/103237320100600202

Neves, F. R., & Gómez-Villegas, M. (2020). Reforma contábil do setor público na América Latina e comunidades epistêmicas: uma abordagem institucional. *Revista de Administração Pública, 54(1)*, 11-31. http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180157

Nistor, C. S., & Deaconu, A. (2016) Public accounting history in post-communist Romania. *Economic Research - Ekonomska Istraživanja, 29(1)*, 623-642. https://doi.org/10.1080/1331677X.2016.1193945

Oliveira, L. S. (2019). O conceito de governamentalidade em Michael Foulcault. *Ítaca, 34*, 48-72. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/26395

Otrusinová, M. & Šteker, K. (2013). An Analysis of Using Accounting Information for Financial Management in Czech Companies. *International Journal of Mathematical Models and Methods in Applied Sciences, 4(7)*, 436-443. http://www.naun.org/main/NAUN/ijmmas/2001-129.pdf

Oulasvirta, L. (2014). The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. *Critical Perspectives on Accounting, 25*, 272–285. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.12.001

Oulasvirta, L. O. & Bailey, S. J. (2016). Evolution of EU public sector financial accounting standardisation: critical events that opened the window for attempted policy change. *Journal of European Integration*. https://doi.org/10.1080/07036337.2016.1177043

Parker, L. D. (1999). Historiography for the new millennium: adventures in accounting and management. *Accounting History, 4(2)*, 11-42. https://doi.org/10.1177/103237329900400204

Parkin, F. (1979). *Marxism and class theory: A bourgeois critique*. Columbia University Press.

Partridge, M. (2019). *Great frauds in history: Cortes Randell*. MoneyWeek. Disponível em: Grandes fraudes na história: Cortes Randell | Semana do dinheiro (moneyweek.com)

Patterson, L. R. (1979). The Limits of the Lawyer's Discretion and the Law of Legal Ethics: National Student Marketing Revisited. *Duke Law Journal, 1979(6)*, 1251-1274. https://doi.org/10.2307/1372119

Peck, J. (2010). *Constructions of neoliberal reason*. New York: Oxford University Press.

Polzer, T., Adhikari, P., Nguyen, C. P. & Gårseth-Nesbakk, L. (2021). Adoption of the International Public Sector Accounting Standards in emerging economies and low-income countries: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. https://doi.org/10.1108/JPBAFM-01-2021-0016

Polzer, T., Grossi. G. & Reichard, C. (2021). Implementation of the international public sector accounting standards in Europe. Variations on a global theme. *Accounting Forum, 46(1)*. https://doi.org/10.1080/01559982.2021.1920277

Power, M. (1999). *The Audit Explosion*. The Audit Society: Rituals of Verification, 1-14. Oxford. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198296034.003.0001

Pirie, J., & Matthews, D. (2001). *Auditor's Talk: An Oral History of the Profession from the 1920s to the Present Day* (1st ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203827376

Rahaman A. S., Everett, J. & Neu, D. (2007). Accounting and the move to privatize water services in Africa. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 20(5)*, 637-670. https://doi.org/10.1108/09513570710778992

Ramirez, C. (2012). How Big Four Audit Firms Control Standard-Setting in Accounting and Auditing. In: *Huault, I., Richard, C. (eds) Finance: The Discreet Regulator*. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9781137033604_3

Rigoni, B. O. P., Zuccolotto, R., & Souza, F. P. de (2024). Convergência das Normas de Contabilidade no Setor Público: uma Análise do Posicionamento Acadêmico nas Principais Bases Científicas. *Administração Pública e Gestão Social, 16(2)*. https://doi.org/10.21118/apgs.v16i2.16188

Rossi, F. M., Cohen, S., Caperchione, E. & Brusca, I. (2016). Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box. *Public Money & Management, 36(3)*, 189-196. https://doi.org/10.1080/09540962.2016.1133976

Schenk, C. R. (2014). Summer in the City: Banking Failures of 1974 and the Development of International Banking Supervision. *The English Historical Review, 129(540)*, 1129–156. https://doi.org/10.1093/ehr/ceu261

Schenk, C. (2017). Rogue Trading at Lloyds Bank International, 1974: Operational Risk in Volatile Markets. *Business History Review, 91(1)*, 105–128. https://doi.org/10.1017/S0007680517000381

Schwartz, J. T. (2013). Capture! From Big Eight to Big Four to regulation. International *Journal of Critical Accounting, 5(3)*, 264-274. https://doi.org/10.1504/IJCA.2013.055479

Seidler, L. J., Andrews, F., & Epstein, M. J. (1977). *The anatomy of a fraud*. John Wiley & Sons.

Sidorova, M., Nazarov, D. & Vakhrushina, M. (2019). The Enlightenment as determinant of accounting change: The case of royal estate bookkeeping during the reign of Catherine II. *Accounting History, 24(2)*, 185-211. https://doi.org/10.1177/1032373218814269

Sickle, J. V. V. (1923). Reviewed Work: Die Gemeinwirtschaft, Untersuchungen uber den Sozialismus by Ludwig Mises. *The American Economic Review*, 13 (3), 533-536. https://www.jstor.org/stable/1804583

Silva, A. V. (2016). *Closing doors (1780-1813): the liquidation process at General Company of Pernambuco and Paraíba*. (Tese de Doutorado). https://doi.org/10.11606/T.12.2016.tde-27072016-162132

Slobodian, Q. (2021). *Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo*. Tradução Freitas, O. Florianópolis: Enunciado Publicações.

Sousa, P. (31 de Julho de 2023). *Federação - O que é, conceito, tipos e importância*. Conceito.de. Federação - O que é, conceito, tipos e importância

Staggers, H. O. (1972). *The financial collapse of The Penn Central Company. Staff Report of The Securities and Exchange Comission*. https://www.sechistorical.org/collection/papers/1970/1972_0803_CollapsePenn_1.pdf

Topolsky, J (1976). *Methodology of History*. Synthese library, 88. Hingham, Mass: Reidel Publishing Company, INC.

Tota, P. (2006). Segunda Guerra Mundial. Em Magnoli, D. (Org). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto.

Trouillot, M.-R. (1995). *Silencing the past: Power and the production of history*. Beacon Press.

Twyford, E. J. (2023). Crisis accountability and aged "care" during COVID-19. *Meditari Accountancy Research, 31*(1), 27-51. https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2021-1296

Vasconcelos, A., Sangster, A. & Rodrigues, L. L. (2022). Avoiding Whig interpretations in historical research: an illustrative case study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 35*(6), 1402-1430. https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2020-4977

Walker, S. P. (1991). The defence of professional monopoly: Scottish chartered accountants and "satellites in the accountancy firmament" 1854–1914. *Accounting, Organizations and Society, 16*(3), 257–283. https://doi.org/10.1016/0361-3682(91)90004-X

Walker, S. P. (1995). The genesis of professional organization in scotland: a contextual analysis. *Accounting, Organizations and Society, 20*(4), 285-310. https://doi.org/10.1016/0361-3682(94)00030-Y

Walker, S. P. (2004). The genesis of professional organisation in English accountancy. *Accounting, Organizations and Society, 29*(2), 127–156. https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00031-4

Wang, Z. & Miraj, J. (2018). Adoption of International Public Sector Accounting Standards in Public Sector of Developing Economies -Analysis of Five South Asian Countries. *Research in World Economy, 9* (2), 44-51. https://doi.org/10.5430/rwe.v9n2p44

Weber, M. (2015). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 1; R. Barbosa & K. E. Barbosa, Trads.; G. Cohn, Rev. Téc., 4ª ed., 4ª reimp.). Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1922)

Weston, J. F. (1971). The Industrial Economics Background of the Penn Central Bankruptcy. *The Journal of Finance, 26*(2), 311-326. https://doi.org/10.2307/2326047.

Wickramasinghe, D., Cooper, C. and Alawattage, C. (2021). Neoliberalism and management accounting: reconfiguring governmentality and extending territories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 34*(3), 489-504. https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2021-5077

Wootton, C. W. & Wolk, C. M. (1992). Development of the big eight accounting firms in the United States, 1900-1990. *Accounting Historians Journal, 19(1)*. Recuperado de https://egrove.olemiss.edu/aah_journal/vol19/iss1/1

Zeff, S. A. (1986). Big Eight Firms and the Accounting Literature: The Falloff in Advocacy Writing. *Journal of Accounting, Auditing & Finance, 1*(2), 131-154. https://doi.org/10.1177/0148558X8600100206

APÊNDICES

Apêndice 1

Entidades Participantes do 11º Congresso Mundial de Contadores em Munique, Alemanha de 10 de outubro de 1977 a 14 de outubro de 1977

Código	Continente	País	Nome	Total Participantes
001	Europa	Bélgica	*Collège National des Experts Comptables de Blegique, Brüssel*	29
003	Europa	Bélgica	*Institut des Réviseurs d'Enterprises, Brüssel*	12
011	Europa	Alemanha	*Institut der Wirtschaftsprüfer und Wirtschaftsprüferkammer, Düsseldorf (einschlieBlich Mitarbeiter)*	702
012	Europa	Alemanha	*GEFIU Gesellschaft für Finanzwirtschaft, Frankfurt*	31
013	Europa	Alemanha	*Schmalenbach-Gesellschaft, Köln*	9
014	Europa	Alemanha	*Deutsches Institut für Interne Revison, Frankfurt*	28
020	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer, Kopenhagen*	40
021	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*KHT Yhdistys-Foreningen, CGR, Helsinki*	21
022	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*Felag Löggiltra Endurskodenda, Reykjavik*	1
023	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*Norges Statsautoriserte Revisorers Forening, Oslo*	24
025	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*Föreningen Auktoriserade Revisorer, Stockholm*	44
026	Europa	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	*Svenska Revisorsamfundet, Stockholm*	1
030	Europa	França, Luxemburgo, Mônaco	*Ordre des Experts Comptables et des Comptables Agréés, Paris*	183
031	Europa	França, Luxemburgo, Mônaco	*Conseil National de la Comptabilité, Paris*	2
032	Europa	França, Luxemburgo, Mônaco	*Ordre des Experts Comptables Luxembourgeois, Luxemburg*	4
033	Europa	França, Luxemburgo, Mônaco	*Conseil de i'Ordre des Experts Comptables, Monte Carlo*	4
040	Europa	Grécia, Iugoslávia, Malta	*Institute of Certified Public Accountants of Greece, Athen*	3
041	Europa	Grécia, Iugoslávia, Malta	*Institute of Incorporated Public Accountants, Athen*	6
042	Europa	Grécia, Iugoslávia, Malta	*Yugoslav Association of Accountants and Financial Experts, Belgrad*	11
043	Europa	Grécia, Iugoslávia, Malta	*Social Accounting Service of Yugoslavia, Belgrad*	2

044	Europa	Grécia, Iugoslávia, Malta	*The Malta Institute of Accountants, Paceville*	2
050	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Association of Certified Accountants, London*	29
051	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Institute of Chartered Accountants in England and Wales, London*	246
052	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Institute of Cost and Management Accountants, London*	17
053	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy, London*	6
054	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Institute of Chartered Accountants of Scotland, Edinburgh*	54
055	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Institute of Chartered Accountants in Ireland, Dublin*	20
056	Europa	Grã-Bretanha, Irlanda	*The Institute of Certified Public Accountants in Ireland, Dublin*	3
060	Europa	Holanda	*Nederlands Instituut van Registeraccountants, Amsterdam*	272
071	Europa	Áustria	*Institut Österreichischer Wirtschaftsprüfer und Kammer der Wirtschaftstreuhänder, Wien*	25
080	Europa	Portugal, Espanha	*Sociedade Portuguesa de Contabilidade, Lissabon*	13
081	Europa	Portugal, Espanha	*Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España, Madrid*	32
082	Europa	Portugal, Espanha	*Consejo Superior de Colegios de Titulares Mercantiles, Madrid*	1
090	Europa	Suíça, Itália	*Schweizerische Treuhand- und Revisionskammer, Zürich*	41
091	Europa	Suíça, Itália	*Consiglio Nazionale dei Regionieri e Periti Commerciali, Rom*	10
092	Europa	Suíça, Itália	*Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti, Rom*	17
100	América do Norte	Canadá	*The Canadian Institute of Chartered Accountants, Toronto*	184
101	América do Norte	Canadá	*The Society of Management Accountants of Canada, Hamilton*	7
102	América do Norte	Canadá	*Certified General Accountants Association, Vancouver*	3
110	América do Norte	Estados Unidos	*American Institute of Certified Public Accountans, New York*	211
112	América do Norte	Estados Unidos	*National Association of Accountants, New York*	23
113	América do Norte	Estados Unidos	*Association of Government Accountants, Arlington*	3
116	América do Norte	Estados Unidos	*American Accounting Association, Sarasota*	6
117	América do Norte	Estados Unidos	*American Society of Women Accountants, Chicago*	1
118	América do Norte	Estados Unidos	*American Woman's Socitey of Certified Public Accountants, Marysville*	4

119	América do Norte	Estados Unidos	*National Association of State Boards of Accountancy, New York*	3
294	América do Norte	Estados Unidos	*National Society of Public Accountants, Washington*	2
220	América Central	El Salvador	*Corporación de Contadores de El Salvador, San Salvador*	1
231	América Central	Guatemala	*Colegio de Economistas, Contadores Públicos y Auditores, Guatemala*	4
240	América Central	Honduras	*Colégio de Peritos Mercantiles y Contadores Públicos de Honduras, Tegucigalpa*	3
250	América Central	México	*Instituto Mexicano de Contadores Públicos*	29
271	América Central	Panamá	*Colegio de Contadores Públicos Autorizados de Panama, Panam*	3
290	América Central	Jamaica	*The Institute of Chartered Accountants of Jamaica, Kingston*	3
300	América do Sul	Argentina	*Federación Argentina de Colegios de Graduados em Ciencias Economicas, Buenos Aires*	24
310	América do Sul	Bolívia	*Federación Nacional de Contadores de Bolívia, La Paz*	2
320	América do Sul	Brasil	Insituto dos Auditores Independentes do Brasil, São Paulo	33
330	América do Sul	Chile	*Colegio de Contadores de Chile, Santiago de Chile*	51
340	América do Sul	Equador	*Federación Nacional de Contadores del Ecuador, Quito*	2
350	América do Sul	Guiana	*The Institute of Chartered Accountants of Guyana, Georgetown, Demerara*	2
351	América do Sul	Venezuela	*Associación de Contadores (CNTC) de Venezuela, Caracas*	2
352	América do Sul	Venezuela	*Federación de Colegios de Contadores Públicos de Venezuela, Caracas*	39
360	América do Sul	Colombia	*Insituto Nacional de Contadores Públicos de Colombia, Bogota*	8
380	América do Sul	Peru	*Federación de Colegios de Contadores Públicos del Peru, Lima*	9
390	América do Sul	Uruguai	*Colegio de Doctores em Ciencias Economicas y Contadores del Uruguay, Monteviedo*	2
401	África	Líbia, Rodésia, África do Sul, Zâmbia	*The Libyan Certified Accountants and Auditors Union, Tripoli*	5
411	África	Líbia, Rodésia, África do Sul, Zâmbia	*The Rhodesia Society of Chartered Accountants, Salisbury*	11
412	África	Líbia, Rodésia, África do Sul, Zâmbia	*The National Concil of Chartered Accountants (S.A.), Johannesburg*	80
413	África	Líbia, Rodésia, África do Sul, Zâmbia	*The Zambia Association of Accountants, Lusaka*	2
420	África	Gana	*The Institute of Chartered Accountants (Ghana), Accra*	8
430	África	Quenia	*The Association of Accountants in East Africa, Nairobi*	3
450	África	Nigéria	*The Institute of Chartered Accountants of Nigeria, Lagos*	10

460	África	Senegal	*Ordre des Experts Agrées Section des Experts Comptables, Dakar*	1
470	África	Serra Leoa	*The Association in Sierra Leone, Freetown*	1
510	Oriente Médio	Iraque	*The Union of Accountants and Auditors, Baghdad*	7
520	Oriente Médio	Israel	*The Institute of Certified Public Accountants in Israel, Tel Aviv*	20
530	Oriente Médio	Kuwait	*The Kuwaiti Association of Accountants and Auditors, Kuwait*	1
540	Oriente Médio	Líbano	*The Middle East Society of Associated Accountants, Beirut*	12
550	Oriente Médio	Paquistão	*Institute of Chartered Accountants of Pakistan, Karachi*	5
551	Oriente Médio	Paquistão	*Institute of Cost and Management Accountants of Pakistan, Karachi*	2
560	Oriente Médio	Turquia	*Expert Accountants Association of Turkey (Turkye Muhasebe Uzmanlari Dernegi) Istanbul*	18
570	Oriente Médio	Chipre	*The Institute of Certified Public Accoutants of Cyprus, Nicosia*	1
600	Ásia e Costa do Pacífico	Bangladesh	*The Institute of Chartered Accountants of Bangladesh, Dacca*	3
601	Ásia e Costa do Pacífico	Índia	*The Institute of Chartered Accountants of India, New Delhi*	30
602	Ásia e Costa do Pacífico	Índia	*The Institute of Cost and Work Accountants of India, Calcutta*	10
603	Ásia e Costa do Pacífico	Hong Kong, China (Taiwan)	*Hong Kong Socitey of Accountants, Hongkong*	19
604	Ásia e Costa do Pacífico	Hong Kong, China (Taiwan)	*National Federation of Certified Public Accountants of the Republic of China, Taipei Hsien*	8
620	Ásia e Costa do Pacífico	Fiji	*The Fiji Institute of Accountants, Suva*	1
630	Ásia e Costa do Pacífico	Indonésia	*Indonesian Institute of Accountants, Djakarta*	8
640	Ásia e Costa do Pacífico	Japão	*The Japanese Institute of Certified Public Accountants, Tokyo*	162
641	Ásia e Costa do Pacífico	Japão	*Japan Accounting Association, Tokyo*	5
650	Ásia e Costa do Pacífico	Coreia	*Korean Institute of Certified Public Accountants, Seoul*	8
660	Ásia e Costa do Pacífico	Filipinas	*Philippine Institute of Certified Public Accountants, Mandaluyong, Rizal*	14
670	Ásia e Costa do Pacífico	Singapura	*Singapore Society of Accountants, Singapur*	12

680	Ásia e Costa do Pacífico	Tailândia	*Institute of Certified Accountants and Auditors of Thailand, Bangkok*	3
690	Ásia e Costa do Pacífico	Malásia	*The Malaysian Association of Certified Public Accountants, Kuala Lumpur*	4
691	Ásia e Costa do Pacífico	Malásia	*Malaysian Institute of Accountants, Kuala Lumpur*	6
700	Oceania	Austrália	*The Institute of Chartered Accountants in Australia, Sydney*	185
701	Oceania	Austrália	*Australien Socitey of Accountants, Melbourne*	226
710	Oceania	Nova Zelândia	*New Zeland Society of Accountants, Wellington*	67
			99 Organizações	**3567**
900	-	-	Convidados, Imprensa Observadores	101
004	-	-	Representantes das Comunidades Europeias	5
005	-	-	Representantes dos Sindicatos Internacionais	2
018	-	-	Supervisor como parte da Organização do Congresso	77
-	-	-	Acompanhantes	2565
			Total Geral	**6317**

Nota: Com base em Forster (1978, p. 568 – 573).

Apêndice 2

Membros Fundadores da IFAC em 1977: Momento de Adesão, Foco e Objetivos de Atuação

Região	Membros Fundadores da IFAC	Assinou em 07/08	Órgão Nacional da Profissão Contábil	Organismo de Auditoria?	Objetivo
Africa and Middle-East	*The Institute of Certified Public Accountants in Israel*	Sim	Sim	Não	Organização nacional da profissão contábil em Israel. Sua missão abrange diversas áreas da contabilidade, incluindo auditoria, contabilidade financeira, consultoria e aspectos relacionados à prática profissional. Estabelece e supervisiona normas profissionais que os contadores públicos devem seguir[22][23][24].
Africa and Middle-East	*The Institute of Chartered Accountants (Ghana)*	Não	Sim	Não	Fundado em 1963, é responsável pela regulamentação e certificação dos contadores e auditores em Gana. Ele tem o poder de estabelecer normas contábeis e de auditoria, além de realizar revisões de garantia de qualidade para auditorias estatutárias no país. Suas responsabilidades incluem a definição de padrões para educação e formação em contabilidade e auditoria, além de monitorar a conformidade com esses padrões[25][26][27].

[22] https://www.makemoney.ng/ican/
[23] https://charteredaccountantsworldwide.com/institute/institute-chartered-accountants-nigeria-ican/
[24] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-nigeria
[25] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/profile/ghana
[26] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_of_Ghana
[27] https://admissions.upsa.edu.gh/admissions/professional/icag/

Africa and Middle-East	*The Institute of Chartered Accountants of Nigeria*	Sim	Sim	Não	Fundado em 1965, o ICAN é o principal órgão regulador da contabilidade e auditoria na Nigéria. Ele é responsável por garantir que os profissionais sigam os padrões internacionais de auditoria, como as Normas Internacionais de Auditoria (ISA)[28][29][30].
Africa and Middle-East	*The Middle East Society of Associated Accountants (former member of IFAC)*	Sim	Não	Sim	Da informação extraída do site da IFAC, pode-se inferir que o "*Middle East Society of Associated Accountants*" foi historicamente uma organização profissional associada à contabilidade, incluindo a auditoria, no Oriente Médio. Porém, atualmente não faz parte dos membros da IFAC. Tudo indica que nessa região o papel de organismo de auditoria é exercido pelo *Emirates Association of Accountants and Auditors* (EAAA)[31][32][33].
Africa and Middle-East	*The National Council of Chartered Accountants (now the South African Institute of Chartered Accountants)*	Sim	Sim	Não	O *The National Council of Chartered Accountants*, que agora é conhecido como o *South African Institute of Chartered Accountants* (SAICA) atua na regulamentação da profissão de contabilidade e auditoria no país. Além de certificar contadores públicos (CAs), o instituto define padrões éticos e profissionais para seus membros, que incluem auditores. Faz parte da *Chartered Accountants Worldwide*, uma rede de organizações internacionais que promove a profissão contábil em nível global[34][35][36][37].

[28] https://www.makemoney.ng/ican/
[29] https://charteredaccountantsworldwide.com/institute/institute-chartered-accountants-nigeria-ican/
[30] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-nigeria
[31] https://www.ifac.org/who-we-are/our-purpose
[32] https://aaa4uae.ae/site/en/Presidents-Word
[33] https://www.ifac.org/events/sustainability-conference-middle-east-and-north-africa-accounting-and-financial-reporting-hybrid#:~:text=Attendees:%20Forum%20of%20Firms,%20IFAC%20Leadership
[34] https://www2.saica.org.za/members
[35] https://www.saica.org.za/
[36] https://en.wikipedia.org/wiki/South_African_Institute_of_Chartered_Accountants#:~:text=SAICA%20is%20the%20leading%20accountancy%20body
[37] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/south-african-institute-chartered-accountants#:~:text=SAICA%20is%20a%20South%20African-based%20PAO

Africa and Middle-East	*The Rhodesia Society of Chartered Accountants (Now recognized as The Institute of Chartered Accountants of Zimbabwe)*	Sim	Não	Sim	O *The Institute of Chartered Accountants of Zimbabwe* (ICAZ) pode ser considerada uma organização da profissão de auditoria. Fundada em 1918, supervisiona e regula a conduta de seus membros, que incluem auditores. Além disso, o ICAZ é responsável pela formação e certificação de contadores públicos no Zimbábue, e desempenha um papel significativo na adoção e implementação das normas internacionais de auditoria (ISA) em parceria com o *Public Accountants and Auditors Board* (PAAB)[38][39][40].
Asia	*Hong Kong Society of Accountants (now the Hong Kong Institute of Certified Public Accountants)*	Sim	Sim	Não	*Hong Kong Society of Accountants* quando criado era a entidade autorizada por lei a registrar contadores públicos certificados em Hong Kong. Suas funções envolviam supervisionar o treinamento e desenvolvimento profissional, e estabelecer normas contábeis, de auditoria e éticas, garantindo que seus membros seguissem os padrões internacionais de auditoria[41][42].
Asia	*Indonesian Institute of Accountants*	Não	Não	Não	O *Indonesian Institute of Accountants* é uma organização da profissão contábil em geral, mas não supervisiona diretamente a auditoria. A regulamentação específica da profissão de auditoria na Indonésia é principalmente responsabilidade do Instituto de Contadores Públicos Certificados da Indonésia (IAPI)[43][44][45][46].

[38] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-zimbabwe
[39] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_of_Zimbabwe
[40] https://www.icaz.org.zw/Members/Members/About.aspx
[41] https://www.insol.org/membership/member-associations/hong-kong-institute-of-certified-public-accountant
[42] https://www.hkicpa.org.hk/en/about-us/organization/overview
[43] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/ikatan-akuntan-indonesia
[44] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Indonesia_Chartered_Accountants
[45] https://iapi.or.id/
[46] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institut-akuntan-publik-indonesia

Asia	*Institute of Chartered Accountants of Pakistan*	Sim	Sim	Não	Regulamenta a profissão de contabilidade e auditoria, estabelece padrões éticos e profissionais, supervisiona a educação e certificação de contadores, e promove a conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), obrigatórias para várias empresas no país. Certifica auditores, garantindo que eles atendam às qualificações exigidas para a prática da auditoria em empresas públicas e privadas. Também é responsável por manter o controle sobre os contadores e auditores licenciados, garantindo que sigam práticas de auditoria adequadas e padrões internacionais reconhecidos[47][48].
Asia	*Institute of Cost and Managements Accountants of Pakistan*	Não	Não	Não	O foco *do Institute of Cost and Managements Accountants of Pakistan* volta-se para gestão de custos e não diretamente na auditoria financeira tradicional. Porém essa entidade pode ser considerada uma organização ligada à profissão de auditoria, especialmente no contexto de auditoria de custos e auditoria de gestão. Desempenha função significativa na formação de auditores de gestão e consultores de controle de custos[49].
Asia	*Malaysian Institute of Accountants*	Sim	Sim	Não	Regulador da profissão contábil na Malásia, estabelecido pela *Accountants Act* de 1967. Uma de suas funções principais é supervisionar e regular as atividades de contadores, incluindo auditores, para proteger o interesse público. Os auditores que são membros do *Malaysian Institute of Accountants* devem seguir os *International Standards on Auditing* (ISAs) e um código de ética rigoroso, que orientam a condução de auditorias e asseguram a integridade e a qualidade das demonstrações financeiras auditadas[50][51].
Asia	*Philippine Institute of Certified Public Accountants*	Sim	Sim	Não	Entidade profissional nacional reconhecida para contadores públicos certificados nas Filipinas e responsável pela regulamentação da prática contábil, incluindo auditoria. Participa do desenvolvimento de normas de auditoria e estabelece diretrizes éticas que os contadores devem seguir.Colabora com o Auditing and Assurance Standards Council para adotar e disseminar normas de auditoria que são aplicáveis nas Filipinas[52][53].

[47] https://icap.org.pk/about-icap/what-we-do/why-choose-our-members/
[48] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_of_Pakistan
[49] https://fp.brecorder.com/2013/08/201308221225264/
[50] https://www.at-mia.my/2024/10/08/announcement-8/
[51] https://www.at-mia.my/2024/09/13/ensuring-future-relevancy-of-accountancy-professionals-a-challenge-to-the-industry/
[52] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/philippine-institute-certified-public-accountants
[53] https://picpa.com.ph/

Asia	*Singapore Society of Accountants (now the Institute of Certified Public Accountants of Singapore)*	Sim	Não	Sim	O *Singapore Society of Accountants*, atualmente conhecido como *Institute of Certified Public Accountants of Singapore*, pode ser considerado uma organização da profissão de auditoria. Atua na regulamentação da profissão contábil e de auditoria em Singapura, na educação continuada e desenvolvimento de normas contábeis e de auditoria, alinhando-se aos padrões internacionais. Além disso, promove a conformidade com as normas de auditoria e oferece treinamento e recursos para garantir que seus membros estejam atualizados com as práticas e regulamentações mais recentes[54][55][56].
Asia	*The Federation of CPA Associations of Chinese Taiwan*	Sim	Sim	Não	Fundada em 1946, é a única organização profissional de contabilidade no país. Responsável por funções como manter o registro de todos os contadores públicos certificados e empresas de contabilidade, implementar requisitos de desenvolvimento profissional contínuo, estabelecer sistemas de garantia de qualidade e disciplina, além de prescrever requisitos éticos nacionais. Desempenha um papel importante na regulamentação e promoção da profissão contábil e de auditoria em Taiwan[57][58][59].
Asia	*The Institute of Chartered Accountants of Bangladesh*	Sim	Sim	Não	Fundado em 1973, é a única organização no país com o direito de conceder a designação de "*Chartered Accountant*". Ele atua na regulação da profissão contábil e está envolvido na definição de normas e boas práticas contábeis, além de garantir a qualificação dos profissionais através de certificações e educação continuada. Possui relação direta com a profissão de auditoria no país, sendo o principal órgão que regula e certifica os contadores públicos e auditores. Ele define os padrões éticos e técnicos para a prática de auditoria, seguindo normas internacionais, e assegura que seus membros, que incluem contadores e auditores, atendam aos requisitos de qualidade e competência[60][61][62].

[54] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-singapore-chartered-accountants
[55] https://isca.org.sg/about-us/about-the-institute-of-singapore-chartered-accountants
[56] https://charteredaccountantsworldwide.com/institute/institute-of-singapore-chartered-accountants/
[57] https://www.roccpa.org.tw/eng/about/index?id=5de80a944e2e407491e81a2fea8548ed
[58] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/federation-cpa-associations-chinese-taiwan
[59] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/profile/chinese-taiwan
[60] https://www.icab.org.bd/page/about-icab
[61] https://en.wikipedia.org/wiki/The_Institute_of_Chartered_Accountants_of_Bangladesh
[62] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-bangladesh

Asia	*The Institute of Chartered Accountants of India*	Sim	Sim	Não	Fundado sob a *Chartered Accountants Act*, 1949, é responsável pela regulamentação da profissão contábil no país. Ele define os requisitos de qualificação para os contadores e realiza os exames necessários para a certificação. Considerado o segundo maior órgão profissional de contabilidade do mundo em termos de número de membros e alunos. Responsável por estabelecer normas e diretrizes para a prática de auditoria. Isso inclui a formulação de Normas de Auditoria Indianas, que orientam os auditores em suas práticas profissionais. O ICAI assegura que os auditores sigam padrões de qualidade e ética na realização de auditorias[63][64][65].
Asia	*The Institute of Cost and Works Accountants of India (now The Institute of Cost Accountants of India)*	Não	Não	Não	Possui relação importante com a profissão de auditoria na Índia, embora seu foco principal seja na contabilidade de custos e gestão. regulamenta a prática de contabilidade de custos e gestão, mas também desempenha um papel na supervisão de práticas de auditoria relacionadas à contabilidade de custos. Participa do desenvolvimento de normas relacionadas à auditoria de custos, garantindo que as práticas de auditoria estejam alinhadas com as melhores práticas e regulamentações da profissão contábil como um todo[66][67].
Asia	*The Japanese Institute of Certified Public Accountants*	Sim	Sim	Não	Responsável pela regulamentação da profissão contábil no Japão, incluindo a supervisão da prática de auditoria e a promoção de normas contábeis. estabelece normas e diretrizes para os contadores públicos certificados e auditores, garantindo que as práticas contábeis sejam seguidas de acordo com as leis e regulamentações do Japão[68][69][70].

[63] https://www.icai.org/overview.shtml?mod=1
[64] https://en.wikipedia.org/wiki/The_Institute_of_Chartered_Accountants_of_India
[65] https://en.wikipedia.org/wiki/National_Financial_Reporting_Authority
[66] https://icmai.in/icmai/aboutus/history.php
[67] https://en.wikipedia.org/wiki/The_Institute_of_Chartered_Accountants_of_India
[68] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/japanese-institute-certified-public-accountants
[69] https://jicpa.or.jp/english/
[70] https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_Institute_of_Certified_Public_Accountants

Asia	*The Malaysian Association of Certified Public Accountants (now the Malaysian Institute of Certified Public Accountants)*	Sim	Não	Sim	Pode ser considerado uma organização da profissão de auditoria na Malásia. Responsável por regular e certificar contadores públicos, incluindo aqueles que atuam como auditores independentes. Participa da formulação de normas de auditoria, promovendo práticas de auditoria de alta qualidade entre seus membros. Isso inclui a adesão a normas internacionais de auditoria, garantindo que os auditores sigam diretrizes rigorosas[717273].
Australasia and Oceania	*Australian Society of Accountants (now CPA Australia)*	Sim	Não	Não	Atua na certificação de contadores como *Certified Practising Accountants* e na promoção da profissão contábil em geral. Também desempenha um papel importante na formação e supervisão de auditores, fornecendo certificação e educação para aqueles que desejam atuar como auditores[747576].
Australasia and Oceania	*Fiji Institute of Accountants*	Não	Sim	Não	Responsável pela regulamentação da profissão contábil no país, fornecendo certificação, educação contínua e promovendo os padrões éticos e profissionais para contadores e auditores em Fiji. Colabora com outros órgãos internacionais e nacionais para desenvolver e aplicar normas de contabilidade e auditoria que garantam a integridade das práticas contábeis no país[7778].
Australasia and Oceania	*New Zealand Society of Accountants (now the New Zealand Institute of Chartered Accountants)*	Sim	Sim	Não	Foi o órgão original responsável pela regulamentação e certificação dos contadores na Nova Zelândia. Em 2014, se fundiu com o *Institute of Chartered Accountants* in Australia para formar o *Chartered Accountants Australia and New Zealand* (CA ANZ)[798081].

[71] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/malaysian-institute-certified-public-accountants
[72] https://www.accaglobal.com/gb/en/member/membership/apply-from-other-bodies/micpa.html
[73] https://www.insol.org/membership/member-associations/the-malaysian-institute-of-certified-public-accoun
[74] https://www.cpaaustralia.com.au/
[75] https://www.auasb.gov.au/
[76] https://www.charteredaccountantsanz.com/
[77] http://www.fia.org.fj/The-Institute/Objectives
[78] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/fiji-institute-accountants
[79] https://www.charteredaccountantsanz.com/
[80] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_Australia
[81] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/chartered-accountants-australia-new-zealand-formerly-recognized-icaa

Australasia and Oceania	*The Institute of Chartered Accountants in Australia*	Sim	Sim	Não	Esta organização regula e representa a profissão de contabilidade na Austrália e na Nova Zelândia, oferecendo certificação para *Chartered Accountants* e promovendo padrões de qualidade e ética na profissão[828384].
Europe	*College National de Experts Comptables de Belgique (now the Institut des Experts-comptables et des Conseils fiscaux)*	Sim	Sim	Não	O órgão nacional da profissão contábil na Bélgica é o *Institut des Experts-comptables et des Conseils fiscaux*, também conhecido como o *Institute of Chartered Accountants and Tax Advisors*. Responsável pela regulamentação dos contadores e conselheiros fiscais no país, garantindo que os profissionais contábeis sigam os padrões éticos e de qualidade estabelecidos. Na Bélgica, a auditoria propriamente dita é supervisionada por outro órgão: o *Institut des Réviseurs d'Entreprises*, ou *Institute of Registered Auditors*, que é o organismo responsável pela regulamentação da profissão de auditoria independente e revisores de contas[858687].
Europe	*Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti (now Consiglio nazionale dei Dottori commercialisti e degli Esperti contabili)*	Não	Sim	Não	Responsável por regulamentar a profissão de contadores e consultores contábeis, estabelecendo padrões de educação, ética e prática para os profissionais da área. Contribui para o desenvolvimento e aplicação de normas contábeis em alinhamento com padrões internacionais[888990].
Europe	*Expert Accountants' Association of Turkey*	Sim	Não	Não	A *Expert Accountants' Association of Turkey* não é primariamente uma organização focada em auditoria. Voltada para o desenvolvimento e suporte dos contadores em geral, promovendo a melhoria da profissão contábil e fiscal na Turquia. Sua principal missão

[82] https://www.charteredaccountantsanz.com/
[83] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_Australia
[84] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/chartered-accountants-australia-new-zealand-formerly-recognized-icaa
[85] https://www.itaa.be/fr/accueil/
[86] https://www.comptables-belgique.be/missions-iec-ipcf/
[87] https://www.ibr-ire.be/nl
[88] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/consiglio-nazionale-dei-dottori-commercialisti-e-degli-esperti-contabili
[89] https://en.wikipedia.org/wiki/Ordine_dei_Dottori_Commercialisti_e_degli_Esperti_Contabili
[90] https://integratedreporting.ifrs.org/profile/consiglio-nazioanle-dei-dottori-commercialisti-e-degli-esperti-contabili-cndcec/

					é oferecer suporte técnico, educacional e profissional aos seus membros, que incluem especialistas em contabilidade[919293].
Europe	*Félag loggiltra Endurskoðend*	Sim	Não	Sim	Responsável por regular e apoiar a profissão de auditoria e contabilidade no país, estabelecendo padrões para auditores certificados e promovendo o desenvolvimento da profissão contábil. Composta exclusivamente por auditores[9495].
Europe	*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer (now FSR-danske revisorer)*	Sim	Não	Sim	Organização nacional da profissão de auditoria na Dinamarca. Ela representa tanto auditores como firmas de auditoria, regulando e promovendo a profissão de auditor no país. Responsável por apoiar os profissionais da área de auditoria, estabelecendo padrões éticos e profissionais e promovendo a qualidade na auditoria[969798].
Europe	*Foreningen Auktoriserade Revisorer (now FAR)*	Sim	Sim	Não	Representa auditores e contadores, regulamentando a profissão e promovendo altos padrões éticos e técnicos. Define normas e diretrizes para a prática da contabilidade e auditoria. Oferece cursos de formação contínua e desenvolvimento profissional para seus membros. Defende os interesses da profissão em fóruns nacionais e internacionais[99100101].
Europe	*Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland e.V.*	Sim	Não	Sim	Promove o domínio técnico do auditor público e representa os interesses da profissão. Responsável pela criação e promoção de normas contábeis e de auditoria na Alemanha, ajudando a garantir que os auditores sigam práticas reconhecidas e aceitas. Oferece cursos, seminários e programas de formação para auditores, visando a atualização contínua das competências profissionais[102103].

[91] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/expert-accountants-association-turkey
[92] https://www.tmud.org.tr/en/about-us/history
[93] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/profile/rkiye
[94] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/f-lag-l-ggiltra-endurskodenda
[95] https://www.endurskodun.is/
[96] https://www.fsr.dk/om-fsr/strategi-og-organisation/organisation
[97] https://www.esignatur.dk/en/case/fsr-danske-revisorer
[98] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/fsr-danske-revisorer
[99] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/far
[100] https://www.far.se/om-far/det-har-gor-far/
[101] https://www.government.se/government-agencies/swedish-accounting-standards-board/
[102] https://www.idw.de/idw/ueber-uns/kurzportrait/
[103] https://en.wikipedia.org/wiki/Institut_der_Wirtschaftspr%C3%BCfer_in_Deutschland

Europe	*Institut des Reviseurs d'Enterprises*	Sim	Não	Sim	Responsável pela regulamentação da profissão de auditoria na Bélgica, representando os auditores e promovendo práticas de auditoria de alta qualidade. Supervisiona o processo de certificação de auditores, assegurando que atendam a padrões rigorosos[104][105].
Europe	*Institute of Certified Public Accountants of Greece*	Sim	Não	Sim	Desempenha um papel fundamental na regulamentação e supervisão da prática da auditoria na Grécia. Estabelece normas e diretrizes que os auditores devem seguir, garantindo a conformidade com os padrões internacionais. Certifica contadores públicos e auditores, assegurando que possuam as qualificações necessárias para exercer a profissão[106][107].
Europe	*Instituto de Censores Juradoes de Cuentas de España*	Sim	Não	Sim	Entidade responsável pela regulamentação da profissão de auditoria na Espanha e supervisiona a prática dos auditores independentes. Certifica os auditores, assegurando que tenham as qualificações necessárias para exercer a profissão[108][109].
Europe	*KHT-yhdistys - Föreningen CGR*	Sim	Não	Sim	Organização que se concentra na profissão de auditoria na Finlândia. Ela representa auditores certificados e se dedica a promover as melhores práticas em auditoria e contabilidade. Define normas e diretrizes específicas para a prática de auditoria, assegurando que os auditores cumpram os padrões exigidos. Supervisiona o processo de certificação dos auditores e oferece programas de educação continuada[110][111][112].
Europe	*Nederlands Instituut van Registeraccountants*	Sim	Não	Não	Organização que abrange tanto a auditoria quanto a profissão contábil em geral. Responsável por regulamentar e representar os interesses de contadores e auditores na Holanda. Estabelece normas para a prática de contabilidade e auditoria[113][114][115].

[104] https://www.ibr-ire.be/fr/l-institut/a-propos-de-nous/mission-et-taches
[105] https://www.1890.be/partenaire/institut-des-reviseurs-dentreprises/
[106] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-certified-public-accountants-greece
[107] https://www.soel.gr/en/about-soel/history-of-soel
[108] https://www.icjce.es/instituto-tipo114
[109] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/instituto-de-censores-jurados-de-cuentas-de-espa
[110] https://www.kht-yhdistys.fi/
[111] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/suomen-tilintarkastajat-ry
[112] https://www.iasplus.com/en/jurisdictions/europe/finland
[113] https://www.nba.nl/over-nba/organisatie/missie-beleid-en-taken/
[114] https://nl.wikipedia.org/wiki/Nederlands_Instituut_van_Registeraccountants
[115] https://www.nivra.nl/

	(now the Nederlandse Beroepsorganisatie van Accountants)				
Europe	*Norges Statsautoriserte Revisorers Forening (now Den norske Revisorforening)*	Sim	Não	Sim	Entidade focada principalmente na profissão de auditoria na Noruega. Essa organização representa auditores autorizados e desempenha um papel crucial na regulamentação da prática de auditoria no país. Define normas e diretrizes que os auditores devem seguir, garantindo a conformidade com as melhores práticas. Supervisiona o processo de certificação e licenciamento para auditores, assegurando que atendam aos requisitos profissionais[116][117].
Europe	*Ordre des Experts Comptables et des Comptables Agrees (now the Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts-Comptables)*	Sim	Sim	Não	órgão nacional da profissão contábil na França. Esta entidade regula não apenas a profissão de auditoria, mas também a prática contábil em geral. Define normas e diretrizes éticas que todos os contadores e auditores devem seguir. Supervisiona o processo de certificação e licenciamento de contadores e auditores, garantindo que eles cumpram os requisitos necessários[118][119][120].
Europe	*Ordre des Experts Comptables Luxembourgeois*	Sim	Sim	Não	Entidade responsável pela regulamentação e supervisão da profissão contábil, incluindo a prática de auditoria em Luxemburgo. Supervisiona o processo de certificação dos contadores e auditores, garantindo que atendam aos requisitos legais e profissionais[121][122].
Europe	*Schweizerische Treuhand-und Revisionskammer*	Sim	Não	Sim	Organização de auditoria e atua na regulamentação de auditores. Ela estabelece padrões e certifica profissionais especialmente voltados para auditoria e consultoria fiduciária[123][124].

[116] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/den-norske-revisorforening
[117] https://www.revisorforeningen.no/om-oss/
[118] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/conseil-sup-rieur-de-lordre-des-experts-comptables
[119] https://www.experts-comptables.fr/l-institution/l-institution
[120] https://fr.wikipedia.org/wiki/Ordre_des_experts-comptables
[121] https://oec.lu/myeteam/index.htm#HOME/3
[122] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/ordre-des-experts-comptables-du-luxembourg
[123] https://www.treuhand-kammer.ch/
[124] https://www.expertsuisse.ch/geschichte

	(now Treuhand-Kammer)				
Europe	*The Association of Certified Accountants (now the Association of Chartered Certified Accountants)*	Sim	Não	Não	Organização global que regula a profissão contábil, abrangendo não apenas a área de auditoria, mas também outras áreas da contabilidade. Possui sede em Londres. Oferece qualificação amplamente reconhecida na área contábil e financeira, que permite aos profissionais trabalhar em diversas áreas, incluindo auditoria, contabilidade financeira, consultoria[125][126].
Europe	*The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy*	Sim	Não	Não	Órgão internacional de contabilidade e definição de padrões com sede no Reino Unido e dedicado à gestão das finanças públicas[127][128].
Europe	*The Institute of Certified Public Accountants in Ireland*	Sim	Não	Não	Regula a qualificação *de Certified Public Accountant* (CPA), com um foco mais direcionado na contabilidade de gestão, finanças, e outras áreas. Embora os membros também possam atuar como auditores, não tem o mesmo enfoque na auditoria que o *Chartered Accountants Ireland*. Sua qualificação abrange contabilidade em geral, finanças e consultoria[129][130][131].
Europe	*The Institute of Certified Public Accountants of Cyprus*	Sim	Sim	Não	Órgão responsável por regular a profissão contábil no país, supervisionando contadores, auditores e estabelecendo normas profissionais, além de assegurar que seus membros cumpram os padrões internacionais de contabilidade e auditoria[132][133].
Europe	*The Institute of Chartered*	Sim	Não	Não	Certifica profissionais para atuar em diferentes funções contábeis, como finanças corporativas, consultoria, tributação e contabilidade gerencial. Embora a auditoria seja

[125] https://www.accaglobal.com/gb/en/about-us/who-we-are.html
[126] https://en.wikipedia.org/wiki/Association_of_Chartered_Certified_Accountants
[127] https://www.cipfa.org/about-cipfa
[128] https://en.wikipedia.org/wiki/Chartered_Institute_of_Public_Finance_and_Accountancy
[129] https://www.cpaireland.ie/About-CPA/About-CPA-Ireland
[130] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Certified_Public_Accountants_in_Ireland
[131] https://en.wikipedia.org/wiki/Consultative_Committee_of_Accountancy_Bodies#Consultative_Committee_of_Accountancy_Bodies_%E2%80%93_Ireland
[132] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-certified-public-accountants-cyprus
[133] https://www.icpac.org.cy/selk/en/history.aspx

	Accountants in England & Wales				uma parte importante do trabalho dos membros do ICAEW, a organização não se limita a essa área[134][135].
Europe	*The Institute of Chartered Accountants in Ireland (now Chartered Accountants Ireland)*	Sim	Não	Não	Regula a profissão de contadores e auditores na Irlanda e Irlanda do Norte. Oferece qualificação de *Chartered Accountant*, abrangendo diversas áreas da contabilidade, auditoria, consultoria, e finanças. Embora seja uma organização ampla, auditoria é uma das áreas em que o CAI atua fortemente, sendo uma certificação necessária para aqueles que querem exercer a função de auditor nos setores público e privado[136][137].
Europe	*The Institute of Chartered Accountants of Scotland*	Sim	Sim	Não	Responsável pela certificação, supervisão e estabelecimento de padrões éticos e profissionais para *Chartered Accountants* (CAs) na Escócia. Ele desempenha um papel importante na regulação da profissão contábil, além de atuar no desenvolvimento de normas contábeis e de auditoria. Atua na certificação de contadores qualificados, na definição de padrões éticos e profissionais e fiscalização das práticas contábeis e de auditoria[138][139][140].
Europe	*The Institute of Cost and Management Accountants (now the Association of International Certified Professional Accountants—CIMA)*	Sim	Não	Não	Organização focada principalmente em contabilidade gerencial e gestão financeira. Tem como objetivo formar e certificar profissionais que atuam como gestores financeiros e contadores gerenciais, com ênfase em planejamento estratégico, controle financeiro, análise de custos, e apoio na tomada de decisões empresariais[141][142].

[134] https://www.icaew.com/about-icaew/who-we-are
[135] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_in_England_and_Wales
[136] https://www.charteredaccountants.ie/about-us
[137] https://en.wikipedia.org/wiki/Chartered_Accountants_Ireland
[138] https://www.icas.com/about-us
[139] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_of_Scotland
[140] https://charteredaccountantsworldwide.com/institute/the-institute-of-chartered-accountants-of-scotland-icas/
[141] https://www.aicpa-cima.com/about/landing/about
[142] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/association-international-certified-professional-accountants-aicpa

Europe	*The Malta Institute of Accountants*	Sim	Sim	Não	Responsável pela regulação, formação e certificação de contadores em Malta. Ele desempenha um papel crucial na promoção de altos padrões profissionais e éticos[143][144].
Latin America and Caribbean	*Associacíon de Contadores de Venezuela (former member of IFAC)*	Sim	Não	Não	Atua como entidade representativa, promovendo interesses dos contadores, organizando eventos, oferecendo treinamento e desenvolvimento profissional[145].
Latin America and Caribbean	*Colegio de Contadores de Paraguay*	Não	Sim	Não	Representa os interesses dos contadores no país e trabalha para o desenvolvimento e regulamentação da profissão contábil. Tem como objetivo promover altos padrões profissionais e éticos, além de oferecer suporte e capacitação contínua para seus membros[146].
Latin America and Caribbean	*Colegio de Contadores Públicos Autorizados de Panama*	Não	Sim	Não	Responsável pela regulamentação da profissão contábil no país e pela representação dos contadores públicos autorizados. Tem o papel de promover o desenvolvimento profissional contínuo dos contadores, assegurar que os padrões éticos e técnicos sejam seguidos, e oferecer certificações necessárias para o exercício da profissão contábil[147][148].
Latin America and Caribbean	*Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contadores del Uruguay (now the Colegio de Contadores, Economistas y*	Não	Sim	Não	Atua na representação e regulamentação dos contadores no país. Promove o desenvolvimento contínuo da profissão, garante o cumprimento de padrões éticos e técnicos, e apoia a formação e certificação dos profissionais contábeis[149][150].

[143] https://www.miamalta.org/ABOUT-MIA
[144] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/malta-institute-accountants
[145] https://www.comectedfem.com/Marketing/historia/
[146] https://www.ccpy.org.py/fines-del-ccpy
[147] https://www.colegiocpapanama.org/nosotros
[148] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/colegio-de-contadores-p-blicos-autorizados-de-panam
[149] https://ccea.com.uy/institucional/quienes-somos/
[150] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/colegio-de-contadores-economistas-y-administradores-del-uruguay

	Administradores del Uruguay)				
Latin America and Caribbean	*Federacíon Argentina de Colegios de Graduados en Ciencias Económic*	Não	Sim	Não	Tem a função de desenvolver e emitir normas contábeis e de auditoria para os profissionais registrados e supervisionar o cumprimento de padrões éticos e técnicos. Coordena e apoia a capacitação contínua dos contadores na Argentina[151].
Latin America and Caribbean	*Federacíon de Colegio de Contadores Públicos de Venezuela (former member of IFAC)*	Sim	Não	Não	Representa e coordena os diferentes colégios de contadores públicos nas diversas regiões da Venezuela. Seu objetivo é unificar e defender os interesses da classe contábil no âmbito nacional e internacional[152].
Latin America and Caribbean	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	Não	Não	Sim	Entidade que tem como principal função representar e apoiar os auditores independentes no Brasil. Sua atuação envolve promover o desenvolvimento técnico e profissional dos auditores[153][154].
Latin America and Caribbean	*Instituto Mexicano de Contadores Publicos, A.C.*	Sim	Sim	Não	Entidade que representa e regula a profissão de contabilidade no país. Ele é responsável por promover o desenvolvimento profissional dos contadores públicos, emitir normas técnicas de contabilidade, auditoria, e ética, e garantir a conformidade dos profissionais com padrões internacionais[155][156].
Latin America and Caribbean	*Instituto Nacional de Contadores Públicos de Colombia*	Não	Sim	Não	Responsável por representar os contadores públicos, promover o desenvolvimento da profissão e assegurar a aplicação de normas técnicas e éticas no país. Atua na emissão de normas contábeis e de auditoria em conformidade com padrões internacionais[157][158].

[151] https://www.facpce.org.ar/historia/
[152] https://fccpv.org/historia-del-gremio/
[153] https://www.ibracon.com.br/nossa-historia/
[154] https://cosif.com.br/publica.asp?arquivo=ibracon-indice
[155] https://imcp.org.mx/historia-imcp/
[156] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/instituto-mexicano-de-contadores-p-blicos-ac
[157] https://incp.org.co/quienes-somos/
[158] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/instituto-nacional-de-contadores-p-blicos-de-colombia

Latin America and Caribbean	*The Institute of Chartered Accountants of Jamaica*	Sim	Sim	Não	Fundado em 1965 e é o principal órgão que regula e representa os contadores na Jamaica. Ele é responsável por promover altos padrões profissionais e éticos entre os contadores, bem como por assegurar que as práticas contábeis e de auditoria no país estejam em conformidade com as normas internacionais[159][160][161].
Latin America and Caribbean	*The Institute of Chartered Accountants of Trinidad and Tobago*	Não	Sim	Não	Fundado em 1970, é o principal órgão regulador da profissão contábil em Trinidad e Tobago, responsável por promover a integridade, ética e os padrões profissionais na contabilidade e auditoria. Ele também certifica contadores públicos e oferece programas de educação continuada, além de garantir que os contadores sigam normas internacionais[162][163][164].
North America	*American Institute of Certified Public Accountants (now the Association of International Certified Professional Accountants—CIMA)*	Sim	Não	Não	Organização profissional que desempenha um papel importante, mas que não possui a autoridade regulatória de um órgão nacional. Sua principal função é servir como uma associação de contadores públicos certificados (CPAs), oferecendo suporte, educação e desenvolvimento profissional[165][166][167][168].

[159] https://cdn.ymaws.com/icaj.org/resource/resmgr/custom_pages_content/about_us_-_page_2/our_history.pdf
[160] https://icaj.org/page/About_Us
[161] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-jamaica
[162] https://icatt.org/ICATT/ICATT/About-ICATT/History.aspx
[163] https://www.ifac.org/about-ifac/membership/members/institute-chartered-accountants-trinidad-and-tobago
[164] https://en.wikipedia.org/wiki/Institute_of_Chartered_Accountants_of_Trinidad_and_Tobago
[165] https://www.aicpa-cima.com/about/landing/about
[166] https://www.investopedia.com/terms/a/american-institute-of-certified-public-accountants.asp
[167] https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Americano_de_Contadores_P%C3%BAblicos_Certificados
[168] https://en.wikipedia.org/wiki/American_Institute_of_Certified_Public_Accountants

North America	*Certified General Accountants Association of Canada*	Sim	Não	Não	Focava na formação e certificação de contadores gerais. Ela tinha um papel importante na promoção da profissão e na educação de seus membros[169][170][171].
North America	*The Canadian Institute of Chartered Accountants (Now recognized as Chartered Professional Accountants of Canada (CPA Canada) following a merger in 2013 between the Canadian Institute of Chartered Accountants and CMA Canada.)*	Sim	Sim	Não	Foi a principal organização nacional da profissão contábil no Canadá até sua fusão em 2013 com a *Certified General Accountants Association of Canada* (CGA) e a *Society of Management Accountants of Canada* (CMA), formando o *Chartered Professional Accountants of Canada* (CPA Canada)[172][173][174].

[169] https://en.wikipedia.org/wiki/Certified_General_Accountants_Association_of_Canada
[170] https://www.ciro.ca/investors/learning-basics-and-protecting-your-investments/understanding-financial-certifications/cga-certified-general-accountant
[171] https://ca.indeed.com/career-advice/career-development/cga-vs-cpa#:~:text=CPA%20involves%20knowing%20the%20history,work%20in%20an%20office%20environment.
[172] https://www.cpacanada.ca/
[173] https://en.wikipedia.org/wiki/Canadian_Institute_of_Chartered_Accountants
[174] https://www.investopedia.com/terms/c/canadian-institute-of-chartered-accountants-cica.asp

North America	*The Society of Management Accountants of Canada (now CMA Canada Now recognized as Chartered Professional Accountants of Canada (CPA Canada) following a merger in 2013 between the Canadian Institute of Chartered Accountants and CMA Canada.)*	Sim	Não	Não	Atuava na promoção da contabilidade de gestão, oferecendo certificação e formação especializada para contadores que se dedicavam à gestão financeira dentro das organizações. A formação incluía tópicos como análise de custos, orçamento, e controle financeiro[175][176].

Fonte: Com base em IFAC (2022) (Our Purpose | IFAC); Brennan (1979).

[175] https://en.wikipedia.org/wiki/Certified_Management_Accountants_of_Canada
[176] https://www.ciro.ca/investors/learning-basics-and-protecting-your-investments/understanding-financial-certifications/cma-certified-management-accountant

Apêndice 3

Entidades Assinantes do Acordo de Constituição da IFAC em 07 de outubro de 1977 em Munique, Alemanha.

País	Entidade
Austrália	*The Institute of Chartered Accountants in Australia*
Austrália	*Australian Society of Accountants*
Bangladesh	*The Institute of Chartered Accountants of Bangladesh*
Bélgica	*Collège National des Experts Comptables de Belique*
Bélgica	*Institut des Réviseurs d'Entreprises*
Canadá	*The Canadian Institute of Chartered Accountants*
Canadá	*The Society of Management Accountants of Canada*
Canadá	*Certified General Accountants Association*
China	*National Federation of Certified Public Accountants Associations of the Republic of China*
Chipre	*The Institute of Certified Public Accountants of Cyprus*
Dinamarca	*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer*
Inglaterra e País de Gales	*The Institute of Chartered Accountants in England and Wales*
Inglaterra e País de Gales	*The Association of Certified Accountants*
Inglaterra e País de Gales	*The Institute of Cost & Management Accountants*
Inglaterra e País de Gales	*The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy*
Alemanha	*Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland e. V.*
Finlândia	*Finland KHT-yhdistys-Föreningen CGR*
França	*Ordre des Experts Comptables et des Comptables Agréés*
Grécia	*Institute of Certified Public Accountants of Greece*
Hong Kong	*Hong Kong Society of Accountants*
Islândia	*Felag Löggiltra Endurskodenda*
Índia	*The Institute of Chartered Accountants of India*
Irlanda	*The Institute of Chartered Accountants in Ireland*
Irlanda	*The Institute of Certified Public Accountants in Ireland*
Israel	*The Institute of Certified Public Accountants in Israel*
Jamaica	*The Institute of Chartered Accountants of Jamaica*
Japão	*The Japanese Institute of Certified Public Accountants*
Líbano	*The Middle East Society of Associated Accountants*
Luxemburgo	*Ordre des Experts Comptables Luxembourgeois*
Malásia	*The Malaysian Association of Certified Public Accountants*

Malásia	*Malaysian Institute of Accountants*
Malta	*The Malta Institute of Accountants*
México	*Instituto Mexicano de Contadores Públicos*
Holanda	*Nederlands Instituut van Registeraccountants*
Nova Zelândia	*New Zealand Society of Accountants*
Nigéria	*The Institute of Chartered Accountants of Nigeria*
Noruega	*Norges Statsautoriserte Revisorers Forening*
Paquistão	*Institute of Chartered Accountants of Pakistan*
Filipinas	*Philippine Institute of Certified Public Accountants*
Rodésia	*The Rhodesia Society of Chartered Accountants*
Escócia	*The Institute of Chartered Accountants of Scotland*
Singapura	*Singapore Society of Accountants*
África do Sul	*The National Council of Chartered Accountants (S.A.)*
Espanha	*Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España*
Suécia	*Föreningen Auktoriserade Revisorer*
Suíça	*Schweizerische Treuhand- und Revisionskammer*
Turquia	*Expert Accountants' Association of Turkey (Turkiye Muhasebe Uzmanlari Dernegi)*
Estados Unidos	*American Institute of Certified Public Accountants*
Venezuela	*Associación de Contadores (CNTC) de Venezuela*
Venezuela	*Federación de Colegios de Contadores Públicos de Venezuela*

Fonte: Com base em Brennan (1979, p. 143 – 144)

Apêndice 4

Presidentes da IFAC de 1977 a 2024

Nº	Nome	País	Período	Breve Currículo
1º	Reinhard Goerdeler	Alemanha	1977 - 1980	Trabalhou na *Deutsche Treuhand-Gesellschaft* (DTG), fundada em 1890 pelo *Deutsche Bank* para cuidar dos investimentos dos clientes nas ferrovias americanas, onde chegou ao cargo de presidente. Foi presidente do Comitê Internacional para a Coordenação da Profissão Contábil (ICCAP). Um dos fundadores da **KPMG**, o responsável pela inclusão do G[177178179180].
2º	Gordon Cowperthwaite	Canadá	1980 - 1982	Vice-presidente da IFAC na gestão Reinhard Goerdeler. Considerado um dos fundadores da profissão contábil no Canadá. De 1970 a 1980, foi sócio da **KPM**. De 1980 a 1982, ele foi presidente da empresa[181182183].
3º	Washington SyCip	Filipinas	1982 - 1985	Fundou a ***SyCip Gorres Velayo & Co***. (SGV & Co.) em 1946, a **maior empresa de auditoria e consultoria das Filipinas** e uma das maiores da Ásia. SGV & Co (1985 tornou-se parte da Arthur *Andersen & Co* e em 2002 da *Ernst & Young*)[184185186].
4º	Robert May	Estados Unidos	1985 - 1987	Atuou como presidente, vice-presidente e membro de vários comitês da AICPA. Foi Sócio Sênior da ***Arthur Andersen & Co***. Ingressou na Arthur Andersen em 1948, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1986[187188].

[177] Brennan, W. J. (1979). *The internationalization of the accountancy profession: a collection of views by leading international accountants*. Toronto: The Canadian Institute of Chartered Accountants.
[178] https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2015/09/History-Who-were-K-P-M-G.pdf
[179] https://en.wikipedia.org/wiki/Reinhard_Goerdeler
[180] https://kpmg.com/dk/en/home/about/history.html
[181] https://www.caaa.ca/cahf/the-canadian-accounting-hall-of-fame/2021-inductees/
[182] https://canadian-accountant.com/content/profession/canadian-accounting-hall-of-fame-selects-twelve-inaugural-inductees
[183] https://de.wikipedia.org/wiki/Gordon_Cowperthwaite
[184] https://www.leadersmag.com/issues/2013.4_oct/Philippines/LEADERS-Washington-SyCip-SGV.html
[185] https://sgv.ph/about-us/company-timeline
[186] https://en.wikipedia.org/wiki/Washington_SyCip
[187] Zeff, S. A. (2020). The IAPC's International Auditing Guidelines and its controversial IAG 13 on the auditor's report. *Accounting and Business Research, 52(1)*, 94–113. https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1830023
[188] https://www.legacy.com/us/obituaries/nytimes/name/robert-may-obituary?id=32366114

5º	Richard Wilkes	Reino Unido	1987 - 1990	Sócio da firma *Bolton Bullivant*, vendida em 1969 para ***Price Waterhouse***, onde trabalhou até sua aposentadoria em 1988. Membro ativo do *Institute of Chartered Accountants* (ICAEW), tendo sido presidente em 1980[189][190].
6º	Bertil Edlund	Suécia	1990 - 1992	Atuou por 42 anos mercado de auditoria, tendo sido presidente da ***Öhrlings PwC*** por mais de 20 anos. Figura relevante no desenvolvimento da indústria e da auditoria na Suécia[191][192][193].
7º	Peter Agars	Austrália	1992 - 1995	Foi presidente da *Australian Society of* CPAs e *Member of the Order of Australia*. Sócio da **KPMG *Peat Marwick's Adelaide***. Considerado participante regular dos Congressos Mundiais de Contadores[194][195][196].
8º	Juan Herrera	República Dominicana	1995 - 1997	Primeiro latino-americano presidente da IFAC. Sócio sênior da **KPMG *Peat Marwick*** na República Dominicana. Durante sua presidência na IFAC ajudou a criar um fórum de mercado de capitais que conectava contadores com outros profissionais financeiros ao redor do mundo, possibilitando maior colaboração em questões internacionais[197][198].
9º	Frank Harding	Reino Unido	1997 - 2000	Foi executivo da UEC (1982-1985), que precedeu a *Federation des Experts Comptables Europeens*, e presidente do *Chartered Accountants International Committee*. Foi Sócio da **KPMG** Londes[199][200][201].

[189] https://www.royalanglianregiment.com/obituary-for-colonel-richard-wilkes-cbe-td-dl/
[190] https://www.icaew.com/library/historical-resources/icaew-history/past-presidents#
[191] https://revisionsvarlden.se/folk-pa-vag/bertil-edlund/
[192] https://revisionsvarlden.se/till-minne-bertil-edlund/
[193] https://bertiledlundsstiftelse.se/
[194] https://www.afr.com/companies/australian-on-top-19921023-kao82
[195] https://www.ifac.org/news-events/2014-11/opening-remarks-world-congress-accountants-2014
[196] https://www.thefreelibrary.com/Is+accounting+becoming+the+first+truly+international+profession%3f-a012669736
[197] https://www.thefreelibrary.com/IFAC+elects+new+president.-a017191243
[198] https://www.thefreelibrary.com/IFAC+encourages+support+for+capital+markets+forum.-a017930806
[199] https://www.accountancydaily.co/harding-honoured-french
[200] https://www.journalofaccountancy.com/issues/1998/mar/the15thworldcongressofaccountants.html
[201] Harding, F. (2000). What is the role of Europe in an increasingly harmonized world? *European Accounting Review, 9(4)*, 593–601. https://doi.org/10.1080/09638180020024025

10º	Tsuguoki Fujinuma	Japão	2000 - 2002	Presidente *The Japanese Institute of Certified Public Accountants*, Diretor da Bolsa de Valores de Tóquio, Diretor do *Tokyo Stock Exchange Group* (2007 a 2013), Sócio da *Asahi Shinwa & Co*., e sócio-gerente da ***Ernst & Young ShinNihon*** **LLC** de 1993 a 2007[202203204].
11º	René Ricol	França	2002 - 2004	Foi revisor oficial de contas e **auditor**. Presidente da Sociedade Nacional de Revisores Oficiais de Contas (1985-1989). Em 1986 fundou a *René Ricol & Associés* em Paris, que se tornou *Ricol, Lasteyrie & Associés*, em 2015 foi adquirida ***Ernst & Young***. Em 2018 recebeu Prêmio de Liderança Global da IFAC em homenagem a Robert Sempier. Também presidiu *Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes*, o *Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts-Comptables* e *Compagnie des Conseils et Experts Financiers*[205206207208].
12º	Graham Ward	Reino Unido	2004 - 2006	Presidente do *Institute of Chartered Accountants* na Inglaterra e no País de Gales (lCAEW). Sócio da ***PricewaterhouseCoopers*** até se aposentar em 2010, atuação expressiva nessa organização, sendo considerado um líder mundial[209210211212213].
13º	Fermín del Valle	Argentina	2006 - 2008	Trabalhou como professor na Universidade de Buenos Aires e em outras universidades argentinas. Foi membro do Grupo Consultivo de Crise Financeira do *International Accounting Standards Board* (IASB) e do *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Foi sócio-gerente da **Deloitte** Argentina desde 1980 e

[202] https://jicpa.or.jp/english/news/2019/20191206fcj.html
[203] https://www.marketscreener.com/insider/TSUGUOKI-FUJINUMA-A0LOPK/
[204] https://www.sumitomocorp.com/en/jp/ir/english_ir-report/2012/structure/structure01.html
[205] https://www.ifac.org/news-events/2018-11/visionary-accountancy-leader-rene-ricol-receives-ifac-s-highest-honor
[206] https://www.ricol-lasteyrie.fr/team/rene-ricol
[207] https://www.theaccountant-online.com/news/newsvisionary-accountancy-leader-ren-ricol-receives-ifacs-highest-honor-6839802/?cf-view
[208] https://www.lesechos.fr/2009/01/rene-ricol-itineraire-1081355
[209] https://www.accountancydaily.co/graham-ward-why-we-can-hold-our-heads-high-again
[210] https://publications.parliament.uk/pa/cm201011/cmselect/cmintdev/551/55107.htm
[211] https://www.ifac.org/news-events/2006-05/ifac-key-initiatives-strengthen-global-accountancy-profession
[212] https://www.iasplus.com/en/binary/ifac/0505wardspeech.pdf
[213] https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ifac.org%2F_flysystem%2Fazure-private%2Fnews%2Ffiles%2Fgward-morocco-july-12-2006.doc&wdOrigin=BROWSELINK

				membro para a América Latina do Grupo Global de líderes em Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da Deloitte[214][215][216][217].
14º	Robert Bunting	Estados Unidos	2008 - 2010	Presidente do conselho da AICPA e participou do Comitê de Auditoria, do Conselho de Examinadores e do Comitê Executivo da Seção de Prática da SEC. Vice-presidente da IFAC na gestão Robert Bunting. Sócio da ***Moss Adams LLP***, foi presidente e CEO de 1982 a 2004 (considerada umas das 15 maiores empresas de contabilidade dos EUA (consultoria, **auditoria**, contabilidade e impostos)[218][219][220][221].
15º	Göran Tidström	Suécia	2010 - 2012	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Robert Bunting. Trabalhou por mais de 30 anos **PWC** em Estocolmo onde foi sócio sênior e ex-presidente. Iniciou o Grupo Consultivo Europeu de Relato Financeiro (EFRAG)[222][223][224].
16º	Warren Allen	Nova Zelândia	2012 - 2014	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Göran Tidström. Foi sócio da ***Ernst & Young***. Foi presidente e membro vitalício *New Zealand Institute of Chartered Accountants*. Fez parte por mais de 10 anos do *International Accounting Education Standards Board*[225][226][227][228].
17º	Olivia Kirtley	Estados Unidos	2014 - 2016	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Warren Allen. Primeira mulher presidente da IFAC.Iniciou a carreira na ***Ernst & Ernst/Ernst & Whinney*** (agora **EY**), foi diretora *U.S. Bancorp*, *Papa John's International,*

[214] https://udesa.edu.ar/cuerpo-docente/fermin-del-valle
[215] https://www.iasplus.com/en/news/2006/November/news2952
[216] https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ifac.org%2F_flysystem%2Fazure-private%2Fnews%2Ffiles%2Ffdelvalle-ifac-2007-world-accountancy-forum-final.doc&wdOrigin=BROWSELINK
[217] https://www.ifac.org/who-we-are/fermin-del-valle
[218] https://www.journalofaccountancy.com/issues/2007/jan/fyi.html
[219] https://www.ifac.org/news-events/2008-11/robert-bunting-assumes-presidency-ifac-council-names-goran-tidstrom-deputy-president
[220] https://aaahq.org/Accounting-Hall-of-Fame/Members/2022/Robert-Bunting
[221] https://www.thefreelibrary.com/Uniting+the+global+profession%3a+IFAC+president+shares+vision+For+the...-a0193342093
[222] https://www.ifac.org/news-events/2008-11/robert-bunting-assumes-presidency-ifac-council-names-goran-tidstrom-deputy-president
[223] https://www.ifac.org/news-events/2010-11/international-federation-accountants-announces-goran-tidstrom-its-new-president-warren-allen-elected
[224] https://integratedreporting.ifrs.org/profile/goran-tidstrom/
[225] https://www.ifac.org/news-events/2010-11/international-federation-accountants-announces-goran-tidstrom-its-new-president-warren-allen-elected
[226] https://www.ifac.org/news-events/2012-11/ifac-announces-election-warren-allen-new-president-olivia-kirtley-deputy-president
[227] https://www.publicfinancefocus.org/news/2012/11/ifac-elects-warren-allen-president
[228] https://1library.org/document/y4x2d9rz-warren-allen-presidente-da-federacao-internacional-contadores-ifac.html

				Inc., e *ResCare, Inc*, também atuou como presidente *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) e do AICPA *Board of Examiners*[229230231232233234].
18º	Rachel Grimes	Austrália	2016 - 2018	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Olivia Kirtley. Foi presidente do Conselho do *Institute of Chartered Accountants* na Austrália. Iniciou a carreira na **PricewaterhouseCoopers** Sydney, onde trabalhou em auditoria, especializando-se em bancos. Atou com serviços financeiros no *Westpac / BT Financial Group*[235236237238239].
19º	Dr. In-Ki Joo	Coréia	2018 - 2020	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Rachel Grimes. Foi professor na Escola de Negócios da Universidade Yonsei, reitor do *University College* e reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Yonsei. Foi membro *Advisory Committee to the Republic of Korea General Audit Bureau*, *American Institute of CPAs and KICPA*, presidente *Confederation of Asian and Pacific Accountants, the Korean Accounting Association, and the Korean Academic Society of Business Administration*, vice-presidente *International Affairs, at the Korean Institute of Certified Public Accountants* (KICPA)[240241242243].

[229] https://www.ifac.org/news-events/2012-11/ifac-announces-election-warren-allen-new-president-olivia-kirtley-deputy-president
[230] https://www.ifac.org/news-events/2022-11/mrs-olivia-kirtley-and-mr-edward-olowo-okere-recognized-ifac-global-leadership-award-outstanding
[231] https://dart.deloitte.com/USDART/ov-resource/e48c2e7c-e52a-11e9-b4f7-c984ac679dee.html
[232] https://www.journalofaccountancy.com/news/2012/nov/20126864.html
[233] https://www.journalofaccountancy.com/issues/2017/jul/olivia-kirtley-ifac-global-accounting-profession.html
[234] https://www.ifac.org/knowledge-gateway/discussion/moving-forward-together
[235] https://www.journalofaccountancy.com/news/2014/nov/201411275.html
[236] https://www.ifac.org/news-events/2016-11/ifac-announces-rachel-grimes-australia-ifac-president
[237] https://fbe.unimelb.edu.au/accounting/caip/aahof/ceremonies/rachel-grimes-am
[238] https://frc.gov.au/index.php/about-frc/frc-members/ms-rachel-grimes-am-nominations-committee-chair
[239] https://www.stage.accaglobal.com/gb/en/member/member/accounting-business/2017/04/interviews/rachel-grimes.html
[240] https://www.ifac.org/news-events/2016-11/ifac-announces-rachel-grimes-australia-ifac-president
[241] https://www.ifac.org/news-events/2018-11/ifac-names-new-president-dr-ki-joo-republic-korea
[242] http://www.capa-apac.org/wp-content/uploads/2017/02/Biography_InKiJoo.pdf
[243] https://bm.sunykorea.ac.kr/bm/html/sub02/0201.html?mode=V&mng_no=1febc7050ef5c4d75096b2bd0874ff4b

20º	Alan Johnson	Reino Unido	2020 - 2022	Foi vice-presidente da IFAC na gestão Dr. In-Ki Joo. TRabalhou na Unilever por mais de 35 anos onde foi oi Diretor Executivo de Auditoria e Diretor Financeiro. Foi diretor não executivo e membro do *Audit and the People & Governance Committees of Imperial Brands plc* e *Audit, Remuneration and Nomination Committees of DS Smith plc*, diretor não executivo e presidente *Audit Committee of William Grant & Sons Ltd*, presidente do comitê de auditoria *Board of Trustees of the International Valuation Standards Council*. Membro do Comitê de Supervisão de Mercado da ACCA entre 2006 e 2012[244][245][246][247].
21º	Asmâa Resmouki	Marrocos	2022 - 2024	Sócia nas grandes empresas de auditoria no Marrocos (***Deloitte e Ernst & Young***). Vice-presidente da IFAC na gestão Alan Johnson, depois de servir no conselho da IFAC desde novembro de 2017, originalmente nomeada para o conselho pela *Ordre Des Experts Comptables - Marrocos*[248][249][250].

Fonte: Com base em IFAC (https://www.ifac.org/who-we-are/leadership)

[244] https://www.ifac.org/news-events/2018-11/ifac-names-new-president-dr-ki-joo-republic-korea
[245] https://www.ethicsandaudit.org/alan-johnson
[246] https://www.ifac.org/who-we-are/alan-johnson
[247] https://www.ifac.org/news-events/2020-11/ifac-names-alan-johnson-president-ifac
[248] https://www.ifac.org/who-we-are/leadership/asmaa-resmouki
[249] https://www.ethicsandaudit.org/asmaa-resmouki
[250] https://cfc.org.br/noticias/internacional-ifac-sera-presidida-por-mulher-e-contara-com-a-participacao-de-brasileiro-no-conselho/